



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O ESTADO DA PARAÍBA NA MIRA DO SERVIÇO NACIONAL DE
INFORMAÇÕES (SNI):
SINDICATOS URBANOS SOB VIGILÂNCIA (1979-1987)

MATHEUS PEREIRA DA COSTA

JOÃO PESSOA - PB

2023

**O ESTADO DA PARAÍBA NA MIRA DO SERVIÇO NACIONAL DE
INFORMAÇÕES (SNI):
SINDICATOS URBANOS SOB VIGILÂNCIA (1979-1987)**

MATHEUS PEREIRA DA COSTA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes

Área de Concentração: História e Cultura Histórica

Linha de Pesquisa: História e Regionalidades

**JOÃO PESSOA - PB
2023**

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838e Costa, Matheus Pereira da.

O estado da Paraíba na mira do Serviço Nacional de Informações (SNI) : sindicatos urbanos sob vigilância (1979-1987) / Matheus Pereira da Costa. - João Pessoa, 2023.

215 f. : il.

Orientação: Paulo Giovani Antonino Nunes.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Ditadura militar. 2. Serviço Nacional de Informações (SNI). 3. Movimento sindical - Paraíba - 1979-1987. I. Nunes, Paulo Giovani Antonino. II. Título.

UFPB/BC

CDU 321.64(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Ata nº 272 de defesa de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba de autoria do mestrando MATHEUS PEREIRA DA COSTA, área de concentração História e Cultura Histórica, linha de pesquisa em HISTÓRIA E REGIONALIDADES.

- Ao primeiro dia do mês de setembro do ano de 2023, às 09 horas, em sessão realizada na Sala 509 do CCHLA, atendendo aos princípios ordenadores dos Artigos 67 a 72 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA da UFPB, foi realizada a Sessão de Defesa e Julgamento da Dissertação de autoria do mestrando
- 5 **MATHEUS PEREIRA DA COSTA** matrícula **20211014119**, junto ao PPGH/CCHLA/UFPB, requisito final para obtenção do título de Mestre em História na área de concentração em História e Cultura Histórica, linha de pesquisa HISTÓRIA E REGIONALIDADES, conforme encaminhamento da Professora SURYA AARONOVICH POMBO DE BARROS, Coordenadora do PPGH, e cumprimento do exame de qualificação, pré-requisito para esta
- 10 apresentação, segundo registrado na secretaria do Programa. O trabalho do mestrando foi avaliado pela Banca Examinadora composta pelos(as) professores(as) doutores(as): **PAULO GIOVANI ANTONINO NUNES** (UFPB – Orientador e Presidente da sessão), **ROBERTO VERAS DE OLIVEIRA** (UFPB - Examinador Externo ao Programa) e **ANA BEATRIZ RIBEIRO BARROS SILVA** (UFPB – Examinadora Interna). A realização da sessão de
- 15 Julgamento e Avaliação ocorreu na Sala 509 do CCHLA, divulgado previamente pelo PPGH e com acesso permitido aos interessados em acompanhá-la em tempo real. Iniciada a sessão, o presidente **PAULO GIOVANI ANTONINO NUNES** apresentou os membros da Comissão e, em seguida, indicou ao mestrando para que fizesse, oralmente e pelo tempo de 20 minutos, a apresentação do Trabalho Final intitulado “O ESTADO DA PARAÍBA NA
- 20 MIRA DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI): SINDICATOS URBANOS SOB VIGILÂNCIA (1979-1987)”. Concluída a apresentação, procedeu-se à arguição pelos membros da Banca. Ao final da arguição, foi solicitado ao público presente que saísse da sala a fim de que a banca pudesse deliberar sobre a apresentação do mestrando. Após discussão, a Banca emitiu o seguinte parecer:
- 25 *A banca avaliadora considera que o trabalho contempla uma dissertação em nível de mestrado, sendo uma importante contribuição para historiografia na temática de vigilância dos órgãos de informações de ditadura militar brasileira*



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

30 sob o movimento radical no estado da Paraíba.
A banca indica como o melhor para a vida
física do povo.

35 Assim, decidiu-se pelo conceito APROVADO. Deve a secretaria do
PPGH, após homologação desta ata pelo Colegiado deste Programa, solicitar à Pró-Reitoria
de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba a emissão, na forma da lei, do
respectivo diploma de Mestre em História. Terminada a sessão foi encerrada a reunião, da
40 qual, eu, SURYA AARONOVICH POMBO DE BARROS, Coordenadora do PPGH, lavrei a
presente ata que vai assinada pelos membros da banca e pelo mestrando.

João Pessoa, 01 de setembro de 2023.

45

Orientador

Examinador Externo

50

Examinadora Interna

Mestrando

PSA/MS

Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva

Matheus Pereira da Costa

55

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Adeilson e Claudiana. Sem eles, não.

AGRADECIMENTOS

Não esperava que um dia escreveria os agradecimentos de uma dissertação de mestrado, pois não imaginava que um dia conseguiria ingressar em uma Pós-Graduação. Por isso, esse trabalho não é só meu, mas de todos aqueles que atravessaram comigo essa jornada.

Inicialmente, agradeço aos meus pais, Adeilson e Claudiana (*painho e mainha*). Apesar de não terem formação acadêmica, possuem um conhecimento singular, que nenhum programa acadêmico poderia transmitir. Expresso minha profunda gratidão por todas as suas orientações e apoio, por serem meu porto-seguro, meu cais. Vocês são meu maior exemplo. Minha gratidão não cabe nestas linhas, pois é maior que a vida.

Agradeço também aos meus irmãos, Paulo, Gabriel e Juninho, e minha irmã, Maria Clara (Clarinha, minha *maninha*), pela paciência de cada um e pela compreensão. À Clarinha, pelas conversas que me faziam esquecer os apereios da vida.

À minha vó, dona Terezinha, mulher de muita garra e muita fé. Sua trajetória é mais preciosa que a de qualquer grande figura histórica.

À minha família, agradeço.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes, que me aconselhou, orientou e incentivou na caminhada acadêmica desde a Graduação. Professor, agradeço pela sua paciência e carinho para comigo. Desde já, peço desculpas por qualquer preocupação que lhe causei. Quaisquer equívocos neste trabalho não devem ser imputados a ele, mas unicamente a mim.

Sou grato à Prof.^a Dr.^a Ana Beatriz e ao Prof. Dr. Roberto Vêras pelo aceite de participarem desta banca de defesa. Seus conhecimentos contribuíram, em muito, para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Agradeço também aos professores que tive durante minha Graduação em História, também na UFPB, especialmente à Prof.^a Dr.^a Priscilla Gontijo Leite, com quem tive minha primeira experiência na pesquisa ao ingressar no Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica – PIVIC; Prof. Dr. Ângelo Emílio Pessoa, quando fui

monitor na disciplina Introdução aos Estudos Históricos, por todo apoio e atenção; Profs. Drs. Tiago Bernardon e Martinho Guedes, meu muito obrigado. Aos docentes do Departamento de História em geral, meu muito obrigado. A maestria de cada um me inspira a ser um professor melhor e um pesquisador mais dedicado. À Profa. Livia Maria, minha “eterna preceptora”, por ter me acolhido quando fui residente na Escola Municipal Dom Hélder Câmara por meio do Programa Residência Pedagógica.

Aos meus colegas de mestrado da turma 2021.1, meu respeito, carinho e admiração por cada um e cada uma de vocês.

Aos servidores e à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, obrigado por todo o acompanhamento.

Agradeço à Universidade pública, gratuita e de qualidade. No meio de tantos percalços e desafios impostos, a pesquisa sobreviveu, sobrevive e sobreviverá.

À FAPESQ, pelo apoio financeiro.

RESUMO

Vinculando-se à Nova História Política, este trabalho tem como objetivo analisar a vigilância exercida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre sindicatos urbanos no estado da Paraíba entre 1979 e 1987. A vigilância é entendida enquanto elemento intrínseco ao Estado de Segurança Nacional, estruturado no primeiro ano do golpe civil-militar, e de controle sobre o desenvolvimento econômico e a mobilização sindical. Tendo como objeto de estudo os relatórios produzidos pelos agentes do Serviço, objetiva-se compreender a criação do aparelho repressor e sua estruturação ao longo da ditadura militar, com a difusão de agências regionais nas principais capitais do Brasil, a composição dos quadros de seus oficiais e a territorialização do poder do Serviço no estado da Paraíba. Se procura entender, também, a lógica de produção dos relatórios da repressão, imbuída de uma cultura política autoritária e do imaginário anticomunista. Por fim, este trabalho também se dedica a contribuir com a história do movimento sindical paraibano, ao procurar, por meio da análise dos relatórios, expor situações e lideranças de grande peso para as lutas da classe trabalhadora no território. O principal *corpus* documental utilizado para esta pesquisa compõe-se, majoritariamente, do Fundo SNI – Agência Recife.

Palavras-chave: Ditadura militar; Serviço Nacional de Informações; Paraíba; movimento sindical.

ABSTRACT

Aligned with the New Political History, this study aims to analyze the surveillance carried out by the National Information Service (SNI) on urban unions in the state of Paraíba between 1979 and 1987. Surveillance is understood as an intrinsic element of the National Security State, structured in the first year of the civil-military coup, and aimed at controlling economic development and labor mobilization. By focusing on the reports produced by the Service agents, the objective is to understand the creation of the repressive apparatus and its structuring throughout the military dictatorship, with the establishment of regional agencies in the main capitals of Brazil, the composition of its officers, and the territorialization of the Service's power in the state of Paraíba. It also seeks to understand the logic behind the production of repression reports, imbued with an authoritarian political culture and an anti-communist imaginary. Finally, this study also contributes to the history of the labor movement in Paraíba by seeking to expose, through the analysis of the reports, situations and influential leaders in the struggles of the working class in the territory. The main documentary corpus used for this research consists mainly of the SNI - Recife Agency Archive.

Keywords: Military dictatorship; National Information Service; Paraíba; labor movement.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Agência Central
ADUF/PB	Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba
AESI	Assessorias Especiais de Informações
AI-1	Ato Institucional nº1
AI-5	Ato Institucional nº 5
AIB	Ação Integralista Brasileira
ALN	Ação Libertadora Nacional
AMPEP	Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba
ANAMPOS/PB	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais da Paraíba
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AR	Agência Regional
ARE	Agência Recife
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ASI	Assessorias de Segurança e Informações
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CELB	Companhia de Eletricidade da Borborema
Cenimar	Centro de Informações da Marinha
CGI	Comissão Geral de Investigações
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIA	Central Intelligence Agency
CIE	Centro de Informações do Exército
Cisa	Centro de Informações da Aeronáutica
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
CONCLAT	Congresso Nacional da Classe Trabalhadora
CONDI	Conselho de Defesa Interna
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CSN	Conselho de Segurança Nacional

CSSN	Conselho Superior de Segurança Nacional
CTB	Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CTCC	Comissão dos Trabalhadores da Construção Civil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DOI	Destacamento de Operações de Informações
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informações
EMFA	Estado Maior das Forças Armadas
ENCLAT	Encontro Nacional da Classe Trabalhadora
ESG	Escola Superior de Guerra
ESG	Escola Superior de Guerra
EsNI	Escola Nacional de Informações
FBI	Federal Bureau of Investigation
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FTIEPb	Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES	Instituto de Pesquisas Econômicas
IPM	Inquérito Policial Militar
LSN	Lei de Segurança Nacional
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MUT	Movimento Unificador dos Trabalhadores
NUSISA	Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Oban	Operação Bandeirantes
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDS	Partido Democrático Social
PF	Polícia Federal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNI	Plano Nacional de Informações
PNI	Plano Nacional de Informações
POC	Partido Operário Comunista

PT	Partido dos Trabalhadores
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contrainformação
SG/DN	Secretaria Geral da Defesa Nacional
SINTEP	Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado da Paraíba
SISSEGIN	Sistema de Segurança Interna
SNI	Segurança Nacional de Informações
SSIMC	Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Cíveis
SSIMM	Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Militares
SuSIEM	Subsistema de Informações Estratégicas Militares

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Organograma dos órgãos repressivos da ditadura..	55
Figura 2. Organograma com a estrutura do SISNI..	62
Figura 3. Sede do serviço secreto em Brasília.....	80
Figura 4. Parte da primeira página do informe sobre a situação da área do trabalho...	85
Figura 5. Movimento grevista iniciado pelos professores.	116
Figura 6. Ato Público em apoio aos metalúrgicos do ABCD/SP	118
Figura 7. Identificação dos agentes dos serviços de informações..	119
Figura 8. Infiltração comunista nos diversos setores de atividades.....	120
Figura 9. Eleição da nova diretoria da ADUFPB..	121
Figura 10. Principais presenças no ato público em Alagoa Grande.	124
Figura 11. Infiltração comunista nos diversos setores de atividades.....	125
Figura 12. Ficha de acompanhamento da entidade (parte 1).....	136
Figura 13. Ficha de acompanhamento da entidade (parte 2).....	136
Figura 14. “Capa” do Arquivo que contém o informe do lançamento do PT.	138
Figura 15. Presença de Lula na cidade de João Pessoa.....	140
Figura 16. Divisões regionais do Serviço Nacional de Informações (SNI).	148
Figura 17. Abreviaturas dos órgãos integrantes da Agência Central.....	151
Figura 18. Capa total de um ACE. Quadros e decodificações elaborados pelo autor.	153
Figura 19. Página inicial de um arquivo .pdf de um ACE.	153
Figura 20. Ameaça de greve no setor energético.....	155
Figura 21. A CELB em 1982.....	156
Figura 22. Prontuário de Luiz Hugo Guimarães.....	163
Figura 23. Prontuário de Luiz Hugo Guimarães.....	164
Figura 24. Luiz Hugo Guimarães tomou posse pela primeira vez	165
Figura 25. Luiz Guimarães com o Presidente João Goulart.....	166
Figura 26. PT faz homenagem a Derly Pereira.	168
Figura 27. Relação das pessoas identificadas no II CECUT.....	170
Figura 28. I Encontro Interestadual de Bancários Anistiados do Nordeste.	171
Figura 29. Diretoria do SEEB/PB.....	172
Figura 30. V Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras.....	173
Figura 31. Movimento grevista dos bancários em 1986	175
Figura 32. Panfleto “Classe Média – um pacto de sobrevivência”	177
Figura 33. Situação na área do trabalho - 4.2..	181

Figura 34. Manchete do Jornal A União sobre a greve dos médicos.....	182
Figura 35. Situação na Área do Trabalho - 4.2.....	182
Figura 36. Movimento grevista de médicos em solidariedade à greve nacional.....	183
Figura 37. Movimento grevista dos médicos residentes em João Pessoa.....	183
Figura 38. Trecho onde “Renô” é citado.....	184
Figura 39. Movimento de paralisação das classes trabalhadoras	185
Figura 40. Servidores da área da saúde de João Pessoa em greve.....	186
Figura 41. Trecho do documento que trata sobre a reunião na FIESP/PB.....	187
Figura 42. Encontro Intersindical do Estado da Paraíba.	189
Figura 43. Jornal A União no dia 19 de agosto de 1982.....	190
Figura 44. João Figueiredo abraçando um trabalhador na Paraíba.....	191
Figura 45. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca	192
Figura 46. Anúncio da visita de Luiz Inácio Lula da Silva.	192
Figura 47. Pautas discutidas no V Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras.....	195
Figura 48. Parte da ficha de acompanhamento de entidade – CGT/PB.....	197

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quadro com os Presidentes da República.....	80
Quadro 2. Entidades sindicais filiadas à CUT.....	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 - O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI): HERANÇA, DOCTRINA E ESTRUTURA.....	36
1.2 O Conselho de Defesa Nacional (1927) e o Conselho Superior de Segurança Nacional (1934)	38
1.2.1 O Conselho de Defesa Nacional: influências e conjuntura de sua criação	38
1.2.2 O Conselho Superior de Segurança Nacional (1934): reorganização e redimensionamento	42
1.3 O Serviço Federal de Informações e Contrainformação (1946): criação, competências e ação	45
1.4 O Serviço Nacional de Informações (SNI): da concepção à extinção	51
1.4.1 O aparato de repressão e informações na abertura política	64
CAPÍTULO 2 – O MOVIMENTO SINDICAL URBANO NA PARAÍBA (1979- 1987)	90
2.1. A construção da luta sindical no estado da Paraíba: a experiência democrática (1946-1964)	90
2.2. Estado autoritário e sindicatos no pós-64	93
2.2.1 Mais que nominalismo, empiria: a natureza do golpe	93
2.3. Contra a “República Sindicalista”: a repressão sobre os sindicatos na ditadura militar	97
2.4. Uma nova força sindical entra em cena	103
2.4.1. O processo de transição para a democracia na Paraíba e os ecos do <i>novo sindicalismo</i> no estado da Paraíba	113
2.5. Uma “década perdida”?	141
CAPÍTULO 3 – O ESTADO DA PARAÍBA NA MIRA DO SNI: SINDICATOS URBANOS SOB VIGILÂNCIA (1979-1987).....	143
3.1. Breves considerações acerca dos arquivos da ditadura: trajetória histórica e lutas políticas	143
3.2. Considerações iniciais acerca da documentação do Fundo SNI – Agência Recife	149
3.3. Sindicatos vigiados.....	154
3.3.1. O caso da Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB).....	154
3.3.2. A vigilância sobre o Sindicato dos Bancários na Paraíba.....	160
3.3.3. A vigilância sobre o Sindicato dos Médicos da Paraíba.....	179
3.3.4. A vigilância sobre reuniões, Encontros e Congressos	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	199
REFERÊNCIAS.....	203

INTRODUÇÃO

“O SNI não é sabonete que se vende à opinião pública através da propaganda’. A frase de um militar explica a barreira de silêncio com que o Serviço Nacional de Informações protege as suas atividades”.
Revista *Veja*, 15/10/1969, p. 24.

“Como é? O aumento sai ou não sai?” – perguntou o Sr. Abval Vilar Ramos, auxiliar administrativo da Companhia de Eletricidade da Borborema - CELB, ao diretor da companhia, Sr. Edvan Pereira Leite. Disse também que iria promover uma greve caso não fosse concedido o aumento e/ou o abono de 15% aos servidores da CELB e aos associados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado da Paraíba, do qual era presidente. O Sr. Abval, que afirmava também ser ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), dedicava todo o seu tempo ao Sindicato, onde expressava abertamente sua oposição à política econômica do Governo Federal. A diretoria, entretanto, disse ser impossível atender as concessões. Abval, então, afirmou que convocaria uma assembleia, mas não teve o apoio da classe.

Dois anos depois, no ano de 1981, liderou, junto com José Pereira dos Santos (“Peba”), o 1º de Maio Unificado na cidade de Campina Grande. No ato público, convocaram os trabalhadores à unificação e contra o salário de fome e desemprego. Abval era tido como uma figura de temperamento explosivo e radical. Taperoense nascido no ano de 1922, vivenciou e experimentou momentos políticos intensos, como a instauração do Estado Novo (1937-1945), a passagem pela experiência democrática (1945-1964), o golpe civil-militar de 1964 e a ditadura militar. Nos ares do processo de distensão política, militava pela classe trabalhadora. O fazia sendo vigiado e fichado pelos agentes da repressão. Se soubera disto ou não, não há como afirmarmos. O que podemos alegar é que a sua história se cruza com a de milhares de brasileiros e brasileiras que tiveram suas vidas espionadas, documentadas e arquivadas na estrutura de vigilância do Estado brasileiro no período ditatorial.

O trecho da Revista *Veja*, que destacamos nas primeiras linhas desta Introdução, possui um distanciamento temporal de doze anos em relação ao segundo documento referenciado sobre o Sr. Abval. Duas realidades temporais e geograficamente distantes, mas sob uma mesma doutrina assombrosa: a da militarização da administração federal. É

o estudo dessa doutrina – a qual chamaremos de “doutrina de Segurança Nacional” – que permeia a presente Dissertação.

Nosso “encontro” com o documento sobre o Sr. Abval deu-se ainda na graduação em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Enquanto graduando, tive a oportunidade de ser bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) entre agosto de 2019 e julho de 2020. Na ocasião, orientado pelo Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes, buscamos fazer uma explanação geral das fontes do Fundo SNI – Agência Recife referentes ao movimento sindical paraibano¹. Como resultado desse trabalho, obtivemos um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido no ano de 2020. Agora, no mestrado, algumas ideias foram amadurecidas e *insights* surgiram. Assim, esta Introdução está dividida em quatro momentos: a abordagem dos documentos, a questão bibliográfica, a perspectiva teórico-metodológica e a divisão da Dissertação.

Em primeiro lugar, a abordagem dos documentos. Desde já, sempre que nos referirmos a “documento” ao longo da escrita e leitura do trabalho, queremos dizer o documento histórico. Dito de outra maneira, o informe era “transformado” em uma informação que compõe um relatório e que, passando a ser fonte histórica, torna-se documento. Esses documentos são chamados de “documentos sensíveis” porque foram produzidos pela repressão com o propósito de reprimir, e apontam para questões de justiça e consolidação da democracia (Bauer, 2009). O Fundo SNI - Agência Recife foi entregue pelo Arquivo Nacional à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) em 4 de abril de 2016², e encontra-se no Memorial da Democracia da Paraíba, instalado na Fundação Casa de José Américo (FCJA)³. O acervo totaliza um montante de 5.536 documentos que abordam os mais variados temas: política e políticos, organizações ideológicas, administração pública, questões trabalhistas, sindicais e religiosas; produção agropecuária, industrial e orçamentária; ciência e tecnologia, transporte, energia, comunicações etc.

A entrega do Fundo SNI – Agência Recife foi possibilitada graças a uma longa luta iniciada ainda na década de 1970, travada principalmente por familiares de mortos e

¹ O recorte temático se deu frente a outros Planos de Trabalho desenvolvidos no Projeto *A sociedade civil sob vigilância: atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba (1964-1985)*. Os Planos se desdobraram em dissertações de mestrado e um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), como abordaremos mais à frente.

² Na época, o presidente da Comissão era o Prof. Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes. A trajetória da CEVPM-PB, trabalhos e eventos, bem como a entrega do Fundo SNI – Agência Recife, está registrada no Relatório Final da Comissão Estadual. O mesmo pode ser acessado no endereço: https://cev.pb.gov.br/relatorio-final/cev-pb_relatorio-final.pdf/view.

³ A Fundação está localizada na Avenida Cabo Branco, no bairro Cabo Branco, em João Pessoa.

desaparecidos políticos na ditadura, pela abertura dos arquivos dos órgãos de repressão. Mais recentemente, o decreto 5.584 de 18 de novembro de 2005 determinou que os acervos dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Serviço Nacional de Informações (SNI) e Comissão Geral de Investigações (CGI), que estavam sob a guarda da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), deveriam ser entregues ao Arquivo Nacional até o dia 31 de dezembro de 2005⁴. A nível estadual, o decreto 31.816 de 29 de novembro de 2010⁵ autorizou o acesso e pesquisa aos órgãos de inteligência e informação operantes durante a ditadura militar, como a Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado, divisões de inteligência da polícia civil e militar da Paraíba e as assessorias de informação instaladas na administração estadual.

Em segundo lugar, algumas leituras foram fundamentais para orientar a pesquisa. Esse ponto decorre do primeiro no sentido de que a abertura dos arquivos da repressão foi um produto e produtor de pesquisa histórica⁶. Evidentemente, outros campos do saber se debruçam sobre questões diferentes de suas áreas. O Direito, por exemplo, investigando a manutenção de uma agência de inteligência e informações, como a Abin, em um Estado Democrático de Direito⁷. No caso da História, algumas produções são relevantes quando se analisa o Serviço Nacional de Informações⁸.

Publicado em 1983, o livro *SNI: como nasceu, como funciona* da jornalista Ana Lagôa, foi resultado de um intenso trabalho jornalístico realizado pelos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. As matérias eram publicadas pela imprensa, de maneira dispersa, sendo ordenadas e reunidas pelo sociólogo Paulo Baía. No livro, escrito no calor das Campanhas das Diretas Já!, a autora discute a montagem e o crescimento do sistema

⁴ Decreto disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5584.htm. Acesso em outubro de 2019. Acesso em 08 de julho de 2022.

⁵ Disponível em: http://static.paraiba.pb.gov.br/diariooficial_old/diariooficial30112010.pdf. Acesso em 08 de julho de 2022.

⁶ Historiadores ainda debatem a temática da abertura desses arquivos, principalmente aqueles voltados para o estudo sobre o período da ditadura militar. As produções historiográficas vão desde estudos comparativos, como o artigo de Fagundes (2018), intitulado *Os arquivos da repressão no Brasil e no Cone Sul: uma análise historiográfica*, a questão nacional, como o artigo de Ishaq e Franco (2008) intitulado *Os Acervos dos Órgãos Federais de Segurança e Informações do Regime Militar no Arquivo Nacional*.

⁷ Na história política brasileira recente, a Abin foi alvo de notícias em jornais principalmente por conta do envolvimento do Poder Executivo em sua gerência. Sobre essa questão, uma compilação de textos jornalísticos de autoria de Carlos Machado e Ivonaldo Leite está disponível, gratuitamente, no endereço: <https://afipeasindical.org.br/content/uploads/2020/06/Espionagem-nas-universidades.pdf>. Acesso em 08 de julho de 2022.

⁸ Aqui, estamos preocupados apenas em relação às produções sobre o SNI. Não negamos, entretanto, que muitas outras obras contornam a temática. Sobre essas produções feitas ainda no calor da ditadura militar, ver FICO, Carlos. **Além do golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

de informações durante a ditadura militar. Nele, Lagôa ressalta a intromissão do SNI nas questões sociais e políticas para além de suas atribuições.

Publicado seis anos depois, em 1989, o livro *Nos porões do SNI: o retrato do monstro de cabeça oca*, do também jornalista Ayrton Baffa, possui caráter mais denunciativo. Isso pelas próprias experiências do autor que, por ter denunciado a falta de liberdade de imprensa no Palácio Laranjeiras, teve sua credencial tomada. Em outras ocasiões, foi chamado ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e ao Centro de Informações do Exército (CIE) para ser interrogado por suas matérias “desagradáveis” sobre o SNI publicadas no final de 1987⁹. Em seu livro, denuncia a filosofia da Doutrina de Segurança Nacional, detalhando quem eram os inimigos, como eram escolhidos e os temas privilegiados pelos “besouros do SNI”. Suas provas, cerca de 100 kg de papel, analisadas por mais de cinco anos, hoje são nossas fontes.

Na historiografia, destacamos o trabalho de Carlos Fico *Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*, publicado em 2001. Prefaciado por Jacob Gorender, o livro explora os documentos oficiais do arquivo da extinta Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério da Justiça. Ainda que restrito a analisar os documentos reservados e confidenciais, a obra explana a atuação dos órgãos de informações e repressão na ditadura, reconstruindo toda a formação da estrutura militar e burocrática no período. A conclusão a que o autor chega, que é a deste trabalho também, é que nunca houve na história do Brasil um aparelho repressivo tão complexo e ramificado como o que surgiu naquela época.

No mesmo ano, é publicado *SNI & ABIN: Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. De autoria de Priscila Antunes, o livro, que é uma versão modificada de sua dissertação de mestrado, tem seu destaque pelas discussões trazidas pela autora que vão desde questões conceituais (inteligência, informação, segurança, segredo, entre outros) à operacionais (o ciclo de inteligência, os serviços de informações no Brasil e o debate político de implementação da Abin).

Voltando para o jornalismo, em 2005, o jornalista Lucas Figueiredo lançou seu livro *Ministério do Silêncio*. Nele, o autor aborda a construção histórica dos serviços de

⁹ Baffa foi fichado pelo SNI. No relatório produzido pelos agentes, registra-se o episódio de cassação da sua credencial e foi ressaltada a necessidade de neutralizar suas publicações à época. O documento é de dezembro de 1987 e pode ser acessado pelo link: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_DFANBSB_V8/MIC/GNC/III/87007984/BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_III_87007984_d0001de0001.pdf. Acesso em maio de 2023.

informações e segurança na história republicana brasileira. Em três anos de trabalho, Lucas Figueiredo trabalhou com fontes orais e com os documentos sigilosos reunidos em sete anos de pesquisa. Mais pesados do que os de Baffa, os 26 quilos de documentos que abrangeram o período de 1944 a 2003 serviram para mostrar como o Serviço resistiu a conviver com a democracia. Além de suas notas extensas, as discussões profundas e entrecruzamento de dados são importantes para não apenas termos uma visão panorâmica da construção dos serviços secretos brasileiros, mas uma perspectiva dos micropoderes envolvidos na manutenção do aparelho repressivo da ditadura militar. Para o autor, o serviço secreto tinha apenas um inimigo: o povo.

Até aqui, tratamos apenas de uma bibliografia nacional. Em âmbito regional, as pesquisas sobre o SNI vêm, em muito, surgindo a partir de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Como exemplo, apenas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (PPGH-UFPB), temos as seguintes dissertações sobre o SNI: *A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI (1964-1985)*, de Maria Tereza Dantas Bezerra Soares, defendida no ano de 2020; *“Onde termina a justiça social e começa a subversão?” Igreja católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985)*, de Olga Larissa Veiga, defendida também em 2020; *Vigilância e controle: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964-1985)*, de Elissandra Dias Costa, defendida no ano de 2021. Além do Fundo SNI – Agência Recife, esses trabalhos também se apoiam no Relatório Final da *Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba*, lançado em 2017, e no Relatório Final da *Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa*, de 2020.

Da mesma forma, como esta dissertação se propõe a investigar a vigilância do SNI sobre o movimento sindical paraibano, é oportuno destacarmos aqui algumas obras que tiveram importância para a análise da situação da classe trabalhadora no pré-golpe e durante a ditadura militar. O livro *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*, de autoria do historiador Marcelo Badaró Mattos, foi essencial para termos uma visão panorâmica sobre o movimento sindical brasileiro. Publicada em 2009, a obra aborda a história dos sindicatos no Brasil desde sua origem. A dissertação de mestrado da historiadora Heliene Chaves Nagasava, *“O sindicato que a ditadura queria”: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967)*, defendida em 2015, e a tese de doutorado da historiadora Ana Beatriz Ribeiro Barros Silva, *O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante*

a ditadura militar brasileira (1964-1985), defendida em 2016, também foram importantes no sentido de compreendermos, mais detalhadamente, a aliança entre empresários e militares para o enfrentamento das questões sindicais e trabalhistas durante a ditadura militar.

Na perspectiva regional, destacamos os trabalhos do historiador Paulo Giovanni Antonino Nunes¹⁰, especialmente seu artigo *Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba*¹¹ e sua dissertação de mestrado *A Questão Democrática no Sindicalismo Cutista do Estado da Paraíba*, defendida em 1996. No artigo, o autor aborda a situação da classe trabalhadora no estado da Paraíba no contexto pós-golpe, destacando a agilidade dos repressores em relação aos expurgos e intervenções nas entidades sindicais. Em sua dissertação, estuda as práticas democráticas dos sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores da Paraíba (CUT/Pb). Ainda, duas outras dissertações merecem destaque: *Tecendo fios, fazendo história: A atuação operária na cidade fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964)*, do historiador Eltern Campina Vale, defendida em 2008; e *Movimento sindical urbano na Paraíba: organização, lutas por direitos e repressão aos trabalhadores (1958-1964)*, da historiadora Paula Tamyres Veríssimo da Silva, defendida em 2021.

Apesar de o recorte temporal desses trabalhos ser anterior ao proposto nesta dissertação, eles nos são úteis por conta da contextualização, de explicar como saímos do “então” para o “agora” em relação ao recorte da nossa pesquisa. A dissertação de Vale nos permitiu entender as experiências de classe no estado como um todo e mais especificamente no município de Rio Tinto, cujo sindicato têxtil sofreu intervenção e

¹⁰ O autor possui também publicações sobre a atuação do SNI no estado da Paraíba. NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba: a vigilância aos políticos”. In: BEZERRA, Josineide da Silva.; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos.; NUNES, Paulo Giovanni Antonino Nunes. (Orgs.). **História Política: rupturas institucionais e revoluções**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018; NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): Vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985). In: Saeculum: Revista de História. N. 39, jul.dez.. 2018, João Pessoa: Universitária, 2018 p. 19; NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “A vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a Campanha da Anistia na Paraíba (1978-1979)”. In. TOSI, Giuseppe.; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra.; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (Orgs.). **40 anos da anistia no Brasil: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.; NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): A vigilância sobre atividades acadêmicas extracurriculares” (1977-1986). In. PRIORI, Ângelo.; BATISTA, Eliana Evangelista.; BOMBA, Guilherme Alves. (Orgs.). **Política, violência e autoritarismo no Brasil (Século XX)**. Maringá-PR: Edições Diálogos; Editora: PPH-UEM, São Paulo-SP: Anpuh-GTNHP, Editora: PPH-UEM, Maringá-PR, 2021. pp. 247-270.

¹¹ NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba”. In. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. (Org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. Campina Grande: EDUEP, 2015, pp. 179-214.

vigilância constante do Exército Brasileiro. A dissertação de Silva, ao fazer um estudo sobre a experiência democrática na Paraíba, nos permitiu ter uma visão mais ampla sobre o processo político naquele momento.

Também realizamos a leitura da dissertação de mestrado do sociólogo Roberto Vêras de Oliveira, intitulada *A CUT somos nós: a experiência da CUT e a questão da participação no imaginário dos militantes que atuam na Paraíba*, defendida em 1994. O estudo analisa como os militantes que faziam parte da CUT na Paraíba percebiam sua participação e a experiência vivida dentro da organização. Através de suas declarações, o autor buscou compreender as dinâmicas estabelecidas e como eles se posicionam diante delas. A leitura da dissertação se deu pela necessidade de compreendermos não apenas a atuação da CUT no estado da Paraíba, mas por nos permitir visualizar a atuação sindical na região na virada da década de 1970 para 1980.

O fio condutor teórico que acompanha a pesquisa desde a sua problemática é o da teoria social marxista. A matriz marxista orientou nossa leitura dos documentos e nossa abordagem da literatura existente sobre a problemática. Essa escolha teórica se deu devido a alguns fatores. Primeiro, entendemos que os conceitos de *classes sociais* e *luta de classes* são essenciais para compreendermos o pré e o pós-golpe de 1964. O segundo ponto que decorre deste é o entendimento de que o Estado que se estruturou pós-golpe tinha, no âmago do seu projeto político de poder, um bloco elitista (empresarial, civil e militar) que servisse aos interesses econômicos por meio da dominação e exploração da classe trabalhadora.

Em primeiro lugar, a questão das classes sociais e luta de classes. Em uma perspectiva mais recente, o conceito de classes tem sido debatido desde a década de 1970 em relação a sua eficácia na análise dos fenômenos sociais. Segundo Marcelo Badaró Mattos, esse debate possui dois suportes principais:

O primeiro deles é o recuo no seu emprego por cientistas sociais em geral e historiadores em particular. O segundo eixo diz respeito às razões pelas quais tais pesquisadores identificam na atualidade uma configuração social em que as classes sociais e suas lutas já não seriam autorreferências para os grupos humanos, ou o seriam numa escala muito limitada e secundária, o que significaria sua fragilidade como conceitos-chave para o entendimento do presente, ou mesmo do passado.¹²

¹² MATTOS, Marcelo Badaró. *Classes Sociais e Luta de Classes: a atualidade de um debate conceitual. Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 20, 2007, p. 48.

Voltando nosso olhar para Marx e Engels, percebe-se que o conceito possui sim materialidade. Em uma leitura inversa aos dois eixos acima, os autores propuseram a ideia de classe baseada em alguns princípios. Primeiro, o da diferença. Uma classe só se constitui em relação – de exploração, oposição – a outra(s) classe(s). Segundo, o do papel transformador que as classes sociais operam na/para a transformação social. Enfim, para os autores,

Os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta comum contra uma outra classe; de resto, eles mesmos se posicionam uns contra os outros, como inimigos, na concorrência. Por outro lado, a classe se autonomiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe a sua posição na vida e, com isso, seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela. É o mesmo fenômeno que o da subsunção dos indivíduos.¹³

Apresentando perspectivas alternativas, sob uma base marxiana¹⁴, aos conceitos de classe e consciência de classe, o historiador britânico Edward Palmer Thompson publicou em 1963 sua obra *The Making of the English Working Class*¹⁵. A contribuição do autor para esta dissertação se dá em seu entendimento sobre o *fazer-se* da classe trabalhadora. Para Thompson, a classe se faz como resultado das experiências comuns, partilhadas ou herdadas, que fomentam sentimentos e articulam ações políticas que reafirmam a identidade de grupo contra os interesses de outros que diferem dos seus (geralmente em uma relação de oposição). Assim, Thompson foge do entendimento binário de classe (meios de produção – trabalhadores) e insere um novo elemento para sua compreensão: a *experiência*. Nas palavras do autor,

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores,

¹³ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007, p. 63.

¹⁴ Sobre a trajetória de E. P. Thompson, bem sua crítica ao “culturalismo” e “estruturalismo” no pensamento marxista, Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

¹⁵ Publicada no Brasil em 1987 com o título *A Formação da Classe Operária Inglesa*, a obra possui três volumes. Sobre a recepção do livro e os seus impactos nas produções historiográficas no Brasil, Cf. MATTOS, Marcelo Badaró. A formação da classe operária inglesa: história e intervenção. *Trabalho necessário*, ano 12, n. 18, p. 18-41, 2014.

ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe.¹⁶

A análise de Thompson revela, também, a tensão dinâmica entre os limites e as brechas nas relações de poder. Os primeiros são explicados pelo autor como resultantes da “hegemonia cultural”, uma tentativa de aplicar o conceito de Gramsci a uma sociedade pré-industrial. As brechas, por sua vez, são consequência de uma combinação complexa de diferenças e conflitos entre os “grupos dominantes”, a redução da influência da Igreja, a fragilidade do aparelho estatal e o acesso remanescente ao controle dos meios de produção por parte dos “plebeus”. O poder não é apenas uma questão de relações e, devido a essa natureza, não se limita apenas a aspectos coercitivos ou racionais. Ele requer representação e a capacidade de evocar emoções. O poder também é encenado, como observado por Balandier (1982).

Para finalizarmos essa parte conceitual, cabe-nos ainda discutir a nossa perspectiva sobre o Estado que se estruturou na conjuntura pós-1964. Para isso, dois conceitos foram importantes tanto para a orientação teórica desta pesquisa, como para a leitura dos documentos do Fundo SNI – Agência Recife. Eles orientaram, mas não determinaram nossa leitura. O primeiro é o de *Estado Ampliado*, do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci. Em sua visão, haveria

três níveis de percepção da sociedade e do Estado: a) a **infra-estrutura** - que, tal como para Marx, consiste no espaço das relações de produção e de trabalho, na economia. simplificadamente falando; b) a **sociedade civil** - conjunto dos indivíduos organizados nos chamados aparelhos privados de hegemonia e cerne da ação/pressão política consciente, dirigida a obter certos objetivos e, finalmente, c) a **sociedade política** - ou “Estado em sentido restrito”, identificado ao que mais comumente designamos como Estado, isto é, o conjunto de aparelhos e agências do poder público, propriamente dito. O peculiar na visão de Estado ampliado de Gramsci é que ele, enquanto relação social, engloba **tanto a sociedade civil quanto a sociedade política**, numa interação permanente¹⁷.

Nessa perspectiva, o Estado autoritário que se constitui no pós-64 objetivou construir e assegurar sua hegemonia sobre a sociedade civil. Nessa mesma linha de pensamento, em 1981 foi lançada a obra *1964: a conquista do estado – Ação política, poder e golpe de classe*, de René Armand Dreifuss. Sendo o primeiro pesquisador a

¹⁶ THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.10.

¹⁷ MENDONÇA, Sônia R. Estado e Sociedade. In: Mattos, Marcelo B. (org). **História: pensar e fazer**. Rio de Janeiro: Laboratório de Ensino de História, 1998.

compreender o golpe de 1964 como um golpe de classe, discutiu ostensivamente a participação, articulação e o papel decisivo do empresariado na efetivação do golpe. Observou também que um projeto de classe vinha se delineando e sendo gestado no interior do complexo IPES-IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática). Segundo o autor, “A elite orgânica empresarial se fez defensora e porta-voz dos pontos de vista moderados do centro, ampliando as perspectivas elitistas e consumistas das classes médias e fomentando o temor às massas” (DREIFUSS, 1981, p.230).

A filosofia dessa hegemonia foi a do terrorismo estatal, ou, como nomeia Henrique Serra Padrós, *Terrorismo de Estado*¹⁸ (TDE). Este é o segundo conceito importante para a nossa perspectiva do Estado constituído. Segundo Padrós (2007), o TDE é a instauração de uma “cultura do medo” em um “estado de guerra permanente”, contra um suposto “inimigo interno” localizado no interior da sociedade civil. Por vias coercitivas, punitiva e “pedagógica”, se busca provocar e disseminar o medo no cotidiano da sociedade brasileira e, também, legitimar a eliminação do “inimigo interno”, “subversivo” e suas “ameaças”. Além disso, na perspectiva do autor, o TDE também busca enquadrar a população em um novo comportamento político desejado e conformar as instituições para associar, obedecer ou aderir ao projeto autoritário.

Nessa lógica conceitual que buscamos estabelecer mais acima, como, então, insere-se o Serviço Nacional de Informações (SNI)? Essa pergunta será melhor respondida no primeiro capítulo, onde nos debruçaremos sobre a construção do Serviço. De antemão, adiantamos que o SNI foi um dispositivo repressivo utilizado pela elite militar para satisfazer as demandas da burguesia empresarial. Dito de outra forma, a classe empresarial precisava de mecanismos que garantissem a preservação de seus interesses, solidificando, assim, sua hegemonia. Visto que essa hegemonia seria construída – ainda que dialeticamente¹⁹ –, no seio da “elite orgânica”, os militares golpistas tinham o *Serviço ao seu serviço* – e que serviu bem, por exemplo, ao informar sobre as práticas indesejadas do Sr. Abval, citado no início desta introdução.

Considerando a aplicação do conceito de *cultura política* nesta pesquisa, é importante considerar as noções de *representação* e, conseqüentemente, os conceitos de

¹⁸ PADRÓS, Henrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança e Terror do Estado. In **Revista História e Luta de Classes**, n. 4, p. 43-49, jul. 2007.

¹⁹ A partir da década de 1970, o SNI vai entrar em uma fase de agigantamento, ganhando novas funções. Dado que o objetivo principal do SNI era manter o controle, também os empresários eram vigiados, suas contas abertas e seus dados fichados. Mais a frente detalharemos melhor esse momento.

ideologia e imaginário social. Ao abordar as representações dentro do conceito de cultura política, Motta (2009) entende a cultura de maneira ampla, englobando elementos como ideologia, linguagem, memória, imaginário e cultura visual diversificada (como cartazes, emblemas, caricaturas, filmes, fotografias e bandeiras). Essas representações envolvem a mobilização de mitos, símbolos, discursos e vocabulário.

No que diz respeito à ideologia, Motta (2009) destaca que ela pode agregar ao conceito de cultura política ao fornecer um conjunto de ideais que moldam projetos políticos específicos e motiva a busca pelo poder.

Quanto ao conceito de *imaginário social*, Motta (2009) ainda enfatiza sua contribuição por atribuir sentido de coesão e identidade aos grupos sociais. O imaginário social consiste na representação ou conjunto de representações imagéticas de diferentes aspectos da vida social, como anseios, temores, utopias, valores e crenças. Essas representações do imaginário podem não coincidir totalmente com a realidade, mas também não são simplesmente uma mistificação. Em vez disso, ajudam na construção de percepções da realidade.

Dado que buscaremos analisar a “interação permanente” entre o político e o social, entre o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o movimento sindical urbano da Paraíba, a presente dissertação está alocada no campo da Nova História Política em diálogo com o conceito de *cultura política*. Partimos do pressuposto de que os documentos oficiais possuem uma *intencionalidade discursiva* cuja base ideológica era a Doutrina de Segurança Nacional. Ou seja, entendemos que a construção de um texto pelo seu produtor possui objetivos a serem alcançados: minar a organização e a mobilização dos trabalhadores, monitorar suas atividades e seus líderes, descredibilizar e difamar as pautas do movimento, e realizar prisões, perseguições e intervenções nos sindicatos. Relacionando à nossa problemática de pesquisa, por meio da empiria, pudemos compreender que os documentos oficiais produzidos pelos agentes do SNI objetivaram cultivar o *imaginário anticomunista* – que já possuía longevidade e força no Brasil – por meio do *Estado de Terror*, lastreado pela *Doutrina de Segurança Nacional*.

Essa concepção de documento, no entanto, foi fruto de intensos debates dentro da ciência histórica que remonta ao século XIX. Durante esse período, os documentos oficiais foram entendidos como as únicas fontes possíveis na mediação do conhecimento histórico. A Escola Metódica²⁰ privilegiou exclusivamente o documento de Estado,

²⁰ José Carlos Reis, em seu texto “*A escola metódica, dita “positivista”*”, argumenta que a ideia de que os positivistas eram portadores de uma “anti-história” foi, na verdade, uma caricatura dos *Annales*. Se

ficando sua análise restrita aos acontecimentos políticos de curta duração e às biografias dos “grandes homens”, estadistas e militares. A partir de 1920, com o novo programa desenvolvido pela Escola dos Annales em relação à História Tradicional, a abordagem tradicional do político vai sofrer duras críticas. Considerada elitista, biográfica e psicológica, por privilegiar apenas o individual, o particular, o singular, ela era narrativa. A História Política Tradicional, dessa forma, entrava no seu ostracismo e a *História Nova* emergia.

As duas primeiras gerações dos Annales (1929-1946/1946-1968) deslocaram o foco de análise da produção historiográfica francesa. Sendo características as perspectivas antropológica e econômica na produção histórica desse momento, a figura e a ação humana, seu modo de viver, sentir e pensar, bem como os estudos baseados nas estatísticas, foram temas predominantes nesse momento.

No entanto, é no interior da terceira geração (1968-1988), lá pela década de 1970, que ocorreu o “retorno” à História Política. O historiador José D’Assunção Barros, em seu artigo *História Política: da expansão conceitual às novas conexões interdisciplinares* nos alerta para sermos cautelosos com essa ideia de “retorno”. Concordamos com o autor que o político não saiu de cena, apenas não ocupou mais o centro das preocupações dos historiadores. Marc Bloch, por exemplo, em sua obra sobre os Reis Taumaturgos, apesar de estar preocupado com as questões do imaginário e mentalidades, trouxe uma nova concepção do *político*, isto é, de que o poder é revelado em diversas instâncias, como nas crenças e mentalidades. Além disso, Barros argumenta que não era contra a História Política que os *Annales* estavam lutando, mas contra *um tipo de História* que estava sendo feita até então. Por isso, não foi unicamente contra ela, mas também contra as todas outras velhas histórias (Social, Econômica entre outras) que os Annales se insurgiram²¹.

Com os novos problemas, novos métodos e novos objetos trazidos pela *Nova História*, a História Política, criticada pelos Annales e por certos marxismos de viés economicista e culturalista, retoma seu lugar com novas preocupações e em diálogo com as ciências sociais, como a Sociologia e Antropologia. Sobre essa nova percepção da ação política, Gomes (2005, p.30-31) destaca que:

utilizando de Carbonell, Seignobos e Langlois, Reis defende que podemos chamar os historiadores do Oitocentos de “positivos”, no sentido de defenderem o conhecimento objetivo, verdadeiro e crítico/metódico. Para melhor aprofundamento, ver REIS, José Carlos. “A escola metódica, dita positivista”. In: **A história, entre a Filosofia e a Ciência**. 4. ed., rev. ampl. –Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

²¹ Cf. BARROS, José D’Assunção. História Política: da expansão conceitual às novas conexões intradisciplinares. *OPIS, Catalão*, v. 12, n. 1, p. 29-55 - jan./jun. 2012.

O conceito de política foi, portanto, ampliado, constituindo-se em instância autônoma e estratégica para a compreensão da realidade social, até porque a idéia é a de que as relações de poder são intrínsecas às relações sociais. Dessa forma, as relações de poder excedem o poder do Estado, e as relações políticas excedem o campo do político institucional. A categoria política se expande e suas fronteiras tornam-se mais fluidas e móveis. Quanto ao poder, inclusive o poder do Estado, não se trata mais de pensá-lo apenas como força, coerção ou manipulação, mas igualmente como legitimidade, adesão e negociação.

Da fuga da perspectiva político-institucional, a Nova História Política encontrou boa recepção no campo da História Cultural. O estudo do político, então, vai compreender a análise dos partidos políticos, disputas eleitorais, ideologias políticas, das representações e imaginários sociais, das mentalidades, das práticas discursivas, das ações políticas, dos fenômenos plurais e de longa duração, jogos e tramas políticas, símbolos, o estudo de corpos, emoções, identidades etc. se tornaram objetos úteis ao “político”.

Três autores franceses, dois deles dos Annales, são imprescindíveis quando o assunto é essa renovação da História Política. Jacques Le Goff, em seu texto *A política será ainda a ossatura da História?*²², indicou a possibilidade de se trabalhar a questão do poder e da interdisciplinaridade no campo histórico. Nessa mesma perspectiva, Jacques Julliard, em seu texto *A Política*²³, apontou o estudo do poder em seus vários espaços, ou seja, para além do Estado, como igrejas, partidos, sindicatos, entre outros; o diálogo com a interdisciplinaridade, a consideração pelas durações, especialmente a longa duração e as conjunturas, e o estudo do quantitativo.

Mas o autor que consolidou o campo da Nova História Política foi René Rémond em seu artigo *Uma história presente*²⁴, publicado na França em 1988 e no Brasil em 1996. O artigo foi publicado em um livro de sua autoria, intitulado *Por uma História Política*, onde reúne uma coletânea de artigos de onze historiadores da Fondation Nationale des Sciences Politiques e da Universidade de Paris X-Nanterre. A obra, em um tom de defesa, emergiu no contexto de predomínio dos estudos econômico-sociais, voltados para a questão quantitativa e para o tempo de longa duração. Assim como Le Goff e Julliard, Rémond destacou os elementos que demarcariam a Nova História Política, quais sejam,

²² LE GOFF, Jacques. “A Política Será Ainda A Ossatura Da História?”. In: LE GOFF, Jacques. **O Maravilhoso E O Quotidiano No Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 221-242.

²³ JULLIARD, Jacques. *A Política*. In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

²⁴ RÉMOND, René. “Uma história presente”. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

basear-se numa massa documental tratada estatisticamente através de uma análise quantitativa e qualitativa, articular todas as durações (curta, média e longa) e integrar todos os atores sociais no jogo político.

Acerca do conteúdo dessa Nova História Política, Pesavento (2005, p. 25) argumenta que

Se centram em torno do imaginário do poder, sobre a performance de atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre os fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas de poder simbólico de coesão social.

Assim, a constituição da História Política Renovada está relacionada ao auge, crise e declínio da História Política Tradicional. A preocupação central da Nova História Política tornou-se a questão do *poder* manifesto nas diversas modalidades, como nos micropoderes, representações e discursos, e uma abertura maior às questões interpretativas e subjetivas, especialmente nesse intercâmbio com a História Cultural. Por outro lado, cabe-nos também indagarmos o que ainda permaneceu nesse quadro de renovação. Reformulando a pergunta de Le Goff: É a História Política ainda a ossatura da nossa produção histórica? Nem toda categoria, apenas por ser antiga, se torna antiquada.

Apesar das transformações nos usos das fontes e das temáticas de pesquisa, o Estado ainda permaneceu como uma das preocupações fundamentais da História Política Renovada. Duas outras categorias fundamentais dentro da historiografia política atual são as questões das *estruturas* e da *cultura*.

Ainda na década de 1990, Maria Helena Rolim Capelato (1996, p. 4) alertava:

Pensando numa possibilidade de rompermos com esse sentimento de negatividade ou com essas emoções polarizadas que motivam os estudos sobre nossa história política, deixo aqui uma sugestão para investigações futuras num campo que nunca parece lacunar no Brasil: o da História Política de longa duração. Em alguns países, França, por exemplo, um dos caminhos de renovação da História Política conduz à “longa duração”, introduzindo o estudo das mentalidades políticas e das representações através do uso do conceito de cultura política. Com isso, busca-se recuperar o político através do estudo da tradição, das sobrevivências, das continuidades que atravessam a ideologia, o pensamento, a mentalidade dos governantes, dos grupos dominantes e do homem comum, bem como as representações do poder expressas por toda parte. (Grifos nossos).

Assim, na concepção da autora, ainda que os estudos em história política possam focar na *cultura política*, o Estado ainda estarão no centro dos interesses do historiador do político, visto que são os mecanismos culturais - as evocações político-ideológicas – desse ente e suas instituições de poder que estarão sendo abordados.

Para a nossa pesquisa, uma autora fundamental para a compreensão do desenvolvimento e incorporação do conceito de *cultura política* pela Nova História Política foi a historiadora Ângela de Castro Gomes, em seu artigo *História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões*²⁵. Em sua concepção, o conceito de *cultura política* foi formulado dentro da Ciência Política norte-americana na década de 1960, tendo como referência os trabalhos de Gabriel Almond e Sidney Verba.

Segundo a autora, o livro *The Civic Culture*, publicado em 1963 por Almond e Verba, inaugurou a formulação e a aplicação do conceito de *cultura política*. No livro, os autores realizaram um estudo que abarcou cinco países (Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Alemanha e México). Buscando entender qual a importância dos valores, sentimentos e crenças em determinados valores políticos praticados por indivíduos dessas nações, caracterizaram e classificaram os seguintes tipos de culturas políticas: a *parochial* (das sociedades tradicionais com pouco ou nenhum conhecimento sobre política); *sujeita* (dos Estados Autoritários, onde há a sujeição dos cidadãos); e *participante* (também chamada de “cultura cívica”, característica das nações democráticas, como os Estados Unidos).

Críticas logo vieram. Considerou-se ser um modelo etapista, simplista, de abordagem eurocêntrica e teleológica. No caso da História, as críticas foram em duas vias não-antagônicas: em relação à *noção de cidadania* e da *definição do que é político* numa concepção institucional liberal-democrática. Também se criticou o método quantitativo, pois desconsiderava a complexidade cultural.

Ademais, a categoria de cultura política, longe de seu significado atrelado à escola estadunidense, foi ressignificada pela Nova História Política, adquirindo novo potencial próprio da História Cultural. Nesse sentido, a concepção antropológica de cultura foi também importante, uma vez que, no campo antropológico, cultura é entendida enquanto uma “teia de significados” tecida pelos homens para dar sentido às percepções sobre a

²⁵ GOMES, Ângela de Castro. *História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões*. In: **Culturas Políticas: Ensaio de História Cultural, História Política e Ensino de História**. (Orgs.) SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005.

realidade que os cerca. Dessa forma, para Gomes (2005, p. 31), *cultura política* é definida como

(...) ‘um sistema de representações, complexo e heterogêneo’, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento no tempo. Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político para além da curta duração.

Reconhecendo a dificuldade e o risco de dar um significado à essa categoria, pois integra fenômenos de média e longa duração, ou seja, singularidade e da mudança, a autora atenta que os historiadores não podem perder de vista a *diversidade de culturas políticas* existentes em uma sociedade. Ainda enfatiza que essa sociedade é formada por elementos diversos, que chegam a ser conflitantes, mas que uma cultura política pode ter coerência e é fundamental para a formação de identidades.

Ainda no final do século XX, o historiador francês Serge Bernstein²⁶ também atribuiu atenção especial ao conceito e sua relevância para a historiografia. Bernstein se perguntou o que faz um indivíduo agir de determinada maneira - e não de outra - em situações de crise e conflitos sociais. Ou seja, o que o faz adotar essa *postura ideológica* e não aquela. Segundo ele, a resposta seria a cultura política. Ela não é acidental, nem ocasional, mas integra todo um circuito lógico, racional, de ideias partilhadas por um grupo de pessoas que dão respostas duradouras para uma grande crise da sua história.

Nessa mesma perspectiva de Gomes e Bernstein, a categoria é resumida Rodrigo Patto Sá Motta (2009, p. 21) enquanto um

Conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro.

Para Motta, ainda, a permanência de determinadas culturas políticas em um espaço nacional é condicionada por *vetores sociais* que produzem e reproduzem valores agregados em culturas políticas. Esses vetores podem ser partidos, sindicatos, igrejas, família, instituições educacionais etc.

Na história política brasileira, algumas práticas políticas são marcantes. Percebê-las por meio do conceito de cultura política é uma forma de compreender a trajetória da

²⁶ BERNSTEIN, Serge. “Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

ditadura militar. A herança autoritária do regime militar tem suas raízes no período colonial e escravocrata do Brasil. Transformada a colônia em uma grande empresa exploratória (e de exploração), para manter os seus privilégios e a “ordem”, as elites se utilizaram de práticas violentas e abusivas para se manterem no poder. Durante o Império, podemos destacar o Exército, a Marinha, as milícias, as guardas municipais e a Guarda Nacional (criada em 1831) como aparatos repressivos desse Estado monárquico²⁷.

Dos autores que aqui trazemos, todos atentam para a importância e o papel das *representações* na definição da categoria de cultura política. Assim, é interessante pensar a partir de um dos grandes nomes da História Cultural, o historiador francês Roger Chartier. O que seria, antes, a História Cultural? Para o autor, no campo cultural importa o “(...) modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Dessa forma, as representações são produzidas pelos (e conforme) os interesses dos grupos que as criam.

No entanto, as representações estão longe de ser algo que se coloca como “o real”. Elas nos fazem ver um objeto ausente por meio da substituição, reconstituindo tal qual ele é. Elas não são a própria realidade, nem negam a possibilidade do real. Antes, trabalham junto com ela por meio dos *signos* que se confrontam. Nesse confronto, ocorre a imposição das representações de quem as constrói e a assimilação, modificação ou apropriação dos que as recebem. Em suma, há uma base real sob a qual são construídas as representações – que, por sua vez, são constituídas de signos.

Qual, então, a aplicabilidade das noções de *poder*, *representações* e *cultura política* em nossa problemática? De forma mais específica, a resposta para a pergunta vem em duas perspectivas simultâneas: primeiro, do ponto de vista da pesquisa empírica. Como buscaremos demonstrar ao longo desta dissertação, a leitura dos documentos do Fundo SNI – Agência Recife, referentes ao movimento sindical urbano na Paraíba, nos permitiu visualizar quais as inclinações e práticas políticas daqueles que estavam sendo vigiados. Dessa forma, os documentos evidenciam culturas políticas conflitantes dentro de uma mesma realidade social. Em segundo lugar, do ponto de vista da bibliografia sobre a ditadura militar brasileira, o poder do Estado que se constitui pós-64 tinha, em sua

²⁷ Em função do objetivo deste trabalho, e dado o nosso recorte temporal, podemos destacar que um trabalho de destaque na temática da história militar brasileira continua sendo o do historiador Nelson Werneck Sodré. Cf. SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

prática repressiva, o *autoritarismo*²⁸ como um dos elementos da cultura política brasileira e o *anticomunismo* como mentalidade.

No entanto, Motta (2014) destaca que, além do autoritarismo, o regime em questão também se caracterizou por práticas de *conciliação*. Para o autor, na cultura política brasileira, há uma desconfiança e ceticismo em relação às instituições e relações impessoais, enquanto os laços pessoais e familiares são altamente valorizados e respeitados. Em outras palavras, é comum que os atores deem prioridade às relações pessoais em detrimento dos compromissos políticos e afinidades ideológicas. Segundo Motta (2013), a política brasileira é caracterizada por um histórico de acordos e conciliações em momentos-chave da história do país (1822, 1853, 1889, 1961, 1979, 1985). Esses acordos políticos tiveram como objetivo evitar conflitos e encontrar soluções convenientes para as partes envolvidas. No entanto, é importante ressaltar que essa tendência de conciliação não abrangeu as classes sociais subalternas; ela prevaleceu principalmente nas disputas entre as elites políticas. Segundo o autor, quando se trata de conflitos envolvendo classes subalternas e elites políticas, a tendência é que a violência seja utilizada contra o primeiro grupo, em vez de buscar acordos ou conciliações. Isso sugere que as classes subalternas enfrentam uma dinâmica diferente em relação às elites, onde a violência muitas vezes é empregada como forma de repressão e controle.

Na expectativa de contribuirmos para a ainda latente lacuna sobre a história do movimento sindical paraibano na historiografia atual, e somarmos na compreensão da atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) no estado da Paraíba, estruturamos a dissertação em três capítulos cujos resumos se seguem.

No primeiro capítulo, apresentamos a montagem do complexo aparato repressivo da ditadura militar brasileira. Buscando analisar a construção do imaginário anticomunista, delineamos uma trajetória dos serviços secretos brasileiros. Alguns traços se sobressaem na nossa análise. O primeiro é o de como os serviços estiveram muito mais voltados para o “combate interno” das “ameaças”. O segundo é o de como, por meio de um arcabouço jurídico que lhe garantiu legitimidade, o SNI, em um aparente paradoxo, tornou-se um poder paralelo no regime militar. Para tanto, esse primeiro capítulo terá uma

²⁸ O autoritarismo tem sido empregado como um instrumento para sustentar a ordem e promover os interesses das classes dominantes, tendo suas origens profundamente enraizadas no período colonial e escravocrata do país. Essas raízes históricas têm resultado em uma herança autoritária, manifestada através de práticas opressivas, violentas e intolerantes, que perpetuam os privilégios de certas elites. Em relação às práticas de autoritarismo, abordaremos o tema a partir de uma perspectiva histórica, ver SCHWARCZ, Lília Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

análise mais descritiva, no sentido de entendermos a estrutura funcional do Serviço e sua operacionalidade no estado da Paraíba. Os trabalhos mencionados no decorrer dessa introdução foram fundamentais para a compreensão do nosso objetivo, bem como os Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).

No segundo capítulo, buscamos fazer uma análise geral da repressão que se abateu sobre o movimento sindical brasileiro. Apresentamos um panorama descritivo das medidas autoritárias adotadas pelo regime militar nos campos econômico e trabalhista e os impactos dessas ações sobre os sindicatos de trabalhadores. Num segundo momento, discutimos o surgimento do *novo sindicalismo* no contexto nacional e local, abordando os ecos dessa nova força sindical no estado da Paraíba.

Por fim, o terceiro capítulo é destinado à análise dos documentos do Fundo SNI – Agência Recife referentes ao movimento sindical urbano no estado da Paraíba. Esse recorte temático justifica-se por dois motivos: o primeiro é que já há um trabalho que investiga a vigilância sobre os sindicatos rurais da Paraíba, como já indicamos nesta Introdução. O segundo é sobre a maior disponibilidade dos documentos referentes ao campo urbano. Quando necessário, utilizamos as outras fontes mencionadas anteriormente, como os depoimentos obtidos durante audiências públicas conduzidas pela CEVPM-PB.

CAPÍTULO 1 - O SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES (SNI): HERANÇA, DOCTRINA E ESTRUTURA

1.1 Militares e política: do exercício do poder ao pensamento político

Existem diversas perspectivas, enfoques e análises sobre o envolvimento dos militares na esfera política. Oliveira (1987) realizou um dos primeiros estudos que procurava preencher essa lacuna. O autor examinou os governos de Castelo Branco e Costa e Silva com base na ideologia da segurança nacional desenvolvida pela Escola Superior de Guerra (ESG). O trabalho argumenta que a doutrina de segurança nacional foi construída com base em uma ideologia das classes dominantes para lidar com uma crise de hegemonia de classe ocorrida em 1964. Como resultado, essa doutrina teve suas bases fundamentadas no pensamento autoritário brasileiro (Oliveira Vianna, Alberto Torres e Francisco Campos), na divisão social do trabalho complementar, consensual e não contraditória, e em um Estado forte, regulador e protetor da iniciativa privada.

No ano seguinte, em 1980, foi publicado o estudo de Joseph Comblin, que se tornou uma referência sobre a influência dos Estados Unidos na formação do pensamento político-militar na América Latina durante a Guerra Fria. Segundo Comblin, em 1971, a doutrina da segurança nacional existia somente no Brasil, mas se espalhou rapidamente para os militares de outros países latino-americanos, como Uruguai, Bolívia, Chile, Peru e Equador, e posteriormente para Argentina e demais nações latinas. Assim como Oliveira havia feito, o autor descreveu os fundamentos da doutrina, que englobavam uma nova teoria dos conflitos, com a incorporação do conceito de guerra contemporânea, aliado ao anticomunismo, conservadorismo católico, desenvolvimentismo capitalista com regulação estatal e sistema político do liberalismo institucional. Em resumo, a ideologia pode ser resumida pela interligação dos conceitos de segurança e desenvolvimento.

No entanto, ao contrário do que defendem Comblin (1980) e Oliveira (1987), Leonardo Trevisan (1985) apresenta uma versão diferente sobre as origens da doutrina de segurança nacional no Brasil. De acordo com Trevisan, a primeira fase de formação preliminar da doutrina política está relacionada à influência da doutrina filosófica do positivismo, bem como a um nacionalismo incipiente após a queda do Império. Na segunda fase, o positivismo continuou a desempenhar um papel significativo, enfatizando a ordem como método e o progresso como objetivo. No entanto, o perfil dos oficiais passou a ser influenciado pelo surgimento dos “jovens turcos” que buscavam um

militarismo mais profissional e comprometido com a transformação da realidade, inspirados pelo pensamento militar francês e alemão. Na terceira fase, durante a década de 1930, a ideia de uma centralização modernizadora e um Estado forte, bem como o autoritarismo como método, foram incorporados à receita doutrinária, com experimentação direta no comando do governo. Foi com a Doutrina Góes Monteiro, em 1930, que o termo “segurança nacional” surgiu pela primeira vez como uma missão do Exército, envolvendo a organização militar da sociedade com vigilância abrangente em todos os setores da vida nacional, visando garantir a ordem e promover o desenvolvimento em busca dos “objetivos nacionais”. Na quarta fase, após o Estado Novo, a doutrina de segurança nacional de Góes Monteiro foi reformulada para se adaptar à nova ordem mundial pós-Segunda Guerra Mundial e à Guerra Fria, com a contribuição de intelectuais da Escola Superior de Guerra (ESG). Isso resultou no que conhecemos como a doutrina de segurança nacional nos termos descritos por Oliveira (1987) e Comblin (1980).

Portanto, é importante destacar que a doutrina de segurança nacional já existia e foi estabelecida durante o período do Estado Novo. A obra de Trevisan (1985) é relevante nesse contexto, mesmo que tenha optado por conceitos considerados obsoletos para o regime autoritário de 1964. Isso porque o estudo de Trevisan demonstra que os fundamentos da ideologia de segurança nacional e seu campo de atuação, centrado em segurança e desenvolvimento, foram desenvolvidos antes mesmo da Segunda Guerra Mundial, da criação da Escola Superior de Guerra (ESG), da Guerra Fria e da evidente influência dos Estados Unidos no Brasil.

Em resumo, e o que se quer argumentar neste tópico, é que há uma tradição doutrinária enraizada em uma instituição tradicional. Nesse sentido, entendemos que os órgãos de inteligência, dentre os quais o Serviço Nacional de Informações (SNI), desempenharam um papel fundamental. Conforme os autores citados mais acima, o Serviço estava intimamente ligado à doutrina, sendo um dos órgãos responsáveis por implementar a ideologia de segurança nacional, com suas características autoritárias e centralizadoras, no contexto político brasileiro durante o regime militar.

No primeiro capítulo, abordaremos mais uma contribuição para essa discussão. Antes de adentrarmos nela, desejamos explorar uma dimensão adicional desta pesquisa, intrinsecamente relacionada ao nosso objeto de estudo, o SNI - a construção dos serviços secretos brasileiros com base na noção de geopolítica. Como enfatizaremos ao longo deste capítulo, principalmente durante as décadas de 1930 a 1980, o Estado brasileiro

direcionou sua preocupação geopolítica internamente, ou seja, concentrou-se muito mais na preparação para a guerra, criando mecanismos e dispositivos de vigilância, controle e repressão, do que na guerra em si²⁹.

Dada a extensão deste período, organizamos este primeiro capítulo da seguinte forma: começamos abordando a construção dos serviços secretos brasileiros nas décadas de 1930, 1950 e 1960. Delinearemos as influências deixadas pelos órgãos que antecederam o Serviço Nacional de Informações (SNI) e as alterações promovidas por este para aprimorar, expandir e aprofundar sua área de vigilância. Em seguida, analisaremos mais detalhadamente o aparato de informações e repressão construído durante a ditadura militar brasileira. O SNI não foi o único órgão de informações que contribuiu para o aparato repressivo. Ele ocupou um papel de destaque, atuando como um guarda-chuva abrangente sobre outros departamentos de informações e repressão, além de orientar as construções discursivas sobre o “inimigo interno” e consolidar todos os relatórios produzidos pela comunidade de informações. Também discutiremos como o poder foi territorializado nacionalmente por meio das agências regionais do Serviço. Por fim, abordaremos o status do SNI em relação à conjuntura de abertura política. Esperamos demonstrar que a mentalidade da década de 1960 ainda prevalecia no Serviço nesse contexto. Isso fica evidente, principalmente, pela considerável produção de documentos relacionados aos “contestadores da ordem”, ao movimento sindical e a seus líderes.

1.2 O Conselho de Defesa Nacional (1927) e o Conselho Superior de Segurança Nacional (1934)

1.2.1 O Conselho de Defesa Nacional: influências e conjuntura de sua criação

No ano de 1913, a Revista de Defesa Nacional (RDN) foi fundada por alguns oficiais que haviam concluído um estágio na Alemanha. Esses oficiais, conhecidos como ‘jovens turcos’, foram enviados à Alemanha em uma missão que durou de 1905 a 1912, com o objetivo de receberem formação militar no contexto pré-Primeira Guerra Mundial.

²⁹ Uma das principais mentes pensantes e formuladoras da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi o general Golbery do Couto e Silva. Em resumo, o general entendia que, em situações em que um país enfrentasse um adversário mais poderoso, a preocupação imediata deveria ser o fortalecimento de seu potencial de guerra, em vez da própria guerra em si. Assim, para o planejamento da DSN, todas as forças nacionais, econômicas, psicossociais, recursos materiais e humanos deveriam ser mobilizados, o que ele denominou de “Poder Nacional”. Para mais detalhes sobre as noções de “guerra total”, “guerra interna” e “inimigo interno” do general, ver, SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981, e SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento Estratégico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

A iniciativa foi do então ministro da Guerra do Brasil, Francisco de Paula Argolo (1902-1906), que visava habilitar esses oficiais de patente inferior para lecionar nas escolas militares do Brasil. Dessa forma, priorizava-se uma abordagem prática e profissional em detrimento de uma abordagem teórica aproximada da política. Entre 1908 e 1910, um segundo grupo de oficiais foi enviado para a Alemanha, onde tiveram a oportunidade de conhecer as unidades do Exército alemão e algumas fábricas de material bélico. A expectativa desses oficiais era que, durante o governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), uma Missão Alemã fosse contratada e enviada ao Brasil para reformar o Exército Brasileiro. Contudo, essa expectativa não se concretizou. Foi durante uma reunião em Berlim, entre os membros da última comitiva, que surgiu a ideia de criar uma revista que servisse como um manual de formação técnica e profissional para o oficialato brasileiro. O cerne do pensamento da Revista pode ser encontrado em seu editorial nº2.

Nele, lemos que:

Nós, soldados, precisamos construir um Exército que seja como um tecido de finas malhas de aço dentro da estrutura física, intelectual, moral e artística duma grande nacionalidade como a nossa – para dar-lhe, ao mesmo tempo que flexibilidade, resistência³⁰.

Assim, a ideia era que o soldado também teria o dever de intervir ou participar na política, uma vez que sua ação contribuiria para os interesses do Exército. Desse modo, o discurso construído pela Revista legitimava a intervenção no tecido social, pois o oficial deveria estar atento à política nacional, e a nação, ao mesmo tempo, deveria preservar os interesses da caserna.

Além dessa ideologia, entre as propostas da Revista, estava a formulação e criação de um órgão diretivo de planejamento para o país. Segundo Vieira (2013), esse órgão deveria supervisionar os recursos militares (recursos humanos e bélicos) e ter uma preocupação geopolítica, ou seja, um planejamento para a guerra, bem como atuar em todos os aspectos da defesa nacional, inclusive fora da esfera militar.

O empreendimento dos ‘jovens turcos’ e a contratação da Missão Militar Francesa resultaram na criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN) em 1927. No entanto, um exame mais detalhado da década de 1920 é necessário, uma vez que não podemos atribuir unicamente a esses dois fatores a criação do Conselho. Portanto, quais foram as características dessa década? É inegável que essa década desempenhou um papel crucial

³⁰ CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de aço no tecido social**: a revista “A Defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1985. p. 194.

nos rumos políticos do Brasil. Para os objetivos desta pesquisa, a ênfase recai especificamente sobre a questão militar, particularmente em dois momentos: o primeiro é o Tenentismo, e o segundo é a Coluna Prestes.

Os tenentes ganharam destaque significativo na década de 1920. Desde o episódio das cartas falsas³¹ e a Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana³², esse grupo já demonstrava insatisfação com a presença dos civis na política. Há diversos elementos que sustentam essa afirmação. Em primeiro lugar, como grupo, possuíam interesses próprios e aspiravam a uma ascensão política. Em segundo lugar, baseavam seu discurso no ideal de republicanização, que enfatizava a necessidade de reformar o Estado, moralizar o poder público e promover o nacionalismo. O movimento tenentista via a força militar não mais como um instrumento a serviço das oligarquias ou um meio para resolver conflitos entre elas, mas sim como um agente capaz de questionar o Estado, que eles consideravam apadrinhado e controlado por grupos específicos. Eles também criticavam a representatividade política restrita e regionalizada, bem como a falta de ética na administração pública. Assim, os tenentes desenvolveram um novo discurso político, uma nova visão da política e propuseram uma reorganização institucional³³.

No ano de 1924, um outro movimento contestatório ganhou força: a Coluna Prestes (1924-1927). Dois grupos de militares, originários dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, uniram-se sob a liderança de Luís Carlos Prestes, um ex-capitão do Exército. Prestes comandou uma marcha pelo país ao longo de três anos, protestando

³¹ As cartas falsas desencadearam a Revolta do Forte de Copacabana em 1922. Em resumo, duas cartas foram publicadas no jornal carioca *Correio da Manhã* em 1921, atribuídas a Artur Bernardes, presidente de Minas Gerais e candidato à Presidência da República. O conteúdo dessas cartas continha ofensas aos militares e a Hermes da Fonseca. Apesar disso, Bernardes venceu as eleições de 1922, enfrentando a resistência dos tenentes. Após o término da campanha eleitoral, os responsáveis pela fabricação das cartas confessaram terem sido pagos para realizarem esse ato, e ficou claro que se tratava de uma manobra política. Sobre esse episódio, ver SILVA, Hélio. **1922: Sangue na areia de Copacabana**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 51-62.

³² O evento eclodiu em 5 de julho de 1922, quando um grupo de tenentes liderou o levante dos soldados daquele aquartelamento. Seu objetivo era impedir a candidatura de Artur Bernardes, que era malvisto pelos militares. A revolta foi sufocada, resultando na morte de alguns líderes e na prisão de outros. Entre os tenentes, apenas Siqueira Campos e Eduardo Gomes sobreviveram. Alguns praças também sobreviveram e fugiram ou foram presos. De acordo com outras fontes, o número de mortos, entre oficiais e praças, foi de 12 no dia 6 e mais duas no dia seguinte, totalizando 14 mortos. Um segundo levante ocorreu em 5 de julho de 1924, em São Paulo. Durante esse levante, depuseram o presidente do estado, Carlos de Campos, e exigiram a renúncia de Artur Bernardes, bem como reformas políticas e sociais mais abrangentes. Sobre o episódio, ver CARONE, Edgard. **A República Velha** (Evolução política). São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1971, p. 352-357.

³³ Diversas interpretações rondam o Tenentismo. Sobre essa questão, ver FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento Tenentista: um debate historiográfico. *Revista Espaço Acadêmico* (UEM), v. 108, p. 127-133, 2010.

contra o governo de Artur Bernardes e buscando conscientizar a população brasileira sobre o poder oligárquico.

A marcha de Prestes contou com a participação de oficiais de baixa e média patente do Exército, principalmente jovens tenentes. Durante a marcha, a Coluna venceu aproximadamente 53 batalhas e não foi derrotada em nenhuma delas. O heroísmo revolucionário da Coluna Prestes logo se tornou parte das narrativas que se formaram e se difundiram nos últimos anos da República Velha (1927-1930)³⁴.

Por que dedicamos tanto espaço para contextualizar a criação de um órgão que teve pouco mais de dez anos de existência? Essa pergunta tem duas razões. A primeira está relacionada à descrição das atribuições do Conselho, enquanto a segunda diz respeito ao que o Conselho combateu.

Como mencionado anteriormente, o Conselho de Defesa Nacional foi criado em 1927, por meio do Decreto 17.999 de 29 de novembro de 1927. Suas atribuições eram de natureza consultiva, ou seja, visavam “o estudo e a coordenação de informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas à defesa da Pátria” (SETEMY, 2013, p. 47). O Conselho era composto pelos seguintes membros permanentes: o Presidente da República, os ministros da Guerra, Marinha, Fazenda, Agricultura, Viação, Exterior e Interior, além dos chefes do Estado Maior do Exército e da Armada. Eventualmente, outras autoridades civis ou militares poderiam participar das reuniões, que ocorriam duas vezes por ano, desde que fossem convocadas pelo Presidente. Portanto, ao propor a criação deste órgão federal de informações, Washington Luís buscava incorporar uma estrutura policial mais eficiente dentro da esfera Executiva, que fosse capaz de fornecer informações de forma ágil. Quanto ao conteúdo dessas informações, concordamos com Figueiredo (2005) que, devido à falta de definição clara do que poderia ser considerado como “informação”, praticamente qualquer dado poderia ser útil para questões econômicas, militares, financeiras e morais.

Dessa forma, diante da eclosão da Coluna Prestes e das sucessivas derrotas das forças militares, bem como da conjuntura de agitação política e conspiração entre tenentes e oligarquias dissidentes, que planejavam unir forças para depor Washington Luís do poder, tornou-se urgentemente necessária a criação de um órgão amplo. No entanto, é

³⁴ Uma tese de doutorado recém defendida discute as narrativas biográficas e uma mitologia política construídas em torno da figura de Luís Carlos Prestes. Sobre isso, ver GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **A política da memória na construção biográfica de Luiz Carlos Prestes (1945-2015)**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2021.

importante ressaltar que não classificamos o Conselho como um serviço secreto, e isso se deve a várias razões. Primeiramente, a tumultuada década de 1920 não proporcionava a produção necessária de informações para suprir o Estado brasileiro e prepará-lo para os iminentes conflitos internos. Em segundo lugar, ainda não existia uma preocupação geopolítica no sentido de estabelecer o controle nos estados dominados pelas oligarquias dissidentes. Por fim, e mais fundamentalmente, o Conselho não contava com agentes secretos para realizar o trabalho típico de um serviço secreto.

Outro ponto a ser considerado sobre as características do Conselho diz respeito à possível ausência de um discurso de poder fundamentado no imaginário anticomunista. Entendemos que o discurso anticomunista não estava fortemente presente nas discussões do Conselho, e isso se deve ao seguinte motivo: antes de Getúlio Vargas assumir o poder, as atividades políticas e sociais não eram diretamente associadas ao comunismo no Brasil. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) só foi fundado no país em 1922, e, inicialmente, o comunismo era visto como um problema distante, exclusivo do “velho mundo” (MOTTA, 2002, p. 6). Foi apenas na década de 1930 que essa percepção começou a mudar, com o aumento da agitação social e da polarização ideológica entre “esquerda” e “direita”, o crescimento dos quadros do PCB e a adesão de Luís Carlos Prestes às ideias comunistas. Entre 1930 e 1935, houve um aumento na preocupação de alguns grupos sociais em relação a uma possível revolução comunista no país. Esses grupos desempenharam um papel importante na disseminação do imaginário anticomunista no Brasil³⁵.

1.2.2 O Conselho Superior de Segurança Nacional (1934): reorganização e redimensionamento

O Conselho, que mal teve tempo para se desenvolver, logo demonstrou sua ineficácia. Não conseguiu antecipar os movimentos do “inimigo interno”, liderado por Getúlio Vargas e pelo tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Como resultado, o movimento de 1930 saiu vitorioso, derrubando Washington Luís e impedindo a posse de Júlio Prestes. Vargas assumiu a Presidência da República de forma provisória em 3 de novembro do mesmo ano. Isso marcou o início de uma perspectiva de transformação do

³⁵ Não estamos afirmando, com isso, que durante a década de 1920 e 1930 não ocorreram perseguições aos comunistas no Brasil, incluindo as ações do Conselho de Defesa Nacional. É importante destacar que não encontramos uma bibliografia específica que analise detalhadamente essa vigilância e perseguição realizada pelo Conselho. Uma produção historiográfica aproximada dessa temática, a nível regional especificamente, é CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **A ameaça vermelha: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

Estado por meio de um aparato técnico e a proposição de novos caminhos para o desenvolvimento do Brasil³⁶.

Um ano após o início de seu mandato, Getúlio Vargas promoveu diversas alterações no Conselho de Defesa Nacional como parte do programa de seu governo, que buscava centralizar mais os poderes anteriormente dispersos entre as oligarquias estaduais. Vargas viu no órgão criado por Washington Luís uma ferramenta capaz de facilitar essa centralização. Assim, por meio do Decreto nº 23.873 de fevereiro de 1934³⁷, foi estabelecida a Comissão de Estudos da Defesa, juntamente com a criação da Secretaria Geral da Defesa Nacional e das Seções da Defesa Nacional dos Ministérios Civis. A partir desse momento, o Conselho de Defesa Nacional passou a ser chamado de Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN).

Dentre as atribuições da Comissão, destacamos a de fazer a análise prévia das questões que eram submetidas ao Conselho Superior de Segurança Nacional e a de sugerir ao governo planos de ações em questões que estavam condicionadas à resolução por dois ou mais ministérios. Quem presidia a Comissão era o próprio Presidente da República, mas a direção efetiva estava a cargo de um vice-presidente oriundo da chefia do Estado-Maior do Exército e da Armada³⁸. A Comissão ainda tinha como membros: o consultor geral da República, o secretário geral do ministério das Relações Exteriores e quatro funcionários do mais alto grau dos ministérios da Fazenda, da Justiça, do Trabalho e da Viação e Obras Públicas.

Subordinada à Presidência da República, tínhamos a Secretaria Geral da Defesa Nacional (SG/DN). Ela era dirigida pelo chefe do Estado Maior da Presidência, investido do cargo de secretário geral da Defesa Nacional. A Secretaria estava encarregada, entre outras funções, de centralizar as questões submetidas à Comissão de Estudos da Defesa,

³⁶ Não é nosso objetivo, neste trabalho, discutir a Revolução de 1930, uma vez que se trata de um evento amplamente debatido na academia, com diversas interpretações e que continua a atrair a atenção de historiadores, especialmente os que se concentram em questões conceituais e empíricas. Alguns autores que abordaram esse evento incluem Boris Fausto (1970), Ítalo Tronca (1986) e Edgard De Decca (2004). Para maior entendimento do que foi o poder construído por Vargas no pós-30, ver SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Nos domínios da política estatal: O poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

³⁷ Decreto nº 23.873 de fevereiro de 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23873-15-fevereiro-1934-501550-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em junho de 2023.

³⁸ De acordo com Setemy (2013) essa militarização do Conselho foi um traço que distinguiu as preocupações de Getúlio em relação às de Washington. Enquanto neste o CDN era oficialmente civil, em Vargas foi militarizado. Não apenas a “cabeça” do órgão, mas todo o seu corpo foi composto, majoritariamente, do pessoal vindo das Forças Armadas.

organizar os relatórios apresentados ao Conselho ou à Comissão, notificar os ministérios sobre os pareceres emitidos pelo Conselho ou pela Comissão e acompanhar a implementação das medidas em nome do Presidente da República. A Secretaria Geral era composta por um Gabinete, que incluía um coronel do Estado Maior, um oficial superior da Marinha e um capitão, todos do Estado Maior, além de três seções. Uma dessas seções tinha a função de estudar problemas relacionados aos interesses de defesa nacional, outra reunia todas as questões relacionadas à defesa de interesse do Conselho, especialmente aquelas relacionadas ao seu papel em tempos de guerra, e a terceira zelava pelo relacionamento entre o Conselho Superior de Segurança Nacional, a Secretaria Geral da Defesa Nacional e os demais ministérios.

O decreto ainda aprofundava e ampliava o poder espacial de ação do Conselho. Dentro dos ministérios civis, foram instituídas as Seções de Defesa Nacional (uma em cada ministério), encarregadas de estabelecer uma comunicação entre os ministros e o Conselho nas questões de defesa nacional. Ainda, ficou estabelecido que em cada região do país “oficiais idôneos” do Exército, da Marinha e da Aeronáutica deveriam estar à postos para estudar as “questões regionais”³⁹.

O aparato estava constituído, e precisava ser utilizado. Segundo Maria Celina D’Araújo (2010), até a década de 1950, as ideias de segurança nacional, como a defesa do Estado e a segurança interna, foram aplicadas aleatoriamente. No entanto, há que se considerar a reformulação de um importante instrumento de vigilância e repressão no pós-30, que foi a Delegacia de Ordem Política e Social⁴⁰ (DEOPS), e sua atuação intensa participação no combate à Revolução Constitucionalista de 1932, no desmantelamento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e na repressão à Intentona Comunista em 1935⁴¹.

³⁹ Uma das medidas de Vargas para centralizar o controle sobre os estados foi a nomeação de interventores. Na Paraíba, foi nomeado o político e participante da Revolução de 1930, Antenor Navarro. Acerca do seu período como interventor, ver SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os Domínios do Estado: a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932)**. Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: PPGH/UFPB, 2007.

⁴⁰ O DEOPS foi criado no estado de São Paulo, pelo então governador Washington Luís, em 1924. Sobre sua criação, sua regulamentação, objetivos e reformulações no governo de Vargas, ver FLORINDO, Marcos Tarcisio. O DEOPS/SP na Era Vargas: crescimento institucional, administração burocrática e práticas tradicionais de atuação policial. **Revista Aurora**, Marília, ano V, n. 7, p. 124-139, jan. 2011.

⁴¹ Entendemos que a Revolução Constitucionalista de 1932 foi mais fundamentada em um “acerto de contas” da oligarquia paulista que havia perdido poder político a partir da Revolução de 1930. Em relação à Intentona Comunista de 1935, compreendemos que o termo “intentona” foi construído pelas forças conservadoras que atribuíram desorganização e desestruturação ao levante iniciado em Natal, nas dependências do 21º Batalhão de Caçadores, em 23 de novembro daquele ano. Para mais detalhes sobre esses eventos, ver CARONE, Edgard. **Revoluções no Brasil contemporâneo (1922 - 1938)**. Ed. Ática: São Paulo, 1989. Sobre a chamada “Intentona Comunista”, ver. VIANA, Marly de Almeida G. “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.)

Ainda no ano de 1932, foi aprovada a Consolidação das Leis Penais por meio do decreto nº 22.213⁴². Nele, era garantido ao Estado amplos poderes para, em nome da ordem e da paz, refrear o desrespeito à lei, disciplina e ordem. Em 1934, foi promulgada a Constituição brasileira. No ano seguinte, observamos o crescimento de duas forças: de um lado, a Aliança Nacional Libertadora (ANL) que reunia em seus quadros tenentistas, socialistas, comunistas e membros descontentes com o governo; de outro, a Ação Integralista Brasileira (AIB), que agregava forças de extrema-direita fascizante. No ano de 1935, foi criada a Lei de Segurança Nacional⁴³ (LSN). Enquanto que a Constituição de 1934 garantia aos militares a manutenção da segurança nacional, a LSN compreendia os crimes políticos como um elemento da “guerra interna”. Nesse sentido, os crimes políticos não mais foram enquadrados nas Leis Penais, sendo deslocados como crimes especiais submetidos à um rigor processual maior⁴⁴.

Com o golpe de Estado de 1937, uma nova Constituição Federal foi decretada. Nela, o Conselho Superior de Segurança Nacional (CSSN) ganhou uma nova organização e suas competências foram redefinidas. Nesse contexto, destacou-se a inspiração para a sua organização nos moldes do Conselho de Segurança Americano. O Conselho Superior de Segurança Nacional, especialmente por meio da atuação da Polícia do Distrito Federal e do Ministério de Guerra, continuava dedicado à “defesa da Pátria”.

1.3 O Serviço Federal de Informações e Contrainformação (1946): criação, competências e ação

Uma nova geopolítica mundial foi imposta ao mundo no pós-Segunda Guerra Mundial. Diante da corrida armamentista e da divisão do mundo entre capitalistas e comunistas, o substituto de Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra (1946-1950), já estava ciente da ineficiência do Conselho. Por ter sido ex-ministro da Guerra por quase nove anos, o General Dutra entendia que, a partir da nova ordem mundial, os serviços secretos

O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 2), p. 63-105.

⁴² Decreto nº 22.213 de 14 de dezembro de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22213.htm. Acesso em junho de 2023.

⁴³ Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/10038.htm. Acesso em julho de 2022.

⁴⁴ Essa justiça especial tomou forma com a criação do Tribunal de Segurança Nacional, em 1936. Sobre essa questão, ver BALZ, Christiano Celmer. **O Tribunal de Segurança Nacional: Aspectos legais e doutrinários de um tribunal da Era Vargas (1936-1945)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2009.

teriam um papel proeminente⁴⁵. No entanto, duas características de seu governo se destacam em relação à questão da defesa nacional: primeiro, a criação do Serviço Federal de Informações e Contrainformação, em 1946; em segundo lugar, a elaboração de uma Doutrina de Segurança Nacional por meio da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949.

Através do decreto-lei 9.775-A de 6 de setembro de 1946⁴⁶, foi instituído o primeiro serviço de inteligência e produtor de informações e contra-informações⁴⁷: o Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI). Apesar de ter sido criado em 1946, o SFICI foi ativado e organizado efetivamente apenas 10 anos depois, no contexto de acirramento da Guerra Fria, no governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961). Esse hiato de dez anos entre a criação e a ativação do SFICI, não significou um esfriamento dos militares na corrida pela construção de um aparato mais rebuscado de repressão e recolhimento de informações. Isso porque, nesse intervalo, os Estados Unidos da América investiram na doutrinação dos militares brasileiros, inspirando a criação da Escola Superior de Guerra (ESG)⁴⁸. A Escola estava subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e sua finalidade era estabelecer cursos, consolidar conhecimentos e promover formações para as definições da Segurança Nacional brasileira. A ESG representou, segundo Maria Helena Moreira Alves (1989, p. 21), “a necessária justificação ideológica da tomada do Estado e da modificação de suas estruturas para impor a variante autoritária encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.”

⁴⁵ Os Estados Unidos criaram o Office of Strategic Service (OSS), substituindo-o, em 1947, pela Central Intelligence Agency (CIA). A Rússia, por sua vez, já possuía um serviço secreto desde 1917. Em 1954, deu-lhe um novo nome, o Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti (KGB).

⁴⁶ Decreto-lei 9.775-A de 6 de setembro de 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/Del9775.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%209.775%2C%20DE%206%20DE%20SETEMBRO%20DE%201946.&text=Disp%C3%B5e%20s%C3%B4bre%20as%20atribui%C3%A7%C3%B5es%20do,complementares%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em junho de 2023.

⁴⁷ Entendemos “informação” enquanto um produto da atividade de inteligência. Dito de outro modo, é o “conhecimento de um fato ou situação resultante do processamento inteligente de todos os informes disponíveis, relacionados com o referido fato ou situação, devendo sempre atender a uma necessidade de planejamento, de execução ou de acompanhamento de atos decisórios”. Escola Superior de Guerra. Doutrina Básica. In: LAGOA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo Brasiliense, 1983. pp. 14-15.

⁴⁸ Criada por meio da Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949, a Escola para militares foi baseada no National War College dos Estados Unidos da América. A National War College foi fundada em 1946, em Washington, e objetivou construir uma perspectiva de segurança coletiva na América Latina através de uma doutrina própria. Além da ESG, no Brasil, foram criadas a Academia de Guerra, no Chile, a Escola Nacional de Guerra, no Paraguai, a Escola Superior de Guerra, na Colômbia e a Escola de Altos Estudos Militares, na Bolívia.

A Doutrina expressava como os militares pensavam o Brasil, e eles desejavam agilidade na estruturação de um serviço secreto no qual a Doutrina fosse aplicada⁴⁹. Em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek designou o coronel Humberto de Souza Mello para ativar o Serviço Federal de Informações e Contrainformação (SFICI). Além disso, atribuiu ao Conselho de Segurança Nacional a responsabilidade de proteger o país das “ideologias extremistas”⁵⁰. O general Humberto Mello foi enviado a Washington junto com o capitão Rubens Denys, o major da cavalaria Geraldo Knack e o delegado de polícia José Henrique Soares, para visitar a CIA e o FBI. Nessa visita, receberam instruções sobre operações de espionagem e organização de arquivos. De volta, montaram o SFICI na cidade do Rio de Janeiro.

O Serviço ficou subordinado à 2ª Seção⁵¹ da Secretaria Geral do Conselho Superior de Segurança Nacional e tinha como função “tratar das informações no Brasil”⁵². Por estar localizado no Rio de Janeiro, as informações que recebia de outras regiões geográficas do país advinham do Departamento Federal de Segurança Pública, das polícias estaduais e das seções de informações das Forças Armadas⁵³.

A principal preocupação do SFICI foi a infiltração comunista na sociedade. A partir da lógica da guerra psicológica⁵⁴, o Serviço produziu um extenso dossiê de informações sobre os “inimigos internos”. Dentre eles, constavam os nomes de Francisco Julião, Miguel Arraes e Carlos Lacerda. Além disso, estudantes, funcionários de embaixadas de países comunistas, o Partido Comunista Brasileiro e as “agitações sociais” (especialmente as greves de operários) eram acompanhadas de perto pelo SFICI. Mutuamente, à medida

⁴⁹ O secretário de Estado dos Estados Unidos, John Foster Dulles, “[...] pressionava o Brasil para intensificar seu programa anticomunista. Para Dulles, não podia haver desenvolvimento econômico e político sem segurança interna nacional”. HUGGINS, Martha Knisely. **Polícia e Política: Relações Estados Unidos/América Latina**. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998. p. 97.

⁵⁰ Nessa perspectiva, JK não mais distinguia o “inimigo interno” comunista daquele que não apoiasse sua proposta política de governo. Dessa forma, amalgamava o desenvolvimento industrial à questão da segurança nacional.

⁵¹ A SG/CSSN possuía três seções. Durante a reestruturação do CSN, a 2ª Seção ficou responsável pela coordenação do serviço de informação e contrainformação, bem como de contraespionagem, propaganda e contrapropaganda. Sobre isso, ver ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: entre a teoria e a prática**. Uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 45.

⁵² Decreto-lei 9.775 A de 6 de setembro de 1946. Op. cit.

⁵³ Acerca do aparato repressivo do Estado construído no governo de Juscelino Kubitschek, especialmente sua constituição frente as diretrizes de combate ao comunismo na Guerra Fria, ver OLIVEIRA, Nilo Dias de. **A Configuração do Sistema Nacional de Repressão no Governo JK (1956 a 1961)**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

⁵⁴ “Violência organizada dirigida contra a mente”. Emprego planejado da propaganda e da exploração emocional com o objetivo de influenciar opiniões, atitudes e comportamentos de grupos adversos ou neutros, de modo a apoiarem a consecução de objetivos nacionais.” ISHAQ, V. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 160.

que as tensões sociais cresciam, o Serviço buscou reforçar a profissionalização de suas atividades. Dessa forma, manuais de teoria e prática de espionagem surgiram, a qualidade dos relatórios de informações foi aprimorada (padronização e classificação) e as práticas de espionagem foram aperfeiçoadas (como as escutas).

O ano de 1961 foi um marco na história do SFICI. Com a posse de Jânio Quadros na presidência da República (1961-1964), o general Golbery do Couto e Silva assumiu a chefia do gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN). A chefia lhe garantia, por consequência, a coordenação do SFICI, e Golbery buscou fortalecer o órgão, aperfeiçoando sua estrutura, aumentando o quadro de funcionários, provendo os cargos de chefia de militares de alta graduação e capacitando o pessoal. Uma das grandes preocupações de Golbery era a infiltração de comunistas também nas Forças Armadas. Como ressaltava Lucas Figueiredo (2005), o contexto político da época evidenciava essa preocupação: o primeiro homem a viajar para o espaço sideral foi um russo; em 1961 ocorreu a invasão da Baía dos Porcos; o muro de Berlim estava em construção; no mesmo ano, Che Guevara foi recebido pelo presidente Jânio Quadros no Palácio do Planalto, sendo condecorado com a Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro do Sul.

Antes de assumir a chefia da SG/CSN, Golbery publicou em 1957 sua obra *Geopolítica do Brasil*. Considerada um marco no pensamento militar brasileiro, nela, Golbery revisou o conceito de “Defesa Nacional”, defendendo, além da proteção das fronteiras e de eventuais ataques de potências estrangeiras, a “Doutrina de Segurança Nacional”. Sua premissa é a bipolarização do mundo:

No mundo de hoje, o antagonismo dominante entre os EUA e a Rússia, polarizando todo o conflito, de profundas raízes ideológicas, entre a civilização cristã do Ocidente e o materialismo comunista do Oriente, e no qual se joga pelo domínio ou pela libertação do mundo, arregimenta todo o planeta sob o seu dinamismo avassalante a que não podem, não poderão sequer escapar, nos momentos decisivos, os propósitos mais reiterados e honestos de um neutralismo, afinal de contas, impotente e obrigatoriamente oscilante.⁵⁵

No decorrer da obra, Golbery inclui o Brasil na luta ocidental contra o comunismo, uma vez que a nação foi criada em berço democrático e cristão. Além disso, afirma que a defesa da cultura ocidental não teria um limite de tempo e atribui ao imperialismo norteamericano a disposição de resguardar o Brasil do perigo comunista. Essa ideologia aterrorizante perdurou por muito tempo. O discurso proferido pelo general Breno Borges

⁵⁵ SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957. p. 186-187.

Fortes, comandante do Estado-Maior do Exército (EME), na Venezuela por ocasião da 10ª Conferência dos Exércitos Americanos, em 1973, ecoa essa doutrina. Para Fortes (*apud* Comblin, 1978, p. 48)

O inimigo é indefinido, usa mimetismo, se adapta a qualquer ambiente e usa todos os meios, lícitos ou ilícitos, para lograr seus objetivos. Ele se disfarça de sacerdote ou de professor, de aluno ou de camponês, de vigilante da democracia ou de intelectual avançado, de piedoso ou de extremado protestante; vai ao campo e às escolas, às fábricas e às igrejas, à cátedra e à magistratura; usará, se necessário, o uniforme ou o traje de civil; enfim, desempenhará qualquer papel que considerar conveniente para enganar, mentir e conquistar a boa-fé dos povos ocidentais. [Daí porque] a preocupação dos Exércitos em termos de segurança do continente deve consistir na manutenção da segurança interna frente ao inimigo principal; este inimigo, para o Brasil, continua sendo a subversão provocada e alimentada pelo movimento comunista internacional (...)

Nessa perspectiva, de volta a Golbery, a “Segurança Nacional” seria a formulação da política de Estado, entendida

na sua mais ampla acepção, permeado [o conceito] aos poucos o domínio todo da política estatal, condicionando quando não promovendo ou determinando todo e qualquer planejamento, seja de ordem econômica, seja de natureza social ou política, para não falar dos planos propriamente militares, tanto de guerra como de paz.⁵⁶

Com a renúncia de Jânio Quadros à Presidência, o serviço secreto dedicou-se mais intensamente a trabalhar em prol da conspiração golpista. Golbery instalou uma rede de escutas telefônicas para ouvir as comunicações de João Goulart e distribuiu panfletos falsos do PCB. Também tentou filtrar as notícias da crise que implodiu no Brasil e contribuiu para o manifesto assinado por Odylio Denys (ministro da Guerra), Gabriel Moss (ministro da Aeronáutica) e Sylvio Heck (ministro da Marinha). Golbery, no entanto, enfrentou a pesada resistência da sociedade civil organizada em defesa da posse de Jango, liderada especialmente pelo seu cunhado, o governador Leonel Brizola. Empossado, ainda que limitado pelo parlamentarismo, Jango anunciou as demissões de Golbery e seus aliados no Diário Oficial da União.

Fora do SFICI, Golbery continuou com suas atividades conspiracionistas no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), liderando o Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC). O objetivo do Grupo era elaborar um acervo de informações sobre pessoas consideradas alvos pelo Ipes. O Instituto, criado em 1961, concentrava a elite

⁵⁶ SILVA, Golbery do Couto e. *Op. cit.*, p. 23.

empresarial brasileira e foi o núcleo de uma rede conspiratória que visava desestabilizar o governo de João Goulart⁵⁷. Para Golbery, a questão do acervo não seria tão trabalhosa, tendo em vista que, antes de sair do SFICI, ele levou consigo os arquivos do órgão.

Com o presidencialismo de volta por meio de plebiscito realizado em janeiro de 1963, Jango dispôs de maior controle institucional em relação ao seu governo, o que significou forte descontentamento por parte dos interesses imperialistas da elite conservadora brasileira. Além disso, o SFICI passou a servir aos interesses do presidente, dado que foram postos oficiais leais a Jango na direção do Serviço e, com a modernização operacional do órgão, foram descobertas articulações contra o seu governo⁵⁸. Apesar da sua prestatividade, o SFICI ainda era inepto: as informações não eram, em sua totalidade, entregues ao presidente da República, não havia total autonomia financeira e os informes ainda eram repassados à SG/CSN, depois para o Gabinete Militar da Presidência da República, até chegar ao Presidente. Frente a conspiração golpista urdida por grupos conservadores da sociedade brasileira e a crescente instabilidade política implodida no Brasil, junto às forças externas do imperialismo norte-americano, Jango deixou o país em 4 de abril de 1964, rumando ao exílio no Uruguai. Enfim, o SFICI trabalhou para o golpe, seja por inoperância, seja por conivência, seja por participação direta.

A exposição de toda essa cadeia de acontecimentos, que perpassa desde os anos 1920 até a década de 1950, denuncia como se chegou à barbárie dos anos 1960 e 1970. Identificamos as forças sociais que incentivaram, financiaram e sustentaram as atrocidades cometidas pelos órgãos e serviços de segurança e informações⁵⁹. Apontamos

⁵⁷ Além da elite do empresariado brasileiro, o IPES reunia dirigentes de empresas multinacionais, de associações de classe empresariais, jornalistas, intelectuais e militares (especialmente oriundos da ESG). Com pensamento anticomunista, esse grupo subsidiava um novo projeto de governo para o país, com a abertura para o capital internacional. Além disso, abrigava organizações conservadoras, como grupos femininos responsáveis pelas Marchas da Família com Deus pela Liberdade; organizações estudantis, como o Movimento Estudantil Democrático; trabalhadores urbanos e operários, como o Movimento Sindical Democrático e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Cristãos; e um bloco de parlamentares financiados pela Ação Democrática Parlamentar. Acerca do Ipes, sua estrutura, organização, financiamento e seu complexo, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), ver DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado** – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁵⁸ Antunes (2001) e Figueiredo (2005) destacam a questão da competência do Serviço no tratamento das informações. Existem duas perspectivas conflitantes a respeito disso: a primeira se refere aos funcionários que trabalhavam no SFICI antes do golpe, defensores da eficiência do Serviço e da observação de suas competências; e a segunda, daqueles que ocuparam o Serviço após o golpe de 1964, argumentando que o SFICI era ineficiente e pequeno. Concordamos com Antunes (2001) ao questionar se o discurso de inoperância e ineficiência era real ou se interessava apenas manter o governo desatento às informações por ele coletadas.

⁵⁹ Por “órgãos de segurança” entendemos aqueles que atuavam na repressão direta, como os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e os DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna). Por “órgãos de informação” compreendemos aqueles que atuavam na coleta e fornecimento de dados sobre diversos campos da sociedade e sobre milhares de cidadãos, criando,

a permanência de uma cultura política autoritária, manifestada sempre que o Estado brasileiro - o conjunto de instituições governamentais, autoridades e estruturas de poder do Brasil ao longo das décadas de 1920 e 1950 - se sentiu ameaçado, transformando-se em uma entidade implacável, e a operacionalização da mentalidade anticomunista na manutenção e preservação do poder político da ala conservadora alinhada aos interesses imperialistas norte-americanos. Também, explicitamos a gestão do Conselho de Segurança Nacional muito voltada para dentro, ou seja, para o combate às ameaças internas. Um grupo, especificamente, foi o mais visado: os comunistas⁶⁰.

1.4 O Serviço Nacional de Informações (SNI): da concepção à extinção

Como salientamos no tópico sobre o SFICI, houve uma pressa por parte dos militares na criação de um serviço secreto de grande porte no Brasil. Além disso, vimos que o general Golbery do Couto e Silva foi uma mente importante por trás do planejamento do golpe civil-militar de 1964 e da formulação da Doutrina de Segurança Nacional. Golbery não tardou em ver seu grande projeto geopolítico para o Brasil aplicado em um serviço secreto forte e eficiente. Respondendo aos anseios do Presidente da República marechal Castello Branco e vendo cada vez mais próxima a concretização de seus interesses, o general logo lhe apresentou o projeto desse serviço.

No dia 11 de maio de 1964, o governo enviou ao Congresso o projeto de lei nº 1.968⁶¹. Diferentemente do seu antecessor, o novo serviço secreto disporia de autonomia financeira, maior controle sobre o território por meio das agências regionais, a investidura de “ministro” ao chefe do serviço, a possibilidade de requisição de civis e militares nos ministérios do Poder Executivo, e principalmente, não precisaria prestar contas da sua atuação e organização, tampouco sofreria intervenção alheia sobre o seu comando, e responderia diretamente ao Presidente da República. Argumentando a inoperância e

assim, um imenso banco de dados. Essa divisão é apenas didática e funcional, já que ocorria um entrosamento entre esses órgãos. Mais à frente discutiremos isso quando formos falar sobre a *comunidade de informações*.

⁶⁰ Não há espaço, aqui, para traçarmos detalhadamente essa interação entre o Partido Comunista Brasileiro (PCB), fundado no Brasil em 1922, e a classe trabalhadora, especialmente a sindicalizada. No entanto, pincelamos um pouco dessa discussão no capítulo seguinte, destinado a abordar mais especificamente o protagonismo dos sindicatos. De antemão, um estudo que norteou nossa abordagem a essa temática foi MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

⁶¹ Toda a tramitação desse processo pode ser acompanhada e lida no endereço: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=198237>. Acesso em julho de 2022. Acesso em junho de 2023.

ineficiência do SFICI, Golbery entendeu que a aprovação da sua proposta já estava dada como certa.

Não tardou e, em 13 de junho de 1964 foi então aprovada a lei nº 4.341⁶². Oficialmente, estava criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Seguindo a tradição de Washington Luís, Vargas, Dutra e JK, Castello Branco não justificou a necessidade de criação do órgão, nem esclareceu o que seriam os conceitos “atividade de informação” e “contrainformações”. De qualquer forma, estava implícito que o Serviço adotaria uma postura muito mais ligada à sua herança e à “ênfase inquisitorial” (ANTUNES, 2001, p. 77).

Criado com o objetivo de subsidiar o Presidente da República na tomada de decisões e superintender e coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil, especialmente aquelas direcionadas à Segurança Nacional, o SNI incorporou todo o acervo do SFICI e seus funcionários. Apesar de não mais responder diretamente à SG/CSN, o Serviço e suas agências regionais recebiam da Secretaria apoio financeiro e material, já que também deveriam subsidiar o CSN com informações relativas à conjuntura nacional e internacional. Até a sua extinção, em 1990, o SNI foi chefiado pelos generais Golbery do Couto e Silva (1964-1967); Emílio Garrastazu Médici (1967-1969); Carlos Alberto da Fontoura (1969-1974); João Baptista Figueiredo (1974-1978); Otávio Aguiar de Medeiros (1978-1985); e Ivan de Sousa Mendes (1985-1990) – vide Quadro 1.

Golbery foi seu primeiro chefe e, como americanófilo que era, recorreu aos Estados Unidos para a montagem da estrutura do Serviço. Também escolheu o coronel João Baptista Figueiredo para o comando da Agência Central (AC), que funcionou inicialmente no Rio de Janeiro, mas que foi transferida para Brasília em 1967. A AC estava dividida em três seções: a Seção de Informações Estratégicas, responsável pelo planejamento, processamento e atualização dos conhecimentos por ela recebidos; a Seção de Segurança Interna; e a Seção de Operações Especiais, responsável por identificar e estimar os “inimigos internos”.

Os núcleos locais do SNI eram as agências regionais (AR) instaladas nas principais capitais do país. Cada uma era comandada por um coronel de Exército e, em 1988, doze agências regionais estavam difundidas pelo Brasil, sendo que seu pessoal recrutado para o desempenho das funções das agências vinha do serviço público federal, estadual e

⁶² Decreto-Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm. Acesso em junho de 2023.

municipal.⁶³ Essas agências também recebiam financiamento e apoio da SG/CSN. A Agência Recife (ARE), especificamente, abrangia os estados Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e foi uma das primeiras regionais abertas.

Além desses braços regionais, o SNI também dispunha da cooperação de órgãos públicos e de empresas privadas, já que lhe era garantido, por sua lei de criação, requerer a colaboração dessas entidades no que tange aos pedidos de informações feitos pelo Serviço. Os ministérios civis contavam com as Divisões de Segurança e Informações (DSI), as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e as Assessorias Especiais de Informações (AESI).

As DSIs foram criadas em 4 de julho de 1967, por meio do Decreto nº 60.940⁶⁴. Essas Divisões substituíram as Seções de Segurança Nacional criadas no governo de Dutra (1946-1950) e eram geralmente chefiadas por um coronel do Exército. As DSIs eram vinculadas ao gabinete do respectivo ministro e, a partir da década de 1970, deixaram de ser subordinadas à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG/CSN) e passaram a ser submetidas ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Acerca de suas atribuições, as DSIs deveriam “coletar dados que colaborassem com a Segurança Nacional, fornecendo-os ao ministro responsável e ao SNI, assim como ordenar e supervisionar as atividades de contrainformação no âmbito do ministério.” (ISHAQ, 2012, p. 132-133).

Subordinadas às DSIs, em cada órgão relevante da administração pública, e criadas por meio do mesmo decreto, estavam as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), em alguns casos, também chamadas de Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESIs).⁶⁵ As ASIs eram órgãos setoriais de informação localizados em universidades e empresas públicas, como os Correios, a Petrobrás e a Telebrás. Mediante um levantamento realizado pela Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília, segundo Ishaq; Franco; Souza (2012), foram identificados 249 órgãos setoriais de informações, divididos nos âmbitos federal, estadual e municipal. As AESIs tiveram uma atuação muito significativa dentro das universidades federais, como no caso da que

⁶³ Acerca das competências específicas das AR, cf. ISHAQ, V. *Opp cit.*, p. 47-54.

⁶⁴ Decreto nº 60.940 de 4 de julho de 1967. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60940-4-julho-1967-402027-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em junho de 2023.

⁶⁵ Inicialmente, essas agências foram chamadas de Assessorias Especiais de Segurança e Informações (Aesis). No entanto, após uma nova reestruturação do sistema em 1975, a denominação oficial passou a ser ASI. Sobre disso, ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

funcionava dentro da Universidade de São Paulo (USP) e a da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pois, dentre outras prerrogativas, cassavam e/ou aposentavam compulsoriamente funcionários dessas instituições⁶⁶.

No governo do general Arthur da Costa e Silva (1967-1970), chefe da ala dos *duros*⁶⁷, líder do Comando Supremo da Revolução⁶⁸, o SNI ganhou novas atribuições que lhe permitiram embrenhar-se nos órgãos de segurança e no aparato repressivo da ditadura militar. Sob a chefia do general Emílio Garrastazu Médici, o Serviço passou por um reforço frente à preocupação de Costa e Silva na área de informações e no combate à luta armada⁶⁹. Nesse sentido, é importante considerarmos que o contexto no qual esse reforço fora aplicado foi o de recrudescimento do regime e a radicalização nas esquerdas.

Por conta disso, ainda no governo Costa e Silva, gestou-se aquilo que chamamos de *comunidade de informações*. A comunidade foi um conjunto de órgãos que atuaram de forma colaborativa, produzindo, trocando e fornecendo informações relativas a quaisquer preocupações de interesse do regime militar. Ela era composta pelos serviços secretos das três Forças – Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) -, pelas DSIs, ASIs e AESIs; pelas delegacias estaduais de Ordem Política e Social (DOPS) e serviços de informações das policiais militares; as segundas seções das Forças

⁶⁶ Acerca da vigilância, perseguição e controle ideológico na UFPB por meio da ASI/MEC, ver DIAS, Elissandra Maria Costa. **Vigilância e controle**: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964 - 1985). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

⁶⁷ Concordamos com Fico (2004) que a divisão entre duros e moderados é simplista e dicotômica diante da heterogeneidade e multiplicidade dos grupos militares. De acordo com Roberto Martins Filho (1995), havia pelo menos quatro alas que disputavam a hegemonia no interior das instituições militares: os Castelistas, a linha dura, os Albuquerqueistas e os palacianos. Acerca de suas características, ver MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos-SP: Editora da UFSCar, 1995, e CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

⁶⁸ Grupo formado por uma junta das Forças Armadas composta por Arthur da Costa e Silva, ministro do Exército; Augusto Rademaker Grünewald, ministro da Marinha; e Francisco de Assis Correia de Melo, ministro da Aeronáutica.

⁶⁹ Entendemos que o debate acerca da luta armada atravessa, além da memória militar, relatos memorialísticos dos ex-combatentes da esquerda armada. Conforme Rollemberg (2006), acerca desse último grupo, é desafiador aceitar uma sociedade em que a maioria, inclusive os oprimidos, se identificasse com os valores do regime ditatorial e não se revoltasse com os terríveis crimes por ele cometidos. Resgatar o passado, reconstruir os eventos passados seria essencial para dar sentido à luta, para justificar o sacrifício dos que perderam suas vidas, dos que foram aprisionados por longos períodos e dos que foram obrigados ao exílio. Sobre luta armada no Brasil, ver: ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e a luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 43-91, e RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970” In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia** (1964 ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil, Vol. 3), pp.23-51.

Armadas e o próprio SNI. Essa cooperação, possibilitada pelo aperfeiçoamento do sistema de segurança e informações, baseou-se nas disposições do Ato Institucional nº 5 (AI-5)⁷⁰, que trazia em seu bojo a definição de “guerra revolucionária”. Dito de outra forma, o AI-5 foi também um instrumento de integração entre a polícia política e os sistemas de informações, na medida que possibilitou uma entrada mais efusiva dos centros de informações na repressão política característica do final da década de 1960.

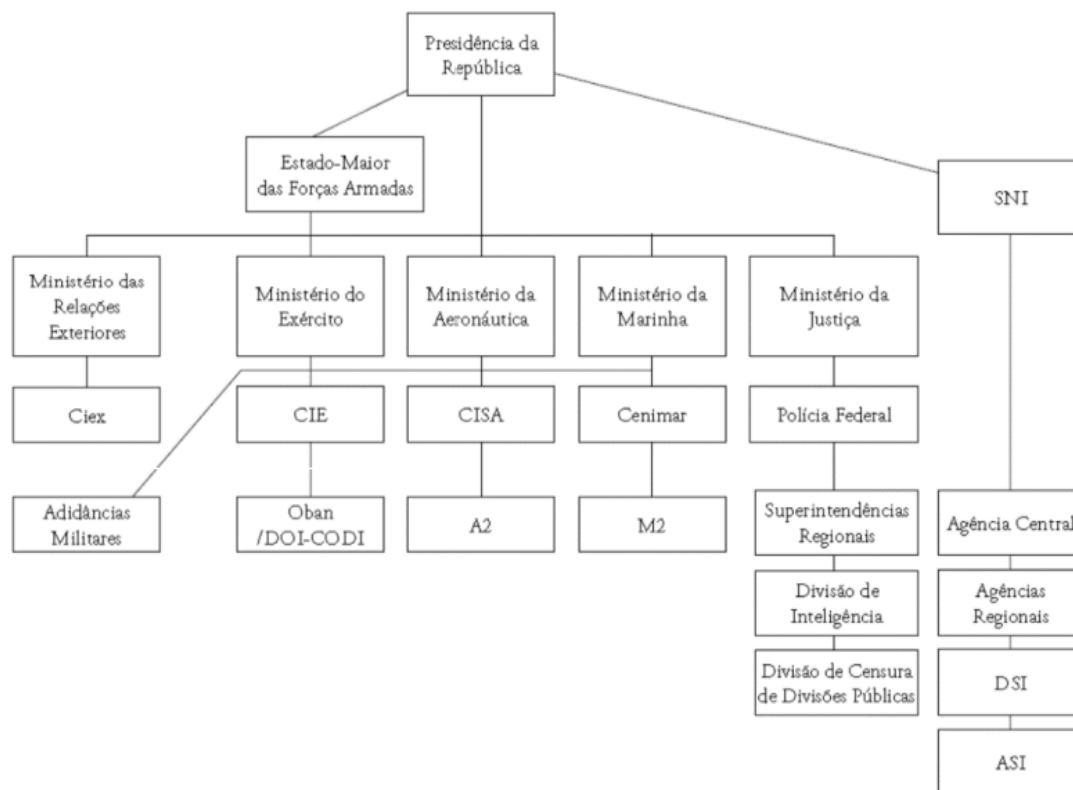


Figura 1. Organograma dos órgãos repressivos da ditadura. O SNI atuava como uma espécie de “grande guarda-chuva” sobre a comunidade, recolhendo informações de todos os outros centros e órgãos de informações. Fonte: BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Volume 1. Brasília: CNV, 2014, p. 113.

Algumas outras considerações são importantes de serem colocadas. A primeira diz respeito a um certo discurso de inoperância por parte das polícias estaduais no combate à subversão, e a segunda diz respeito ao relacionamento entre as três Forças. Ambas as considerações foram trazidas por Antunes (2001) e são relevantes no sentido de compreendermos que, apesar de predominar uma cultura política autoritária e um sentimento anticomunista forte, não havia hegemonia nos quadros militares, e sim uma *disputa interna*. Ganhava mais prestígio o órgão que oferecesse mais e melhores informações, basicamente. Ainda segundo a autora, a memória militar dispõe que a

⁷⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em junho de 2023.

entrada das Forças Armadas no combate à subversão foi feita quase que forçosamente. Isso porque, dizem os militares, as polícias estaduais e a Polícia Federal (PF) eram despreparadas e possuíam pouca estrutura para o enfrentamento. No tocante ao relacionamento dos comandantes militares das três Forças, havia uma hierarquia, mas não harmonia, já que disputas e competições por informações eram comuns no interior desses órgãos⁷¹.

Esses conflitos, no entanto, não podem obscurecer o fato de que, com o recrudescimento da ditadura militar, o aparato de segurança e informações tornou-se uma “máquina de matar moscas” na expressão do jornalista Lucas Figueiredo (2005). Como que numa retroalimentação, os anos finais da década de 1960 foram marcados por uma intensa contestação da sociedade civil organizada e uma forte inflexão da ditadura militar em relação à violência, protagonizando episódios como o do restaurante Calabouço⁷² e a Passeata dos 100 Mil, em 1968, e em 13 de dezembro de 1968, a imposição do AI-5.

Médici deixou a chefia do SNI e assumiu a Presidência da República de 1970 a 1974. Em seu lugar na chefia do SNI, assumiu o General Carlos Alberto da Fontoura. Por ter sido ex-chefe do Serviço, Médici conhecia suas deficiências e as consequentes necessidades de aprimoramento. Além de efetivar as instalações das DSIs e ASIs nos ministérios civis, empresas e repartições públicas, autorizou o Plano Nacional de Informações (PNI), que aprimorou a dinâmica da comunidade de informações e ensejou a criação de uma Escola Nacional de Informações. Ainda, alguns comentários são importantes em relação ao PNI.

Primeiro, em relação à comunidade. Para uma melhor coordenação e centralização das informações coletadas e difundidas pelos órgãos de informações, foi instituído o 1º Plano Nacional de Informações (PNI)⁷³ em 1970. Integravam esse Plano o SNI, o Sistema

⁷¹ Podemos destacar a entrevista do general Newton Cruz, ex-chefe da Agência Central do SNI, em Brasília, dada ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em 2001. Quando interrogado sobre o atentado do RioCentro, Cruz, por vezes, aponta seu desconhecimento daquela trama e culpabiliza outros centros de informações pelo ocorrido, como o CIE.

⁷² No dia 28 de março de 1968, ocorreu um choque entre estudantes, na maior parte secundaristas, e um pelotão da Polícia Militar de Guanabara, ao lado do restaurante estudantil conhecido como “Calabouço”. No confronto, o estudante secundarista Edson Luís foi atingido com um tiro e morto. Sua morte foi considerada a gota d’água, e catalisou a indignação popular de estudantes, intelectuais, artistas, classe média, trabalhadores e setores progressistas da Igreja Católica que saíram em protesto naquilo que ficou conhecido como a Passeata dos 100 Mil. Para saber mais, ver RIDENTI, Marcelo. “1968: rebeliões e utopias”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). *O século XX: o tempo das dúvidas: do declínio das utopias à globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3. pp. 140–153.

⁷³ Aprovado por meio do decreto nº 6632, de 16 de junho de 1960. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66732-16-junho-1970-408168-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em junho de 2023.

Setorial de Informações dos Ministérios Civis (SSIMC), o Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Militares (SSIMM), o Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SuSIEM) e outros órgãos de informações setoriais. Nessa nova engrenagem, o SNI continuava sendo o seu principal órgão, já que, conforme o Plano, cada componente da comunidade deveria elaborar seu próprio relatório e submetê-lo ao SNI, que o analisaria, avaliaria e aprovaria ou não.

Além disso, o PNI determinava a criação de uma Doutrina de Segurança Nacional. O 1º PNI foi uma iniciativa da AC/SNI, mas, de acordo com Andrade (2014), o chefe da AC não poderia elaborar essa doutrina, pois estava diretamente ligado à Presidência da República. Dessa forma, a tarefa foi direcionada ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), que julgou ser incapaz de tal missão. Assim, foi sugerida a Médici a criação de uma escola militar que formulasse tal filosofia: uma Escola Nacional de Informações (EsNI). Não preocupava aos militares apenas a Doutrina, mas também a formação de seus agentes. Como salienta Priscila Antunes (2001, p. 61),

Paralelamente à necessidade de uma agência responsável pela elaboração da Doutrina Nacional de Informações, oficiais responsáveis pela atividade de informações se encontravam extremamente preocupados com a qualificação de seus agentes, que até então era feita principalmente no exterior. Havia poucas alternativas na área de treinamento de informações no Brasil. Na Escola Superior de Guerra, antes mesmo de 1964, funcionava um curso de informações considerado de bom nível, mas que não abordava necessariamente a área de operações e contra informações.

Até então, os agentes do SNI eram formados em academias militares, como a Escola Superior de Guerra (ESG) e o Centro de Estudos e Pessoal do Exército (CEP). Especialmente a ESG, entre 1967 e 1970, foi responsável pela elaboração e execução de cursos sobre informações. Ainda em 1959, foi elaborado um Curso de Informações em caráter experimental, sendo revisto em 1965 para capacitar os funcionários do SNI. Os temas que eram abordados, até 1967, eram de cunho mais teórico e de planejamento, como conceitos de informações, planejamento estratégico, comparações entre serviços secretos estrangeiros, a importância de um serviço secreto forte, etc. A partir de 1967, os temas foram direcionados para o combate à subversão e erradicação da luta armada.

De qualquer forma, nem todos os funcionários do SNI ingressavam na ESG, o que dificultava a profissionalização do Serviço ocasionando o despreparo no combate às “ameaças da nação”. Pensando nisso, o Presidente Médici enviou para os Estados Unidos o general Enio dos Santos Pinheiro para um estágio na CIA e FBI. Retornando ao Brasil,

o general Enio apresentou a Médici um projeto de escola de informações nos moldes americanos.

Assim, por meio do decreto 68.448 de 31 de março de 1971⁷⁴, foi criada a Escola Nacional de Informações (EsNI). Subordinada diretamente ao chefe do SNI e tendo como diretor um general da ativa das Forças Armadas, do posto de General-de-Brigada ou equivalente, a Escola formou os quadros da *comunidade de informações*. Mais detalhadamente, ela tinha como finalidade “a) preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informações e contra-informações; b) cooperar no desenvolvimento da Doutrina Nacional de Informações; c) realizar pesquisas em proveito do melhor rendimento das atividades do Sistema Nacional de Informações”⁷⁵.

Não apenas se aprendia como fabricar uma informação, mas também a difundir-la apropriadamente. Resende (2013, p. 68), citando diretamente um manual de formação, explicita bem isso. Segundo o manual,

A difusão é um processo eminentemente técnico. Visa a verificar a quem pode interessar o documento produzido; em que prazo ele deve chegar ao destinatário, para que lhe seja útil e, em consequência, qual o meio de transmissão e grau de sigilo a adotar. Com a difusão terminam as atribuições dos que se dedicam as atividades de Informações. As decisões ou providências que delas possam resultar são da competência dos utilizadores, sem qualquer ingerência do pessoal de informações. Durante a utilização, em alguns casos, novas dúvidas e novos fatos dão origem a novos acionamentos de busca e o processo da Produção das Informações é realimentado, sendo nestes casos, conhecido como Ciclo de Informações.

Outros dois pontos decorrentes dessa citação são importantes serem considerados ainda sobre a produção de informações: as questões de *técnica* e *suspeição*. Como abordamos, havia um cuidado com a produção, circulação e preservação de uma informação. Além de seguir uma padronização (Classificação; Número da Informação; Data; Assunto; Referência; Difusão; Origem; Anexos), lhes era imposto um grau de sigilo (Confidencial; Reservado; Secreto) e a informação era coletada, avaliada e analisada especialmente por sua potencialidade, tendo como resultado final subsidiar Poder Executivo, seu usuário também final. Um outro ponto a se considerar é que havia uma dinâmica própria na circulação dessas informações, no sentido de que, quanto maior

⁷⁴ Decreto 68.448 de 31 de março de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68448-31-marco-1971-456468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em junho de 2023.

⁷⁵ Decreto-lei 68.448 de 31 de março de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68448-31-marco-1971-456468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em junho de 2023.

fosse o requerimento em um assunto – como mobilização da classe trabalhadora -, maior seria a oferta e obtenção de informações.

Concomitante a esse caráter técnico e processual, também devemos considerar a lógica da *suspeição universal*, ou seja, a institucionalização da paranoia no programa da ditadura militar, por meio, principalmente, da EsNI. Conforme Fico (2012, p. 180),

pode-se falar, sem exagero, de uma paranoia que se manifestava, constantemente, como delírio persecutório, gerador de uma suspeição universal. Nos dossiês da comunidade de informações, insuspeitas personalidades liberais, ou mesmo conservadoras, foram acusadas de comunismo. [...] Uma pichação poderia conter ameaças à ‘segurança nacional’. A visita de um professor universitário a um militante de esquerda poderia significar um passo na ‘escalada do movimento comunista internacional’. Uma greve seria um ‘óbice’ ao futuro do país. Essas interpretações dos escalões inferiores da comunidade de informações faziam surgir aquilo que podemos chamar de ‘técnicas de suspeição’, isto é, as maneiras encontradas pelos agentes para ‘provar’ que alguém era culpado de ‘subversão’.

É interessante ainda percebermos o contexto de criação da EsNI e a institucionalização dessa paranoia. No final da década de 1960, o Brasil estava em ebulição. O furor dos militares foi expresso em três repressões, mas apenas um discurso bastou para o Presidente Costa e Silva editar o Ato Institucional nº 5, o mais tenebroso da história republicana brasileira.

Em 28 de março de 1968, a Polícia Militar do Rio de Janeiro invadiu o restaurante popular Calabouço com o objetivo de reprimir uma manifestação de estudantes que pediam melhorias na qualidade da comida e no refeitório. Iniciou-se ali um confronto entre as forças policiais e os estudantes, resultando na morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, de 17 anos. Em 4 de abril daquele ano, na missa de sétimo dia de Edson Luís, soldados a cavalo cercaram a saída da Igreja da Candelária, criando assim uma emboscada. O resultado foi cerca de seiscentas pessoas presas e várias outras feridas.

Ainda em abril do mesmo ano, duas grandes greves eclodiram: uma em Contagem, Minas Gerais, e outra em Osasco, São Paulo. Em Contagem, os trabalhadores tiveram suas reivindicações atendidas, mas tornou-se definitiva a lei do arrocho-salarial; em Osasco, a repressão foi mais intensa, com invasão das forças repressivas na fábrica da Cobrasma e detenção e prisão de cento e vinte pessoas, muitas das quais foram torturadas. Alguns trabalhadores se refugiaram em uma igreja local que também foi invadida e ocupada pelos militares, detendo todos buscaram abrigo lá.

Universidade de Brasília (UnB), agosto de 1968. Professores e estudantes organizaram uma mobilização que logo foi brutalmente reprimida pelos militares, cujas tropas prenderam e espancaram alunos e professores, e um tiro acertou, na cabeça, o aluno Valdemar Alves da Silva.

Setembro de 1968, Câmara dos Deputados, Brasília. O deputado Márcio Moreira Alves utilizou seu tempo na tribuna para convocar um boicote aos desfiles militares do Sete de Setembro. Seu discurso foi o pretexto para o Alto-Comando editar o AI-5⁷⁶ no dia 13 de dezembro de 1968. Segundo Fico (2001, p.64) Ato veio, portanto,

como decorrência do processo de maturação da linha dura, cada vez mais convencida de que não bastava sua existência como simples grupo de pressão. Os episódios de radicalização política, especialmente os de 1968, foram utilizados como “prova” da necessidade de um sistema rigoroso, mas é claro que esta radicalização, em boa parte, foi fomentada pelos próprios radicais. Certos casos, como a invasão da Universidade de Brasília, em agosto de 1968, foram provocações evidentes, parte de uma tática que o sistema de segurança persistiria usando por muito tempo, qual seja, disseminar o terror, terreno fértil para a incrementação de ações repressivas.

Dessa forma, a partir de 1968, um novo ciclo de repressão se iniciou na ditadura militar brasileira⁷⁷. Também a partir desse ano, mais precisamente no início da década de 1970, formou-se a comunidade de informações. Assim, a formação da comunidade está imbricada na necessidade de aperfeiçoamento dos sistemas de informações e segurança diante do combate à “guerra revolucionária” presente no AI-5. Portanto, cabe-nos

⁷⁶ Conforme Motta (2018), a decadência de prestígio e o sentimento de isolamento do governo ditatorial provocaram uma reação autoritária de militares, com o respaldo de setores civis conservadores, especialmente empresários, proprietários rurais e líderes religiosos conservadores. O AI-5 foi uma medida tomada para reforçar o governo enfraquecido de Costa e Silva e revitalizar o regime autoritário ao qual ele pertencia, buscando estreitar os laços entre os diferentes grupos dentro das forças armadas e temporariamente superar suas divisões internas. O objetivo do autor é destacar que o Ato Institucional de 13 de dezembro de 1968 teve como principais alvos setores privilegiados da elite que apoiaram o golpe de 1964, mas que se distanciaram do regime ditatorial posteriormente. O AI-5 proporcionou ao Estado os meios para punir e controlar líderes e segmentos rebeldes dentro de seu próprio campo, incluindo parlamentares, juízes e a imprensa. Curiosamente, alguns deles só então perceberam o regime como uma ditadura, passando a se posicionar na oposição ou tornando-se críticos do governo militar. No contexto do processo de abertura política, muitos desses setores construíram uma narrativa de que sempre lutaram contra o autoritarismo e a favor da democracia, tentando apagar sua responsabilidade como aliados iniciais do golpe de 1964 e do regime ditatorial. Acerca desse debate, ver MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 195-216, 2018.

⁷⁷ Considera-se o primeiro ciclo o período da agitação golpista de 1964 e da repressão sobre trabalhadores e camponeses; o segundo ciclo, de 1965 a 1966, corresponde à desmontagem do aparelho democrático brasileiro, como a extinção do pluripartidarismo e das eleições diretas. Entendemos que essa periodização é didática e não encerra o fato de que a repressão sobre trabalhadores e camponeses perdurou durante toda a ditadura, por exemplo. Sobre esses ciclos, ver ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

discorrer um pouco mais sobre os três principais centros que integravam a comunidade: o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), o Centro de Informações do Exército (CIE) e o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa).

O Cenimar foi criado em 21 de novembro de 1957 pelo decreto n. 42.688⁷⁸ e era subordinado ao Estado-Maior da Armada. Sendo a primeira das três Forças a estruturar um serviço de informações, Antunes (2001) ressalta a discrição e eficiência desse órgão no combate à luta armada. Segundo a autora, ainda nos primeiros anos do regime, o Cenimar concentrou-se nas questões internas da própria Marinha, ou seja, no controle das fronteiras e na observância da hierarquia e disciplina. A partir do recrudescimento do regime e da luta armada, o Centro passou também a combater a subversão⁷⁹, infiltrando seus agentes em organizações comunistas e produzindo um dossiê chamado “Ação Subversiva no Brasil”, de 1970, no que analisava detalhadamente a estrutura dos partidos de esquerda no país, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Operário Comunista (POC).

O CIE foi criado em 2 de maio de 1967 por meio do decreto n. 60.664⁸⁰. O Centro estava subordinado diretamente ao Comandante Superior do Exército, e cabia a ele, assim como à 2ª Seção do Estado-Maior, supervisionar e orientar as atividades de segurança interna e de contrainformações. Foi o mais ostensivo aparelho de repressão política da ditadura, uma vez que se utilizou da justificativa de defesa interna para dispor das informações estratégicas sobre os “inimigos internos”.

Por fim, tivemos o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), criado por meio do decreto n. 66.608⁸¹, de 20 de maio de 1970. Inicialmente, as atividades de informações estiveram a cargo do Núcleo do Serviço de Informações da Aeronáutica (NuSISA), que foi extinto pelo mesmo decreto. Por lei, o Cisa herdou o acervo do NuSISA, da extinta 2ª Seção do Gabinete do Ministro da Aeronáutica e parte do acervo elaborado pela 2ª Seção do Estado-Maior da Aeronáutica.

⁷⁸ Decreto n° 42.688 de 21 de novembro de 1957. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42688-21-novembro-1957-381388-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em junho de 2023.

⁷⁹ O Cenimar passou por uma reestruturação através do decreto n. 68.447, de 30 de março de 1971. O decreto está disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68447-30-marco-1971-410416-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em junho de 2023.

⁸⁰ Decreto n° 60.664 de 2 de maio de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60664-2-maio-1967-401454-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em junho de 2023.

⁸¹ Decreto n° 66.608 de 20 de maio de 1970. Disponível em: https://antilegis.antt.gov.br/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&num_ato=00066608&sgl_tipo=DEC&sgl_orgao=NI&vlr_ano=1970&seq_ato=000. Acesso em junho de 2023.

Esses centros de informações das Forças Armadas estiveram integrados ao Sistema Nacional de Informações (SiSNI), que funcionou como uma abrangente estrutura central para o aparato de informações da ditadura militar brasileira. O SiSNI foi instituído pelo 1º Plano Nacional de Informações (PNI) e nele estavam contidos o SNI e suas agências regionais, bem como os demais setores de informações, como o Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Civis (SSIMC)⁸², o Sistema Setorial de Informações dos Ministérios Militares (SSIMM)⁸³ e o Subsistema de Informações Estratégicas Militares (SUSIEM). A seguir, apresentamos um organograma que ilustra a organização do SiSNI, destacando os órgãos que o compõem e delineando como ocorria a comunicação entre eles. A Agência Central do SNI ocupava uma posição central na estrutura da comunidade de informações, sendo o único órgão responsável por estabelecer comunicação direta com todos os outros componentes do SiSNI.

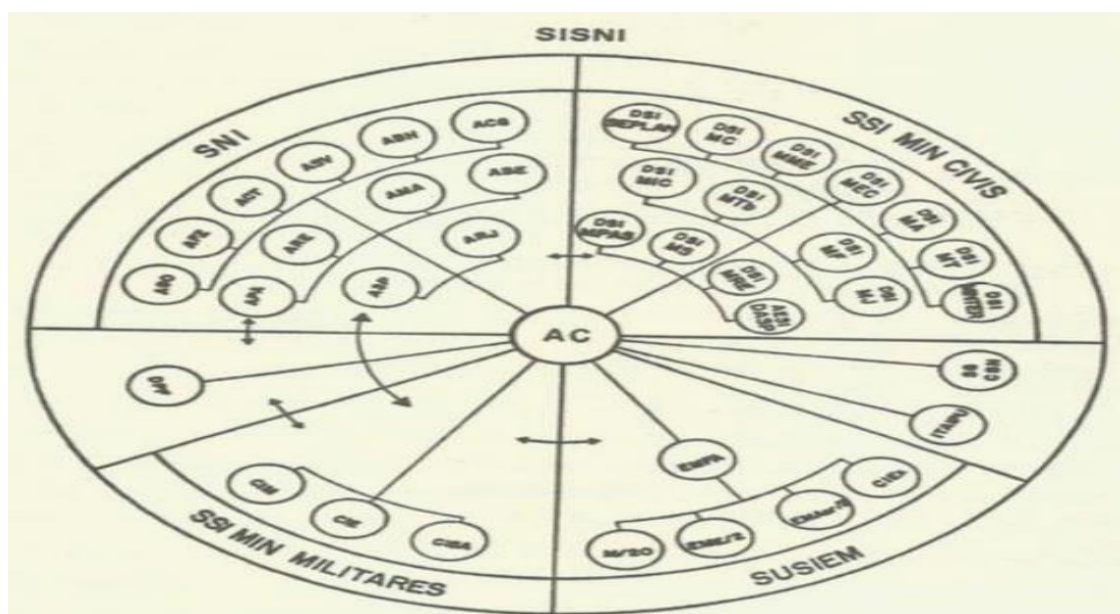


Figura 2. Organograma com a estrutura do SISNI. Fonte: ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p.277.

Fruto de insatisfação da linha dura em relação ao combate aos subversivos, ainda na década de 1970, foi instituído o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) por meio

⁸² “Sistema formado pelas Divisões de Segurança e Informações (DSI) e pelas Assessorias de Segurança e Informações (ASI)”. ISHAQ, V. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 277.

⁸³ “Sistema que tinha como principal missão a produção de informações militares de Segurança Nacional e informações estratégicas.” ISHAQ, V. **A escrita...**, p.277. Assim, o CIE, o CENIMAR e o Cisa eram órgãos integrantes desse Sistema.

de diretrizes sigilosas elaboradas pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovadas pelo Presidente da República. Dessa forma, segundo Fico (2001, p. 120-121),

Conforme estabeleciam as diretrizes, em cada um dos comandos militares de área deveriam ser criados os seguintes órgãos: um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa interna (CODI), um Destacamento de Operações de Informações (DOI), todos sob a responsabilidade do Exército respectivo, nesse caso denominado de “Zona de Defesa Interna” (ZDI). O país ficou dividido em seis ZDI. Podiam ser criadas, ainda, Áreas de Defesa Interna (ADI) ou Sub-Áreas de Defesa Interna (SADI), em regiões que merecessem cuidados especiais.

O SISSEGIN foi criado com base no argumento da linha-dura de que as medidas tomadas pela Polícia Federal e pelas polícias estaduais eram insuficientes para conter o avanço das ações dos subversivos, especialmente daqueles ligados às guerrilhas urbanas, e, portanto, atrapalhavam o processo de “limpeza”. O Sistema ficava sob o comando do Ministro do Exército, responsável pela coordenação das ações repressivas, e executava as informações recolhidas e repassadas pela Agência Central do SNI. Essas execuções eram de responsabilidade dos Centros de Operações de Defesa Interna (CODI) e dos Destacamentos de Operações Internas (DOI), comumente chamados de sistema CODI-DOI. Os CODI possuíam representantes do Exército, Marinha, Aeronáutica, das polícias civis e militar de cada governo estadual. Seus braços operacionais eram os DOI. Em articulação direta com o CIE, o sistema CODI-DOI também partilhava suas funções de repressão com o Cenimar e o Cisa, bem como com as Delegacias de Ordem Política e Social (Dops), agilizando o combate, desmantelamento e neutralização dos opositores, inclusive utilizando tortura e extermínio⁸⁴.

No campo dos trabalhadores, especificamente, é importante mencionar a relação da classe empresarial com o sistema de repressão da ditadura militar brasileira, ainda que ligeiramente, pois será melhor discutido no capítulo seguinte. O caso mais flagrante dessa

⁸⁴ Um dos casos mais notáveis de execução do CODI-DOI foi o assassinato do jornalista da TV Cultura Vladimir Herzog, em 1975, em São Paulo. Diante disso, o Presidente Geisel exonerou o comandante do II Exército, o general Ednardo D’Ávila Melo, transparecendo a ideia de que o governo não compactuava com os excessos da *comunidade*; na prática, por outro lado, os órgãos de repressão e informação continuaram agindo respaldados e amparados pela Lei de Segurança Nacional. Um ano depois, ocorreu a Chacina da Lapa, também em São Paulo, na qual militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) foram mortos em uma ação conjunta do DOPS e do DOI paulista. Outros exemplos diretos da autonomia dos órgãos de segurança e informação e sua pressa em desestabilizar a abertura política foram os atentados aos prédios da ABI, em 1976, e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em 1980. Por fim, também é conhecida a tentativa fracassada de agentes do CODI-DOI de implantar uma bomba no Centro de Convenções Riocentro, em 1981. Acerca das ações de repressão desse sistema, bem como de seu desmantelamento a partir do governo Figueiredo, ver GODOY, M. **A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991)**, o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2015.

relação é o do empresário Henning Albert Boilesen. Boilesen foi presidente do grupo Ultra, que incluía a Ultragaz como uma de suas empresas. O empresário não apenas financiava as ações de captura, tortura e extermínio da Oban (Operação Bandeirantes), que serviu de inspiração para a criação dos CODI-DOI, mas também articulava a participação de novos empresários no financiamento da operação e comparecia às sessões de tortura, chegando a importar equipamentos de tortura dos Estados Unidos, como cadeiras elétricas. Em 1971, Boilesen foi assassinado em frente à sua casa em São Paulo por militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)⁸⁵.

Essa profusão de siglas e cadeias hierárquicas na *comunidade* frequentemente se tornava concorrente entre si. No entanto, sempre estiveram submetidas ao controle e supervisão do alto escalão das Forças Armadas, de forma que não se pode, seja por supostos excessos ou mesmo por desejo de autonomia desses órgãos, eximir o governo militar pelas políticas de controle e repressão que resultaram em graves violações dos direitos humanos. Qual é, portanto, o lugar desse aparato de informações e repressão no contexto de distensão e abertura política iniciada no Brasil nos anos finais de ditadura militar? Quais mecanismos foram adotados para dismantelar esse aparato e fazer justiça às vítimas mortas e desaparecidas durante - e pela - ditadura?

1.4.1 O aparato de repressão e informações na abertura política

Conforme Maria Helena Moreira Alves (1989, p. 186), a “política de distensão”

Tratava-se de um programa de medidas de liberalização cuidadosamente controladas, definido no contexto do slogan oficial de “continuidade sem imobilidade”. A “continuidade” traduzia-se numa política de fiel obediência às linhas mestras do modelo econômico de desenvolvimento já estabelecido e aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional. Desse modo, a “continuidade” preservava os principais aspectos do modelo e a engrenagem do aparato repressivo. “Sem imobilidade” encarnava-se no plano governamental de reformas que pretendia constituir um passo adiante na liberalização progressiva, para um retorno à democracia.

Dessa forma, o processo de “distensão” e as políticas decorrentes dele não representaram uma ameaça para o Estado de Segurança Nacional estabelecido durante a

⁸⁵ Para um estudo histórico mais aprofundado, ver MELO, Jorge José. **Boilesen, um empresário da ditadura**: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, 2012.

ditadura militar, uma vez que esse processo ocorreu dentro das limitações impostas pela Doutrina de Segurança Nacional. Portanto, o que se delineou foi mais um ciclo de liberalização do que efetivamente uma transição para a democracia. Embora o fim do governo Médici tenha marcado o fim dos “anos de chumbo”, não significou, no entanto, o fim da repressão, violência e dos assassinatos. Por outro lado, diversas mudanças no contexto internacional e nacional nos permitem identificar alguns fatores que apontavam para um lento desmantelamento da estrutura militar.

No âmbito externo, os Estados Unidos reformularam sua estratégia política em relação ao apoio às ditaduras na América Latina. A Operação Condor foi estabelecida entre o Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai, Brasil e Bolívia como uma ação político-militar destinada a combater o terrorismo internacional de grupos de esquerda. Por meio de uma cooperação sistemática e internacional para enfrentar os “subversivos”, os Estados Unidos forneceram treinamento, logística e financiamento às ditaduras no Cone Sul. Entre suas premissas, podemos destacar a organização de um centro de informações, a troca de informações por meio de rádios ou documentos, utilizando equipamentos desenvolvidos pelos serviços secretos dos Estados Unidos, a permissão da livre circulação de agentes da repressão e a colaboração entre as polícias políticas dos países envolvidos na Operação. Com a vitória do democrata Jimmy Carter (1977-1981) e sua política externa de direitos humanos, houve uma forte pressão para o desmantelamento das ditaduras latino-americanas. Além disso, foi de grande importância o impacto da Crise do Petróleo de 1973, que intensificou o declínio de “Milagre Econômico” do governo Médici, levando o Brasil a usar suas reservas econômicas e fazer empréstimos externos para manter o crescimento, resultando na duplicação da dívida externa no ano seguinte.

No âmbito interno, não podemos ignorar o significado das eleições de 1974, que revitalizaram o interesse popular pelas eleições e autonomizaram o processo político de abertura, tornando-o algo menos reversível do que esperado. Um segundo ponto diz respeito às contradições na cúpula do regime militar. Com a eleição do General Ernesto Geisel (1974-1979), os castelistas retornaram ao poder, e a possibilidade de concretização das aspirações distensionistas tornou-se cada vez maior. No entanto, Geisel deparou-se com um dilema: o que fazer com o aparato de informações e repressão montado pelos duros, que havia conquistado seu objetivo, eliminando os últimos guerrilheiros no

Araguaia? Por outro lado, a comunidade parecia assolada: o que fariam caso a abertura política fosse devidamente estabelecida no país?⁸⁶

Nessa rota de colisão, uma terceira via, a da conciliação, foi vislumbrada. Um memorando proveniente da CIA⁸⁷, divulgado pelo pesquisador e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP) Matias Spektor em 2018⁸⁸, confirmou que o Presidente Geisel era conivente com as práticas de execução da *comunidade*. No documento, o então Presidente se reuniu em 11 de abril de 1974 com membros da comunidade de informações, incluindo o chefe do SNI, o general João Baptista Figueiredo, e o chefe do CIE, o general Confúcio Danton de Paula Avelino. Nele, Geisel é informado sobre a execução sumária de cento e quatro pessoas feitas pelo CIE no governo Médici e lhe é solicitada a permissão para dar continuidade à política de extermínio. Geisel, então, pede que todas as execuções que ocorressem a partir de seu governo ocorressem após o seu consentimento. Não demorou, e dois dias depois dessa reunião, três integrantes do Comitê Central do Partido Comunista em São Paulo foram mortos: João Massena, Luiz Ignácio Maranhão Filho e Walter de Souza Ribeiro. Nos anos seguintes, três “subversivos” foram mortos nas dependências do CODI-DOI: o tenente José Ferreira de Almeida, o jornalista Vladimir Herzog, ambos em 1975, e o operário Manoel Fiel Filho, em 1976.

Mediante a leitura do documento elaborado pela CIA, percebemos que a noção de *guerra interna* ainda estava na pauta da *comunidade de informações*. Os órgãos de informações e segurança entendiam que a transição deveria ser vigiada e cerceada, pois o “inimigo” ainda existia. Reforçando essa tese, Baffa (1989) traz em seu livro o documento “Estudo e Apreciação sobre a Revolução de 1964”, produzido pelo CIE, com o número 209, protocolado pela Agência Central sob o número 10.971. Os seguintes trechos apontam justamente para a visão da *comunidade* sobre a transição:

⁸⁶ Cabe ressaltar que um dos maiores aliados de Geisel foi o general Golbery do Couto e Silva, criador e primeiro chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Golbery foi ministro da Casa Civil durante os governos Geisel e Figueiredo. Elio Gaspari, em seus livros, chamou Geisel e Golbery, respectivamente, de “sacerdote” e “feiticeiro” da redemocratização. Acerca dessas memórias, cf. FAGUNDES, Pedro Ernesto. Ernesto Geisel: o general da “abertura”? **Revista Ágora**, Vitória, n. 28, 2018. p. 104-115.

⁸⁷ O documento pode ser acessado, integralmente, no endereço: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite>. Acesso em junho de 2023.

⁸⁸ DALLARI, Pedro Bohomoletz de Abreu. **Documento prova que política de extermínio teve aval de Geisel: pesquisador da FGV, Matias Spektor, descobre documento da CIA americana e redimensiona o papel dos militares na ditadura**. [Entrevista a Francisco Costa]. Globalização e Cidadania. São Paulo, SP: Rádio USP (93,7 MHz). Disponível em: https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/GLOBALIZA%C3%87%C3%83O-E-CIDADANIA-16-MAIO-_PEDRO-DALARI-1.mp3. Acesso em junho de 2023.

Por tática, não se deve ir frontalmente contra a abertura em público, pode-se aproveitar dela o que é positivo. Mas deve-se cerceá-la, com habilidade, com boa campanha publicitária, desviando a atenção nacional para outros problemas [...]

A abertura pode realizar-se com o setor de comunicações, mas sempre sob controle. Dever-se reconhecer que a censura, efetivamente exercida in loco por pessoas tantas vezes despreparadas e sem discernimento, lançou descrédito sobre esse necessário meio de controle. Impõe-se uma reestruturação [...]

Neste início de opção feita pelo governo – o começo da abertura – dever-se-á deixar a Justiça investigar, apurar, castigar faltas que solertes acusadores nacionais ou não, lhe assacam, ou ao menos a governos anteriores, relativas a prisões ilegais e outros abusos de poder? Isso não viria a desmoralizar chefes revolucionários e, com eles, o movimento de 1964? [...]

O inimigo ainda existe, não mais sob a forma de assaltos a bancos, mas realizando trabalhos de conscientização das massas, crescendo, consertando seus erros, e esperando nova forma de tomada de poder. [...]

Na tranquilidade da política reinante poderíamos crer em sua extinção, mas sabemos que não, pois o momento é de retomada de força de ambos os lados. Não depreciamo-lo, continuemos atentos, estejamos prontos para combater suas novas técnicas, formas e apresentação para continuarmos vencendo-o.⁸⁹

Um terceiro elemento de ordem interna é importante e, justamente, está registrado no informe acima: as movimentações sociais e políticas, ou seja, a própria sociedade civil. Conforme Maria Celina D'Araújo (1995, p. 39) “podemos caracterizar a abertura como um projeto, que se iniciou pelo alto, com importantes passos liberalizantes, mas que logo virou processo, cujo rumo foi determinado por muitas forças”. Nesse processo, foi-se constatando que não havia um projeto organizado de democratização, de modo que Geisel, segundo Chirio (2012), tentou institucionalizar o regime militar mantendo, por exemplo, o bipartidarismo e o Ato Institucional nº 5 (AI-5). Não obstante, tentou conter o avanço do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), instituindo a Lei Falcão⁹⁰, que limitava o uso dos meios de comunicação para as eleições municipais de 1976, e o chamado “Pacote de Abril”, de 1977, que foi um conjunto de medidas político-eleitorais que visava fortalecer a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) na próxima disputa eleitoral.

Por meio da Emenda Constitucional nº1, Geisel aprovou a lei que extinguiu o AI-5, mais um ato seu que sinalizou uma das ambiguidades do seu governo e a pretensão de

⁸⁹ BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989. p. 51-64.

⁹⁰ Lei nº 6339, de 1º de julho de 1976. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16339.htm. Acesso em junho de 2023.

manter a linha-dura enfraquecida no processo de distensão. Nesse mesmo pensamento, sob o slogan de transição “lenta, gradual e segura”, de uma “democracia forte”, foi eleito como seu sucessor o general João Baptista Figueiredo, em 1979, e mantido Golbery do Couto e Silva como ministro da Casa Civil⁹¹. Dessa forma, permanecia “a tutela militar explícita sobre o processo político, nas suas linhas gerais, e o poder repressivo das Forças Armadas guardavam, obviamente, considerável força dissuasiva.” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014, p. 106-108).

Figueiredo também teve que lidar com algumas questões específicas em seu governo. A crise do segundo choque do petróleo de 1977 ainda persistia na economia. O Brasil manteve um alto crescimento desde 1973, com o primeiro choque do petróleo, às custas de endividamento externo e superaquecimento da economia, o que se tornou ainda mais agudo com a segunda crise, resultando no aumento do preço da gasolina e do diesel.

No campo político e social, por sua vez, duas grandes mudanças marcaram o governo Figueiredo: a Lei da Anistia⁹² e a reorganização do sistema político-partidário⁹³. Outras forças sociais também contribuíram para a efetivação da abertura política, como o movimento estudantil, setores da Igreja Católica, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o MDB. A Anistia também foi uma bandeira de entidades da sociedade civil, como os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs) e o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), bem como estudantes, intelectuais e movimentos em âmbito internacional.

Ainda assim, é importante salientar que a Lei da Anistia também foi uma ambiguidade da abertura política e evidencia o caráter conciliatório da transição, uma vez que incluiu o perdão aos envolvidos na repressão política. Por outro lado, a Lei permitiu a reorganização do sistema partidário brasileiro, como a transformação da ARENA no Partido Democrático Social (PDS) e do MDB no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Surgiram também novos partidos, como o Partido Progressista

⁹¹ Geisel escolheu o general João Baptista Figueiredo como chefe do SNI, mesmo sabendo que Figueiredo tinha conhecimento das ações repressivas mais severas durante o governo Médici. Essa decisão fazia parte da estratégia de abertura do governo, que garantia proteção aos setores mais rígidos da comunidade de informações, desde que eles também protegessem o governo. Portanto, no início de seu mandato, o presidente optou por manter intocável a máquina de repressão utilizada pelos setores mais duros. Essa decisão não se baseou apenas em estratégias políticas e lealdade a Orlando, seu irmão; também refletiu suas próprias convicções pessoais. Concordamos com Figueiredo (2005), que Geisel não era tão moderado quanto Madre Teresa de Calcutá, e ele acreditava que, em certos casos, a tortura era necessária para obter confissões e evitar “males maiores”. Dessa forma, não compactuamos com a aura simbólica envolvendo o mito da moderação de Geisel.

⁹² Lei nº 6.683 de 28 de agosto de 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em junho de 2023.

⁹³ Lei Nº 6.767 de 20 de dezembro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6767.htm. Acesso em junho de 2023.

(PP)⁹⁴. A legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi concedida a Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio Vargas, após uma disputa jurídica com Brizola. Além disso, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) foi fundado por Leonel Brizola, e o Partido dos Trabalhadores, cuja espinha dorsal era o *novo sindicalismo*.

Para finalizar o governo Figueiredo, dois outros episódios marcaram os últimos anos do general no poder: o “Pacote de Novembro” e a rejeição do Congresso à Emenda Dante de Oliveira. Em novembro de 1981, o governo enviou ao Congresso o “Pacote de Novembro”, que proibia as coligações eleitorais e estabelecia que os eleitores deveriam votar em uma única legenda. Essa medida visava fortalecer o Partido Democrático Social (PDS) e enfraquecer a oposição. Nesse contexto, como já observamos, a crise econômica se agravou a partir de 1983, causando um desequilíbrio nas contas públicas e intensificando a austeridade fiscal. Com o aumento crescente do desemprego e da pobreza, juntamente com a recessão que afetou a classe média brasileira, as políticas salariais impactaram profundamente a classe trabalhadora. Sobre essa orientação da política econômica, a cientista política Maria Helena Moreira Alves (1989, p. 299) comenta que,

O Decreto-Lei Nº 2.045 limitava a 80% do INPC expurgado os reajustes salariais de todos os trabalhadores, independentemente das faixas a que pertencessem. Todos os salários, sem exceção, sofreriam um corte imediato de 20% em relação à variação mensal do INPC, após agosto de 1983. Os mais prejudicados eram os que ganhavam até 7 salários mínimos. A redução da vantagem dos salários dos trabalhadores de empresas estatais foi introduzida em mais outro decreto, de número 2.036. A indignação da opinião pública ante as diferentes medidas constantemente tomadas pelo governo explodiu em greves de grandes proporções durante o mês de julho. No dia 6 de julho 1.100 trabalhadores da refinaria estatal de Paulínia, perto de Campinas, no estado de São Paulo entraram em greve em protesto contra o Decreto Nº 2.036, que não só reduzia consideravelmente os direitos dos empregados das empresas estatais como baixava os níveis de emprego no setor.

Frente a essa política econômica, houve um aumento significativo das greves dos trabalhadores em todo o Brasil. Essas greves ocorreram principalmente na década de

⁹⁴ Com o Pacote de Novembro, que instituiu o voto vinculado, o Partido Progressista (PP) se fundiu com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). A legislação estabelecia, além do voto vinculado que obrigava o eleitor a votar em candidatos do mesmo partido para todos os cargos em disputa, e a proibição de coligações, a criação de sublegendas para o Senado, onde os partidos poderiam lançar até três candidatos para o cargo e somar seus votos. Outra exigência era que os partidos deveriam lançar candidatos para todos os cargos da chapa completa. Essas medidas claramente tinham o objetivo de favorecer a força da máquina partidária da ARENA nos municípios, que posteriormente foi herdada pelo Partido Democrático Social (PDS).

1980, abrangendo os anos de 1983 a 1989, durante os quais foram convocadas quatro grandes greves nacionais. Essas greves foram importantes não apenas devido à sua quantidade, mas também à sua diversidade. Isso significa que ocorreram greves em várias categorias de trabalhadores, incluindo categorias “novas”, como os funcionários públicos, e foram adotados novos métodos de protesto, como as “greves pipocas”, “greves tartaruga”, “greves de vaca-brava”, entre outros, possibilitando, segundo Mattos (2009, p.121) a “unificação das lutas e de elevação do patamar político das demandas dos trabalhadores, que nesses casos dirigiam-se ao núcleo da política econômica dos governos, especialmente à salarial, incluindo bandeiras mais amplas, como a reforma agrária e a suspensão dos pagamentos da dívida externa.”

Foi em 1983 que a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foi estabelecida. Sua fundação ocorreu durante o Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras, e a Central desempenhou um papel significativo nas mobilizações sindicais desse período. Apenas de forma sucinta, pois abordaremos isso com mais detalhes no próximo capítulo, vale mencionar que o Serviço Nacional de Informações (SNI) já estava monitorando o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva desde 1977, conforme Figueiredo (2005). O SNI via no carisma de Lula uma ameaça à política de controle salarial da ditadura militar, uma possível retomada da “luta armada” no país e um avanço das agendas comunistas no Brasil.

Nesse cenário crítico, o deputado federal Dante de Oliveira, do PMDB, apresentou ao Congresso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) Nº 5, em 2 de março de 1983. Essa proposta visava restaurar as eleições diretas para Presidente da República após 20 anos de ditadura militar. A PEC rapidamente recebeu apoio de um amplo movimento popular conhecido como *Diretas Já!*. Essa campanha percorreu o país de Norte a Nordeste e teve Ulysses Guimarães (PMDB) como seu principal líder, além de figuras como Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Franco Montoro (PMDB), Fernando Henrique Cardoso (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Doutel de Andrade (PDT) e outros. Durou cerca de 14 meses e tornou-se o maior movimento político e popular da história do Brasil.

Conforme apontado por Delgado (2007), a força desse movimento deveu-se à sua natureza suprapartidária, heterogênea e descentralizada. Ele uniu partidos de oposição legal (PMDB, PT e PDT) e aqueles que estavam na ilegalidade (PCB, Pcdob e MR-8), além de organizações da sociedade civil como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a CUT e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Conforme Francisco C. T. da Silva (2003), diante de uma intensa mobilização popular, multidões contrárias

ao regime tomaram as ruas das principais capitais brasileiras, e no Rio de Janeiro, tradicional centro de oposição ao regime, um milhão de pessoas exigiram eleições diretas imediatamente. A proposta de “Diretas Já!” representou uma quebra radical com a abertura política limitada e pactuada que o regime estava implementando, e se fosse bem-sucedida, levaria à eleição direta de um presidente e a uma Constituinte, resultando em uma ruptura constitucional extremamente desfavorável para as forças que instauraram a ditadura militar no país⁹⁵.

Além do movimento sindical, houve uma participação muito ativa de outros segmentos da sociedade, como a Igreja Católica (especialmente o clero progressista), a imprensa, o movimento estudantil e diversos militantes e políticos. Até o final dos anos 1960, a Igreja Católica no Brasil não se opôs ao regime militar estabelecido em 1964 e, na verdade, chegou a apoiá-lo. Entretanto, essa postura mudou devido a dois eventos significativos, como descrito por Cava (1988). O primeiro desses eventos ocorreu em 1970, quando a Pontifícia Comissão de Justiça e Paz do Vaticano, seguida pelo Papa Paulo VI, fez uma denúncia pública da prática de tortura no Brasil. No ano seguinte, Dom Paulo Evaristo Arns, que havia sido recentemente nomeado Arcebispo de São Paulo, condenou abertamente a tortura de funcionários da Igreja nas prisões do Segundo Exército, em São Paulo. Assim, nos primeiros anos da década de 1970, a Igreja Católica brasileira liderou uma campanha mundial contra a tortura no Brasil. O segundo evento relevante ocorreu no final de 1979, durante o vigésimo quinto aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas. Nesse período, as igrejas cristãs do Brasil (com exceção das pentecostais) lançaram uma campanha pelos direitos humanos em todo o país.

Após o culto ecumênico realizado na Catedral de São Paulo em resposta à morte do jornalista Vladimir Herzog, que foi torturado até a morte nas instalações do II Exército, a Igreja Católica passou a ser reconhecida como uma autoridade moral capaz de agir em nome da sociedade civil. A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, então, começou a dividir com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) a responsabilidade pela campanha contra a tortura, transformando-se em uma força nacional da sociedade civil. Conforme Cava (1988) descreve, três fatores principais

⁹⁵ Embora as manifestações em prol das *Diretas Já!* não tenham alcançado sucesso devido a uma manobra política dos congressistas contrários à aprovação da Emenda, que se abstiveram de votar e bloquearam o avanço da proposta naquele momento, tornou-se evidente para a opinião pública que a continuidade das eleições indiretas era insustentável.

contribuíram para essa mudança de postura da Igreja Católica: uma nova liderança progressista surgiu dentro da instituição, representando setores comprometidos com as causas populares; a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) legitimou esse processo de mudança; e novos movimentos sociais seculares emergiram entre as classes populares, especialmente nas periferias de São Paulo a partir de 1973, nos quais a Igreja desempenhou um papel direto.

Conforme Alves (1989) descreve, durante o período de transição, a atuação política da Igreja Católica se destacou pela sua habilidade em articular a “política formal” e a “política de base”. Na esfera da “política formal”, a Igreja agiu por meio da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB). Por outro lado, na “política de base”, a Igreja criou diversas pastorais, como a Pastoral da Terra, a Pastoral do Mundo do Trabalho, a Pastoral dos Direitos Humanos, entre outras. Essas organizações permitiram que a Igreja estabelecesse uma ampla rede de grupos locais, envolvendo milhares de pessoas em trabalhos específicos em diferentes áreas.

No estado da Paraíba, a Igreja Católica desempenhou um papel significativo nos movimentos sociais, tanto nos conflitos rurais quanto na organização das oposições sindicais. Ela se envolveu por meio de diversos organismos criados com esse propósito. Um exemplo notável é o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, um dos primeiros do tipo no país, que teve Wanderley Caixe como coordenador. Ele era um advogado militante político associado à resistência ao regime militar e, posteriormente, em 1985, se candidatou a prefeito de João Pessoa pelo PT. Além disso, a Igreja utilizou organismos de base para reorganizar os movimentos populares. No contexto rural, destacam-se a Ação Católica Rural (ACR) e o Movimento de Evangelização Rural (MER). Na zona urbana, foram criadas a Pastoral da Juventude, a Pastoral Operária, as Comunidades Eclesiais de Base e a Ação Católica Operária, entre outras. Através desses organismos, a Igreja desempenhou um papel importante na mobilização e na articulação dos movimentos sociais.

A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) desempenhou um papel significativo na luta contra a ditadura militar, principalmente na oposição à censura prévia aos meios de comunicação. Nos primeiros anos do regime militar, quando ainda não havia censura prévia à imprensa, a ABI coordenava as atividades dos jornalistas, protegia os profissionais ameaçados e promovia debates educativos, conferências e sessões de estudo. Entretanto, após a promulgação do AI-5, a imprensa passou a ser submetida à censura prévia e a outros tipos de controle.

Diante desse novo cenário, a ABI não apenas continuou sua atuação educativa, mas também apoiou a formação de comissões e grupos de combate à censura na imprensa, além de promover atividades culturais em geral. A partir de 1969, a ABI se tornou cada vez mais ativa como um fórum para a expressão de resistência aos controles impostos à opinião e ao pensamento, coordenando as ações de grupos de oposição que defendiam a liberdade de expressão e direcionando esses esforços para a esfera política formal, exercendo pressão direta sobre o Estado.

Além das atividades conduzidas pela ABI, a própria imprensa encontrou formas alternativas de resistir à censura prévia. Essa reação assumiu dois formatos distintos: o surgimento de semanários ou tabloides alternativos de oposição, que podiam criticar de maneira mais franca as políticas econômicas e repressivas do governo; e a organização de campanhas simbólicas de resistência à censura. Estas campanhas envolviam a publicação indireta ou disfarçada de informações, que podiam ser lidas nas entrelinhas, bem como a veiculação direta de evidências da censura. De acordo com Alves (1989), a combinação das atividades da ABI com as campanhas simbólicas realizadas pelos principais jornais exerceu pressão sobre o governo do Presidente Geisel, levando-o a abolir a censura prévia à grande imprensa em 1975 e, posteriormente, em 1978, também à imprensa alternativa. Com o fim da censura prévia, a imprensa desempenhou um papel significativo na progressiva abertura do regime, ao divulgar críticas ao modelo econômico adotado pelo governo militar, revelar casos de corrupção no governo, dar espaço para denúncias de tortura contra presos políticos e demandar investigações e o fim da violência.

De acordo com Nunes (2009), a partir do final dos anos 1970, o movimento estudantil (ME), que havia enfrentado forte repressão a partir de 1968 e teve suas organizações representativas independentes proibidas de atuar, retomou suas atividades públicas e passou a desempenhar um papel de destaque na resistência contra a ditadura, devido à sua visibilidade e influência. Em 1977, um protesto inicialmente relacionado a questões acadêmicas se expandiu para manifestações contra o governo. Apesar da repressão, na maioria das manifestações, como na tentativa de greve na UnB e na prisão de 850 estudantes que exigiam o retorno da democracia em um encontro nacional em Belo Horizonte, a polícia demonstrava certa hesitação.

A partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a Paraíba viu ressurgir o movimento estudantil, que havia sido fortemente reprimido durante os anos de ditadura militar. Os estudantes aproveitaram o clima de abertura política para se manifestar, exigir

reformas e participar de debates sobre os rumos do país. A União Nacional dos Estudantes (UNE) desempenhou um papel importante na organização e mobilização dos estudantes na Paraíba, promovendo encontros, debates e atividades que estimularam a conscientização política e a participação ativa dos jovens. Além disso, várias universidades e instituições de ensino superior no estado se tornaram espaços para debates políticos e discussões sobre temas relevantes para a sociedade. O movimento estudantil na Paraíba também teve um papel fundamental na denúncia de violações dos direitos humanos e na busca por justiça para as vítimas da repressão durante o regime militar. Os estudantes foram protagonistas na divulgação de informações e na pressão por investigações e punições aos responsáveis por abusos e torturas⁹⁶.

Em relação ao campo político, conforme Nunes (2009), a candidatura de Antônio Mariz, deputado federal, ao cargo de governador do Estado da Paraíba em 1978, representou um desafio ao sistema estabelecido em 1964, com o golpe civil-militar, e teve algum impacto em âmbito nacional. Essa candidatura resultou de desentendimentos ocorridos após o chamado “Acordo de Brasília”, que buscava reconciliar politicamente os ex-governadores João Agripino e Ernani Sátiro, que estavam em conflito dentro da ARENA desde 1974. O acordo previa uma divisão dos cargos em disputa, com o então governador Ivan Bichara sendo lançado como candidato ao Senado, por via direta, Ernani Sátiro como senador biônico e Antônio Mariz como governador. No entanto, esse acordo não foi aceito de forma unânime por diversos líderes políticos do partido, excluindo figuras como os senadores Domício Gondim e Milton Cabral, bem como o deputado federal Wilson Braga.

Argumentava-se que os primeiros não possuíam apoio eleitoral suficiente, enquanto Braga enfrentava acusações de aliar-se ao grupo de parlamentares que apoiava a candidatura do General Silvío Frota à Presidência da República, juntamente com os

⁹⁶ Possuímos três dissertações produzidas no âmbito do PPGH-UFPB que abordam a construção do movimento estudantil no estado da Paraíba durante a ditadura militar. Embora se concentrem especificamente no ME da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), esses trabalhos são importantes por explorarem a trajetória e as características desse movimento no contexto da ditadura e da transição. Sobre a questão do movimento estudantil nos anos iniciais do golpe de 1964, ver RAMOS, Érica Lins. **Da convivência ao despertar militante**: O movimento universitário na cidade de Campina Grande - PB (1964 - 1968). Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013. Acerca da sua reorganização no período 1979-1985, ver NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização**: movimento estudantil da UFPB (1975-1979). Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015. Sobre a vigilância do SNI sobre a comunidade acadêmica, ver DIAS, Elissandra Maria Costa. **Vigilância e controle**: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964 - 1985). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

deputados federais da Paraíba, Teotônio Neto e Maurício Leite. O governador Ivan Bichara não concordou com o acordo e começou a trabalhar em prol da candidatura do senador Milton Cabral para governador do Estado, ao mesmo tempo em que buscava inviabilizar a candidatura de Mariz. Um relatório, que tentava relacionar o deputado Antônio Mariz com os políticos cassados pelo regime militar de 1964, foi enviado pela ARENA da Paraíba ao Presidente da República, João Baptista de Figueiredo.

Além do apoio dos dissidentes da ARENA, outros elementos que contribuíram para a vitória do MDB na eleição para o Senado na Paraíba foram a utilização da sublegenda e a sólida estrutura partidária do MDB. Isso se deve ao fato de que a Paraíba era um dos poucos estados do Nordeste onde o MDB possuía um considerável número de prefeituras e diretórios municipais na maioria das cidades.

Ainda de acordo com Nunes (2009), no que diz respeito às eleições para a Câmara Federal e a Assembleia Legislativa, tanto a ARENA quanto o MDB mantiveram o mesmo número de assentos, havendo apenas algumas mudanças de nomes que não tiveram significado político e ideológico. No entanto, as eleições de 1978 não indicaram uma transformação real na estrutura de poder local em relação à estrutura político-partidária. Em vez disso, elas representaram um esgotamento do regime político militar estabelecido com o golpe de 1964.

Também o Serviço Nacional de Informações (SNI) lançou seu olhar sobre o processo eleitoral paraibano. Apesar das diferenças entre eles, Agripino e Burity faziam parte do campo político da Paraíba durante os anos da ditadura militar. Embora fossem filiados à ARENA ou ao PDS, estavam associados a um quadro partidário que, no mínimo, estava mais próximo dos militares. No entanto, devido à concepção de “inimigo interno” da Doutrina de Segurança Nacional, principalmente nos setores de informação e segurança, até mesmo um político que pertencesse ao seu círculo de influência poderia não ser considerado um aliado devido a motivos políticos e ideológicos. É nesse ponto que entra em jogo o principal órgão de informações da ditadura militar, o Serviço Nacional de Informações, que tinha a responsabilidade de exercer vigilância política e ideológica sobre os políticos, tanto da oposição partidária quanto das legendas que sustentavam o regime⁹⁷.

⁹⁷ Para uma leitura mais detalhada e abrangente acerca da vigilância do SNI sobre os atores políticos, militantes de esquerda e políticos profissionais na Paraíba, durante a ditadura militar brasileira, ver SOARES, Maria Tereza Dantas B. **A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2020.

Assim, chegou ao fim o governo Figueiredo, ex-chefe do SNI e último Presidente militar da nossa história republicana: sem eleições diretas e, principalmente, sem o desmonte do complexo aparato de informações e repressão erguido, fortalecido e enraizado pós-64; por outro lado, sob forte pressão social, a composição da chapa vencedora, a “Aliança Democrática”, formada por Tancredo Neves (PMDB) e José Sarney, da Frente Liberal (FL)⁹⁸, explicitou a mediação autoritária e a “conciliação pelo alto”, elementos constitutivos da cultura política brasileira. No entanto, não podemos concluir que a abertura política foi - tão somente - uma decisão do alto escalão das Forças Armadas em um projeto de conciliação de classes. Podemos, sim, apontar que a liberalização foi fruto de um confronto dialético e intenso entre setores da sociedade civil, enquanto oposição, e agrupamentos da sociedade política, enquanto governo.

No entanto, como foi lidar com o “monstro” criado pelo general Golbery do Couto e Silva?

Os dois Presidentes da República da distensão e abertura política estiveram diretamente envolvidos na repressão sanguinária do pós-64. Geisel tinha sido nomeado chefe da Casa Militar no governo de Castelo Branco, onde foi enviado a Pernambuco, a pedido de Castelo Branco, para investigar denúncias de tortura no Nordeste, especialmente as sofridas pelo líder comunista Gregório Bezerra em 1964⁹⁹, mas não tomou nenhuma medida a respeito disso, optando pela improcedência das acusações de Gregório. Além disso, Geisel foi presidente da Petrobrás entre 1969 e 1973. Figueiredo, por sua vez, foi nomeado Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional no governo de Jânio Quadros, liderou as Subseções de Operações do SFICI e, durante o governo Médici (também ex-chefe do SNI no governo Costa e Silva), chefiou a Agência Central do SNI. Dessa forma, não podemos interpretar que Geisel e Figueiredo desejavam, mas não podiam, extinguir o Serviço. Na verdade, interessava aos generais um jogo de troca de interesses: Geisel nomeando Figueiredo garantia aos setores mais

⁹⁸ Em sua dissertação de Mestrado, a historiadora Maria Tereza Soares salienta que encontrou, na documentação do Fundo SNI – Agência Recife, um informe que apontava Tancredo Neves como um elemento “dialogável”, por adotar posturas conciliadoras. Cf. SOARES, Maria Tereza Dantas B. **A política paraibana vigiada: políticos e militantes sob os olhos do SNI**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2020. p. 63.

⁹⁹ No dia do golpe, o coronel Vilocq submeteu Gregório Bezerra a um tratamento cruel. Amarrou-o com cordas e ordenou que soldados o arrastassem pelas ruas de Recife, enquanto o insultava verbalmente e o espancava com uma vareta de ferro. O coronel incitava o povo a assistir ao que ele chamava de “enforcamento do comunista”. Diante dessa brutalidade, religiosos entraram em contato com o general Justino Alves Bastos, que, sob pressão, evitou que um martírio ocorresse. Gregório Bezerra foi agredido com coronhadas em todo o corpo e teve os pés queimados com soda cáustica.

rígidos que não haveria revanchismo, enquanto o SNI deveria trabalhar para proteger o governo.

Como já vimos, o Serviço, junto com a *comunidade*, ainda no contexto da distensão, praticou crimes de torturas e mortes.¹⁰⁰ No governo de Figueiredo, o SNI entrou em uma fase de ampliação. Lucas Figueiredo (2005) ao discutir isso, aponta que o SNI ergueu um hospital e fornecia carros com motoristas e apartamentos mobiliados aos seus líderes regionais – Vide a Figura 2 sobre as instalações do Serviço. O órgão não tinha despesas com o aluguel das instalações que ocupava. Durante o governo Figueiredo, alcançou o seu maior contingente de funcionários, quase 5.000 servidores, sendo que muitos dos contratados careciam de qualificações adequadas. Além disso, expandiu suas atividades para áreas até então não exploradas, como o combate à praga do bicudo nas lavouras, a produção de equipamentos de criptografia e a mediação de conflitos fundiários no Nordeste.

No entanto, uma das principais funções do Serviço era manter registros, principalmente com base em rumores e informações não verificadas (na base do “consta que”), que frequentemente continham observações preconceituosas e imprecisas sobre as pessoas fichadas. Segundo Carlos Fico (2001), a explicação para isso é que seria mais fácil justificar a necessidade de um órgão central de informações, o que é comum em muitos países democráticos, do que a criação de um sistema de segurança mais abrangente. Assim, o SNI precisou “mostrar serviço” no sentido de buscar provar não apenas a necessidade do regime militar, fortalecendo o “Terrorismo de Estado”, mas também a preservação do aparato de informações e segurança, elaborando relatórios exagerados sobre os movimentos sociais em uma verdadeira “paranoia anticomunista”.

De acordo com Figueiredo (2005), além do preconceito, os equívocos nas informações eram notáveis. Isso era especialmente prejudicial para os candidatos que buscavam empregos ou promoções no setor público e precisavam do aval do SNI. Nos chamados Levantamentos de Dados Biográficos (LDB), os candidatos eram categorizados de acordo com sua “posição ideológica” da seguinte maneira: *democrata, comunista, esquerdista, sem posição definida* ou *não há registros*. Eles também eram rotulados com base em sua “atitude em relação à Revolução de 31 de março de 1964”:

¹⁰⁰ Já salientamos em nota anterior a diferença entre os órgãos de informações e os de repressão. Reforçamos aqui que essa distinção é didática/estável, mas no interior desses órgãos ocorriam dinâmicas próprias e também dentro da *comunidade*. Conforme Fico (2003), a espionagem gerou consequências severas e que ainda hoje repercutem no país. Milhares de brasileiros tiveram suas vidas espionadas e prejudicadas pelo grotesco da comunidade de informações e segurança.

integrado, adesista, contrário, contra-revolucionário, sem posição definida ou não há registros. Da mesma forma, eram avaliados em relação às “atividades subversivas” (atuante, simpatizante ou não há registros) e de acordo com sua “conduta civil” (há registros positivos, há registros negativos ou não há registros).

A comunidade esperava que o sucessor de Figueiredo fosse o General Otávio Medeiros, na época chefe do SNI. No entanto, os esforços empregados para sua vitória não foram suficientes naquela conjuntura política e social, especialmente após a divulgação do dossiê sobre o caso Baumgarten, publicado pela revista *Veja* em 1983. Em 1982, o jornalista e ex-agente do SNI, Alexandre von Baumgarten, foi encontrado morto sob circunstâncias misteriosas em uma praia no Rio de Janeiro. O óbito foi registrado como afogamento. Entretanto, um ano depois, em 1983, a revista *Veja* revelou que Baumgarten foi assassinado com dois tiros na cabeça e um no tórax. No mesmo ano, a *Veja* divulgou um dossiê secreto no qual o jornalista denunciava um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo o SNI, empresas privadas e a revista *Cruzeiro*, que colaborava com o governo militar. O documento também revelava que Baumgarten havia sido alvo de uma ameaça de morte por parte do então chefe da Agência Central do SNI, General Newton Cruz. O caso só foi investigado a fundo em 1985. Três militares foram indiciados pelo desaparecimento e morte do jornalista, e em 1992, todos foram absolvidos.

Já no governo Sarney (1985-1990), o general Ivan de Souza Mendes atuava como chefe do SNI. Nessa época, as ameaças do inimigo interno, da luta armada e do comunismo internacional já haviam sido superadas, e os sinais de decadência da Guerra Fria eram evidentes. De acordo com o general Ivan, o SNI, cujo principal objetivo era garantir a segurança do Estado, foi obrigado a reavaliar suas abordagens. O foco do órgão passou a voltar-se para uma série de questões relacionadas a problemas externos, como espionagem internacional, questões industriais, problemas de fronteira, entre outras.

Conforme Antunes (2001), devido a essa abordagem, houve uma tentativa de adaptar a estrutura do SNI à nova realidade internacional. A autora argumenta que não podemos afirmar que houve uma ruptura completa com as práticas anteriores, mas, como mencionado pelo brigadeiro Sócrates da Costa Monteiro, houve uma redução na intensidade das atividades de inteligência.¹⁰¹ O general Ivan buscou, de acordo com suas

¹⁰¹ Em notícia veiculada no jornal *Folha de São Paulo*, de 1988, Ivan Mendes afirmou que os familiares de desaparecidos políticos não poderiam pleitear junto ao SNI as fichas de seus parentes. “Eu recusaria um pedido desses. Quem morreu, está morto”, afirmou o ministro. A notícia pode ser lida em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/119093/11_19%20out88%20-%200030.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em junho de 2023.

palavras, equilibrar adequadamente o uso dos recursos disponíveis para a atividade de inteligência, dando maior importância às informações externas.

Aliás, a seleção do general Ivan de Sousa Mendes para assumir o papel de chefe do SNI durante a administração de Sarney é notável, devido ao fato de ele ser uma figura reconhecida do período ditatorial. Ele desempenhou a função de auxiliar do Presidente Castello Branco durante esse tempo, frequentemente elogiando-o como um exemplo máximo de habilidade política. O recém-nomeado ministro encarregado do SNI anteriormente atuou como chefe de gabinete do general Hugo Abreu, que por sua vez era o líder da Casa Militar sob a gestão de Ernesto Geisel.

Presidente da República	Chefe – SNI	Governador da Paraíba
Governo Castelo Branco (1964-1967)	Gen. Golbery do Couto e Silva (ministro-chefe do SNI) Gen. João Baptista Figueiredo (chefe da Agência Central)	Pedro Gondim (Partido Democrata Cristão) (1961-1966)
Governo Costa e Silva (1967-1969)	Gen. Emílio Garrastazu Médici (ministro-chefe do SNI) ?	João Agripino Maia (ARENA) (1966-1971)
Governo Emílio Médici (1969-1974)	Gen. Carlos Alberto da Fontoura (ministro-chefe do SNI) Gen. Ênio dos Santos Pinheiro (chefe da Agência Central)	Ernâni Sátiro (ARENA) (1971-1975)
Governo Geisel (1974-1979)	Gen. João Baptista Figueiredo (ministro-chefe do SNI) ?	Ivan Bichara (ARENA) (1975-1978) Dorgival Terceiro Neto (ARENA) (1978-1979)
Governo Figueiredo (1979-1985)	Gen. Octavio Medeiros (ministro-chefe do SNI) Gen. Newton Cruz (chefe da Agência Central)	Tarcísio Burity (Partido Democrático Social) (1979-1982) Clóvis Cavalcanti (Partido Democrático Social) (1982-1983) Wilson Braga (Partido Democrático Social) (1983-1986)
Governo Sarney	Gen. Ivan de Souza Mendes (ministro-chefe do SNI)	Milton Bezerra Cabral (Partido Democrático Social) (1986-1987)

(1985-1990)	?	Tarcísio Burty (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) (1987-1990)
-------------	---	---

Quadro 1. Quadro com os Presidentes da República no período ditatorial, seus respectivos chefes do SNI e governadores da Paraíba. Alguns chefes da Agência Central (AC) não conseguimos localizar até o final da presente pesquisa. Conforme Lucas Figueiredo (2005, p. 280), o cargo de ministro-chefe do SNI foi criado no governo Geisel, como uma forma de valorizar seu pessoal. Mas, desde Castello Branco, o posto já tinha, informalmente, esse status de ministro. Nesse sentido, Geisel fez oficializar o cargo. Quadro laborado pelo autor.

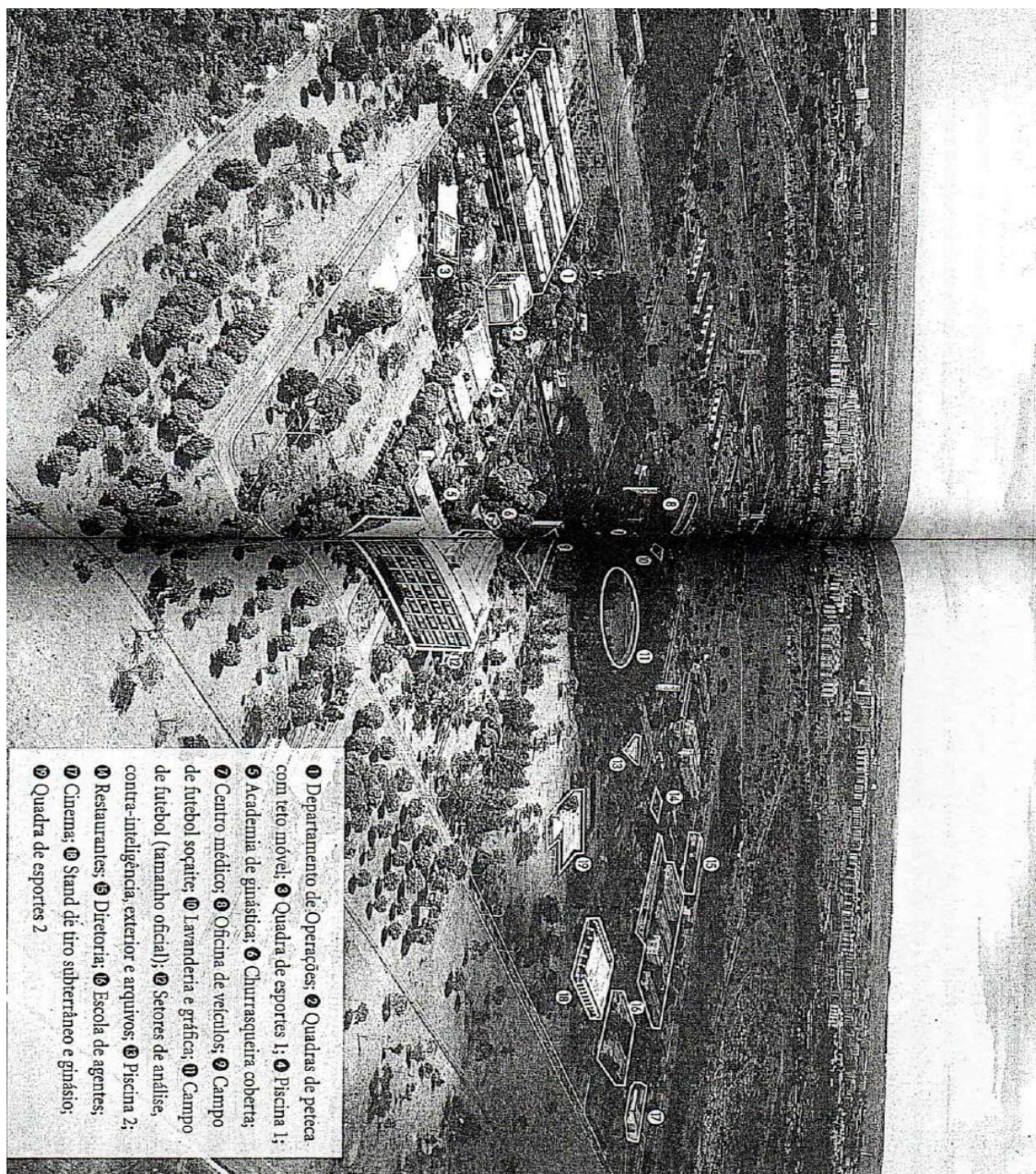


Figura 3. Sede do serviço secreto em Brasília. Fonte: FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005).** Rio de Janeiro: Record, 2005, p. 298.

Por outro lado, foi também no governo Sarney que o SNI ampliou sua agenda, criando um extenso banco de dados sobre a questão sindical, uma vez que as greves foram um problema constante durante seu governo. Assim, para Figueiredo (2005, p. 381)

Sarney não precisava apenas de relatórios; ele queria que o chefe do serviço secreto executasse uma tripla missão: coordenasse a atuação das várias pastas envolvidas no problema das greves, atuasse como elo entre empresários e governo e cuidasse pessoalmente das negociações com sindicatos de trabalhadores. Nunca um chefe do Serviço tivera missão tão ampla em conflitos sociais no Brasil.

Para prestar serviço a Sarney e também o guiar por meio de seus relatórios, o SNI buscou aprimorar, em nível de detalhamento das informações, os documentos que lhes chegavam às mãos. Conforme Figueiredo (2005, p. 380), em um único documento sobre o movimento operário, constava, dentre outros dados,

- Um detalhado histórico sobre as greves no Brasil, citando, entre outros, o movimento liderado, em meados de 1840, pela Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco;
- Um resumo dos avanços na legislação trabalhista nos últimos cem anos;
- Informações atualizadas sobre o número de greves por Estado e por categoria, quantidade de trabalhadores parado e nomes dos principais dirigentes sindicais em todo o país.

Como exemplo, apresentamos um documento do Fundo SNI - Agência Recife que ilustra o detalhamento das informações e a preocupação com o movimento sindical no país, especialmente no estado da Paraíba. Vale lembrar que a Agência Recife era responsável pela vigilância nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Portanto, neste contexto, fornecemos apenas as informações pertinentes ao nosso recorte de pesquisa, que se concentra no estado da Paraíba.

Informação nº 1585/119/ARE/80¹⁰², de 15 de maio de 1980, cujo assunto é “Situação na Área do Trabalho”. Os principais itens do documento são sobre “política trabalhista e salarial”, “relações capital-trabalho”, “problema de desemprego e mão-de-obra”, “programas de semiprofissionalização”, “valorização do sindicato como organização social”, “reivindicações dos Sindicatos patronais e de trabalhadores”, “deficiências na forma de prestação de serviços por entidades hospitalares e de assistência social” e “movimentos de massa”, nos estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Sobre o estado da Paraíba temos que:

¹⁰² Fundo SNI – Agência Recife. Documento ARE_ACE_1505_80.

a) Em 22 de maio de 1980, os presidentes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais da Paraíba expressaram sua indignação com a atitude do Bispo de Cajazeiras/PB, D. Zacharias Rolim de Moura, que suspendeu um programa de rádio que orientava os camponeses. O programa era conduzido por padres italianos e brasileiros na Rádio Alto Piranhas. Eles enviaram um abaixo-assinado com mais de 120 assinaturas à Arquidiocese da Paraíba, à CNBB, à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e até ao Vaticano, argumentando que o Bispo estava se alinhando com a “classe endinheirada”¹⁰³.

b) Em 27 de outubro de 1980, o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Paraíba, Expedito Felix da Cruz¹⁰⁴, denunciou que muitas usinas de açúcar do estado não estavam cumprindo suas obrigações sociais com relação aos salários dos empregados, especialmente no que se referia às correções semestrais baseadas no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

c) Em 13 de novembro de 1980, o “Diário da Borborema” divulgou as declarações de David Gabriel de Lima sobre o regime de escravidão enfrentado por ele e seus colegas nas obras da barragem de Tucuruí, a 1.300 km de Belém/PA. David Gabriel foi recrutado pela Empresa Paranaense de Construção - EMPRAOL, e relatou más condições de trabalho, alimentação precária e arbitrariedades praticadas por policiais na região¹⁰⁵.

¹⁰³ Conforme Ferreira (2020), para neutralizar o setor progressista da Igreja Católica, os agentes do SNI também buscavam o apoio de membros da Igreja Católica que não compartilhassem das mesmas ideias do Arcebispo Dom José Maria Pires. Em um documento datado de 27 de julho de 1982, intitulado “Religiosos que poderiam colaborar com o governo federal” esses agentes mencionavam nomes de Bispos, Padres, Cônegos, Monsenhores e até mesmo um leigo que discordavam das ações de Dom José e da sua interpretação dessas ações. Por exemplo, no caso do Bispo de Cajazeiras, uma cidade no sertão da Paraíba, é destacado que Dom Zacarias Rolim de Moura, bispo de Cajazeiras/PB, mantinha uma postura conservadora e não se alinhava com as facções mais radicais do clero paraibano.

¹⁰⁴ Em um documento datado de 25 de fevereiro de 1982, consta que Expedito Felix da Cruz estava em uma delegação da Paraíba que foi selecionada para participar da reunião da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI), agendada para os dias 27 e 28 de março de 1982, em Brasília/DF, onde vários assuntos estavam em pauta, incluindo a possibilidade de deflagrar uma greve no mês de março de 1982, caso o Congresso Nacional aprovasse o aumento das contribuições para a Previdência Social. Em outro informe, já de julho de 1985, consta que a diretoria da Federação eleita (gestão 1982-1985) não possuía posição política ideológica definida.

¹⁰⁵ Conforme Campos (2019), o projeto Tucuruí, no Pará, incorporou diversos elementos que refletem as características da própria ditadura em relação à estrutura de classe. Empresas estrangeiras multinacionais se beneficiaram das vantagens fiscais proporcionadas, bem como da priorização concedida ao projeto pelo governo brasileiro. Além disso, empresas brasileiras também se beneficiaram, notavelmente a empreiteira Camargo Corrêa, que obteve vantagens significativas por meio de um contrato com aditivos sucessivos, isenções fiscais e acesso a recursos substanciais, permitindo que a empresa absorvesse uma parte considerável dos fundos públicos do Estado brasileiro. Por outro lado, a política voltada para os trabalhadores gerou benefícios para os empresários, uma vez que proporcionava mão de obra a preços baixos e tendia a resultar em uma força de trabalho mais submissa, dado o caráter autoritário do regime. Além disso, o projeto causou endividamento público, dependência externa e uma concentração de riqueza notável.

d) Em 27 de maio de 1980, Leopoldino de Miranda Freire, presidente da Associação Comercial da Paraíba, manifestou apoio à criação do seguro-desemprego¹⁰⁶, devido ao alto índice de desemprego, entrada de menores no mercado de trabalho e afastamento de idosos por limitações físicas.

e) Em 19 de setembro de 1980, 30 presidentes de sindicatos rurais da Paraíba entregaram um documento urgente ao governador Tarcísio de Miranda Burity, solicitando medidas para ajudar os camponeses afetados pela seca¹⁰⁷, incluindo o pagamento pontual aos trabalhadores rurais e o emprego dos menores ociosos e arrimos de família em frentes de trabalho.

f) Em 8 de novembro de 1980, o vice-presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias, Severino Pereira de Lima, informou que o INAMPS¹⁰⁸ estava atrasando os pagamentos aos sindicatos urbanos da grande João Pessoa/PB e alertou que as entidades só receberiam suas subvenções em 1981.

g) Cerca de 30% dos motoristas de transportes coletivos de João Pessoa/PB paralisaram suas atividades em 9 de julho de 1980, exigindo um aumento salarial de 40%. A greve terminou no mesmo dia com a determinação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para que os donos das empresas cumprissem a determinação em cinco dias. No entanto, a greve foi retomada em 14 de julho devido ao não cumprimento da

¹⁰⁶ Em 1966, o ministro do Planejamento do governo de Castello Branco, Roberto Campos, criou o FGTS com o propósito de simplificar as demissões de trabalhadores e financiar a construção de habitações. Para estabelecer o fundo, foi necessário abolir dois aspectos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): o primeiro garantia que os funcionários recebessem uma indenização equivalente a um mês de salário por ano trabalhado em caso de demissão sem justa causa, enquanto o segundo assegurava estabilidade no emprego aos trabalhadores do setor privado que completassem uma década na mesma empresa. Ambos os direitos trabalhistas foram substituídos pelo FGTS.

¹⁰⁷ A seca que afetou o Nordeste entre 1979 e 1983 resultou na perda de milhares de vidas. Aumentou-se a percepção de como os grandes proprietários de terras e o governo tiravam proveito de desastres naturais para fortalecer sua posição de poder. Não foi a seca em si que causou a morte dos habitantes do Nordeste, mas sim um genocídio deliberado que ocorreu na região durante aqueles anos. Durante um seminário sobre Reforma Agrária realizado em junho de 1984, em Canindé, Ceará, surgiu a ideia de realizar um levantamento das mortes, superando os desafios metodológicos com o apoio do Ibase. Em 1986, durante uma reunião em Salvador, foi decidido que seria necessário aprofundar o levantamento anterior por meio de uma pesquisa mais detalhada que possibilitasse o cálculo de uma taxa de mortalidade na região. De acordo com Rech (1989), possivelmente, mais de 1,7 milhão de pessoas perderam suas vidas devido à fome e à fraqueza. Acerca desse episódio, ver CPT. CEPAC. IBASE. **O genocídio do Nordeste (1979-1983)**. São Paulo: Mandacaru, 1989.

¹⁰⁸ Conforme afirmado por Vargas (2008), no início dos anos 80, o sistema composto pelo INPS/INAMPS começou a apresentar indícios de esgotamento. O sistema previdenciário começou a enfrentar um processo de envelhecimento, no qual a etapa de arrecadação de recursos foi substituída por um período de maiores despesas. Com o surgimento das primeiras aposentadorias e pensões, a Previdência teve que gastar recursos que não estavam mais disponíveis. Como resultado da crise no sistema de saúde previdenciário, o governo intensificou esforços para ampliar a cobertura assistencial em nível estadual e municipal. Uma dessas iniciativas incluiu o desenvolvimento de um plano para reestruturar os serviços de saúde, conhecido como PREV-SAÚDE, implementado em 1980.

determinação. O caso causou tumulto no centro de João Pessoa, com depredações e confronto com a polícia, resultando em um motorista ferido¹⁰⁹.

i) Em 19 de agosto de 1980, os motoristas de táxi de João Pessoa/PB se reuniram com o governador da Paraíba e obtiveram permissão para parar em qualquer ponto. No entanto, no dia seguinte, o diretor do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) ordenou multar os motoristas que parassem em qualquer ponto, o que levou a uma greve e passeata pela cidade.

j) Em 27 de agosto de 1980, trabalhadores rurais de Cajazeiras/PB, liderados por João Bosco Braga Barreto¹¹⁰, suplente de senador (PMDB/PB), fizeram uma passeata com cerca de 3.000 pessoas para reivindicar soluções para o atraso no pagamento de emergência pelo Governo Federal.

k) Em 23 e 24 de setembro de 1980, médicos residentes de diversos hospitais em Recife/PE e João Pessoa/PB paralisaram suas atividades em greve nacional, exigindo do Governo Federal a garantia de direitos trabalhistas para a categoria.

Pela riqueza de detalhes, podemos perceber que esses relatórios tinham várias características distintas. Os documentos detalhavam a atividade sindical no Brasil, identificando líderes sindicais, suas atividades, greves e movimentos trabalhistas em todo o país e eram usados como ferramentas de inteligência para identificar qualquer atividade considerada “subversiva” ou contrária ao regime militar. Isso incluía o monitoramento de sindicatos suspeitos de terem ligações com grupos de esquerda ou comunistas. Além

¹⁰⁹ De acordo com matéria veiculada no jornal *A União*, órgãos públicos, estabelecimentos comerciais e algumas escolas que continuavam operacionais, mesmo durante o período de férias, estavam praticamente paralisados desde as 16 horas da última quarta-feira e durante todo o dia 15, devido ao início da greve dos motoristas de ônibus na capital. O presidente do Sindicato dos Motoristas, Luiz Barbosa da Silva, criticou os motoristas e cobradores em greve, considerando-os inconsistentes por recusarem o primeiro acordo proposto pelos empresários e pelo prefeito Damião Franca. Luiz Barbosa, demonstrando sua frustração, afirmou que o Sindicato estava interessado em encontrar uma solução viável, mas os grevistas não estavam dispostos a aceitar. Além disso, ele enfatizou que o Sindicato protestaria contra qualquer injustiça cometida pelos empresários em relação aos motoristas, inclusive impedindo demissões em massa, pois afirmou que recorreriam à Justiça para garantir um salário a cada demitido, se necessário. Apesar dessa afirmação do presidente, mais de 10 motoristas foram demitidos. No entanto, eles se recusaram a aceitar as cartas de demissão e não entregaram seus documentos de trabalho para que fossem oficialmente registradas as demissões. A matéria pode ser lida em: https://auniao.pb.gov.br/servicos/copy_of_jornal-a-uniao/decada-de-1980/1980-1/julho/16-07-1980.pdf. Acesso em junho de 2023.

¹¹⁰ Barreto é mencionado no Relatório Final da CEV-PB. De acordo com o Relatório (2017), em 2 de julho de 1975, após a exibição do filme “Sublime Renúncia”, no Cine-Apolo de Cajazeiras/PB, alguém descobriu uma mala sob a poltrona onde o bispo Dom Zacarias Rolim de Moura costumava se sentar para assistir aos filmes. O barulho resultante desse achado alarmou muitas pessoas em Cajazeiras, que correram para o cinema para descobrir o que tinha acontecido e ajudar as vítimas do incidente. Os apoiadores do prefeito da época, Antônio Quirino de Moura, rapidamente acusaram o deputado estadual João Bosco Braga Barreto, que era membro do MDB e conhecido por suas posições políticas de esquerda, além de ser um opositor ferrenho do prefeito. Ele liderava várias manifestações populares contra o regime militar.

disso, os relatórios procuravam identificar tendências e desenvolvimentos no movimento trabalhista, incluindo quaisquer sinais de resistência ou descontentamento dos trabalhadores em relação às políticas do governo e frequentemente continham informações obtidas por agentes em campo, que poderiam incluir observações de reuniões sindicais, assembleias de trabalhadores e outros eventos relacionados ao trabalho. Por fim, os relatórios eram altamente sigilosos e destinavam-se principalmente ao governo e às agências de segurança e as informações contidas nesses documentos também poderiam influenciar as políticas trabalhistas do governo, ajudando a moldar a legislação e as práticas relacionadas ao trabalho de acordo com os interesses do regime.

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RECIFE

SITUAÇÃO NA ÁREA DO TRABALHO

ARE ACE 1505/80

INFORMAÇÃO Nº 1585/119/ARE/80

DATA: 15 NOV 80

ASSUNTO: SITUAÇÃO NA ÁREA DO TRABALHO - 4.2

ORIGEM: A) FMI - (Período até 15 NOV 80)

REFERÊNCIA: B) INFÃO nº 1585/119/ARE/80, de 15 MAI

DECISÃO ANTERIOR:

DIUSÃO: AC/SNI

ANEXO:

1. Política trabalhista e salarial. Deficiências apontadas; manifestações de classes; teses defendidas; repercussão no Congresso, nas Assembleias Legislativas e na Imprensa - 4.2.1

- A DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO, em PERNAMBUCO (DRT/PE), com o objetivo de transmitir ensinamentos de ordem técnica, mostrando na prática como melhor viabilizar as exigências da lei, coordenou no mês de maio de 1980, no RECIFE/PE, a "SEMANA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO".

Figura 4. Parte da primeira página do informe sobre a situação da área do trabalho. Os documentos sobre a “Situação na Área do Trabalho” geralmente eram os mais longos, pois muitas vezes selecionavam períodos anteriores e faziam uma espécie de análise da evolução das pautas da classe trabalhadora e das medidas adotadas pelos governos estaduais e federal de atendimento ou não das demandas da classe trabalhadora. Fonte: ARE_ACE_1505_80. Fundo SNI – Agência Recife.

De volta ao contexto nacional, em 1987, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, um dos compromissos de campanha de Tancredo e Sarney. O SNI, ao fim da Assembleia, ficou isento de tornar públicos dados sobre sua organização e funcionamento, o que possibilitava ao Serviço agir ainda no sigilo, preservando, assim, toda sua feição autoritária da ditadura. Com a vitória de Fernando Collor de Mello na

eleição de 1989, o Serviço passou de fato por uma mudança – mais que isso, ele deixou de existir. Cumprindo também uma promessa de campanha, Collor promoveu uma série de reestruturações na Presidência da República e, como parte delas, extinguiu o Serviço, as DSIs e as ASIs, bem como encerrou o status de ministro em relação ao chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e do Gabinete Militar.

Com a extinção do SNI, foi criada em seu lugar a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) apenas no ano de 1999. Segundo Antunes (2001), a criação da Agência se deu em um contexto de tentativa de suavizar o estigma que a atividade de informações, o SNI e a comunidade sofreram ao longo da ditadura militar. Por isso, ao contrário do serviço secreto anterior, a ABIN adotou a nomenclatura *inteligência*. A autora afirma que a atividade de inteligência já traz em si uma conotação negativa, no sentido de pressupor a existência de um olhar do Estado sobre a sociedade democrática, portanto, sobre os direitos individuais do cidadão. No caso brasileiro, essa conotação se torna ainda mais forte, uma vez que a atividade de informações esteve diretamente relacionada à corrupção, tortura e violação das liberdades individuais. Em sua tese de Doutorado, Marco Aurélio Chaves Cepik argumenta que é preciso termos cautela em relação aos termos ‘inteligência’ e ‘informação’. Para o professor, a inteligência diz respeito ao tratamento analítico da informação coletada e que pretende ser utilizada para a tomada de decisões daquele que a requereu.

Outro estigma que o SNI carregava era a “confusão” entre atividades de informação e segurança nacional. Segundo o teórico da Doutrina de Segurança Nacional e criador do SNI, General Golbery do Couto e Silva, a segurança nacional significava a remoção de possíveis ameaças à normalidade social, ao funcionamento do Estado e à vida dos governantes. Ainda que fosse um conceito flexível, sujeito a diversas interpretações, de forma mais objetiva – o que pode ser observado ao longo da ditadura militar –, cabia ao governante observar os potenciais inimigos e trabalhar energicamente para aniquilá-los, colocando o Estado acima dos direitos individuais. Esse pensamento acelerou a constituição dos órgãos de informação e suas atividades durante a ditadura militar, uma vez que, diante da “subversão”, tornou-se necessária a vigilância sobre a sociedade brasileira para garantir a lei e a ordem.

Um último e importante ponto acerca da atividade de inteligência, extinção do SNI e criação da ABIN diz respeito à aceitação ou ao receio da sociedade com uma nova agência que surgiu como sucessora do Serviço. Em seu livro *Democracia e Segurança Nacional: a polícia política no pós-guerra*, o historiador Luís Reznik discute a recepção

da sociedade civil, por meio da imprensa, em relação a ABIN. Mais que uma sucessora, temeu-se que a Agência fosse também uma herdeira de sua filosofia. Assim, segundo Reznik (2000, p. 23),

No dia 8 de maio de 2000 foi criado o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública. Com isso, veio à tona a discussão acerca da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), criada em 7 de dezembro de 1999, após dois anos de discussão no Congresso Nacional. A imprensa vinha alardeando o receio de a Abin vir a ser o sucedâneo direto, nos métodos objetivos, do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI). O general Alberto Cardoso, em longa entrevista à Folha de S. Paulo de 10 de maio, defendeu o caráter absolutamente democrático da Abin e do subsistema a ela vinculado. Apresentava quatro argumentos para sustentar a sua afirmação. Em primeiro lugar, a existência de um controle externo das atividades não ser voltado contra um inimigo interno [...] seria o segundo argumento. Os objetivos do sistema de segurança pública estariam voltados para o combate ao crime e à violência, particularmente o crime organizado. Em terceiro lugar, sublinhava as diferenças entre a Abin e o SNI, já que objetivos e contextos seriam diferentes.

Dessa forma, percebe-se que houve uma tentativa de reverter a imagem negativa do nosso serviço secreto. No entanto, a memória sobre a atuação do Serviço e da comunidade de segurança e informações permaneceu, e o debate acerca de um serviço secreto brasileiro parece ainda estar em curso em relação às outras democracias ocidentais. Como demonstramos ao longo deste capítulo, os serviços secretos do Brasil foram criados internamente, com a perspectiva de considerar seu próprio povo como “inimigo”. Se esses serviços existiram para reprimir o inimigo, então o inimigo deveria existir.

O período do regime militar deixou uma imagem profundamente negativa dos serviços secretos e de seus agentes, conhecidos como “arapongas”, na mente dos brasileiros. Além disso, o relacionamento entre o Estado e os sistemas de inteligência foi prejudicado no período pós-autoritário. Durante a transição política, havia correntes de pensamento defendendo a extinção ou redução dos serviços de inteligência na democracia brasileira. Portanto, quando o presidente Fernando Collor de Mello, o primeiro eleito pelo voto popular após a redemocratização, extinguiu o SNI em 1991, não houve resistência a essa medida.

A criação da Agência Brasileira de Inteligência e do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) só ocorreu em 1999, após um longo processo de negociação. Durante esses oito anos de intervalo, os serviços de inteligência do país foram severamente prejudicados, limitados a um pequeno departamento dentro da Secretaria de Assuntos

Estratégicos (SAE) na Presidência da República, embora os componentes de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal tenham continuado a existir.

Os serviços de inteligência são de extrema importância para proteger a soberania dos países no cenário internacional e garantir a ordem interna e a segurança dos cidadãos. Eles desempenham um papel crucial na coleta e análise de informações estratégicas, permitindo que os Estados estejam cientes de ameaças potenciais, tanto externas quanto internas, e tomem medidas adequadas para proteger seus interesses e cidadãos.

Discutir a constituição e atribuições dos serviços de informações e inteligência no Brasil é, de certa forma, também contribuir para a História do Tempo Presente. Concordamos com Fico (2012) que os documentos produzidos durante a ditadura não representam uma testemunha absoluta da verdade, mas sim a memória do autoritarismo. No entanto, se entendermos a “verdade” em um sentido relativo, como um contínuo esforço de esclarecimento e compreensão dos eventos, podemos afirmar que os documentos da ditadura são mobilizadores nesse sentido.

A Comissão Nacional da Verdade não possui autoridade para impor punições devido à Lei da Anistia de 1979, mas caso a sociedade brasileira queira modificar essa lei ou estabelecer algum tipo de responsabilização, o Congresso Nacional tem a capacidade de fazê-lo. No entanto, esse cenário é altamente improvável, pois exigiria uma pressão social significativa. No mínimo, podemos obter um conhecimento menos estereotipado desse período histórico. As comissões da verdade, como o próprio nome sugere, correm o risco de se tornarem apenas uma narrativa oficial, mas a abertura dos arquivos pode funcionar como uma espécie de sublimação ou catarse, possivelmente capaz de superar o sentimento de frustração e a sensação de impunidade.

Recentemente, com a militarização do Estado brasileiro no governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), a ABIN foi alvo de diversas notícias veiculadas pela mídia brasileira. Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022, a discussão acerca do retorno civil às instituições do governo voltou à tona. Mais recentemente, em relação às questões de eficiência da ABIN, à alegada conivência da Agência e à sua operacionalidade em relação ao fornecimento de informações à Presidência da República, tivemos o episódio dos ataques em 8 de janeiro em Brasília¹¹¹.

¹¹¹ No momento de escrita desta dissertação, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, presidida pelo senador Arthur Maia (UNIÃO BRASIL) e que tem como relatora a senadora Eliziane Gama (Cidadania), cujo objetivo é investigar os atos de ação e omissão ocorridos no dia 8 de janeiro. Os debates da CPI, até o momento, estão girando em torno da (in)eficácia da Abin e a importância das informações no jogo político. Também, mediante o depoimento de George Washington, preso por planejar atentado em

Todos os governos necessitam de informações para tomar decisões estratégicas, e é essencial que haja órgãos de inteligência atuando nesse sentido, inclusive em países democráticos. Muitas vezes, essas informações precisam ser mantidas em sigilo, e não há nada de errado com isso. Questões como fronteiras, relações internacionais e combate ao tráfico de armas e drogas, que afetam a segurança da sociedade, requerem o acompanhamento de órgãos como a ABIN. No entanto, a necessidade de atuar em sigilo e o acesso a recursos orçamentários confidenciais tornam esses órgãos suscetíveis a abusos, como ocorreu em diversos países. Por isso, é crucial que o Poder Legislativo exerça a fiscalização das agências de inteligência por meio de comissões parlamentares, algo que ainda não existe no Brasil, evidenciando uma fragilidade democrática.

Brasília, se evocou, entre os deputados e senadores de oposição, a ideia de que, também na esquerda, haveria violência política.

CAPÍTULO 2 – O MOVIMENTO SINDICAL URBANO NA PARAÍBA (1979-1987)

2.1. A construção da luta sindical no estado da Paraíba: a experiência democrática (1946-1964)

O movimento sindical no estado da Paraíba teve suas origens no início do século XX, acompanhando o processo de industrialização e urbanização da região. Durante esse período, as principais atividades econômicas na Paraíba eram a agropecuária e a produção de algodão, além de algumas indústrias têxteis e de beneficiamento de alimento. Os primeiros sindicatos na Paraíba surgiram no contexto do movimento operário mais amplo que se espalhou pelo Brasil no final do século XIX e início do século XX. A principal demanda dos trabalhadores era a busca por melhores condições de trabalho, salários mais justos e a garantia de direitos trabalhistas básicos.

No final da década de 1950, no estado da Paraíba, houve grandes mobilizações relacionadas ao movimento sindical. Essas mobilizações estavam contextualizadas com alguns acontecimentos a nível nacional, especialmente após 1945. Após 1945, durante o processo de redemocratização, as lideranças de esquerda, especialmente aquelas vinculadas ao Partido Comunista do Brasil (PCB), aliaram-se a outros partidos políticos, sobretudo ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Com o esforço para unir diferentes organizações sindicais e trabalhistas, em abril de 1945, foi fundado no Rio de Janeiro o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT)¹¹².

Em 1946, ocorreu o Congresso Sindical dos Trabalhadores no Brasil, evento importante na história do movimento sindical brasileiro. Realizado na cidade do Rio de Janeiro, o Congresso teve como objetivo reunir representantes de diversas categorias profissionais para discutir questões relacionadas aos direitos trabalhistas, organização sindical e ações coletivas. Contou com a participação de sindicatos, federações e confederações de trabalhadores de diferentes setores, representando diversas categorias

¹¹² O MUT foi organizado nacionalmente pelo PCB e não possuía o reconhecimento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), dado que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), desde 1943, proibia a existência de centrais sindicais. Segundo Oliveira (2013), o Movimento foi permanentemente vigiado pela Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP). Acerca da relação entre o Estado varguista e o Movimento, ver KONRAD, G. V. R. . A REDEMOCRATIZAÇÃO AO FINAL DO ESTADO NOVO: O MOVIMENTO UNIFICADO DOS TRABALHADORES. In: XIV Encontro Estadual de História, 2018, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos XIV Encontro Estadual de História - Democracia, Liberdades e Utopias**. Porto Alegre - RS: ANPUH-RS/ PUCRS, 2018. v. 1. p. 1-15. Sobre a vigilância do DOPS-SP sobre o MUT, ver OLIVEIRA, Nilo Dias de. **A configuração do Sistema Nacional de Repressão no Governo JK (1956-1961)**. 2013. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

profissionais. Estiveram presentes também líderes sindicais, representantes de partidos políticos, intelectuais e trabalhadores em geral.

Durante o evento, foram debatidos temas de importante relevância para os trabalhadores, como jornada de trabalho, salários, condições de trabalho, direitos sindicais e legislação trabalhista. Além disso, foram discutidas estratégias de atuação sindical, formas de organização e ações coletivas para fortalecer a luta pelos direitos trabalhistas. O encontro também foi marcado por divergências e debates ideológicos entre diferentes correntes políticas e sindicais. Havia uma ampla gama de tendências e posicionamentos presentes, desde sindicatos alinhados a partidos políticos de esquerda até aqueles ligados a correntes mais moderadas.

Após intensos debates e deliberações, o Congresso aprovou a criação da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB), cujo objetivo seguia sendo o de autonomia sindical frente ao Ministério do Trabalho, mesmo que não almejasse romper definitivamente com as regras da CLT. Segundo Mattos (2009, p. 81), “a CTB teria, porém, vida curta”. Isso porque, com o início da Guerra Fria, o Partido Comunista Brasileiro foi posto na ilegalidade e, em 1948, seus parlamentares foram cassados. Para Negro e Silva (2003, p. 60), essas medidas significaram, para o PCB

o término da política de união nacional e o início de uma virada à esquerda, entrando na ordem do dia a luta contra o “governo de traição” de Dutra: o PCB defende greves “a qualquer custo”, repudia o corporativismo, exorta aos “sindicatos paralelos” e à organização de base, ataca as demais correntes e não evita o confronto aberto com a polícia.

Nesse contexto de repressão e controle, um retorno das ações grevistas foi possível apenas em 1951, durante o segundo governo Vargas. Segundo Mattos (2009, p. 87), “levantamentos de militantes da época dão conta de 173 greves em todo o país, já em 1951, e 264, em 1952. Em destaque nesses anos, lutas dos têxteis. Em Pernambuco e na Paraíba, em 1952; no Rio de Janeiro, na virada de 1952 para 1953; e em São Paulo, em 1953”. Uma importante greve ocorreu entre março e abril de 1953, conhecida como a Greve dos 300 mil. Iniciada na fábrica de tecidos Matarazzo, em São Paulo, essa greve se espalhou para outras categorias, como metalúrgicos, vidreiros, marceneiros e gráficos. Suas principais demandas incluíam um aumento salarial de 60%, estabilidade no emprego e a necessidade de medidas governamentais para combater o aumento dos preços e o alto custo de vida. Em 1953, uma greve envolveu 100 mil trabalhadores nos portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém. Além disso, houve a greve de 1957, conhecida como “Greve dos

400 mil”, e a “Greve dos 700 mil” em 1963, que foi focada nas demandas salariais em todo o país. Somente após um acordo válido para os 700 mil trabalhadores envolvidos é que as atividades foram retomadas nessa última greve¹¹³.

Na Paraíba, houve uma série de reivindicações por parte dos trabalhadores e seus sindicatos durante esse período. De acordo com Vale (2008), na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), no final da década de 1950, estavam em atividade aproximadamente 33 sindicatos na Paraíba, representando cidades como João Pessoa, Campina Grande, Cabedelo, Santa Rita e Rio Tinto. Entre esses sindicatos, o maior na época era o Sindicato Têxtil de Rio Tinto, que contava com mais de 4.000 membros associados. Essa organização sindical tinha uma forte ligação com a Fábrica de Tecidos Rio Tinto, localizada na cidade de Rio Tinto, desde a sua criação em 4 de fevereiro de 1924. A primeira iniciativa sindical na região foi estabelecida em 1932 sob o nome de Sindicato dos Operários do Município de Mamanguape, devido a Rio Tinto ser um distrito de Mamanguape até o ano de 1956, quando se tornou uma cidade independente.

Em sua dissertação, Silva (2021) aborda o contexto histórico do movimento sindical urbano na Paraíba durante o período de 1958 a 1964. A pesquisa tem como objetivo analisar a organização e as lutas por direitos dos trabalhadores paraibanos nesse período, bem como investigar a repressão enfrentada pelo movimento sindical. O estudo revela que, nesse período, houve uma intensificação das lutas e reivindicações dos trabalhadores urbanos na Paraíba. Os sindicatos desempenharam um papel fundamental na mobilização e organização dessas demandas, buscando melhores condições de trabalho, salários dignos e respeito aos direitos trabalhistas. No entanto, a dissertação também aponta para a repressão enfrentada pelos sindicatos e trabalhadores. O contexto político da época, marcado pela ditadura militar, levou à criminalização e perseguição dos movimentos sindicais. Através de ações repressivas, como intervenções nos sindicatos, prisões e demissões de líderes sindicais, o regime buscou enfraquecer e controlar as demandas dos trabalhadores¹¹⁴.

¹¹³ Durante esse período, especialmente no governo de Juscelino Kubitschek, ocorreu a atuação do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI), que, sob a égide da Guerra Fria, em relação íntima com as polícias civis e militares de todo o país, vigiava, cerceava e reprimia qualquer “perturbação social”. Sobre a repressão policial no governo JK, sugerimos consultar MATTOS, M. B. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). **Revista Brasileira de História**, n. 47, 2004. Para uma leitura específica sobre a atuação do SFICI, ver OLIVEIRA, Nilo Dias de. **A configuração do Sistema Nacional de Repressão no Governo JK (1956-1961)**. 2013. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹¹⁴ A pesquisa da autora destaca-se por sua inovação na historiografia paraibana em relação á temática. Além dos objetivos já expostos, a autora faz um mapeamento dos principais sindicatos urbanos atuantes no período da “experiência democrática” no estado e destaca a atuação de alguns líderes sindicais nesse

2.2. Estado autoritário e sindicatos no pós-64

Neste tópico, discutiremos a repressão aos sindicatos no Brasil e no estado da Paraíba, especificamente. Para tanto, abordaremos uma questão conceitual que consideramos fundamental, tanto pelo objeto de pesquisa desta dissertação quanto por sua abrangência na historiografia brasileira. Em seguida, trataremos, ainda que de forma resumida, dos planos econômicos do regime militar, compreendendo como esses planos impactaram diretamente a sociedade como um todo e o movimento sindical em particular. Entendemos também que observar como a ditadura lidou com os sindicatos é importante para compreender a emergência do novo sindicalismo na história política e social brasileira.

2.2.1 Mais que nominalismo, empiria: a natureza do golpe

Os primeiros anos da ditadura militar representaram um período de mudanças institucionais significativas no Brasil. Inúmeras questões de ordem monetária, trabalhista, tributária, habitacional, agrícola etc. foram direcionadas ao governo Castello Branco (1964-1967) de forma célere, ainda que utilizando as disposições do Ato Institucional nº 1 (AI-1) para aprová-las. Se olharmos rapidamente para nosso tempo presente, podemos notar vários frutos das reformas institucionais de Castello Branco, como o Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), apenas para citar alguns¹¹⁵.

Dessa forma, o governo de Castello Branco mostrou-se responsável por importantes medidas no âmbito da política econômica. Frente ao esgotamento do modelo econômico nacional-desenvolvimentista do governo de Getúlio Vargas (1940-1945), do Plano de Metas de Juscelino Kubistchek (1956-1961), e do antagonismo de forças entre os que defendiam um projeto estatal/reformista e os que eram a favor de um ideário

período. Dentre esses líderes, foi de nosso interesse sua abordagem ao líder sindicalista Luiz Hugo Guimarães, que foi um dos principais alvos do SNI no estado da Paraíba, e será melhor discutido no próximo capítulo. Desde já, sugerimos a leitura de SILVA, Paula Tamyres Veríssimo da. **Movimento Sindical Urbano na Paraíba: Organização, Lutas por Direitos e Repressão aos Trabalhadores** (1958-1964). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, 2021.

¹¹⁵ Para maiores informações sobre as reformas institucionais, administrativas e econômicas do governo Castello Branco, conferir HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre”. In: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea** (1945-2010). Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.p. 49-72, 74-75.

desenvolvimentista/privatista, no governo de João Goulart (1961-1964), o projeto de modernização autoritária da ditadura militar pareceu mais palatável à elite industrial do país, que esperava a contenção da inflação e crescimento econômico ao ano. Nesse sentido, podemos afirmar que o governo do marechal Castello Branco se iniciou, umbilicalmente, ligado ao setor industrial.

Devemos nos apartar de uma certa leitura economicista tradicional sobre a ditadura militar em que se privilegia, muito mais, a análise do processo histórico a partir das ações estatais¹¹⁶ e imergimos no debate historiográfico conceitual acerca do período em análise, não recaindo no debate “viciado por nominalismo”¹¹⁷ acerca do termo “civil-militar”, ou “empresarial-militar”, mas lastreando-nos em debates historiográficos sólidos e empíricos. Dessa forma, num rápido olhar sobre as análises sobre o golpe de 1964, podemos identificar pelo menos três leituras sobre o período, sendo duas apontadas por Mattos (2005)¹¹⁸: a historiografia preponderante até a década de 1970, em que: a) se explicava o golpe a partir da crise de acumulação, em que o grande capital era favorecido por políticas que o privilegiasse; e b) a crise do populismo, que apontava o enfraquecimento do controle estatal sobre a massa dos trabalhadores. Nessa perspectiva, o golpe teria sido uma resposta à crise de acumulação e a superação do populismo. Um segundo momento é o da contestação das análises “estruturais” feitas até então, e cujas análises, baseadas principalmente em depoimentos de militares, construíram a narrativa de que o golpe foi dado sem qualquer resistência e que não houve, por parte dos militares, qualquer planejamento prévio, qualquer *conspiração golpista*, portanto¹¹⁹.

Demian Melo (2014) aponta que, ao fim da ditadura militar, uma pretensa nova historiografia surge no meio acadêmico, ainda com toques conservadores, promovendo um revisionismo sobre o golpe e sobre o governo militar. Essa historiografia revisionista defende pelo menos três principais teses: 1) tanto a esquerda como a direita foram responsáveis pelo golpe, igualmente; 2) essa responsabilização se dá porque tanto um

¹¹⁶ Acerca dessas análises economicistas no âmbito da historiografia brasileira, conferir FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar **Revista Brasileira de História**, vol. 24, núm. 47, julho, 2004, pp. 29-60 Associação Nacional de História São Paulo, Brasil.

¹¹⁷ FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017. p. 52.

¹¹⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. **Os trabalhadores e o golpe de 1964**: um balanço da historiografia. História & Luta de classes, ano 1, n.1, abr. 2005, p. 7-18.

¹¹⁹ Há uma variedade de produções no campo da História sobre as narrativas militares, como por exemplo SOARES Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994; e SOARES Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.

lado como o outro tramavam um golpe em 1964; e 3) mitologias foram criadas, seja da esquerda seja da direita, para legitimar a tomada de poder. Nessa perspectiva, nem a esquerda nem a direita tinham qualquer compromisso com a democracia, e o golpismo era inerente a qualquer lado do espectro político. Em seu miolo, essa visão transfere aos golpistas a defesa da legalidade ao confundir a resistência contra a repressão e a tentativa de alguns grupos de estabelecer o socialismo no país. Mais que isso, ela “atenua as responsabilidades dos militares e da direita civil pela supressão da democracia política em 1964. A direita golpista não pode senão aplaudir esta ‘revisão’ historiográfica proposta por alguns intelectuais progressistas e de esquerda”¹²⁰.

Essa leitura conservadora do golpe de 1964, além de colocar os militares golpistas ao colocá-los como reativos à radicalização da esquerda, caminha para a absolvição de outros setores ligados da sociedade civil ligados ao golpismo dos militares, seja por cumplicidade ou por participação ativa. Ora, se o golpe foi apenas uma reação desajeitada dos militares, ele “não se deu para controlar os trabalhadores e garantir o projeto empresarial, mas foi decorrência de uma intransigência mútua, senão de uma maior responsabilidade das esquerdas”¹²¹.

Compreendemos que o golpe foi produto de uma crise de acumulação capitalista e do acirramento da luta de classes durante o governo João Goulart. Essa crise tem suas raízes nos anos de 1945-1964, na chamada “experiência democrática”¹²². Na concepção de Gorender (1998), analisando o passado capitalista brasileiro, em um país de capitalismo subordinado como o Brasil, a acumulação de capital é possível por meio de uma associação entre o capital estatal, o capital nacional e o capital transnacional. Essa

¹²⁰ TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, n.19, 2004, p. 44-45.

¹²¹ MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia. **História & Luta de classes**, ano 1, n.1, abr. 2005, p.18.

¹²² Na historiografia brasileira, há uma discussão para saber se, efetivamente, tivemos a primeira experiência democrática no Brasil. Defendemos que sim, já que não podemos definir a ordem da República Velha (1889-1930) como democrática, tendo em vista o processo eleitoral elitista, as fraudes eleitorais, a violência política e o domínio oligárquico. Entre 1945-1964, a sociedade brasileira atravessou ligeiras transformações. As reformas liberalizantes após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, como o reconhecimento dos partidos, inclusive do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a anistia aos presos políticos, a convocação de eleições para a Constituinte, o queremismo e a deposição de Getúlio Vargas marcaram essa conjuntura. Também tivemos a retomada do movimento sindical e a dinamização das atividades sindicais. Por outro lado, ainda estava presente a limitação do voto, a perseguição do Partido Comunista do Brasil, posto na ilegalidade em 1947, e as crises da República, em 1954, 1955 e 1961. Para melhor discussão, ver FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961” e NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira da. “Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)” In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

associação seria hierárquica, de forma que os capitais nacional e transnacional estariam submetidos ao capital estatal. Em um processo inverso de capital subordinado, tanto o capital estatal como o nacional estariam subalternos ao internacional. No governo de Juscelino Kubistchek (1956-1961), mediante seu Plano de Metas, o capital multinacional tornou-se um eixo dominante, ao passo que o capital estatal investiu em infraestrutura degradando as condições de vida dos mais pobres e a situação da classe trabalhadora. Nesse sentido, esse processo de acumulação subordinada levou, na década de 1960, ao crescimento de greves e manifestações no Brasil, ao mesmo tempo que atravancou o processo de exploração e, consequentemente, de acumulação subordinada, especialmente dos Estados Unidos da América. Dessa forma, o cenário posto por essa crise foi de um lado conservadores temerosos com os levantes sociais, e, de outro, discursos populistas seduzíveis às classes populares, pregando as reformas de base.

Baseado em uma extensa documentação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), o cientista político uruguaio René Armand Dreifuss, em sua tese de doutorado, buscou entender como esse Instituto atuou como um “partido político”¹²³, na acepção de Gramsci, do capital internacional e associado que se tornou o principal eixo de acumulação capitalista no país. No entanto, o IPES não agiu sozinho, ressalta o autor, mas por meio de uma articulação entre o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que há tempos vinha fazendo campanhas de desestabilização do governo Jango; a Escola Superior de Guerra (ESG), formuladora da Doutrina de Segurança Nacional; organizações extremistas, como o Movimento Anti-Comunista (MAC); alguns setores da imprensa e entidades patronais, como a Associação Comercial do Rio de Janeiro (Febraban) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Diversos cargos foram ocupados, com o assalto ao poder em 64, por ativistas e ex-membros do complexo IPES-IBAD. O Ministério do Planejamento foi ocupado por Roberto Campos, o da Fazenda por Otávio Gouveia de Bulhões, e Paulo Egydio Martins na Indústria e Comércio. Não apenas tecnocratas¹²⁴, mas militares *ipesianos* também

¹²³ Para Gramsci, o partido político tem duas funções: a formação de uma vontade coletiva e a reforma intelectual e moral que geste uma nova concepção de mundo. Em suas palavras, “[...] o moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”. Ver GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3: Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 16.

¹²⁴ Dreifuss não apenas identificou socialmente os “civis”, mas apontou os “tecnocratas” que, segundo ele, eram civis que atuaram em postos importantes e estratégicos da ditadura militar, partes de uma elite organicamente ligada aos interesses do capital multinacional e associado, e, por isso, esses tecnocratas

ocuparam posições importantes na ditadura militar, como o general Golbery do Couto e Silva, e os irmãos Ernesto e Orlando Geisel.

Já discurremos, no primeiro capítulo desta Dissertação, sobre a americanofilia do general Golbery do Couto e Silva e a forma como ele inseriu o Brasil na geopolítica mundial na luta ocidental contra o comunismo. Nos parece bastante evidente, por conclusão, que Golbery, mediante sua trajetória política, foi também um legítimo representante dos interesses da burguesia e um importante veículo na entrada de capital estrangeiro e fortalecimento do capital multinacional e associados, especialmente em sua equação Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico, em que o desenvolvimento econômico estaria comprometido sem a segurança interna e vice-versa.

2.3. Contra a “República Sindicalista”: a repressão sobre os sindicatos na ditadura militar

O historiador Enrique Serra Padrós compreende que os aspectos gerais do regime foram a Doutrina de Segurança Nacional, o alinhamento junto aos Estados Unidos para a contenção da “ameaça vermelha” e a observância das premissas do liberalismo econômico. Em suas palavras,

Em termos econômicos, as ditaduras consolidaram, como características gerais, a internacionalização da economia, a aplicação das receitas do FMI e do Banco Mundial, o crescimento do endividamento externo, a concentração de renda e a exploração das “vantagens comparativas” (sobretudo a baixa remuneração da força-de-trabalho). Em termos políticos, os objetivos foram muito claros: destruir as organizações revolucionárias; desmobilizar e despolitizar os setores populares; aprofundar a associação com os EUA e os aliados internos da região; enquadrar os espaços político-institucionais (partidos, Congresso, sindicatos, grêmios estudantis, etc.); impor uma ordem interna disciplinadora de segurança e estabilidade; esvaziar o pluralismo político e interromper a dinâmica eleitoral.¹²⁵

Para garantir o Desenvolvimento com Segurança, binômio-chave para a compreensão da articulação entre militares e empresariado, o governo do marechal Castello Branco criou o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, cujo

poderiam também ser chamados de “empresários”, ou “tecno-empresários”. Sobre isso, conferir DREIFUSS, René A. 1964, a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹²⁵ PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História & Luta de Classes**, ano 3, n.4, 2007, p. 44-45.

objetivo era o de “coordenar e aplicar um novo modelo econômico com vistas a atrair o capital internacional e garantir o aumento da acumulação capitalista” (SILVA, 2016, p. 88). Dessa forma, foi instituído o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG, 1964-1966). Na perspectiva do Plano, a crise econômica que abalou o país entre 1963 e 1964 tinha sua raiz na inflação. Junto a essa preocupação econômica, o governo de Castello buscava, também, eliminar as esquerdas e dismantelar as organizações populares, bem como controlar a ala dura das Forças Armadas. Dessa forma, devemos encarar o PAEG no conjunto das questões políticas e sociais em voga e que preocupavam o governo militar. Na prática, o PAEG, ao construir a base monetária do regime, aplicava-se o projeto de acumulação de capital beneficiando a burguesia nacional. Sobre o Programa, afirma Nagasava (2015, p. 58-59)

era composto por três etapas: a primeira, de emergência, compreendia “um diagnóstico e uma declaração de política geral, desenvolvendo-se um simples programa de coordenação das atividades governamentais no domínio econômico”. Essa fase foi nomeada de “torre de marfim, pela absoluta impossibilidade de mobilização empresarial e debate político”; na segunda etapa, seria criado o Conselho de Planejamento – Consplan, um mecanismo participativo de consulta a setores e grupos de interesse, que incluiria representantes trabalhistas. Por fim, a terceira seria a proposição de um plano decenal.

Ao pretensamente racionalizar e dar maior eficiência à política econômica, por meio de uma política de austeridade, os “tecnocratas conservadores” suprimiam qualquer proposta nacional-desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que, além do apoio do regime, também o tinha do empresariado, que esperava que a inflação reduzisse cerca de 10% a.a. e a taxa de crescimento crescesse 6% ao ano. Como parte da estratégia de desenvolvimento e estabilização econômica, a equipe Campos-Bulhões implementou uma série de medidas fieis ao PAEG, como a redução gradual do déficit do setor público, o corte de gastos “não essenciais”, o aumento da acumulação de impostos, a indexação da moeda, o controle do crédito do setor privado, e a política de controle salarial (SKIDMORE, 1998).

Ainda no conjunto das reformas estruturais estabelecidas no PAEG, foram estabelecidas as reformas tributária, monetária-financeira e da política externa. Na Reforma Tributária, as principais medidas foram a correção monetária no sistema tributário, a mudança na organização do sistema tributário, uma maior concentração de impostos centrados na União e a criação de fundos parafiscais. Na Reforma monetária-financeira, as principais medidas adotadas foram a instituição da correção monetária, a

criação da ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), a criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco do Brasil, do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (FHS), e a reformulação do mercado de capitais, tendo as Bolsas de Valores como importantes fontes de absorção de recursos de empresas. Em relação à política externa, buscou-se privilegiar as exportações, estimulando-as e as diversificando.

Seguindo a cartilha liberal, a equipe econômica do governo militar, conjugando solucionar a crise e favorecer as empresas estrangeiras, promoveu a desnacionalização absoluta e fortalecimento da empresa estatal, no sentido de garantir os monopólios privados estrangeiros no país. Para tanto, o governo ditatorial decretou leis que favoreceram os monopólios, como a lei nº 4390¹²⁶, de 1964, que não impunha nenhuma restrição à transferência de lucros para o exterior. O controle das greves foi importante também para a política de desenvolvimento econômico. Em 1º de junho de 1964, foi aprovada a lei nº 4.330¹²⁷, a Lei de Greve¹²⁸, que proibiu as greves em relação aos funcionários públicos e aos trabalhadores dos serviços considerados essenciais, e as greves de solidariedade, permitindo apenas aquelas por “melhores condições de trabalho ou salários”, mas que deveriam estar submetidas a uma série de exigências burocráticas que, na prática, sufocava qualquer paralisação legal da classe trabalhadora. Nesse quadro, “das 154 greves realizadas em 1962 e das 302 de 1963, o total caiu para 25 em 1965, 15 em 1966, 12 em 1970 e nenhuma em 1971. Entre 1973 e 1977 houve apenas 34 greves e operações-tartaruga” (ALVES, 1989, p. 94).

Segundo Nagasava (2021, p.36), os sindicatos tiveram uma função no conjunto do PAEG, que seria

a de conseguir executar os projetos do governo, conforme fala de Nascimento e Silva em sua primeira entrevista. Para o ministro, os interesses da classe “não podem ser distintos dos interesses gerais da nação” e “os trabalhadores deveriam se centrar na elevação do nível geral de produtividade, pois só com o progresso econômico seriam sustentáveis os benefícios sociais.”

¹²⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4390.htm. Acesso em 19 dez 2022.

¹²⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l4330.htm. Acesso em 19 dez 2022.

¹²⁸ O ministro do Trabalho e Previdência Social no governo Castello Branco era Arnaldo Lopes Süssekind. Sua gestão ficou marcada pelas intervenções em sindicatos, prisões, a execução da política do arrocho salarial e da Lei de Greve. Acerca da atuação do Ministério do Trabalho nos anos iniciais da ditadura militar, ver NAGASAVA, Helene Chaves. **“O sindicato que a ditadura queria”**: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967). Dissertação (Mestrado), CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2015

Um outro ponto de interesse da ditadura militar foi em relação a “despolitização” das negociações salariais entre patrões e empregados, o que minaria também a atuação dos sindicatos. Nesse sentido, o controle salarial pode ser encarado como parte de uma reforma mais abrangente da regulação do trabalho. Para tanto, pelo que estava estabelecido no PAEG, o congelamento de salários era uma medida essencial para o desenvolvimento econômico da nação. Nesse mesmo direcionamento das políticas de arrocho salarial, em 1966 foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o que pôs fim a estabilidade salarial e de emprego, e representou uma perda significativa dos direitos trabalhistas conquistados na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Assim, a junção de arrocho salarial e instabilidade, garantiu “um imenso contingente de força de trabalho barata, instável, necessitada de trabalhar para garantir sua sobrevivência e forçadamente disciplinada e dócil” (SILVA, 2016, p.91).

Antes de passarmos para o governo Costa e Silva, um outro aspecto importante do governo Castello Branco e que atingiu diretamente os sindicatos brasileiros foi a chamada “Operação Limpeza”, que foi executada através do decreto-lei que instituiu os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) já previstos no Ato Institucional nº1 (AI-1). Esses IPMs deveriam identificar e investigar as atividades “subversivas” nos níveis federal, estadual e municipal e seus respectivos funcionários civis e militares. A Operação Limpeza, dessa forma, “se expressou, principalmente, através da cassação de mandatos parlamentares, de expurgos na burocracia civil, nas Forças Armadas e na perseguição aos movimentos sociais mais ativos no momento anterior ao golpe.” (NUNES, 2015, p.200).

Os sindicatos dos trabalhadores urbanos foram um dos setores mais atingidos pela Operação, já que, pela própria CLT, o Ministério do Trabalho poderia intervir nos sindicatos, afastar seus dirigentes e nomear novos. Nesse sentido, conforme aponta Maria Helena Moreira Alves (1989, p. 69), a ditadura militar “encontrou pronta uma estrutura legal repressiva para o controle dos sindicatos, e efetivamente recorreu a ela”. Ainda de acordo com a autora, existia no Brasil, em 1964, sete Confederações, 107 Federações e 1948 sindicatos de trabalhadores urbanos. Com a “Operação Limpeza”, apenas em seu primeiro ano, foram afastados membros de 452 sindicatos, três Confederações e 43 Federações. Três outros sindicatos tiveram seus líderes afastados sem publicação de decretos específicos, sofrendo, assim, “intervenção branca”. Além disso, um sindicato foi extinto pelo governo e uma eleição foi cancelada por alegadas atividades subversivas¹²⁹.

¹²⁹ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado... op cit*, p. 69-70.

Segundo Nunes (2015, p.201) “Todas as organizações intersindicais paralelas criadas no período democrático, não previstas na CLT, como a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos (CBTC), foram extintas.”, o que reflete o quadro desolador pintado pela política econômica do “moderado” Castello Branco.

Segundo o Relatório da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB), o movimento sindical no estado foi um dos mais duramente atingidos no imediato pós-golpe. Conforme consta no Relatório Final, o presidente do Sindicato dos Têxteis de Rio Tinto e também prefeito daquela cidade, Antônio Fernandes de Andrade, ao saber da notícia do golpe, em colaboração com camponeses ligados às Ligas Camponesas, tomou a fábrica de tecidos, paralisou suas atividades e cercou áreas estratégicas da cidade com arame farpado, como reação ao golpe civil-militar. A Polícia Militar (PM) reprimiu o movimento, e Antônio acabou fugindo, mas se entregou no Quartel do 15º Batalhão de Infantaria, lá ficando preso por seis meses.¹³⁰

Outras intervenções ocorreram em diversas entidades sindicais, principalmente através da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), tanto em sindicatos como em federações. Como exemplo, no lugar de Antônio Fernandes Andrade, foi posto como interventor João Batista Fernandes, antigo presidente de confiança da família Lundgren¹³¹. João Ribeiro Filho, presidente da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado da Paraíba (FTIEPb) também foi substituído pelo interventor Lorival Cavalcanti dos Anjos¹³². Intervenção também ocorreu no Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado da Paraíba, onde foi nomeado como interventor Geraldo Teixeira de Carvalho. Uma figura importante no Sindicato dos Bancários e no movimento sindical paraibano foi o líder sindicalista Luiz Hugo Guimarães, ex-presidente do Sindicato dos Bancários e do CGT-PB e ex-assessor sindical de João Goulart, que fugiu ao ser informado que estava iria ser preso a qualquer momento. Outros líderes sindicais foram denunciados, além de Luiz Hugo e Antônio Fernandes, como João

¹³⁰ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório Final**. João Pessoa, A União, 2017.p. 506-507.

¹³¹ A família Lundgren era proprietária da fábrica de Tecidos Rio Tinto. Para uma análise mais aprofundada sobre as origens dessa família e seu estabelecimento no município de Rio Tinto, conferir VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história**: A atuação operária na cidade fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2008.

¹³² COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório Final...** *op. cit*, p. 204.

Ribeiro Filho e Luiz Bernardo da Silva¹³³. Devemos também mencionar que consta no Relatório Final da CEVPM-PB casos de tortura contra sindicalistas no imediato pós-golpe, como foi com o bancário Boanerges Timóteo de Souza, do Banco Comercial e Industrial da Paraíba¹³⁴.

O governo Costa e Silva (1967-1969) deu continuidade à política econômica de seu antecessor, no entanto com uma roupagem de aproximação com os sindicatos e trabalhadores e pela busca de uma justiça social, este último ponto muito pregado por seu ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho. Passarinho, ao indicar que as entidades sindicais estariam livres das intervenções e que eleições seriam convocadas, logo teve que lidar com o aumento da organização e das reivindicações da classe trabalhadora, especialmente na luta contra o arrocho salarial. Segundo Alves (1989), o discurso do Presidente Costa e Silva e do seu ministro do Trabalho era de liberalização dentro dos limites impostos pelo Estado de Segurança Nacional. Na prática, o discurso não condisse com a realidade: em 13 de dezembro de 1968 foi baixado o Ato Institucional nº5 (AI-5), que já discutimos no primeiro capítulo deste trabalho. Junto com o Presidente, o ministro do Trabalho colocou-se completamente favorável ao uso da violência, não abrindo mais possibilidade para negociação, voltando as ações do ministério do Trabalho não mais para o atendimento às demandas da classe trabalhadora, mas para executar as demandas da pasta econômica do regime.

O AI-5 recrudescceu a vigilância, a coerção, a tutela e as punições do empresariado sobre os trabalhadores. Com a saída de Castello Branco e a posse do general Arthur da Costa e Silva, o até então secretário da Fazenda do Estado de São Paulo, Antônio Delfim Netto, assumiu o Ministério da Fazenda e entendia, segundo Silva (2016, p. 101)

que era necessário ampliar a capacidade produtiva industrial e acumular capital em prol do desenvolvimento da economia. Para tanto, a estabilidade sociopolítica era fundamental. Contudo, a distribuição de renda e a melhoria das condições de vida da população não eram uma preocupação naquele momento, pois os defensores do regime acreditavam que era mais importante “fazer o bolo crescer”, para depois dividi-lo; se fosse o caso.

Dessa forma, o principal objetivo da equipe econômica da ditadura militar era o crescimento econômico acompanhado da contenção da inflação. Mudando a orientação

¹³³ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO DA PARAÍBA. **Relatório Final...** *op. cit.*, p. 205-206.

¹³⁴ COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO ESTADO... *op. cit.*, p. 210-211.

da política econômica do governo, Delfim entendia que a inflação não era de demanda, mas sim de custos, ou seja, do aumento de custos de produção das empresas. Dessa forma, entre 1967 e 1973, os pilares da economia brasileira foram a retomada do investimento público em infraestrutura, o aumento do investimento das empresas estatais, a expansão do crédito ao consumidor e do Sistema Financeiro de Habitação, e o estímulo às exportações. Para operacionalizar o “Milagre”, o governo adotou a estratégia do endividamento externo, gozando da profunda queda das taxas de juros na economia mundial.

No entanto, o período de crescimento econômico excepcional, conhecido como “milagre econômico”, teve consequências negativas em termos sociais, como o aumento da desigualdade de renda. Para muitos trabalhadores, esse período foi marcado por pobreza e dificuldades. De acordo com Singer (2014), o ápice desse milagre ocorreu em 1973, com um crescimento do PIB de quase 14%, mas a partir desse ponto, começaram a surgir problemas, como aumento da inflação e declínio no crescimento econômico. Entre 1974 e 1977, o crescimento do PIB oscilou, enquanto a inflação continuou a subir. O fim do milagre econômico foi causado principalmente por três fatores: (1) falta de investimentos adequados para resolver os gargalos estruturais enfrentados desde 1972, ou seja, não houve investimento suficiente em mão de obra qualificada, infraestrutura de transporte, energia e comunicações; (2) descontrole inflacionário; e (3) a crise do petróleo de 1973.

2.4. Uma nova força sindical entra em cena

Em 1977, após um período de salários reduzidos e diminuição dos aumentos salariais, os trabalhadores começaram a se mobilizar em busca de melhores condições de remuneração. Em maio de 1978, as greves foram iniciadas, com o apoio de centenas de milhares de operários do setor metalúrgico em todo o estado de São Paulo (Antunes, 2003). Ao obterem vitória, os trabalhadores e os sindicatos começaram a lutar contra as políticas salariais restritivas implementadas desde o fracasso do movimento trabalhista em 1968. Além disso, eles conseguiram superar as leis repressivas do período ditatorial, como a Lei Antigreve, e a obrigatoriedade dos sindicatos subordinados ao Estado. Esse período foi significativo, pois marcou o ressurgimento do movimento sindical e proporcionou experiências de luta e organização dos trabalhadores. As oposições dos operários do complexo industrial do ABC Paulista serviram de referência para diversos movimentos grevistas em todo o Brasil (Alves, 2000).

Em 1979, ocorreu a segunda crise do petróleo, que se juntou à crise do endividamento externo, resultando em descontrole de preços, redução da produção e desemprego em larga escala. Essa segunda crise do petróleo causou uma profunda crise econômica no Brasil até 1983 (Singer, 2014). Nesse contexto, os metalúrgicos do ABC Paulista iniciaram uma greve geral em 1979, exigindo o retorno das lideranças sindicais cassadas e realizando várias assembleias populares (Antunes, 2003). A greve de 1979 recebeu apoio de setores da imprensa e de uma parte do partido de oposição à ditadura militar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), devido à insatisfação de parte da burguesia com o declínio do “milagre econômico”. Durante esse período, a liderança de Luiz Inácio da Silva, conhecido como Lula, foi consolidada, com o apoio de todos os sindicatos do país que lutavam contra as arbitrariedades do governo militar. De acordo com Boito Jr. (2005), as novas lideranças sindicais, principalmente do ABC Paulista, defendiam a negociação direta entre empresários e trabalhadores, sem reconhecer a importância do governo e da política na melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores. Antunes afirma que esse movimento, que começou em 1978/1979, foi fundamental para romper com as políticas econômicas impopulares implementadas desde 1964 e marcou o início do chamado “novo sindicalismo”¹³⁵. Segundo Cardoso, o *novo sindicalismo* buscou alcançar os trabalhadores de base, ou seja, buscou “horizontalizar a representação sindical” (CARDOSO, 2002, p. 76).

Na década de 1970, Maria Hermínia Tavares de Almeida aborda a questão da crise na estrutura sindical do Brasil em seu trabalho intitulado *O sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas*¹³⁶. Ela argumenta que essa crise estava relacionada ao surgimento de um novo tipo de classe trabalhadora, derivada das mudanças na estrutura industrial do país naquela época¹³⁷. A autora baseou seu estudo na pergunta: “A

¹³⁵ Concordamos com Correa & Fontes (2016) que, inspirados pela agitação do movimento organizado dos trabalhadores e pelo clima de democratização da época, alguns pesquisadores, em sua maioria, tendiam a enxergar esse fenômeno como algo que surgiu de repente, sem aviso prévio. No entanto, é importante reconhecer que o chamado “novo sindicalismo” não surgiu de maneira instantânea; ele foi, na verdade, o resultado de uma luta silenciosa e de uma resistência diária travada nos locais de trabalho e moradia, frequentemente à margem dos sindicatos e à sombra da repressão. Segundo os autores, existem poucos estudos dedicados a compreender a formação e a trajetória das oposições sindicais que vão além da atuação da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Além disso, a conexão entre os discursos autonomistas influenciados pela Igreja Católica e as perspectivas de trabalhadores e antiburocráticas que ganharam destaque no movimento operário internacional entre os anos 1960 e 1970 ainda não recebeu a devida atenção da literatura especializada.

¹³⁶ ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. “O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”, in. **Debate & Crítica**, no 06, São Paulo, jul. 1975, pags. 49-74.

¹³⁷ A autora buscou desenvolver o argumento do cientista político Francisco Weffort. Em uma publicação de 1972, Weffort destacou as particularidades das greves ocorridas em Contagem e Osasco. O ponto crucial do estudo foi a sua percepção sobre a conquista da independência por parte desses dois movimentos,

organização sindical estabelecida durante o Estado Novo está em crise?” (ALMEIDA, 1975, p. 50). A autora desenvolve um argumento no qual a “estruturação” de uma nova classe trabalhadora, resultante das transformações na estrutura industrial, é apontada como a causa da inadequação da estrutura sindical. Essa nova “estruturação” leva a uma heterogeneidade na classe trabalhadora, impossibilitando sua adaptação a uma tutela estatal concebida para uma classe heterogênea, com diferentes salários e qualificações. A responsabilidade por essa heterogeneidade estrutural na classe trabalhadora é atribuída à mudança do parque industrial brasileiro, com a presença de grandes empresas modernas, muitas delas estrangeiras, que utilizam tecnologia avançada, oferecem salários melhores e operam com altas taxas de produtividade. Como resultado, surgem novas demandas reivindicatórias, como prêmios de produtividade, sistemas de classificação e promoção, e redução da jornada de trabalho, entre outros. Esses temas estão relacionados à ideia de maior participação dos trabalhadores na gestão das empresas. No entanto, a legislação não teria evoluído na mesma direção.

A partir dessa linha de raciocínio, os sindicatos e a estrutura sindical estão intrinsecamente ligados, e a inviabilidade da legislação leva à conclusão de que os sindicatos provavelmente se tornaram um instrumento inadequado de luta diante do novo conjunto de reivindicações. Essas novas demandas políticas surgiram principalmente no final da década de 1960, como resultado da criação de novas condições objetivas que favoreceram o surgimento dessa nova classe trabalhadora, tendo como exemplo típico os metalúrgicos de São Bernardo do Campo, que se distinguem dos trabalhadores urbanos mais antigos que estavam empregados em pequenas e médias empresas nas décadas de 1940 e 1950.

Dois anos após as greves no ABC, o historiador Marco Aurélio Garcia publicou seu artigo *São Bernardo: A (auto) construção de um movimento operário: Notas para*

ocorrendo em um momento em que a estrutura sindical buscava evitar ações que fugissem ao controle do Estado. Essa independência indicava que a estrutura sindical estava em crise e não conseguia mais se adaptar à nova classe trabalhadora emergente nessas regiões com grande desenvolvimento industrial. Portanto, o surgimento desses movimentos indicava que a estrutura sindical não estava mais servindo aos interesses dos trabalhadores nem cumprindo adequadamente as funções de controle do governo. Um exemplo claro disso era que os trabalhadores estavam se organizando de baixo para cima, por local de trabalho, rompendo com o padrão de ação das antigas lideranças sindicais, algo comumente associado aos comunistas e dirigentes sindicais nas décadas de 1950. Para aprofundamento da questão, ver WEEFFORT, Francisco. *Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco*, 1968. **Cadernos do Cebrap**, nº5, São Paulo, 1972.

*discussão*¹³⁸, onde analisou a formação do movimento operário em São Bernardo do Campo e sua contribuição para o entendimento do novo sindicalismo no Brasil. Garcia apresenta várias teses e discussões ao longo do artigo. Em primeiro lugar, ele destaca a importância da autoconstrução do movimento operário em São Bernardo do Campo, ressaltando como os próprios trabalhadores foram capazes de se organizar e lutar por seus direitos, sem depender exclusivamente dos partidos políticos ou das lideranças sindicais tradicionais. O autor também enfatiza a autonomia do movimento operário, evidenciando a capacidade dos trabalhadores de tomarem suas próprias decisões e definirem suas estratégias de luta. Ele argumenta que essa autonomia é fundamental para o desenvolvimento de um sindicalismo mais combativo e representativo. Além disso, Garcia discute as dinâmicas das greves e negociações coletivas em São Bernardo do Campo, analisando como essas ações contribuíram para a consolidação do movimento operário na região. Ele destaca a importância da solidariedade entre os trabalhadores e a criação de redes de apoio mútuo para o sucesso das mobilizações.

Ainda no ano de 1982, a cientista social Amnéris Moroni publicou seu livro *Estratégia da Recusa: Análise das Greves de Maio de 78*¹³⁹. apresenta uma análise das greves ocorridas em maio de 1978 no Brasil. Moroni aborda a estratégia adotada pelos trabalhadores durante as greves de maio de 1978, destacando a recusa em negociar com os sindicatos tradicionais e a busca por uma atuação mais autônoma e combativa. A autora argumenta que essas greves representaram uma ruptura com a lógica sindical anterior, marcada pela submissão aos interesses patronais e ao Estado. No entanto, uma das teses centrais do livro é a importância da base operária na organização das greves e na definição de suas pautas. Moroni enfatiza a participação direta dos trabalhadores nas assembleias e nas decisões coletivas, evidenciando o desejo de romper com a tutela das lideranças sindicais tradicionais e de tomar o controle de suas próprias lutas. Um outro ponto discutido é a relação entre as greves e o processo de redemocratização do Brasil. A autora argumenta que as mobilizações de maio de 1978 foram uma expressão da insatisfação dos trabalhadores com a ditadura militar e uma demanda por mudanças políticas e sociais mais amplas. A autora também aborda a repressão enfrentada pelos trabalhadores durante as greves e a necessidade de solidariedade e apoio mútuo para enfrentar essa repressão,

¹³⁸ GARCIA, Marco Aurélio. "São Bernardo: A (auto) construção de um movimento operário: Notas para discussão", *Desvios*, nº 01, São Paulo, nov. 1982.

¹³⁹ MORONI, Amnéris, *A Estratégia da Recusa (Análise das Greves de Maio de 78)*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

destacando a importância das redes de apoio e da união entre os trabalhadores para o sucesso das mobilizações e a conquista de suas reivindicações.

Também é de 1982 a escrita do capítulo *Qual é a Estratégia do Novo Sindicalismo?* escrito por José Álvaro Moisés, no livro *Alternativas Populares de Democracia: Brasil Anos 80*. Nele, o autor analisa as teses e questões relevantes para o entendimento do novo sindicalismo no Brasil. Moisés inicia destacando a emergência do novo sindicalismo como um fenômeno que se diferencia do sindicalismo tradicional, caracterizado por uma postura mais combativa, autônoma e voltada para a defesa dos interesses dos trabalhadores. O autor argumenta que esse novo sindicalismo surge como uma resposta às mudanças políticas e sociais ocorridas no país, como a abertura política e a redemocratização. Uma das teses centrais do capítulo é a importância da participação e da organização da base nas estratégias do novo sindicalismo. Moisés ressalta a necessidade de envolver os trabalhadores na tomada de decisões, tanto nas pautas reivindicatórias quanto nas formas de ação sindical. A participação direta da base, nesse sentido, é vista como um elemento fundamental para a construção de uma prática sindical mais democrática e representativa. Outro ponto discutido é a relação do novo sindicalismo com os movimentos sociais e políticos. O autor argumenta que o novo sindicalismo busca estabelecer uma relação mais próxima e articulada com outros setores da sociedade, como movimentos de mulheres, estudantes e moradia. Essa articulação é vista como uma estratégia para ampliar a influência e o alcance das demandas dos trabalhadores. Moisés também aborda a relação do novo sindicalismo com a democracia. Ele argumenta que, ao buscar uma maior participação e representatividade dos trabalhadores, o novo sindicalismo contribui para o fortalecimento da democracia no Brasil. A atuação sindical é vista como um espaço de luta por direitos, mas também como um meio de promover a conscientização política e a participação cidadã.

O livro *Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiência e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*¹⁴⁰ do sociólogo Éder Sader, publicado em 1988, analisa o surgimento e as lutas sindicais no Brasil entre as décadas de 1970 e 1980. O autor argumenta que as experiências sindicais nesse período, foram impulsionadas por uma nova geração de trabalhadores industriais, em sua maioria migrantes do campo para as grandes cidades, que traziam consigo uma experiência de lutas e organizações populares anteriores. Esses trabalhadores foram confrontados com

¹⁴⁰ SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiência e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.

as condições de trabalho precárias nas fábricas da Grande São Paulo e buscaram formas de resistência e organização coletiva para reivindicar melhores condições de vida e trabalho. Uma das principais teses de Sader é que o *novo sindicalismo* rompeu com a tradicional burocracia sindical e adotou uma postura mais combativa e independente dos interesses patronais e governamentais. Esse movimento sindical se destacou pela realização de greves, negociações coletivas e mobilizações de massa, buscando a conquista de direitos trabalhistas, melhores salários e condições de trabalho. Outra contribuição importante do livro é a análise das estratégias e táticas adotadas pelo *novo sindicalismo*. Sader destaca a importância da organização de base, da democracia sindical e da solidariedade entre os trabalhadores como elementos-chave para o sucesso das lutas sindicais. Além disso, o autor ressalta a importância da articulação com outros setores da sociedade, como estudantes, intelectuais e movimentos sociais, para fortalecer as demandas dos trabalhadores e ampliar o apoio às suas reivindicações. O livro também discute o contexto político da época, marcado pela ditadura militar, e analisa as transformações socioeconômicas ocorridas no país, como o crescimento acelerado da urbanização e da industrialização. Sader argumenta que esses elementos contribuíram para a emergência do novo sindicalismo e influenciaram suas pautas e formas de atuação.

O texto *O 'Novo Sindicalismo' na Transição Brasileira*, escrito pela cientista política Margaret Keck e publicado no livro *Democratizando o Brasil*¹⁴¹, organizado por Alfred Stepan em 1988, também aborda o surgimento e o papel do novo sindicalismo no contexto da transição política no Brasil durante a década de 1980. Keck argumenta que o novo sindicalismo foi um elemento crucial no processo de democratização do país. Ela destaca que o movimento sindical, principalmente a partir de meados dos anos 1970, passou por uma série de mudanças que o levaram a se afastar do modelo tradicional e burocrático de representação dos trabalhadores. Essas mudanças incluíram a busca por uma maior autonomia em relação ao Estado e a adoção de estratégias de luta mais combativas e independentes. Uma das principais teses do capítulo é que o *novo sindicalismo* surgiu como uma resposta às contradições e injustiças do regime militar brasileiro. Os trabalhadores, especialmente aqueles nas indústrias urbanas, foram afetados pelas condições de trabalho precárias, pela repressão estatal e pela falta de representatividade sindical. Diante desses desafios, eles se mobilizaram para reivindicar melhores condições de vida e trabalho, bem como a democratização do país. Keck

¹⁴¹ KECK, Margaret. “O ‘Novo Sindicalismo’ na Transição Brasileira”, in. STEPAN, Alfred (Org) **Democratizando o Brasil**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.

também destaca a importância da articulação entre o movimento sindical e outros setores da sociedade civil, como estudantes, intelectuais e movimentos sociais, na luta pela democratização. Essa aliança ampliou a base de apoio e fortaleceu as reivindicações dos trabalhadores. Além disso, a autora ressalta o papel das greves como forma de pressão política e destaca a importância das negociações coletivas para o fortalecimento do poder de barganha dos sindicatos. O artigo discute ainda os desafios enfrentados pelo novo sindicalismo, como a cooptação por partidos políticos e a fragmentação interna do movimento. Keck analisa o processo de transformação dos sindicatos em partidos políticos ou em instrumentos de disputa partidária, o que pode comprometer sua autonomia e sua capacidade de representação dos interesses dos trabalhadores.

Em 1991, o sociólogo Ricardo Antunes escreveu seu livro chamado *O novo sindicalismo no Brasil*. Para o autor, o *novo sindicalismo* surgiu com a atuação de sindicalistas dentro da estrutura sindical existente, gradualmente iniciando um processo de mudança e transformação dessa mesma estrutura sindical que estava ligada a ela¹⁴². O autor destaca a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que, em sua opinião, reunia centralmente o que ele chama de “esquerda tradicional” (PCB e MR-8), além de amplos segmentos ligados à burocracia sindical e até mesmo ao peleguismo, que, com o surgimento do *novo sindicalismo*, iniciou um projeto de modernização sindical. Isso implica que o pelego estava ligado à burocracia sindical, mas, com os novos tempos, procurou modernizar sua abordagem. Podemos concluir, portanto, que se existe o “peleguismo atrasado”, é porque também existe um mais avançado. Nesse caso, fica implícito que o “peleguismo mais avançado” seria representado por Luiz Antônio de Medeiros, presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, de 1987 a 1993, e criador da Força Sindical¹⁴³, responsável por uma nova forma no movimento sindical

¹⁴² Nesse sentido, Antunes parece discordar das teses do cientista político Armando Boito Jr. Tomando como influência as teorias estruturalistas de Louis Althusser e outros, o autor, em sua tese de doutoramento em Sociologia na Universidade de São Paulo, em abril de 1989, *O sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical* (1991), e no seu texto *Reforma e persistência da estrutura sindical* publicado no livro organizado por ele mesmo, *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, concentra-se nos “elementos invariantes da estrutura do sindicato de Estado”. Ao abordar o problema dessa forma, ele argumenta que a estrutura sindical é um sistema organizado dentro do aparato do Estado, composto por partes que são invariantes e intransponíveis à ação do movimento sindical. Dessa maneira, o autor revela que a estrutura possui uma natureza inflexível. Mesmo as chamadas “correntes representativas” não conseguem escapar dessa situação e servir como referência para algo além da “tutela” exercida pelo Estado. Para Boito J., o que está em crise é o “modelo ditatorial de gestão”. Para mais detalhes, ver BOITO Jr., Armando. *Reforma e Persistência da Estrutura Sindical*. In: BOITO Jr., (org) **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Paz e Terra, 1991 e BOITO Jr., Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1990.

¹⁴³ Foi também seu presidente, de 1991 a 1999. A Força Sindical (FS) foi uma aliada tanto do governo de Collor de Mello quanto do governo de Fernando Henrique Cardoso.

brasileiro. Essa nova forma seria neoliberal e burguesa, caracterizando o que ele chama de “nova direita” no movimento sindical, algo distinto do peleguismo que sempre esteve alinhado com o Estado. A “nova direita” saiu da defensiva, não precisando mais do peleguismo, e ideologizou e “modernizou” seu discurso. Para Antunes, o *novo sindicalismo* resgata a dimensão da luta contra a superexploração do trabalho, contra a legislação repressiva que regulava a ação sindical e contra o sindicalismo atrelado, sendo uma ação econômica com significado político claro. Por fim, em determinado momento, Antunes analisa o movimento sindical após a Constituição de 1988 e percebe um abandono do perfil que marcou o início dos anos 80. Ele considera essa situação significativa das lacunas teóricas, políticas e ideológicas dentro da CUT (Central Única dos Trabalhadores). Para reverter essa situação, ele sugere a combinação da combatividade anterior com uma análise aguda da realidade brasileira e uma perspectiva crítica e anticapitalista de contornos socialistas.

Também em 1991, tivemos a publicação do texto *As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais*, capítulo integrante do livro do Boito Jr. *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*¹⁴⁴ de autoria do sociólogo Leôncio Martins Rodrigues. Rodrigues não definiu explicitamente o termo “pelego”, mas utilizou a expressão “sindicalistas autênticos” para descrever o grupo de líderes que iniciaram o que ficou conhecido como “novo sindicalismo”. Esses sindicalistas pertenciam a sindicatos oficiais, mas se recusaram a se submeter ao controle estatal, sendo vistos como “autênticos” em contraposição aos “pelegos”. Mais adiante, Rodrigues também os chamou de “combativos”, “sindicalistas oposicionistas” e “sindicalistas puros”. Esses “sindicalistas autênticos”, de acordo com Rodrigues, desempenharam um papel importante na rearticulação do movimento sindical no final dos anos 70. Juntamente com ativistas de movimentos sociais e a Igreja, eles estabeleceram as bases do sindicalismo que seria característico dos anos 1980.

Em seu livro *Destino do sindicalismo*¹⁴⁵, publicada em 1999, Leôncio Rodrigues defendeu que, na década de 1990, os sindicatos enfrentavam uma conjuntura extremamente desafiadora em âmbito global, caracterizada pela redução tanto em quantidade quanto em proporção de trabalhadores filiados, além da queda nas taxas de

¹⁴⁴ RODRIGUES, Leôncio Martins. “As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais”, in. BOITO Jr., A. (Org) **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1991.

¹⁴⁵ RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 1999.

greves. Esses dois fenômenos evidenciavam a fragilização do sindicalismo como instituição e da influência política dos sindicatos.

Alberto Cardoso (2003)¹⁴⁶, argumenta que a fragilidade da instituição sindical, tanto em sua capacidade de representar efetivamente interesses como de construir identidades coletivas, não pode ser atribuída unicamente às “forças cegas” da globalização. Segundo ele, essa fragilidade também resulta das *escolhas feitas* pelos agentes envolvidos. De acordo com o autor, as lideranças sindicais se acomodaram de forma complacente à estrutura sindical estabelecida pela Constituição de 1988, optando por adiar as pressões por reformas nos regulamentos para um momento menos turbulento na economia e na política. Durante a década neoliberal, o sindicalismo brasileiro enfrentou uma crise significativa, resultado da interação entre efeitos estruturais e escolhas estratégicas feitas pelas lideranças sindicais. Além disso, o receio dos sindicalistas em relação a uma reforma da estrutura sindical que eliminasse a contribuição sindical e, conseqüentemente, a unicidade sindical, impediu que pressões nessa direção fossem levadas ao Parlamento, resultando em uma fragmentação drástica da estrutura representativa.

Em sua obra *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e a crise do sindicalismo*¹⁴⁷, publicada no ano 2000, Giovanni Alves argumenta que a emergência de um novo processo de reestruturação produtiva ocorreu durante a crise do capital a partir dos anos 1970. Essa ofensiva visava estabelecer um novo estágio de acumulação capitalista. Alves (2000) sustenta que não foram apenas os aspectos tecnológicos que impulsionaram essa nova ofensiva do capital na produção, mas principalmente os fatores políticos. Para o autor, a crise do sindicalismo foi caracterizada não apenas pelo declínio da filiação sindical, mas também pela intensificação das estratégias sindicais neocorporativas. Assim, o horizonte classista foi abandonado em favor de práticas sindicais voltadas exclusivamente para a preservação dos interesses de segmentos organizados da classe trabalhadora industrial. A atuação sindical ficou restrita a demandas profissionais, buscando cultivar uma relação de parceria com o capital e adotando estratégias compatíveis com a lógica do toyotismo. Essas práticas acabaram gerando confusão, uma vez que obstaculizava a conscientização necessária para a

¹⁴⁶ CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal: e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

¹⁴⁷ ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

consciência de classe. Por fim, no entendimento do autor, a crise do sindicalismo pode ser compreendida como uma *crise política da classe trabalhadora* em seu esforço para impor obstáculos ao ímpeto insaciável de valorização do capital. No contexto brasileiro, de acordo com Alves (2000), a crise do sindicalismo teve início a partir da derrota eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais de 1989.

Ao examinarmos os estudos de Rodrigues (1999), Cardoso (2003) e Alves (2000), é possível percebermos uma tendência constante na maneira como o sistema econômico busca recuperar suas taxas de lucro, que envolve a utilização de coerção e consentimento como estratégias para atingir esse objetivo. Embora compartilhem dessa perspectiva em comum, os autores apresentam previsões divergentes em relação ao processo enfrentado pelo sindicalismo brasileiro nas décadas de 1990 e 2000.

Rodrigues (1999) argumenta que o sindicalismo estava em declínio, ou seja, as opções de ação eram extremamente limitadas, restando apenas observar seu inevitável fim. Em contraste, Cardoso (2003) e Alves (2000) sustentam que o sindicalismo brasileiro estava enfrentando uma crise, mas havia possibilidades de superação. Um outro ponto é que cada autor também oferece sua própria caracterização da crise, que são distintas, mas não necessariamente incompatíveis. Cardoso (2003) destaca a acomodação de certas lideranças sindicais à estrutura sindical como um dos fatores da crise, enquanto Alves (2000) enfatiza que, além do surgimento de uma prática sindical mais alinhada aos interesses patronais decorrentes da reestruturação produtiva, a fragilidade do sindicalismo de classe em estabelecer limites ao avanço do capital também contribuiu para a crise¹⁴⁸.

Compreender e conceitualizar o *novo sindicalismo* é fundamental para realizar análises empíricas precisas e contextualizadas. Ao conceitualizarmos o *novo sindicalismo*, podemos identificar suas principais características, como a adoção de estratégias mais radicais e confrontacionais, a busca por alianças com outros movimentos sociais, a ênfase na participação direta dos trabalhadores, a luta por direitos além dos aspectos econômicos, entre outros elementos. Além disso, ao conceitualizar o *novo sindicalismo*, é importante considerar o contexto histórico, político e socioeconômico específico em que ele surge. As condições econômicas, as mudanças nas relações de trabalho, as dinâmicas políticas e as demandas dos trabalhadores desempenharam um

¹⁴⁸ Não é nosso objetivo encerrar a discussão sobre a crise do sindicalismo nesta dissertação. Nossa proposta foi muito mais de apontar a existência desse debate ainda ausente na historiografia brasileira. Para um melhor entendimento acerca dessas propostas, além da leitura dos livros dos autores, recomendamos ver RAMACCIOTTI, Luna. **Crises e Desafios do Sindicalismo Brasileiro**. Lumen Juris, 2020.

papel crucial na compreensão desse fenômeno.

2.4.1. O processo de transição para a democracia na Paraíba e os ecos do *novo sindicalismo* no estado da Paraíba

Como vimos na seção anterior, como resultado das mudanças ocorridas no âmbito do sindicalismo brasileiro entre as décadas de 1970 e 1980, ocorreu uma significativa alteração na cultura política dos sindicatos. Essa transformação conduziu à expansão das reivindicações dos trabalhadores, ultrapassando as questões puramente trabalhistas, o que, por sua vez, impulsionou a criação de um partido político comprometido com as demandas e interesses dos trabalhadores - o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980, seguido posteriormente pela formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e de sua regional no estado da Paraíba, em 1984.

As correntes sindicais originárias de São Bernardo do Campo se espalharam de maneira não uniforme por todo o território brasileiro e adquiriram características distintas conforme a estrutura econômica e o nível de organização dos trabalhadores em cada região do país. Evitando uma leitura totalizante acerca do sindicalismo no Nordeste no contexto do *novo sindicalismo*, podemos perceber algumas particularidades em relação ao seu surgimento e percurso histórico.

Segundo Soares (1984), os líderes sindicais na região eram principalmente caracterizados como “conservadores”, “imobilistas”, “burocráticos” e “assistencialistas”. Esses dirigentes sindicais urbanos eram, em sua maioria, nomeados pelo governo desde 1964, atuando como interventores, ou então eram chamados de “pelegos”, que ofereciam apoio ao regime civil-militar. Esses pelegos eram, conforme José Arlindo Soares (1984, p. 90),

[...] dirigentes desligados de qualquer trabalho de base e, em geral, contrários à proposta de reformas efetivas e profundas na legislação vigente. Suas perspectivas de mudanças passam apenas pelo modorrento processo de conversão no âmbito ministerial, afastado da categoria e das reuniões intersindicais.

A desconexão das organizações sindicais com suas bases era evidente pela escassez de assembleias, reuniões e discussões realizadas com os trabalhadores. Ainda segundo Soares (1984), esses sindicatos sequer possuíam um simples “quadro de avisos” para se comunicarem com seus membros. O contato mais comum ocorria quando os associados visitavam a sede da entidade em busca de assistência médica.

Outra característica marcante dos sindicatos urbanos na Paraíba foi a sua inclinação ao *imobilismo*. Os dirigentes sindicais, desde o início da ditadura militar, adotavam majoritariamente abordagens de protesto não-mobilizadoras para lidar com as demandas salariais da categoria. Em vez de optarem pelo “confronto” direto, eles recorriam a métodos como abaixo-assinados, memoriais, cartas de reivindicações ou comunicados oficiais distribuídos à imprensa. Ainda de acordo com Soares (1985, p. 184-185), “[...] estes sindicalistas lançaram uma proposta de ‘modernização conservadora’ que consiste em tornar o Sindicato reivindicativo, sem necessidade de passar por mobilizações, greves ou qualquer outro tipo de mobilização”.

Em 1979, os professores da Paraíba se reuniram na sede da Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP)¹⁴⁹ para planejar sua luta por salários melhores e melhores condições de trabalho. A mudança na cultura política dos membros da AMPEP ocorreu quando romperam com a direção da associação de professores em relação às questões sindicais e se engajaram em um sindicalismo combativo. Conforme Madeira (1986), durante o I Ciclo de Debates sobre Educação de 1º e 2º Graus, realizado em março de 1979, os professores discutiram os baixos salários da categoria. Diante disso, decidiram enviar uma proposta de aumento salarial de 100% ao governador do Estado da Paraíba, Tarcísio Burity, e estabeleceram um prazo para que suas demandas fossem atendidas, caso contrário, entrariam em greve. Como suas reivindicações não foram atendidas, os professores tomaram a decisão, em uma assembleia realizada em 1º de maio de 1979, de entrar em greve. Embora a diretoria da AMPEP tenha participado da coordenação da greve, foi principalmente por professores que se opunham à diretoria em exercício que o trabalho de divulgação para a greve de 1979 foi realizado. Esses mesmos professores também foram os responsáveis pela organização do I Ciclo de Debates. A greve durou por doze dias e resultou em um aumento salarial de 80%.

Após a greve, a diretoria da AMPEP foi destituída de seus cargos por uma assembleia de professores, devido à sua consideração de que a proposta do governo era “razoável” sem consultar previamente a assembleia dos professores e também por conta de irregularidades financeiras. A oposição, representada pelo CEDEPE (Centro de

¹⁴⁹ Após a proibição de sindicatos para os trabalhadores do serviço público, que vigorou até 1988, os professores da Paraíba decidiram formar uma associação chamada AMPEP (Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba), em 1974. Em 1989, essa associação foi transformada em um sindicato chamado Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP), passando a representar todos os trabalhadores da área educacional no estado, incluindo professores, orientadores, assistentes sociais, técnicos de nível médio e auxiliares de serviço.

Estudos e Problemas Educacionais)¹⁵⁰, assumiu temporariamente a liderança da entidade. Tanto a diretoria legal quanto a efetiva entraram em disputa pela liderança da organização até a realização das eleições.

Em 1980, a chapa de oposição denominada NOVAMPEP saiu vitoriosa nas eleições para a entidade, obtendo 1.059 votos de um total de 1.581. A partir desse momento, foi a diretoria da AMPEP que passou a ser responsável por encaminhar as demandas da categoria, organizar encontros e liderar as greves dos professores, mesmo diante de inúmeras dificuldades, incluindo duas intervenções econômicas por parte do governo estadual. Sobre a sua organização, “...a NOVAMPEP buscou uma maior estruturação dos seus organismos de base, através da formação do Conselho de Representantes, partindo da eleição dos representantes da escola” (MADEIRA, 1986, p. 123). A categoria, no entanto, não aderiu a essa ideia.

Uma das principais características da nova liderança da AMPEP era o respeito pelo direito à democracia interna do movimento. Um exemplo disso ocorreu durante as negociações da greve de 1981, quando houve uma controvérsia entre o governador e o presidente da AMPEP. O presidente recusou-se a aceitar qualquer acordo que não estivesse alinhado com a decisão tomada em assembleia geral pelos professores.

Por fim, Madeira (1986) ainda aponta algumas semelhanças entre o *novo sindicalismo* do ABC paulista e a AMPEP. Além da luta contra os salários baixos, é importante destacar alguns aspectos do movimento, como o apoio da sociedade civil aos grevistas, a repressão utilizada para desacreditar o movimento, a existência de encontros preparatórios onde foram discutidas questões relacionadas à classe, e a adoção de novas formas de organização e mobilização, semelhantes às encontradas em outras categorias, como manifestações, passeatas e atos públicos. Também houve respeito pela democracia direta, com decisões sendo tomadas em assembleias da categoria. Após conquistar a liderança sindical, a postura oposicionista em relação ao regime e à estrutura sindical foi mantida, e houve a preocupação de não se isolar como categoria, buscando estabelecer conexões com outros trabalhadores e romper com a estrutura sindical que estava ligada a interesses distintos.

De acordo com Oliveira (1994), no início da década de 1980, aproximadamente 32 mil trabalhadores estavam afiliados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do

¹⁵⁰ Segundo Nunes (1996), o CEDEPE operava dentro da AMPEP como uma espécie de “entidade alternativa de poder”.

Estado da Paraíba. O Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino Privado do Estado da Paraíba, por sua vez, contava com cerca de 18 mil trabalhadores em sua base.

Os olhos do Serviço Nacional de Informações (SNI) estiveram sobre a AMPEP em alguns momentos. No ARE_ACE_1720_81, somos informados de uma importante mobilização da Associação no ano de 1981. Conforme o Arquivo, reivindicando aumento salarial de 120% a partir de março de 1981, os professores da 'Rede Oficial da Paraíba' iniciaram um movimento grevista, tendo como líderes José Edilson Amorim (presidente da AMPEP) e os professores Irlânio Pereira, Jaenio Carneiro e Jaime Carneiro. A greve foi declarada como ilegal pelo Ministro do Trabalho. O governo do Estado, por sua vez, recomendou à Secretaria de Educação que contassem as faltas dos professores para que fosse descontada em folha de pagamento, além de abrir concurso para contratação de professores novos no lugar dos grevistas. A AMPEP, então, realizou um Ato Público no dia 29 de abril de 1981 no centro de João Pessoa/PB, contando com cerca de mil pessoas, mas tendo baixa repercussão na imprensa local. O agente secreto ainda informa que conseguiu identificar, no Ato, as seguintes pessoas: Rubens Pinto Lyra, da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUF/PB), Walter de Oliveira Dantas, do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Paraíba (DCE/UFPB), Wanderley Caixe, coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos – Assessoria e Educação Popular (CDDH/AEP), Antônio Augusto Arroxelas, da Frente Democrática, e Washington Alves da Rocha, do PMDB/PB; Severino Ramalho Leite, deputado estadual do Partido Progressista/PB; representantes do PT/PB, funcionários da UFPB e o 'Movimento Feminino' também estiveram presentes.

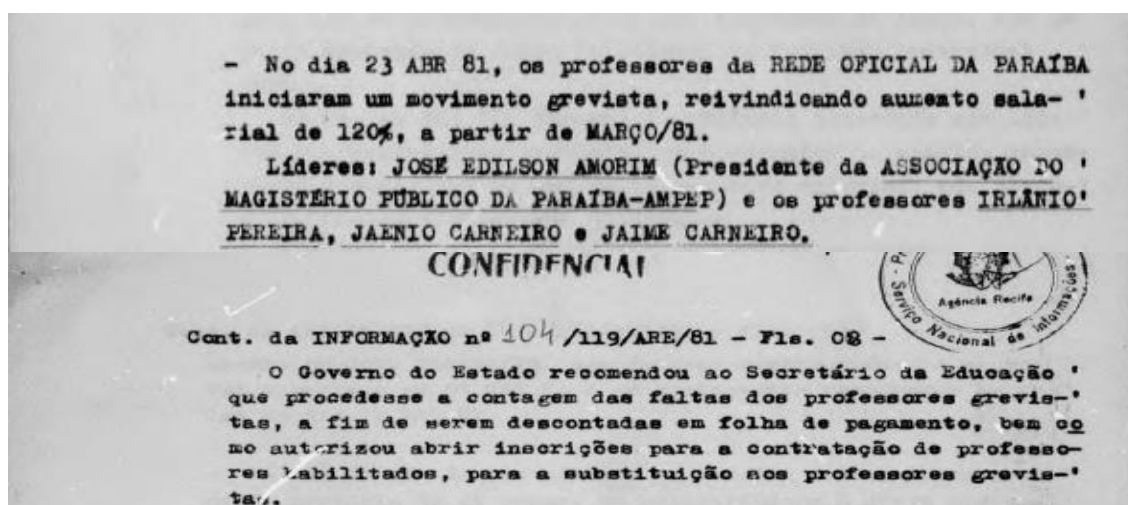


Figura 5. Movimento grevista iniciado pelos professores da Rede Oficial da Paraíba, em março de 1981. Fonte: ARE_ACE_1720_1981. Fundo SNI – Agência Recife.

O documento continua e informa que, no dia 5 de maio de 1981, o governo do Estado deu um prazo de 24 horas para que os professores grevistas voltassem às salas de aula, sob pena de demissão ou rescisão contratual. Já no dia 8 de maio de 1981, em uma reunião do governo com os líderes do movimento grevista, o governador do estado, Tarcísio Burity, manteve-se relutante na concessão dos aumentos salariais esperados. Após a reunião, os líderes da AMPEP e outras entidades promoveram a ‘Marcha Pela Educação’ no centro de João Pessoa. A greve foi encerrada, sem maiores repercussões, no dia 8 de maio do mesmo ano, fazendo com que os professores retornassem às salas de aula já no dia 11 de maio.

De acordo com Cabral (2014), o movimento de emancipação dos trabalhadores liderado pela AMPEP ganhou grande importância para os trabalhadores da Paraíba, pois resultou em mudanças significativas na estrutura sindical do estado. Inspiradas pelo movimento iniciado pelos professores, outras categorias organizadas, que eram controladas por líderes considerados “subservientes”, passaram a exigir mudanças ou opuseram-se, disputando eleições em suas respectivas áreas. Ex-diretores da associação de professores, sentindo-se ameaçados pelo avanço dos verdadeiros sindicalistas em suas fileiras, responderam ao apelo do governador Tarcísio Burity e criaram outra associação com o objetivo de bloquear as demandas da categoria e dar-lhe poder de negociação com o governo. Foi com esse propósito que surgiu a Associação dos Professores de Licenciatura Plena no Estado da Paraíba (APLP).

Ainda no campo educacional, a Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUF/PB), que foi criada em 1978 e gestada dentro sindicalismo combativista, também esteve presente em diversas situações de protesto e manifestações pelo estado da Paraíba. Consequentemente, também os olhos do SNI estiveram sobre a Associação.

O documento ARE_ACE_ 986/80, de origem da Secretaria de Inteligência do Departamento da Polícia Federal – Paraíba, assunta sobre o Ato Público em apoio aos metalúrgicos do ABC Paulista. O evento ocorreu em 24 de maio de 1980, às 17h, no Ponto de Cem Réis, e foi promovido por diversas entidades em solidariedade aos metalúrgicos. O informe cita algumas pessoas que discursaram, sendo elas integrantes do PMDB jovem, PT e DCE/UFPB. Todos afirmaram que o tratamento dado aos metalúrgicos denotava a farsa que era a abertura política. Dentre as entidades que participaram do evento, além da ADUFPB, foram citadas a Pastoral Operária, setor jovem do PMDB, Jornal Tribuna Operária e DCE/UFPB.

CONFIDENCIAL

093⁶/80

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DA PARAÍBA
SUJEITO DE INFORMAÇÕES

0111740 MAIRD

INFORME Nº 25/80-SI/DPF/PB

DATA : 25-04-80
ASSUNTO : ATO PÚBLICO EM APOIO AOS METALÚRGICOS DO ABCD/SP - JOÃO PESSOA/PB.
REFERENCIA : * * * *
ORIGEM : SI/DPF/PB
AVALIAÇÃO : A - 1
ÁREA : *
DIFUSÃO ANTERIOR : * * * *
DIFUSÃO : CI/DPF - ARE/SNI - 1º GPT. E. CONST.
ANEXOS : CÓPIA XEROX DE FICHA COM QUALIFICAÇÃO E OUTROS DADOS DE WANDERLY FARIAS DE SOUSA.

conforme estava previsto realizou-se ontem as 17:00 horas no ponto Cem Reis nesta capital o ato público promovido por diversas entidades em solidariedade aos metalúrgicos do ABCD paulista. Na ocasião discursaram entre outros, de forma mais exaltada, estudantes Felix Araujo Sobrinho, Wanderly Farias e Sonia Maria Germa- no, ex-presidente ()CE/UM. Referidos estudantes falaram em nome do PMDB jovem, partido dos trabalhadores e DCE/UFPB. Todos disseram que o tratamento dado pelo governo aos metalúrgicos do ABC, denota claramente a farsa que é essa abertura política.

anexo contendo
resposta pelo seu
79.099/77 (RSAS)

Figura 6. Ato Público em apoio aos metalúrgicos do ABCD/SP – João Pessoa/PB. Fonte: ARE_ACE_986/80. Fundo SNI – Agência Recife.

O documento ARE ACE 1526/80 é particularmente interessante. O informe versa sobre a identificação de agentes nos estados de Pernambuco e da Paraíba. No caso paraibano, há indícios de tentativas de identificação durante a realização de manifestações públicas e atos contestatórios.

O documento descreve como se davam essas tentativas nos atos públicos. Eram colocados estudantes “observadores” ao redor do aglomerado e se tenta localizar possíveis agentes infiltrados. No caso de reuniões fechadas, esses estudantes eram postos próximos à porta para terem uma visão geral/panorâmica do local. Quando a reunião era em número reduzido, todos eram colocados para sentar no chão, o que facilitava atitudes suspeitas. Em caso de identificação, era feita uma abordagem direta, pedindo identificação, e realizava uma revista buscando algum aparelho de espionagem. O agente identificado era posto em acompanhamento contínuo, instigando-o a revelar-se e abandonar sua posição.

O informante cita um caso de um movimento da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba (ADUF/PB), em que foram colocados “elementos de segurança”. Ou seja, mulheres (“pessoal de observação”) e homens (“pessoal de choque”). As mulheres indicavam os possíveis agentes e os homens abordavam. Também se tinha o interesse em fotografar os agentes, conforme relatado no documento.

CONFIDENCIAL

COPIA REMETIDA AO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
 ACE Nº **1526/80**

AGÊNCIA RECIFE



INFORME Nº **3812 / 300 / ARE / 80**

DATA: 02 DEZ

ASSUNTO: IDENTIFICAÇÃO DE AGENTES DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES

ORIGEM: ARE/SNI

REFERÊNCIA: PB Nº 126/16/AC/80, DE 19 AGO (PRG/ARE 4272/80)

AValiação: A-2

DIFUSÃO ANTERIOR: - - -

DIFUSÃO: AC/SNI

ANEXO: - - -

4. Na PARAÍBA foram constatados indícios de tentativa de identificação dos Agentes de Informações durante a realização de manifestações públicas e atos de caráter reivindicatório.

5. Em "Ato Público" ou em locais abertos, são colocados estudantes "observadores" na periferia de aglomeração do evento, procurando-se detectar, de forma bastante dinâmica, elementos suspeitos de pertencerem a organismos de informações.

Figura 7. Identificação dos agentes dos serviços de informações. Fonte: ARE_ACE_1526_80. Fundo SNI – Agência Recife.

No documento ARE_ACE_1720_81, o Prof. Rubens Pinto Lyra, identificado como membro da ADUF/PB, é listado entre as figuras presentes no Ato Público no dia 29 de abril de 1981, no centro de João Pessoa, organizado pela AMPEP e que já discutimos nesse capítulo. Também representantes da Associação estiveram presentes no Ato Público em Alagoa Grande no ano de 1984, que também já abordamos ao longo desta dissertação, conforme o documento ARE_ACE_44392_84, e no Primeiro de Maio Unificado, ocorrido em Campina Grande no ano de 1985, de acordo com o documento ARE_ACE_6873_85.

O documento ERE_ACE_6810_85 informa sobre infiltração comunista nos sindicatos, Federações, Confederações e associações de classe. Sobre a ADUFPB, dois infiltrados são fichados. Além de Rubens Pinto Lyra, Wagner Braga Batista. De acordo com o informe, Wagner era simpatizante da Convergência Socialista (CS/PB) e foi

indiciado pelo Inquérito 50/68 – DOPS/GB, sendo preso em 22 de outubro de 1968. Em fevereiro de 1979, afixou cartazes em prol da Anistia Ampla, Geral e Irrestrita em diversas localidades de Campina Grande e nas dependências de escolas superiores. No ano de elaboração do informe, 1985, Wagner foi nominado como presidente da ADUF/PB, além de ter sido ex-presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção Campina Grande, e era delegado do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores de Campina Grande.

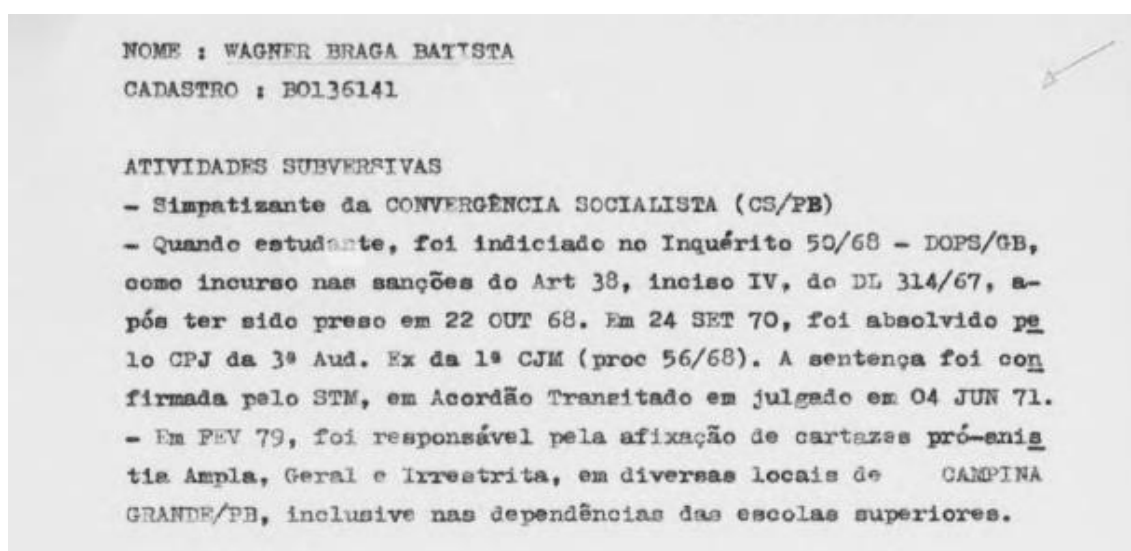


Figura 8. Infiltração comunista nos diversos setores de atividades. Fonte: ARE_ACE_6810_85. Fundo SNI – Agência Recife.

Um outro nome relacionado à ADUFPB é citado no documento ARE_ACE_6698_85, que informa sobre pessoas “subversivas”. O informe, elaborado pelo IV Exército, nomeia Cláudio Antonio Gonçalves Egler. Segundo consta, em 1979, Cláudio compareceu à assembleia-geral da UFPB para avaliar o resultado da paralisação das aulas. É relatado, também, que o mesmo participou da Liga Operária¹⁵¹ e, em 1983, seu nome esteve em uma relação como delegado da ADUFPB para participar do II Congresso da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES)¹⁵².

¹⁵¹ A Liga Operária foi uma pequena associação de ideologia socialista e trotskista no Brasil, estabelecida em 1972. Ela desempenhou um papel significativo nas atividades de movimentos estudantis e operários na década de 1970, além de ter contribuído para a formação da Convergência Socialista e do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵² Foi fundada em 19 de fevereiro de 1981 na cidade de Campinas (SP). Sete anos depois, em 26 de novembro de 1988, após a promulgação da atual Constituição Federal, passou a ser Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN.

Um último documento sobre a ADUFPB que consta no Fundo SNI – Agência Recife, é o ARE_ACE_7271_86, que versa sobre a eleição da nova diretoria da Associação para o ano de 1986. Segundo o documento, a eleição foi realizada em 14 de abril de 1986, em João Pessoa. Venceu o pleito a chapa “Mobilização Docente”, cuja posse ocorreu no dia seguinte. A chapa era composta por Sílvia Frank Alem (Presidente), Leôncio Camino Rodrigues Larrain (Vice-Presidente), Vera Lúcia do Amaral (Secretária), Paula Frassinete Lins Duarte (Tesoureira), José Orlando de Farias (Departamento Cultural), José Rodrigues Filho (Departamento Jurídico), Paulo Ramos Coelho Filho (Departamento de Imprensa), Abraão Alves de Oliveira, Maria Sedy Marques, Mário César Rodrigues Vidal e Severina Acioli Freire de Góis (Assessores).

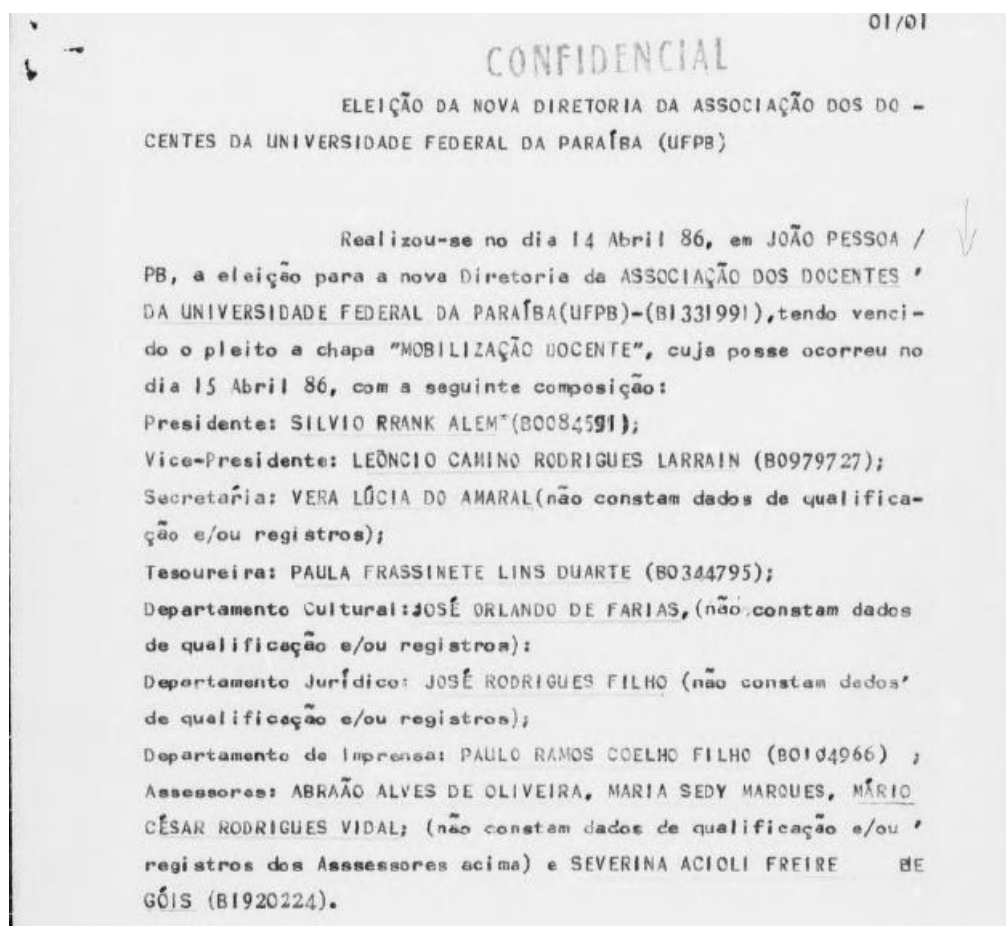


Figura 9. Eleição da nova diretoria da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba. Fonte: ARE_ACE_7271_86. Fundo SNI – Agência Recife.

Um outro sindicato importante e atuante nesse contexto no estado da Paraíba foi o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de João Pessoa. No ano de 1977, os trabalhadores da indústria de fiação e tecelagem de João Pessoa fundaram

sua própria associação devido às dificuldades de obter reconhecimento do Estado, que era necessário na época. Somente em 1979, finalmente, a associação foi reconhecida e transformada em sindicato. Desde sua fundação, a entidade era dirigida por sindicalistas que não eram considerados “combativos”. Surgiu então uma oposição à diretoria da associação, e posteriormente, do sindicato, composta principalmente por dissidentes da diretoria atual, com o apoio da Pastoral Operária e de militantes do Partido dos Trabalhadores. Em 1982, eles formaram uma chapa e venceram as eleições do Sindicato dos Têxteis¹⁵³.

Conforme Nunes (1996), durante o 1º Encontro da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais da Paraíba (ANAMPOS/PB), realizado em outubro de 1982, os trabalhadores presentes na ocasião compartilharam uma síntese das táticas utilizadas para assumir o controle dos sindicatos das mãos dos líderes sindicais considerados “pelegos”. No caso específico do Sindicato dos Têxteis, eles descreveram as seguintes estratégias adotadas: a formação de comissões de trabalho, começando com três pessoas e posteriormente aumentando para cinco, envolvendo um total de 60 pessoas; as comissões de trabalho organizaram torneios e passeios para estabelecer melhores conexões com os colegas trabalhadores, e somente após algum tempo se apresentaram como oposição; deram início à campanha de sindicalização, discutindo com os colegas trabalhadores como o novo sindicato deveria ser; e tiveram uma participação ativa nas assembleias do sindicato.

De acordo com Bandeira (1991), a nova diretoria eleita adotou uma abordagem sindical centrada na busca por reivindicações. Em fevereiro de 1983, lideraram a primeira greve da categoria na empresa CITEX, que durou três dias e resultou em um aumento salarial de 20%. De acordo com Agamenon Vieira (1986, p. 103),

No mês de janeiro, também acontece a primeira greve operária no Estado, após o golpe de 64. Os trabalhadores têxteis da Citex, entre os dias 30 de janeiro e 4 de fevereiro, entram em greve reivindicando 20 por cento de adiantamento salarial. Foram apenas 476 trabalhadores, com todo o apoio do seu sindicato e da CUT que escreveram essa página histórica: a primeira greve operária depois de 20 anos de ditadura militar. Era a expressão maior de um novo momento da luta dos trabalhadores no Estado. A reivindicação exigida não foi conseguida

¹⁵³ De acordo com Lima e Ferreira (1996, p. 95), “Inicialmente, as práticas sindicais contaram com o apoio de algumas fábricas, talvez devido a inexistência da tradição de conflitos e enfrentamentos. [no setor têxtil do Estado da Paraíba] tanto assim que, na medida que foram assumindo uma prática combativa e se destacando nas lutas dos trabalhadores do Estado, tal apoio foi sendo progressivamente retirado”. Sobre essa questão, ver LIMA, Jacob Carlos & FERREIRA, B. Carlos. “Trabalhadores Urbanos no Nordeste: Trajetórias profissionais, mobilidade espacial e organização operária”, in. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, no 30, São Paulo, fev. 1996.

durante a greve, no entanto não houve derrota dos trabalhadores, já que foi conseguido transporte, dispensa durante o período de carnaval e, depois de certo tempo, um aumento salarial.

Além de direcionar as lutas específicas da categoria, a nova diretoria do Sindicato também iniciou um processo de participação em congressos, como o Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (ENCLAT) e o Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). O Sindicato filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT), o que conferiu reconhecimento e legitimidade nacional à entidade por meio dessas experiências. Acerca do perfil dessas lideranças têxteis em João Pessoa, segundo Bandeira (1991, p. 41),

... todos têm raízes na cultura fabril e na emergência dos movimentos sociais (...) originários das organizações populares, associações de moradores (...) esse movimento todo ocorreu na década de setenta. Isso significa que muitas já trazem uma prática de luta e resistência, que deslocam para o espaço da fábrica.

Acerca da vigilância do SNI sobre o Sindicato dos Têxteis, conseguimos localizar dois documentos que referenciam essa entidade. O documento ARE_ACE_44392_84, que informa sobre a realização de um ato público em Alagoa Grande/PB no ano de 1984, traz a presença de Edvan da Silva no evento. Segundo consta, Edvan era presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de João Pessoa, membro do Diretório Regional do PT/PB e da diretoria da CUT/PB. O ato se deu pela passagem do primeiro aniversário da morte da sindicalista Margarida Maria Alves, assassinada por pessoas não identificadas. Segundo o documento, os partidos de oposição e líderes sindicais vinham utilizando de forma impactante o sentimento dos trabalhadores rurais após a morte de Margarida Maria Alves, construindo a imagem de uma “mártir”, atribuindo a culpa pelas mortes dela e de outras lideranças ao Governo Federal, aos patrões e aos latifundiários.

De acordo com Ferreira (2010), a sindicalista agia de forma a conscientizar e denunciar os abusos enfrentados pelos trabalhadores rurais. Isso resultou na apresentação e movimentação de várias ações trabalhistas contra os proprietários de usinas da área, principalmente os membros do chamado “Grupo Várzea”, que era liderado pelo dono da Usina Tanques. Esse grupo consistia nos proprietários de usinas de cana-de-açúcar na região da Paraíba, com influência tanto política quanto econômica em várias cidades, incluindo Santa Rita, Tibiri, Pilar, Mogeiro, Ingá, Sapé e Alagoa Grande. As figuras mais proeminentes desse grupo eram membros de duas famílias principais: os Veloso Borges

e os Ribeiro Coutinho. Devido a essas ações, fazendeiros da região ordenaram o assassinato da sindicalista, que foi morta em 12 de agosto de 1983 em frente à sua casa, em Alagoa Grande. Ela foi baleada no rosto com uma escopeta na presença de seu marido e filho.

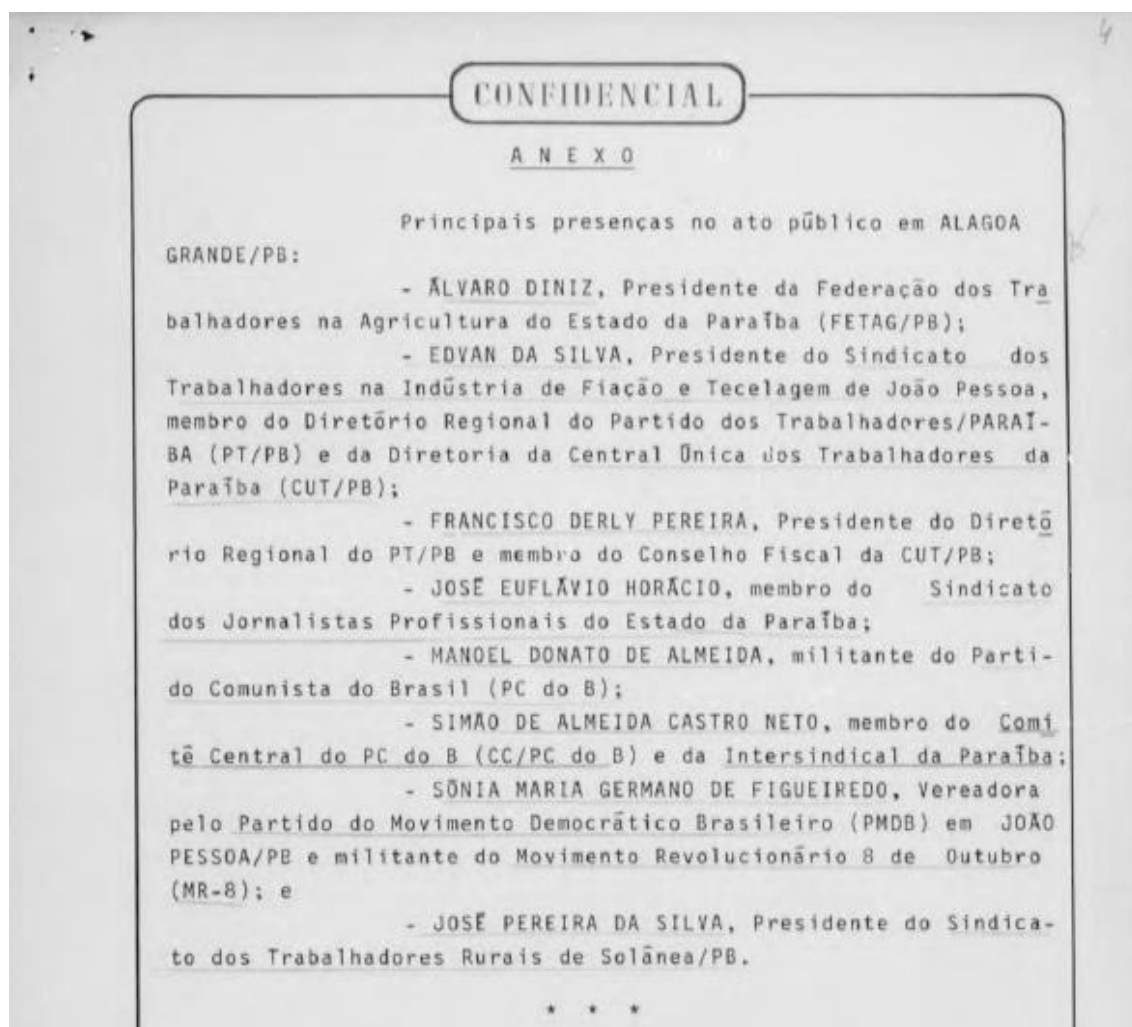


Figura 10. Principais presenças no ato público em Alagoa Grande/PB. Fonte: ARE_ACE_44392_84. Fundo SNI – Agência Recife.

Outro registro sobre Edvan, o documento ARE_ACE_6810_85, informa sobre a infiltração comunista nos Sindicatos, Federações, Confederações, Associações de classe, principalmente órgãos de direção. Verificou-se que não apenas a Convergência Socialista (CS), mas também o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) tiveram significativa atuação dentro dos Sindicatos e Associações de classe em todos os estados da área (Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Alagoas), quer como membros de diretorias, quer como simples filiados às entidades.

Notou-se também que as organizações ideológicas marcaram fraca presença no Movimento Estudantil, entre novembro de 1984 e abril de 1985, indicando que elas estavam focadas na classe operária e trabalhadora, segundo o documento. Dentre os infiltrados, nomeia-se Edvan da Silva. Consta que ele era militante do PC do B¹⁵⁴ e que, em 23 de novembro de 1984, participou de um ato público em Santa Rita junto aos professores de escolas municipais, requerendo salários maiores e melhores condições de trabalho. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem/PB, era representante do estado da Paraíba na CUT Nacional.

40

CONFIDENCIAL

NOME : EDVAN DA SILVA
 CADASTRO : B 1758445

ATIVIDADES SUBVERSIVAS

- No dia 23 NOV 84, participou de um ato público na cidade de SANTA RITA/PB, promovido pelos professores municipais daquela cidade, com a finalidade de conseguir junto a Prefeitura local salários maiores e melhores condições de ensino.
- No dia 12 AGO 84, participou de um ato público realizado em ALAGOA GRANDE/PB pela passagem do 1º aniversário da morte da Sindicalista MARGARIDA MARIA ALVES

CARGO OU FUNÇÃO QUE EXERCE

- Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM/PB.

LIGAÇÕES COM GRUPOS E/OU ELEMENTOS SUBVERSIVOS

- Desconhecidas.

OUTROS DADOS IMPORTANTES

- Representante do Estado da PARAÍBA na CUT Nacional.
- É militante do PC do B.

Figura 11. Infiltração comunista nos diversos setores de atividades. Fonte: ARE_ACE_6810_85. Fundo SNI – Agência Recife.

Ainda nesse contexto de crítica às diretorias sindicais, tivemos no estado da Paraíba a vitória da chapa “Zé Pião” em 1986, que estava em constante oposição à

¹⁵⁴ Conforme Nunes (2000, p. 193), Edvan, na verdade, era filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT) da Paraíba.

liderança do Sindicato da Construção Civil desde o ano de 1979¹⁵⁵. De acordo com Amado (1988, p. 1),

foram removidos os quadros que se acumulavam na sala de reunião, com fotos emolduradas, tanto de antigos presidentes do sindicato, como de ex-presidentes da República, do período da ditadura militar. Este ato marcou similarmente a ruptura com uma política sindical de colaboração com o governo e os patrões, época em que o sindicato ficou reduzido à práticas assistencialistas.

Ainda segundo Amado (1988, p. 85), o Sindicato “partilhava com sindicatos de outras categorias da Paraíba e com sindicatos da construção civil no Brasil uma atuação numa linha de perfeita sintonia com o governo e de absoluta indiferença em relação aos problemas reais da categoria”. Apesar de a Pastoral Operária ter trabalhado constantemente com a categoria desde 1976, ela não conseguiu se organizar como uma oposição sindical. Isso ocorreu tanto por causa da desconfiança dos trabalhadores em relação ao sindicato quanto devido à estrutura organizacional da própria Pastoral Operária, que estava envolvida com a comunidade como um todo e não com uma categoria específica. No entanto, surgiu uma oportunidade quando a assembleia sindical da categoria se aproximou para discutir os termos da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). A campanha salarial de 1979 marcou a primeira intervenção organizada específica dos trabalhadores da construção civil da Pastoral Operária, representando o primeiro momento de organização por categoria. A decisão da Pastoral Operária de divulgar e mobilizar para a assembleia, bem como formar uma comissão para conduzir a campanha salarial, foi algo novo, que quebrou uma tradição de mais de vinte anos, na qual a diretoria conduzia tudo sozinha, sem a participação da categoria.

A reunião da categoria realizada no sindicato para definir os termos da convenção coletiva foi caótica devido à falta de espaço para todos os presentes e às manobras do presidente, que chegou a chamar a polícia por se sentir ameaçado. Quando a reunião foi encerrada, parecia que as propostas da Comissão dos Trabalhadores da Construção Civil (CTCC) prevaleceram, exceto pela decisão de estabelecer uma assembleia permanente e uma comissão salarial. No entanto, a ata oficial é completamente diferente. Ela registra apenas a aprovação secreta, em uma urna, das propostas da diretoria do sindicato. Além disso, a ata menciona ameaças de agressão física ao presidente.

¹⁵⁵ Deixando mais claro, em 1979 iniciou a oposição, mas o termo “Zé Pião” é de 1986. O apelido “Zé Pião” é uma alusão à conhecida música “Zé da Paraíba” de Jackson do Pandeiro, e foi atribuído devido à alta taxa de rotatividade dos trabalhadores nos setores da construção e do mobiliário.

A CTCC continuou se reunindo durante as negociações, buscando influenciar os resultados, mas o presidente do sindicato estava empenhado em intimidar os trabalhadores, fazendo com que as fichas de registro das pessoas que se manifestaram nas assembleias desaparecessem, retirando a palavra delas nas reuniões e divulgando uma lista negra nas empresas para impedir que consigam emprego. Apesar de todo o esforço de mobilização, a categoria da construção civil não conseguiu formar uma chapa para as eleições sindicais de 1980. Isso ocorreu tanto devido à repressão imposta pelo presidente do sindicato, quanto às divergências internas dentro do movimento, entre os militantes do Partido dos Trabalhadores e da Pastoral Operária. Somente em meados de 1981, alguns trabalhadores deram continuidade ao trabalho de oposição sindical na construção civil, juntamente com novos trabalhadores que não haviam participado da campanha salarial de 1979.

Assim, conforme Amado (1988, p. 132),

com os novos personagens, o grupo de oposição se consolida, enfrentando as eleições sindicais de 1983, quando foi derrotado em virtude das manobras do presidente do sindicato para ser reeleito. Depois, nas eleições de 86, numa nova conjuntura política e sindical, ganhou o sindicato. A primeira campanha salarial que organizam corresponde também primeira greve dos trabalhadores da construção civil de João Pessoa em mais de vinte anos.

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa passou por modificações em seus estatutos após a eleição da chapa de oposição “Zé Pião”, porém manteve o sistema de gestão presidencialista, diferentemente de alguns outros sindicatos associados à CUT que adotaram um sistema colegiado. A principal instância decisória dentro do sindicato era a Assembleia Geral, convocada regularmente ou de forma extraordinária para tomar decisões sobre diversos assuntos, incluindo a eleição da diretoria, conselho fiscal e delegados representantes, a escolha de representantes da categoria em outros órgãos, a análise e aprovação das contas da diretoria, a aprovação do orçamento e suas modificações, o uso do patrimônio, a avaliação de ações da diretoria ou dos associados, a venda de bens móveis e imóveis, a manifestação sobre relações trabalhistas ou disputas trabalhistas, a convocação de greve, a dissolução do sindicato e a reforma dos estatutos.

Na Paraíba, essas mudanças estatutárias foram implementadas à medida que as oposições sindicais, alinhadas com os princípios do *novo sindicalismo*, saíam vitoriosas nas eleições. Nos diversos congressos e assembleias das categorias, continuaram sendo

introduzidas novas mudanças com o objetivo de aprimorar os mecanismos democráticos e permitir uma participação mais ampla das bases. Conforme Nunes (1996), a participação das bases foi um princípio fundamental do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado da Paraíba - SINTEP. De acordo com seus estatutos, o sindicato buscava garantir a mais ampla democracia em todas as suas estruturas, bem como a liberdade de expressão das diferentes correntes de opinião. Uma das características inovadoras do SINTEP era a inclusão de várias instâncias deliberativas em seus estatutos, tais como o Congresso Estadual, a Assembleia Geral Estadual, o Conselho Político Estadual, a Assembleia Regional, o Conselho Diretor, o Conselho Político Regional, as Delegacias Sindicais Regionais, o Conselho Político Municipal, a Coordenação Municipal e a Comissão Sindical de Escola. O Congresso Estadual do SINTEP, que ocorria anualmente, era a instância máxima do sindicato. Seu objetivo era o de analisar a situação específica dos trabalhadores em Educação, as condições socioeconômicas e políticas da sociedade brasileira, e deliberar sobre programas de trabalho e planos de luta do sindicato. O Congresso contava com a participação dos delegados eleitos nas unidades escolares, na proporção de um para cada dez trabalhadores em educação (ou fração), delegados eleitos nas assembleias gerais regionais, bem como os membros efetivos e suplentes do Conselho Diretor, que são delegados natos. Também podiam participar do Congresso Estadual convidados, que tinham direito apenas à voz, ou seja, não possuíam direito a voto.

De acordo com Nunes (1996), após a vitória da oposição em 1982, o Sindicato dos Têxteis de João Pessoa também fez alterações em seus estatutos com o objetivo de promover uma participação mais ampla das bases. Naquela época, um estatuto baseado no sistema presidencialista foi criado, porém, em 1994, houve uma modificação, e o sindicato passou a adotar o Sistema Colegiado, juntamente com outras instâncias. No estatuto da década de 1990 do Sindicato dos Têxteis, encontravam-se quatro instâncias deliberativas: o Congresso da categoria, a Assembleia Geral, a Diretoria Colegiada e a Secretaria de Relações Exteriores. Essas instâncias tinham como objetivo permitir a participação e a tomada de decisões por parte dos trabalhadores, buscando uma gestão mais coletiva e representativa dos interesses da categoria.

Ainda segundo Nunes (1996), após a eleição da chapa de oposição “Zé Pião” em 1986, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa fez modificações em seus estatutos. No entanto, diferentemente de outros sindicatos do campo cutista, o sindicato optou por manter o presidencialismo como forma de gestão,

não aderindo ao sistema colegiado. A principal instância deliberativa do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa era a Assembleia Geral. Essa assembleia era convocada de forma ordinária ou extraordinária para tomar decisões sobre diversos assuntos, como eleição para a Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados Representantes, eleição de representantes da categoria em outros órgãos, análise e aprovação das contas da diretoria, aprovação de proposta orçamentária e suas alterações, utilização do patrimônio do sindicato, avaliação de atos da diretoria ou de associados, venda de bens móveis e imóveis, posicionamento em relação a questões trabalhistas ou disputas trabalhistas, declaração de greve, dissolução do sindicato e reforma do estatuto. Dessa forma, a Assembleia Geral era responsável por tomar decisões importantes que afetavam o sindicato e os trabalhadores da construção civil de João Pessoa.

De acordo com Cabral (2014), os novos dirigentes do Sindicato dos Empregados no Comércio de João Pessoa, após vencerem as eleições de 1989, adotaram uma abordagem sindical inovadora, buscando estabelecer uma maior proximidade com a categoria. Sua atuação política sindical firme resultou em uma maior aproximação dos trabalhadores do comércio com o sindicato, o que pode ser comprovado pelo aumento do número de associados participantes nas eleições. Essa nova forma de administração sindical marcou uma mudança significativa e contribuiu para fortalecer os laços entre o sindicato e os empregados no comércio de João Pessoa.

Conforme já mencionamos, a CUT/PB foi criada no estado no ano de 1984. Conforme Nunes (1996), os sindicalistas da Paraíba, que apoiavam as ideias do *novo sindicalismo*, organizaram e participaram de diversos encontros e congressos que ocorreram antes da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em agosto de 1983. Esses eventos incluíram os Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora (ENCLATs), Encontros Nacionais dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES), Conferências Nacionais da Classe Trabalhadora (CONCLATs), encontros da Articulação dos Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS), da Intersindical¹⁵⁶, entre outros. Durante esse período, havia duas correntes em disputa pela liderança do movimento, conforme afirmado pelos próprios trabalhadores durante o Primeiro Encontro da Articulação dos Movimentos Populares e Sindicais da Paraíba (ANAMPOS-PB): a

¹⁵⁶ Apesar das diferenças entre os sindicalistas “combativos”, liderados por Lula, e os sindicalistas “reformistas”, liderados pelos partidos comunistas, a Intersindical permaneceu ativa até os momentos que precederam a fundação da CUT em 1983. No entanto, a unidade entre essas correntes não pôde ser mantida nesse período.

ANAMPOS e a Unidade Sindical. A ANAMPOS defendia que a formação da CUT deveria contar com membros de base engajados, sindicalistas genuínos e oposições sindicais que lutavam contra práticas pelegas. Por outro lado, a Unidade Sindical propôs que a CUT fosse formada por meio de acordos entre dirigentes sindicais, Federações e Confederações, sem a presença de representantes de base e sem a participação de outros organismos de luta sindical e popular dos trabalhadores.

A corrente conhecida como ANAMPOS foi responsável por liderar o processo de criação da CUT durante o 1º CONCLAT, realizado em São Bernardo (São Paulo) nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983. Esse evento marcou uma divisão no movimento sindical, uma vez que a corrente Unidade Sindical se opôs a essa decisão e, posteriormente, em novembro do mesmo ano, fundou a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), que mais tarde se transformou na Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

De acordo com Nunes (1996, 2003), na Paraíba, apenas duas organizações sindicais de certa relevância participaram do processo de criação da CUT, que foram a AMPEP e o Sindicato dos Têxteis. Além disso, alguns sindicatos de trabalhadores rurais e membros de oposições sindicais também estiveram envolvidos. O Congresso de Fundação da CUT/Pb ocorreu no Centro de Vivência da Universidade Federal da Paraíba, em 1984, com a participação de 123 delegados representando entidades tanto urbanas quanto rurais. A partir desse momento, a CUT/PB foi experimentando um aumento significativo no número de filiados, contando, em 1996, com 89 sindicatos afiliados em seus quadros¹⁵⁷. Segundo Nunes (1996, 2003), a assembleia inaugural da formação da CUT/PB ocorreu no Centro de Vivência da Universidade Federal da Paraíba, em julho de 1984, contando com a presença de 123 delegados representando organizações urbanas e rurais. Desde então, a CUT/PB passou a experimentar um aumento notável no número de filiados, contando, naquele momento, com 89 sindicatos afiliados. Após o surgimento do *novo sindicalismo* no final da década de 1970, as oposições sindicais que emergiram no Brasil começaram a conquistar vitórias nas eleições sindicais de suas respectivas categorias, especialmente após a criação da Central Única dos Trabalhadores – CUT em agosto de 1983¹⁵⁸. Essas oposições, buscando promover uma maior participação da base

¹⁵⁷ No ano de 2014, a CUT/PB conta com mais de 130 sindicatos filiados, conforme publicação de julho daquele ano. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/maior-entidade-sindical-da-paraiba-completa-30-anos-b123>. Acesso em junho de 2023.

¹⁵⁸ Na análise de Jácome (1993), a CUT surgiu como uma legítima representante do *novo sindicalismo*, tendo um papel fundamental na organização desse movimento. Para uma análise da trajetória da CUT,

nas decisões sindicais, começaram a realizar modificações estatutárias visando a criação de mecanismos democráticos.

O documento ERE_ACE_6877_85 informa sobre as entidades sindicais filiadas à CUT no estado da Paraíba no ano de 1985. Eram elas:

Sindicato	Base territorial	Diretoria	Posição ideológica	Gestão
Sindicato dos Engenheiros do Estado da Paraíba	Estado da Paraíba	Arnóbio Ramalho Bezerra Cavalcanti (Diretor) e Leucio Laerte Barbosa (Secretário)	Sem posição político-ideológica definida	2 de abril de 1983 – 2 de abril de 1986.
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado da Paraíba	Estado da Paraíba	Fernando Vilar (Presidente) e Luiz Humberto de Azevedo Melo (Secretário)	Sem posição político-ideológica definida	11 de novembro de 1982 – 11 de novembro de 1985.
Sindicato dos Economistas de João Pessoa	João Pessoa	Martinho Leal Campos (Presidente) e Farid Eid (Secretário)	Sem posição político-ideológica definida	16 de maio de 1982 – 16 de maio de 1985.
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de João Pessoa/PB	João Pessoa	Edvan da Silva (Presidente, militante do PC do B e Presidente da CUT/PB) e Francisco de Assis dos	O documento não informa	4 de agosto de 1982 – 4 de agosto de 1985.

especialmente inserida no debate sobre democracia e sindicalismo, recomendamos a leitura de JÁCOME, Iram. **Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia: A Trajetória da CUT**, São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1993.

		Santos Silva (Secretário)		
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de João Pessoa/PB	João Pessoa	Antônio Rocha de Oliveira (Presidente) e Fernando José Pereira Marques (Secretário)	Sem posição político-ideológica definida	23 de outubro de 1983 - 23 de outubro de 1986.
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de João Pessoa/PB	João Pessoa	Sebastião Ferreira da Silva (Presidente) e Evandro Oliveira da Silva (Secretário)	Sem posição político-ideológica definida	6 de setembro de 1984 - 6 de setembro de 1987.
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campina Grande/PB	Campina Grande	José Brandão Maracajá (Presidente) e José Neto Brasileiro (Secretário)	Sem posição político-ideológica definida	27 de janeiro de 1983 – 27 de janeiro de 1986.
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de João Pessoa/PB	João Pessoa, Bayeux, Santa Rita, Conde e Cabedelo	Severino Pereira de Lima (Presidente) e Genival Dantas (Secretário)	Sem posição político-ideológica definida	21 de dezembro de 1983 – 21 de dezembro de 1986.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande/PB	Alagoa Grande	José Horácio da Silva (Presidente) e Cosme Cícero da Silva (Secretário)	Sem posição político-ideológica definida	20 de dezembro de 1982 – 20 de dezembro de 1985.

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro/PB	São Sebastião do Umbuzeiro	Diretoria: Luís Silva (Presidente, membro da Executiva Nacional da CUT e ligado ao PT/PB) e Francisco de Assis Batista (Secretário)	Sem posição político-ideológica definida	21 de outubro de 1984 – 21 de outubro de 1987.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Teixeira/PB	Teixeira	Adauto Xavier da Silva (Presidente) e José Maria Xavier Neto (Secretário)	Sem posição político-ideológica definida	16 de fevereiro de 1984 – 16 de fevereiro de 1987.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Mamede/PB	São Mamede	Raimundo Zacarias de Lima (Presidente) e Alcides Justino de Medeiros (Secretário)	Sem posição político-ideológica	13 de outubro de 1983 – 13 de outubro de 1986.

Quadro 2. Entidades sindicais filiadas à CUT. Tabela elaborada pelo autor. Fonte: ERE_ACE_6877_85. Fundo SNI – Agência Recife.

Para Oliveira (1994), o significado de democracia para o emergente *novo sindicalismo* estava associado à abertura para a ‘participação das bases’. A relação entre democracia e participação ocupava um papel central no discurso da CUT (Central Única dos Trabalhadores). De fato, a questão dos critérios de participação das bases era um dos pontos distintivos entre as diferentes correntes políticas que competiam pela liderança no movimento sindical antes da criação da CUT, incluindo os ‘sindicalistas combativos’ e o ‘bloco da unidade sindical’.

No entanto, em princípio, o *novo sindicalismo* e a CUT demonstravam um compromisso com a democracia, o qual foi reafirmado em várias de suas resoluções, tendo diversos mecanismos estabelecidos para possibilitar a participação das bases nos sindicatos filiados à CUT. Por outro lado, Nunes (2000) verificou que, na realidade, a democracia no sindicalismo cutista enfrentou uma série de obstáculos e dificuldades para

ser efetivamente colocada em prática. Oliveira (1994) investigou o imaginário dos militantes ligados à experiência da CUT (Central Única dos Trabalhadores) no Estado da Paraíba, com o objetivo de compreender como eles percebiam a questão da “participação”. A abordagem proposta buscou dialogar com as evidências e estruturas presentes no fenômeno social associado à CUT. Em contraste com outros autores que analisaram a CUT com diferentes propósitos, como identificar sua função na sociedade, buscar um sentido essencial ou um fim último para o movimento, ou analisá-la através de determinação estrutural, o autor adotou uma abordagem que considerou a CUT como uma experiência e um diálogo que expressava a interação entre os sujeitos envolvidos e as realidades mencionadas anteriormente. Esse diálogo ocorreu mediado pelo imaginário social que permeou a CUT e pelas representações que cada sujeito apresentava.

Conforme entrevistas concedidas a Oliveira (1994), novas abordagens de administração, como o sistema colegiado, que buscava aumentar a participação dos membros da diretoria nas decisões do sindicato, estavam sendo questionadas quanto à sua eficácia para alcançar esse objetivo. Outros entrevistados, que também faziam parte da Executiva da CUT/PB, questionavam a eficácia da administração colegiada para promover uma maior participação de todos os membros da diretoria nas decisões do sindicato. Alguns afirmaram que a participação das bases em instâncias deliberativas dos sindicatos, como congressos e assembleias, era muito limitada, e que, na realidade, a direção do sindicato não demonstrava um esforço significativo para convocar efetivamente a participação da base na vida cotidiana da organização sindical. Até mesmo a maneira como os estatutos foram renovados, com o objetivo de estabelecer diversos mecanismos para a participação das bases, foi contestada por um membro da Executiva da CUT/PB, já que apenas a “vanguarda” do movimento sindical participava dessa discussão.

Também havia discordâncias entre as correntes majoritárias e as minoritárias no interior da CUT/PB. De acordo com Oliveira (1994), um integrante da Executiva da CUT/PB, pertencente à gestão 1992/1994 e à Articulação Sindical, declarou que as mudanças estatutárias aprovadas no III CONCUR foram conduzidas democraticamente e refletiam uma nova fase na história da CUT. Por outro lado, as correntes minoritárias dentro da CUT expressavam críticas contundentes em relação às mudanças ocorridas no III CONCUR, argumentando que elas prejudicavam o exercício da democracia interna da Central, já que tornavam mais difícil a participação efetiva das bases. Outros integrantes

compartilhavam da opinião de que as mudanças estatutárias dificultavam a participação das bases e, além disso, contribuíam para o processo de burocratização da Central.

Portanto, em princípio, o sindicalismo cutista demonstrava compromisso com a democracia interna, entendida como a criação de oportunidades para a participação das bases. Para Nunes (2000), essas instâncias eram amplamente aceitas pelos militantes da CUT, independentemente da corrente política a que pertenciam, como um espaço para exercer a democracia, embora alguns discordassem da forma como os critérios para a participação das bases eram definidos. Conforme afirmado por Oliveira (1994, p. 158),

(...) o debate gira principalmente em torno da questão da 'representatividade' dos fóruns da CUT. Nesse contexto, um pressuposto comum é revelado: todos concordam que os Congressos e Plenárias, apesar das divergências em relação aos critérios de participação, são considerados como legítimos representantes de suas 'bases'.

De acordo com Figueiredo (2005), a CUT foi um alvo prioritário do Serviço Nacional de Informações (SNI), já que, no início do governo Sarney, as greves foram um problema constante. Um dos documentos produzidos, e que dispomos, mais extensos do Fundo é o ARE_ACE_7106_85. Este informe, produzido no ano de 1985, versa sobre o 1º Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores (1º CECUT) realizado em Campina Grande, Paraíba. Ao longo das suas 111 páginas (cento e onze páginas)¹⁵⁹, nos é informado que o Congresso foi realizado nos dias 22 a 24 de novembro daquele ano e reuniu cerca de 240 delegados além de convidados especiais. Ainda nos diz quais eram as principais lideranças presentes e as propostas apresentadas no Congresso, como a não-adesão ao Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA); a campanha de conscientização e organização dos trabalhadores visando a invasão de terras, criando conflitos e forçando o Governo a acelerar uma reforma ampla; resistir ao máximo à expulsão do homem do campo; denunciar publicamente os políticos que não defendem os interesses do homem do campo nem dos trabalhadores urbanos; e lutar para assumir o controle dos sindicatos, afastando os pelegos que prejudicam a classe. O documento ainda prossegue, relatando a nova diretoria da CUT/PB eleita e constituída em 24 de novembro de 1985.

¹⁵⁹ A extensão do documento se justifica, como já mencionamos durante este trabalho, pelo fato de a Agência de Recife ser a responsável pela vigilância sobre os estados do Rio Grande do Norte, da Paraíba, de Pernambuco e Alagoas. Como nesses estados ocorreram os Congressos, o documento, consequentemente, precisou abranger uma grande quantidade de informações, tornando-se assim bastante abrangente.

CONFIDENCIAL

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ENTIDADE

Entidade: CUT/PB
 Base Territorial: Todo o Estado
 Endereço da Sede:
 Vinculação:
 Diretoria: EXECUTIVA DA CUT/PB

Eleição: 24 Nov 85 Gestão: 1985/1986

FUNÇÃO NA DIRETORIA	NOME	ENTIDADE A QUE PERTENCE	MILITÂNCIA
Presidente	AGAMENON VIEIRA DOS SANTOS	Presidente da ASSOCIAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA (AMPEP)	
Vice-Presidente	LUIS SILVA	Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO/PB e Vice-Presidente da Região Nordeste/CUT	
1º Tesoureiro	EDVAN DA SILVA	Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE JOÃO PESSOA/PB	Militante do PC do B e filiado ao PT/PB
2º Tesoureiro	MARIA DA PENHA DO NASCIMENTO SILVA	Suplente do Conselho Fiscal do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE/PB.	
Secretário Rural	IVALDO ALBINO DA SILVA	Presidente do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAAPORA/PB	

CONFIDENCIAL

Figura 12. Ficha de acompanhamento da entidade (parte 1). Fonte: ARE_ACE_7106.85. Fundo SNI – Agência Recife.

CONFIDENCIAL

CONTINUAÇÃO DA FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ENTIDADE

FUNÇÃO NA DIRETORIA	NOME	ENTIDADE A QUE PERTENCE	MILITÂNCIA
Secretário de Imprensa	CARLOS DAVID DE CARVALHO LOBÃO	Membro da ASSOCIAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA (AMPEP).	Militante do PC do B

RELAÇÃO DE SINDICATOS FILIADOS À CUT/PB

01. SINDICATO DOS ENGENHEIROS DO ESTADO DA PARAÍBA.
02. SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO ESTADO DA PARAÍBA.
03. SINDICATO DOS ECONOMISTAS DE JOÃO PESSOA/PB.
04. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE JOÃO PESSOA/PB.
05. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CIMENTO, CAL E GESSO DE JOÃO PESSOA/PB.
06. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS GRÁFICAS DE JOÃO PESSOA/PB.
07. SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CAMPINA GRANDE/PB.
08. SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JOÃO PESSOA/PB.
09. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALAGOA GRANDE/PB.
10. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO/PB.
11. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TRIEIRA/PB.
12. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO MAMEDE/PB.
13. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAAPORA/PB.

CONFIDENCIAL

Figura 13. Ficha de acompanhamento da entidade (parte 2). Fonte: ARE_ACE_7106.85. Fundo SNI – Agência Recife.

Esse documento será mais bem explorado no capítulo seguinte, pois acreditamos que dialogará de maneira mais eficaz com o seu propósito. De qualquer forma, podemos observar que, ainda que o informe seja, objetivamente, elaborado com o intuito de desmantelar o movimento sindical, ele nos traz informações históricas importantes sobre um acontecimento histórico, que, quando devidamente analisado pela história social do trabalho¹⁶⁰, nos permite reconstruir parte da história do *novo sindicalismo* no estado da Paraíba.

¹⁶⁰ Essa abordagem historiográfica coloca o trabalho no centro da análise, examinando suas diversas dimensões e impactos na vida das pessoas, nas relações sociais e nas transformações econômicas e políticas ao longo do tempo e busca ir além da simples análise das condições materiais e das relações de produção,

Em vários outros documentos a CUT/PB é citada. No documento AC_ACE_44392_84, que informa sobre a realização do ato público em Alagoa Grande no ano de 1984, no estado da Paraíba, dois membros da CUT/PB estavam presentes, Edvan da Silva, membro da Diretoria da Central, e Francisco Derly, membro do Conselho Fiscal. O documento AC_ACE_51309_85, lista nomes de líderes e movimentos que apoiaram movimentos grevistas em 1985 no país, e, no estado da Paraíba, nomeia-se Agamenon Vieira, então Delegado Representante da CUT/PB, que também é citado no documento AC_ACE_56610_86, agora como diretor da CUT/PB, onde nos é informado que o mesmo se envolveu em invasões de propriedades rurais em Caaporã, além de apoiar o movimento grevista dos bancários no estado da Paraíba¹⁶¹ e a ocupação da Assembleia Legislativa/PB em 9 de julho de 1987¹⁶².

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi criado nesse contexto de grande expansão da atividade sindical, sendo os sindicalistas o principal grupo presente na fundação do Partido. Traçando um percurso histórico de sua criação, Nunes (2003) destaca que, durante o IX Congresso de Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo, realizado em janeiro de 1979, um dos objetivos estabelecidos pelos trabalhadores foi a criação de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além disso, houve também a defesa da criação de um Partido dos Trabalhadores (PT). A proposta de formação do PT foi apresentada no congresso pelo deputado federal Benedito Marcílio, do MDB paulista e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Apesar de não ser membro da organização trotskista Convergência Socialista, ele mantinha relações com a mesma.

A proposta foi aprovada e incluída nas resoluções do Congresso. No mês de outubro de 1979, ocorreu um encontro no restaurante São Judas Tadeu, com a

buscando compreender as experiências, as identidades, as lutas e as conquistas dos trabalhadores. Ela se preocupa em explorar as relações de poder presentes nas relações de trabalho, as formas de resistência e organização dos trabalhadores, bem como as mudanças nas estruturas sociais e nas políticas públicas relacionadas ao trabalho, e valoriza o estudo das classes trabalhadoras, das diferentes formas de trabalho (assalariado, escravo, artesanal, etc.) e das condições em que se desenvolvem, levando em consideração fatores como gênero, raça, etnia e outras dimensões de desigualdade social. Além disso, a história social do trabalho também analisa as relações entre trabalho e outros aspectos da sociedade, como a cultura, a família, a educação e as relações de poder. Acerca das possibilidades de se trabalhar com essa abordagem em relação aos trabalhadores no contexto da ditadura militar, ver CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo R. Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, jul. 2016.

¹⁶¹ Conforme documento ARE_ACE_7580_86. Fundo SNI – Agência Recife.

¹⁶² Conforme documento AC_ACE_62977_87. Fundo SNI – Agência Recife. Neste documento, foram identificados os seguintes membros da CUT/PB: Agamenon Vieira dos Santos (Secretário de Políticas Sindicais), Nivaldo Albino da Silva (Secretário Rural) Edvan da Silva (Vice-Presidente) e Ivan Freire da Silva (Presidente da CUT/PB).

participação de cerca de cem pessoas, incluindo intelectuais, parlamentares e líderes sindicais. Nesse encontro, foi decidido estruturar o PT como uma organização partidária. Foi aprovada uma Declaração Política e um documento intitulado Sugestões para Formas Transitórias de Funcionamento. Foi formada a Comissão de Organização do Movimento Pró-PT, composta por dezesseis membros, sendo quatorze deles sindicalistas, incluindo oito presidentes de sindicatos. Apenas um parlamentar, o deputado federal Edson Khair, fez parte da comissão.

Em 10 de fevereiro de 1980, o Partido dos Trabalhadores foi oficialmente fundado durante o Encontro Nacional realizado no Colégio Sion, em São Paulo. Cerca de mil pessoas estiveram presentes, representando os núcleos do Movimento Pró-PT de dezessete estados. Durante esse encontro, foi aprovado o Manifesto do Partido dos Trabalhadores, assinada a ata de fundação e eleita a Comissão Nacional Provisória. Em 11 de fevereiro de 1982, o Partido dos Trabalhadores recebeu o registro provisório concedido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Nordeste desempenhou um papel central na formação do partido, fornecendo uma base social significativa, especialmente no campo. No entanto, é importante destacar que, apesar das diferenças regionais, o PT buscou articular suas demandas e lutas em nível nacional, defendendo uma visão de partido que unisse as diversas realidades do país. Essa capacidade de agregar diferentes interesses e representar diferentes regiões foi fundamental para a ascensão do PT como um dos principais atores políticos do Brasil.

CÓPIA REMETIDA AO DI
1133/80
ACE

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RECIFE

INFORMAÇÃO Nº 2303 115 ARE, 80

DATA: 11 JUL 80
ASSUNTO: LANÇAMENTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES-PT EM PERNAMBUCO,
RIO GRANDE DO NORTE E PARAÍBA
ORIGEM: ARE/SNI
REFERÊNCIA: -

Figura 14. “Capa” do Arquivo que contém o informe do lançamento do PT nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Infelizmente, o arquivo está bastante danificado, mas nada que impeça sua leitura com algum esforço. Conforme consta, o lançamento do PT na Paraíba ocorreu no Centro Comunitário no dia 2 de março de 1980, no bairro do Rangel, em João Pessoa, e contou com cerca de 200 pessoas. Além de lançar as principais bases, foi nomeada uma comissão coordenadora estadual. Fonte: ARE_ACE_1133. Fundo SNI – Agência Recife.

Ao longo de sua primeira década de existência, o PT enfatizou repetidamente sua identidade como um partido representante da classe trabalhadora. Durante as primeiras discussões internas, a definição dessa identidade foi expandida, indo além de uma base inicial composta principalmente por operários especializados, especialmente metalúrgicos, para abranger uma ampla gama de trabalhadores organizados e diversos movimentos sociais. No entanto, desde o início, o partido também atraiu outros grupos com diferentes origens e filiações, incluindo católicos que apoiavam a Teologia da Libertação, organizações de esquerda revolucionária, um pequeno grupo de ex-membros do MDB, intelectuais progressistas, ex-militantes de várias organizações e/ou partidos de esquerda, bem como uma nova geração de ativistas dos movimentos sociais urbanos. Além disso, o partido também contou com a participação de membros do movimento estudantil que começaram sua atividade política no PT (PETIT, 1996). De acordo com Keck (2010), o partido também contribuiu para despertar uma consciência nacional sobre a crescente urgência das demandas dos trabalhadores.

Na tese de Nunes (2003), o Partido dos Trabalhadores na Paraíba apresentou diferenças em relação à região Sudeste, especialmente em relação ao seu berço, São Paulo. Essas diferenças tiveram consequências para a forma como o partido atuou politicamente, sua força eleitoral e sua composição social de base. O PT foi criado como um partido de esquerda em uma região economicamente atrasada, com uma cultura política tradicional e uma sociedade civil frágil. Isso resultou em uma influência inicial de elementos de classe média intelectualizada, muitos dos quais ligados a correntes da esquerda marxista-leninista e trotskista¹⁶³. Isso levou a uma prática política radicalizada e com pouca penetração na sociedade. No entanto, após eleger seus primeiros parlamentares, o partido passou a ter uma maior inserção na sociedade. Ele introduziu uma nova prática política no Parlamento, trazendo para discussão temas de interesse da classe trabalhadora e da sociedade civil organizada. Isso permitiu que o PT ampliasse sua

¹⁶³ Conforme Aarão Reis (2007), de acordo com a perspectiva da esquerda trotskista, o partido parecia estar resgatando uma antiga utopia revolucionária descrita no Manifesto Comunista de Karl Marx, publicado em 1848. Essa utopia propunha que a emancipação do proletariado deveria ser conquistada pelos próprios trabalhadores. Seguindo essa premissa, o objetivo era construir um partido independente das instituições legais, da tutela do Estado e das lideranças burguesas. O PT buscava ser um partido diferente das correntes políticas tradicionais que anteriormente haviam condicionado os trabalhadores a lutar por objetivos “populistas”. Sobre essa questão, ver AARÃO REIS, Daniel. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas.” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **As Esquerdas no Brasil**. Revolução e Democracia (1964...), vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 507.

influência e participação na sociedade para além de seus membros mais intelectualizados, alcançando uma base social mais ampla.

Apesar disso, o Partido dos Trabalhadores (PT) enfrentou dificuldades para se estabelecer como uma alternativa política viável. Isso levou setores mais “moderados” do partido a buscar alianças com partidos de direita em áreas menos desenvolvidas do estado. Eles argumentaram que essas alianças eram necessárias para garantir a sobrevivência do partido nessas regiões atrasadas e passaram a defender a existência de uma posição ‘centrista’ na política paraibana. Acreditava-se que essa posição permitiria fazer alianças em áreas mais desenvolvidas. Essa abordagem política gradualmente se tornou dominante devido às mudanças que o PT passou a enfrentar ao se inserir nas instituições políticas e às transformações na política mundial e nacional.

De qualquer forma, um partido que pretendia representar a classe trabalhadora evidentemente passou também a ser alvo do Serviço. Não apenas o Partido em si, como um dos seus fundadores e uma das figuras mais centrais na história e trajetória do partido: o líder sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, o “Lula”. Conforme Figueiredo (2006), o então líder sindicalista foi considerado como o principal adversário do SNI, e tinha seu nome registrado em relatórios confidenciais desse órgão desde 1977, quando ele era um sindicalista relativamente desconhecido na região do ABC paulista, com apenas 31 anos de idade. Desde então, até se tornar presidente do país, Lula personificou exatamente aquilo que o Serviço de Informações havia sido estabelecido para conter: os conflitos sociais acumulados no Brasil ao longo de cinco séculos.

No documento ARE_ACE_1201_80, que versa sobre o lançamento do Partido dos Trabalhadores em cidades da Paraíba, é informado que Lula esteve presente, durante o lançamento, nas cidades de Cajazeiras, Souza, Patos, Bayeux e João Pessoa, no decorrer do mês de agosto de 1980. Em Cajazeiras, conclamou o povo a não temer a ação policial, pois não haveria cadeia para todos; antes, os trabalhadores deveriam reagir contra a ação

b. JOÃO PESSOA

Aí ta m o pronunciamento do líder do PT se restringiu a falar das origens do partido, das perseguições pessoais que vem sofrendo, "por parte do sistema repressor"; falou do sucesso das greves em S. PAULO, face à solidariedade classista; do necessidade do união dos trabalhadores nos sindicatos, nas fábricas, nos centros comunitários e em qualquer outro lugar, para discussão e busca de solução do problemas comuns; da multinacionalização brasileira, dos injustiças sociais e dos paradoxos entre os altos salários

Figura 15. Trecho do informe que versa sobre a presença de Lula na cidade de João Pessoa, em agosto de 1980. O documento está parcialmente danificado, mas nada que impeça uma leitura com algum esforço. Fonte: ARE_ACE_1201_80. Fundo SNI – Agência Recife.

da polícia. Além disso, anunciou que, em 1981, os metalúrgicos do ABC paulista iriam fazer uma greve de 82 dias, como prova de que o governo de Ernesto Geisel não tinha força e que cederia às exigências impostas. Em Souza, protestando contra o salário de fome, Lula também desafiou o povo a não temer a ação policial, pois, além de não ter cadeia para todos, a polícia não teria condições de matar a todos. Em Patos, o informe diz que Lula praticamente repetiu tudo o que falou nas cidades que passou, mas destaca a fala de Wanderly Farias, que, em um discurso inflamado, acusou o governo de taxar de comunista todos aqueles que protestavam contra a ditadura; Farias chamou o ministro do Trabalho, Murilo Macedo, de “ministro dos patrões”, e Delfim Neto, ministro da Economia, de “gorducho ladrão”. Em João Pessoa, Lula discursou acerca das origens do PT, falou do sucesso das greves em São Paulo, conclamou os trabalhadores à união, abordou sua prisão e protestou contra os ladrões do Brasil, os donos do poder.

2.5. Uma “década perdida”?

De acordo com Silva (1990), a chamada “Década Perdida” foi um longo período em que houve falta de pagamento de dívidas e uma forte dependência de capital estrangeiro, que teve início entre 1980 e 1982, resultando em estagnação do crescimento econômico em toda a América Latina. Essa crise afetou o modelo econômico de substituição de importações, que se baseava na intervenção estatal, nos investimentos nacionais e no endividamento externo. De acordo com Rego e Marques (2000, p. 130), durante a “década perdida”, houve queda nos investimentos e no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), aumento do déficit público, crescimento das dívidas externa e interna, e alta inflacionária. Carneiro (1991) defende que as evidências empíricas deixam claro que os anos 80 foram um período de estagnação econômica. Dessa forma, podemos afirmar que o conceito de “Década Perdida” foi construído com base em aspectos macroeconômicos, em uma visão restrita do desenvolvimento social, focada exclusivamente no aspecto econômico.

A mobilização política e as manifestações cívicas indicavam que naquele período havia uma crença generalizada de que a democracia seria a solução para os problemas políticos, sociais e econômicos enfrentados. Conforme mencionado pela historiadora Samantha Viz Quadrat (2014), no entanto, na prática, essa época era caracterizada por uma oscilação entre momentos de entusiasmo, como nas campanhas eleitorais e nos

movimentos pelas *Diretas Já!*, e momentos de decepção, como a derrota da emenda Dante de Oliveira e as crises econômicas.

Acerca do movimento sindical nesse contexto, Maria H. T. de Almeida (1995, p. 171, 186),

Os anos 80 não foram uma década perdida para a organização dos interesses presentes na sociedade brasileira. Muito ao contrário, foram tempos de dinamismo e inovação. O universo dos interesses organizados expandiu-se tanto no meio urbano quanto no rural, envolvendo empresários e empregados, trabalhadores braçais e assalariados de colarinho branco, servidores do Estado e contratados da iniciativa privada, moradores da periferia pobre e de bairros de classe média, clientelas de políticas sociais, mulheres, grupos étnicos e minorias sexuais. O movimento sindical tornou-se uma presença social e política relevante, que devia ser levada em consideração pelas demais forças atuantes na cena nacional.

Almeida (1995) prossegue em sua análise, argumentando que, embora o movimento sindical tenha sido de massa, ele era representativo apenas de uma pequena parcela dos trabalhadores, indicando que a vida sindical era uma experiência compartilhada por uma minoria do segmento assalariado do país. É importante considerar as características do sistema corporativista brasileiro, no qual os sindicatos estavam, de certa forma, vinculados ao governo. Nesse contexto, o nível de sindicalização não refletia fielmente a força e a capacidade de mobilização da organização, que eram muito maiores no Brasil do que o número de filiados aos sindicatos. No entanto, os números do movimento sindical são expressivos. Em 1960, os sindicatos representavam 1,5 milhão de pessoas apenas nas cidades; em 1988, esse número já havia aumentado para 15 milhões, sendo 8,3 milhões no meio rural.

A análise de documentos sobre movimentos sindicais, como greves, discursos e mobilizações, nos permite compreender que a década de 1980, no Brasil, não foi uma década perdida. Esses documentos revelam um período de intensa atividade sindical e de lutas por direitos trabalhistas e sociais. Ao examinar os registros desses movimentos, é possível observar que houve uma ampliação e diversificação das demandas e reivindicações dos trabalhadores. Os sindicatos se tornaram espaços de mobilização e organização, engajando diferentes categorias profissionais, desde os trabalhadores braçais até os assalariados de colarinho branco. As greves foram uma expressão emblemática desse período e mostraram a capacidade de mobilização e resistência dos trabalhadores. Elas foram conduzidas com o objetivo de conquistar melhores condições de trabalho, aumentos salariais, garantia de direitos e o fim da repressão aos movimentos sindicais.

Fica claro, dessa forma, que a década de 1980, frequentemente caracterizada como uma “década perdida” em termos de avanços sociais e políticos, desempenhou um papel crucial no fortalecimento do movimento sindical na Paraíba. A emergência e a consolidação de sindicatos como espaços de luta e representação foram marcos significativos desse período, desafiando a narrativa de uma década de estagnação.

Enquanto concluímos este segundo capítulo, lançamos um olhar para o próximo e último capítulo, no qual investigaremos de forma mais abrangente a vigilância sobre os sindicatos urbanos na Paraíba. Com base nas discussões aqui apresentadas, aprofundaremos nossa análise sobre as estratégias de monitoramento adotadas pelo SNI, explorando os efeitos desse controle na dinâmica interna dos sindicatos e nas relações entre os trabalhadores e o Estado. Dessa forma, buscamos compreender melhor a natureza complexa e multifacetada da vigilância nesse contexto específico.

CAPÍTULO 3 – O ESTADO DA PARAÍBA NA MIRA DO SNI: SINDICATOS URBANOS SOB VIGILÂNCIA (1979-1987)

Este terceiro e último capítulo se constitui como a análise central de todo o trabalho. Sem exagero, tudo que escrevemos até aqui, esperamos que convirja na compreensão desta última seção. Nesse sentido, objetivamos discutir, efetivamente, a vigilância do SNI sobre os sindicatos urbanos na Paraíba. Para tanto, se faz necessário tecermos algumas considerações mais técnicas (no sentido de “metodológicas”) acerca da documentação essencial para a nossa pesquisa; em seguida, abordaremos alguns documentos que selecionamos, onde, por meio da historicização e criticidade, esperamos também convergir os elementos teóricos que apontamos na Introdução.

3.1. Breves considerações acerca dos arquivos da ditadura: trajetória histórica e lutas políticas

“O exame faz também a individualidade entrar no campo documentário. Seu resultado é um arquivo inteiro com detalhes e minúcias que se constitui no nível dos corpos e dos dias. O exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância os situa igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária.” (FOUCAULT, 2014, p. 85)

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988 marcou o início de uma nova era democrática no país. Durante as décadas anteriores,

houve uma ditadura de segurança nacional que resultou em várias violações de direitos humanos e crimes contra a humanidade. Essa época deixou um legado de tortura e desaparecimentos de opositores, que foram protegidos pela impunidade proporcionada pela Lei de Anistia de 1979 e pelo silêncio que cercou as atividades dos órgãos de repressão estatal.

No Artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição, foi estabelecido o direito de todos receberem informações dos órgãos públicos que sejam de seu interesse particular, coletivo ou geral. Essas informações devem ser fornecidas dentro do prazo estabelecido por lei, sob pena de responsabilidade. No entanto, é importante ressaltar que certas informações podem ser mantidas em sigilo quando forem consideradas indispensáveis para a segurança da sociedade e do Estado (Brasil, 1988).

Apesar da garantia constitucional, a legislação brasileira precisou passar por várias intervenções legislativas para regulamentar efetivamente a abertura dos arquivos públicos no país. Um dos avanços importantes nesse sentido foi a Lei nº 8.159, de 1991¹⁶⁴, conhecida como a Lei de Arquivos. Essa lei foi proposta com o objetivo de garantir o acesso às informações de órgãos públicos, ao mesmo tempo em que estabeleceu restrições ao acesso a documentos considerados “imprescindíveis” para a segurança nacional e documentos sensíveis que poderiam violar a intimidade, vida privada, imagem e honra das pessoas caso fossem divulgados publicamente. Isso inclui, por exemplo, documentos que comprovam violações de direitos humanos por parte de instituições policiais ou das Forças Armadas.

Em 1997, foi estabelecida a Lei nº 9.507¹⁶⁵, também conhecida como Lei de Habeas Data, que estabeleceu as regras para o direito de acesso a informações por meio desse recurso processual. Essa lei permitiu que as pessoas tivessem conhecimento de informações específicas relacionadas a elas mesmas que estão armazenadas nos bancos de dados de órgãos e entidades públicas.

No ano de 1995, os familiares de pessoas mortas e desaparecidas por motivos políticos apresentaram denúncias sobre as violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro durante o período de ditadura à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Como resultado, em 2010, o Brasil foi condenado pela CIDH pela

¹⁶⁴ Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em junho de 2023.

¹⁶⁵ Lei nº 9.507 de 12 de novembro de 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9507.htm. Acesso em junho de 2023.

prática de crimes de lesa-humanidade, como tortura e desaparecimento forçado de opositores políticos. A condenação atribuiu ao Estado brasileiro a responsabilidade de empreender os esforços necessários para determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas, especialmente no caso da Guerrilha do Araguaia¹⁶⁶, com o objetivo de identificá-las e entregar seus restos mortais às suas respectivas famílias. Além disso, a sentença ressaltou a importância do estabelecimento de uma comissão da verdade como um mecanismo fundamental para o cumprimento da obrigação do Estado de garantir o direito à verdade. A CIDH cobrou do Estado brasileiro uma posição clara no sentido de construir e preservar a memória histórica da sociedade, principalmente em relação ao período ditatorial (Brasil, 2014).

A pressão internacional, combinada com a situação política interna de governos federais progressistas, foi um impulso para a promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI), de número 12.527¹⁶⁷, de 2011, no Brasil. Essa lei foi uma resposta à demanda por verdade e justiça no país. O reconhecimento constitucional do direito de acesso à informação pública foi oficializado pela LAI como resultado de anos de mobilização de organizações de direitos humanos, como a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, além de diversos pesquisadores, historiadores, arquivistas e ativistas. Eles lutaram pela abertura dos arquivos repressivos da ditadura e pela reafirmação da democracia, garantindo transparência do Estado para com os cidadãos.

Ao mesmo tempo em que a Lei de Acesso à Informação (LAI) foi promulgada, em 2012, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV) por meio da Lei n°

¹⁶⁶ A Guerrilha do Araguaia foi um conflito armado ocorrido entre os anos de 1972 e 1975, na região do Araguaia, localizada no sul do estado do Pará, Brasil. Foi uma das principais ações de resistência armada ao regime militar que governava o país na época. A guerrilha foi organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e consistia em uma tentativa de estabelecer uma base de luta armada e promover uma revolução socialista no país. Os guerrilheiros, chamados de “soldados” ou “camponeses”, eram em sua maioria jovens que se infiltraram na região e estabeleceram uma estrutura de combate. Durante o conflito, as Forças Armadas Brasileiras empreenderam uma operação militar de grande escala para combater e eliminar os guerrilheiros. Essa operação foi denominada Operação Marajoara e envolveu um grande contingente militar, com o objetivo de capturar ou aniquilar os combatentes da guerrilha. A Guerrilha do Araguaia resultou em um saldo de mortos e desaparecidos, tanto entre os guerrilheiros quanto entre os militares. Estimativas indicam que dezenas de guerrilheiros foram mortos ou capturados e executados, enquanto outros desapareceram sem deixar rastros. Acerca desse conflito, ver CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2012. Sobre a luta armada no contexto paraibano, ver NUNES, Paulo Giovani Antonino. *As experiências da luta armada na Paraíba*, In: AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTÓIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras: A desmesura do poder**. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2015. (Coleção Contrassensos), pp. 29-50.

¹⁶⁷ Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em junho de 2023.

12.528¹⁶⁸. A CNV teve como objetivo investigar e esclarecer as graves violações de direitos humanos ocorridas no período entre 1946 e 1988, com foco especial no período da ditadura civil-militar, que ocorreu de 1964 a 1985. Essa criação também foi uma resposta à CIDH. A cerimônia de instalação da CNV e a posse de seus membros foram conduzidas pela então presidente Dilma Rousseff. Nesse evento, todos os ex-presidentes da República estavam presentes, transmitindo uma mensagem de consenso em torno de uma política de Estado, e não apenas de um governo (Padrós, 2020).

A partir da criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e da promulgação da Lei de Acesso à Informação (LAI), gerou-se uma expectativa de romper com o esquecimento causado pela Lei de Anistia. A simultaneidade dos processos legislativos que resultaram na regulamentação da LAI e na criação da CNV desempenhou um papel crucial nesse sentido. A LAI, em particular, foi determinante ao garantir o acesso a documentos da administração pública que anteriormente não estavam disponíveis para pesquisa (BRASIL, 2014, p. 22). Portanto, a vigência da Lei de Acesso à Informação representou a concretização do direito à memória e à verdade histórica, mesmo após o encerramento dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade com a promulgação do Relatório Final em 2014. Essa lei garante o acesso a informações e documentos que contribuem para o esclarecimento das repressões perpetradas pela ditadura de segurança nacional a partir de 1964 (Silva e Oliveira, 2019).

Apesar da existência da Lei de Acesso à Informação (LAI), que contribui para o direito de acessar informações que foram negadas ao longo de décadas pelos órgãos estatais, a simples vigência dessa lei não garantiu o acesso a certas documentações. Por exemplo, os arquivos do Centro de Inteligência do Exército (CIE), do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) permanecem ocultos e obscuros. O Arquivo Nacional, como uma instituição federal responsável pela gestão documental proveniente de órgãos públicos, não possui a autoridade para realizar buscas em instalações militares ou mesmo em residências de militares da reserva, locais frequentemente apontados por vítimas da ditadura como esconderijos de documentos (Stampa; Santana; Rodrigues, 2014). Apesar dessas limitações, a existência da Lei de Acesso à Informação no Brasil representa um grande avanço para a democratização do acesso a informações públicas, especialmente para

¹⁶⁸ Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em junho de 2023.

estudos que buscam compreender os eventos históricos e a repressão ocorrida durante o período ditatorial no país.

No ano de 2005, os acervos documentais do extinto Conselho de Segurança Nacional, da Comissão Geral de Investigações e do Serviço Nacional de Informações (SNI) foram transferidos para o Arquivo Nacional, deixando a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), que foi criada em 1999 (Brasil, 2005). As políticas de memória implementadas no país, incluindo a gestão dos documentos produzidos por órgãos repressivos durante a ditadura, representaram um avanço para a sociedade como um todo no enfrentamento do passado traumático de violações de direitos humanos e retrocessos democráticos. A análise desse legado traumático é essencial para a construção democrática e o futuro da sociedade.

Sob a coordenação do Arquivo Nacional, o estabelecimento do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985), conhecido como “Projeto Memórias Reveladas”, em 2009, marcou um importante ponto de inflexão nas disciplinas históricas, arquivísticas e na promoção do direito à verdade sobre a ditadura no Brasil. Seu principal objetivo, por meio da coleta de depoimentos, história oral e registros audiovisuais, foi revelar enigmas, resgatar memórias, desvelar traumas e dar voz, rosto, olhar, sensibilidade e voz às vítimas, resistências, testemunhas e sobreviventes (Padrós, 2020). Isso representou um avanço significativo na democratização do acesso à informação pública, ao mesmo tempo em que promoveu a articulação de uma rede de instituições responsáveis pela gestão dos acervos do período ditatorial, com o objetivo de organizar um banco de dados virtual comunitário.

O Arquivo Nacional, na qualidade de instituição responsável pela gestão dos documentos públicos, desempenha um papel fundamental na democratização do acesso aos arquivos repressivos da ditadura no Brasil. Além disso, é a instituição encarregada de preservar e disponibilizar uma parte significativa das fontes históricas relacionadas ao período ditatorial. O Fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI) teve sua documentação transferida para o Arquivo Nacional em 2005. Esse fundo constitui o maior acervo documental federal produzido durante a ditadura brasileira, contendo um total de 3.499.974 páginas de documentos (Rodrigues, 2017). Além disso, foi reconhecido como patrimônio da humanidade pelo Comitê Consultivo Internacional do Programa Memória do Mundo (MoW - Memory of the World) em 2011 (Stampa; Santana; Rodrigues, 2014).

Após a transferência do Fundo do SNI, da CGI e do CSN para o Arquivo Nacional em 2005, tornou-se necessário estabelecer uma metodologia específica para lidar com

esse tipo de consulta, diferente daquela aplicada aos instrumentos de pesquisa que descrevem fundos, séries e itens documentais. Por meio de um processo de tratamento técnico e digitalização dos acervos¹⁶⁹, esses documentos foram disponibilizados para consulta, a fim de agilizar o acesso remoto e atender à grande demanda de solicitações de consulta vindas de todas as partes do Brasil e do mundo. Isso possibilitou a realização de pesquisas textuais nos documentos de diversos fundos (Ishaq; Franco; Sousa, 2012).

Seção no Fundo	Agência e sigla	Código de Referência na Pesquisa Multinível	Volume documental (nº de registros)
Agência Central	Agência Central (AC)	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA	67.357 registros
Agência Rio de Janeiro	Agência do Rio de Janeiro (ARJ)	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.CCC	16.571 registros
Agência São Paulo	Agência de São Paulo (ASP)	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.EEE	18.933 registros
Agência Rio Grande do Sul	Agência de Porto Alegre (APA)	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG	16.637 registros
Agência Pernambuco	Agência de Recife (ARE)	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.III	6.679 registros
Agência Pará	Agência de Belém (ABE)	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.KKK	6.304 registros
Agência Amazonas	Agência de Manaus (AMA)	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.LLL	7.433 registros
Agência Mato Grosso do Sul	Agência de Cuiabá (ACB)	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.MMM	6.565 registros
Agência Paraná	Agência de Curitiba (ACT)	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.NNN	6.999 registros
Agência Minas Gerais	Agência de Belo Horizonte (ABH)	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.OOO	9.665 registros
Agência Bahia	Agência de Salvador (ASV)	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP	8.510 registros
Agência Ceará	Agência de Fortaleza (AFZ)	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.QQQ	3.967 registros
Agência Goiás	Agência de Goiânia (AGO)	BR DFANBSB V8.MIC, GNC.RRR	10.219 registros

Figura 16. Quadro com as várias divisões regionais do Serviço Nacional de Informações (SNI), cada uma com sua própria documentação produzida e recebida como seções estaduais do órgão. Fonte: FERNANDES, Letícia Wickert. “Arquivos repressivos da ditadura de segurança nacional brasileira e acesso à informação: reflexões metodológicas para pesquisas no Fundo do SNI pelo SIAN.” **Revista Sillogés**, vol. 4, 2021. p. 546.

¹⁶⁹ O Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) é a principal plataforma online que permite o acesso aos acervos mantidos pelo Arquivo Nacional. Por meio do SIAN, é possível explorar a documentação de forma detalhada, oferecendo diversas ferramentas de busca, como Pesquisa Livre, Pesquisa Avançada, Pesquisa Digital e Pesquisa Multinível. Cada uma dessas ferramentas possui características específicas. A Pesquisa Multinível, por exemplo, apresenta diferentes níveis de descrição dos fundos e coleções, seguindo a estrutura organizacional dos mesmos, baseada nos princípios de respeito aos fundos e na organização arquivística. O sistema pode ser acessado pelo link: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/pagina_inicial.asp. Acesso em junho de 2023. Para os meios e as possibilidades de uso, ver FERNANDES, Letícia Wickert. Arquivos repressivos da ditadura de segurança nacional brasileira e acesso à informação: reflexões metodológicas para pesquisas no Fundo do SNI pelo SIAN. **Revista Sillogés**, vol. 4, pp. 530-553, 2021.

3.2. Considerações iniciais acerca da documentação do Fundo SNI – Agência Recife

Os documentos do Fundo SNI - Agência Recife¹⁷⁰, disponíveis na Fundação Casa de José Américo, são a nossa principal fonte de pesquisa e formam a base para dois dos nossos capítulos, a saber, parte do segundo capítulo e este terceiro por inteiro. Esses documentos foram entregues pelo Arquivo Nacional à Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB) em 4 de abril de 2016. Eles se referem aos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, que eram de responsabilidade da Agência Recife. O acervo digitalizado aborda diversas temáticas e fornece informações sobre indivíduos, coletividades, eventos públicos e privados, além de empresas públicas e privadas. Entre os indivíduos mencionados nos documentos estão políticos, militantes, estudantes, professores, trabalhadores rurais e urbanos, membros do clero, membros da imprensa e funcionários públicos. As informações fornecidas abrangem também partidos políticos, organizações políticas, movimentos sociais, associações, manifestações, reuniões e outras atividades relacionadas.

No ano de 2019, iniciei minhas pesquisas com os documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Os estudos foram realizados no âmbito do projeto intitulado “A sociedade civil sob vigilância: atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) na Paraíba (1964-1985)”, sob a orientação do professor doutor Paulo Giovani Antonino Nunes. Esse primeiro contato com o acervo do Fundo SNI - Agência Recife revelou a necessidade de continuar e aprofundar as pesquisas nesse conjunto de documentos, devido à sua extensa quantidade. O Fundo SNI - Agência Recife é composto por mais de seis mil documentos que abordam assuntos relacionados aos “Estados da Área” dessa Agência. Esses documentos foram produzidos por órgãos de repressão durante o período da ditadura militar e são considerados “sensíveis”. Eles se caracterizam como conjuntos criados com o propósito de repressão, contendo um valor informacional significativo, mesmo que não estejam em atividade, devido à sua potencial capacidade de revelar informações relevantes (Plathe apud Thiesen, 2013).

¹⁷⁰ De acordo com os documentos investigados, a entidade que estamos denominando pela sigla ARE operava nas instalações do edifício dos Correios na cidade de Recife, em Pernambuco. Além disso, ela também era conhecida como Agência Pernambuco, podendo ser abreviada como APE ou ERE. Ver ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 60.

Portanto, quando nos referimos a arquivos da repressão, estamos abordando os conjuntos de documentos que foram criados pelos órgãos governamentais de informação e segurança durante períodos não democráticos, em suas ações repressivas (Bauer; Gertz, 2015). Portanto, ao lidar com os arquivos do Fundo SNI - Agência Recife, reconhecemos que eles oficialmente representam a existência da repressão durante a ditadura militar no Brasil. Esses arquivos desempenham o papel de “guardiães dos materiais da memória e da história”, abrigando uma variedade de documentos que são fontes primárias de pesquisa. Esses documentos contêm informações que refletem as atividades que os geraram, sendo essenciais para compreendermos o período histórico em questão (Thiesen, 2013).

Além do acervo do SNI, foi preciso recorrer a outras fontes para a pesquisa. Nesse contexto, ressaltamos o uso de diferentes conjuntos documentais sob a guarda da CEVPM-PB e da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa, pois eles nos forneceram informações sobre o que ocorreu com determinados indivíduos paraibanos durante esse período, especialmente no que diz respeito a militantes sindicais.

Especialmente em relação à produção do SNI sobre os sindicatos, conforme Ishaq; Franco; Sousa (2012), a seção centralizadora das informações referentes às atividades sindicais no Brasil, dentro da Agência Central (AC), era a Seção de Atividades Trabalhistas e Sindicais, que fazia parte da Divisão de Assuntos Psicossociais. Sua abreviatura era SE-141 e o indicativo correspondente era o 141¹⁷¹. Os indicativos presentes nesses documentos podem fornecer informações sobre a origem e a natureza dos relatórios, indicando a unidade ou o departamento do SNI responsável pela sua produção.

¹⁷¹ Ao analisar esses códigos e abreviaturas, os historiadores podem identificar as referências e terminologias específicas utilizadas pelo SNI para se referir aos sindicatos e suas atividades. Esses códigos podem incluir informações sobre a filiação política dos líderes sindicais, suas atividades consideradas subversivas ou ameaçadoras ao regime, bem como outras características relevantes para a inteligência militar. A interpretação desses códigos e abreviaturas permite aos historiadores, também, reconstruir as estratégias e métodos de vigilância empregados pelo regime militar em relação aos sindicatos.

CONFIDENCIAL

(Continuação do Quadro de Abreviaturas e Indicativos AC/SNI...Fls.02)

-Aditamento ao Boletim Especial nº 01, de 10 Set 84 -

Ó R G Ã O	ABREVIATURA	INDICATIVO
<i>SE-14</i> - <u>Divisão de Administração Pública</u>	<u>DV-13</u>	<u>130</u>
- Seção de Acompanhamento	SE-131	131
- Seção de Assuntos Especiais	SE-132	132
<i>SE-19</i> - <u>Divisão de Assuntos Psicossociais</u>	<u>DV-14</u>	<u>140</u>
- Seção de Atividades Trabalhistas e Sindicais	SE-141	141
- Seção de Atividades Educacionais	SE-142	142
- Seção de Atividades Religiosas	SE-143	143
- Seção de Opinião Pública	SE-144	144
- Seção de Atividades Diversas	SE-145	145
<i>C-5</i> - <u>DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS</u> ^{Cal} _{Sinco}	<u>DPT-5</u>	<u>500</u>
- Assessoria	ASS-05	050
- <u>Divisão de Produção</u>	<u>DV-51</u>	<u>510</u>
- Seção de Produção Agropecuária	SE-511	511
- Seção de Produção Industrial	SE-512	512
- Seção de Comércio Interno	SE-513	513
- <u>Divisão de Orçamentação e Finanças</u>	<u>DV-52</u>	<u>520</u>
- Seção de Política Orçamentária	SE-521	521
- Seção de Comércio Externo	SE-522	522
- Seção de Política Financeira e Fiscal	SE-523	523
- <u>Divisão de Ciência e Tecnologia e Programas Especiais</u>	<u>DV-53</u>	<u>530</u>
- Seção de Ciência e Tecnologia	SE-531	531
- Seção de Programas Especiais	SE-532	532
- <u>Divisão de Infra-Estrutura</u>	<u>DV-54</u>	<u>540</u>

CONFIDENCIAL

Figura 17. Quadro de abreviaturas dos órgãos integrantes da Agência Central. Fonte: ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 48.

É importante destacar que essa divisão não é fixa, mas varia de acordo com os eventos que interessam às seções. Por exemplo, um informe sobre uma determinada atividade sindical, como uma greve ou um encontro, poderia ser de interesse para as seções de Organizações Ideológicas, Atividades Subversivas, de Infiltração, de Acompanhamento e de Política Orçamentária, e, portanto, circular (ou ser apreciado) por

cada uma delas. Além disso, o Ministério do Trabalho e Emprego contava com uma DSI e AESI atuantes dentro do órgão.

Todos os registros localizados são chamados de ACE - Arquivo Cronológico de Entrada. De acordo com Ishaq; Franco; Sousa (2012, p. 60),

[...] o ACE era constituído por documentos pertinentes a um mesmo assunto, pessoa, entidade ou fato, produzidos ou recebidos pelo SNI, reunidos em um mesmo dossiê. Foi adotado obrigatoriamente por todas as agências do órgão, representando uma unidade de arquivamento para fins arquivísticos. [...] A crítica estabelecida para o sistema impunha que o documento principal do ACE a ser implantado possuísse, obrigatoriamente, os seguintes dados: indicativo numérico; nome ou sigla do órgão de origem; data de elaboração; assunto e difusão.

Dentro dos ACEs relacionados aos sindicatos urbanos, foram identificados diferentes tipos de registros, tais como o informe¹⁷², a informação¹⁷³ e o juízo sintético¹⁷⁴. Embora os documentos produzidos pela repressão apresentem algumas variações em termos de tipologia, em geral, no que diz respeito aos sindicatos, a intenção dos órgãos de inteligência ao criar e disseminar esses documentos era manter a classe trabalhadora sob vigilância.

¹⁷² De acordo com Soares (2020), esse conjunto de registros consiste em uma variedade de documentos, sendo os prontuários individuais uma parte destacada. Além disso, há recortes de jornais contendo entrevistas e/ou reportagens sobre políticos e suas ações, fichas de registro dos vigiados e outros documentos informativos sobre atividades e posicionamentos políticos. Esses documentos podiam ser extensos em termos de quantidade de páginas, anexos e informações em geral, indicando que eram utilizados para arquivar prontuários e todos os documentos relevantes relacionados a um determinado indivíduo. Em sua maioria, esses registros começam com a expressão “consta que” e apresentam discussões sobre um estado de dúvida em relação a algo ou alguém.

¹⁷³ “Conforme entendimento da Escola Nacional de Informações (EsNI) expresso em uma apostila para a formação de agentes de informação, datada de 1972, definiu-se informação como o conhecimento objetivo sobre qualquer ato ou fato, elaborado com um determinado fim. Fonte do verbete: Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília, Série Legislação, normas e procedimentos. BRANBSB AA1. LGS. 005.” (ISHAQ; FRANCO; SOUZA. 2012, p. 177).

¹⁷⁴ Conforme Fico (2001), o tipo de documento conhecido como ficha e juízo sintético foi amplamente utilizado pela comunidade de inteligência, especialmente durante a década de 1970. O juízo sintético tinha como objetivo fornecer uma avaliação geral do cidadão em questão. Portanto, esse documento explicitava a posição ideológica do investigado, sua postura em relação à “revolução de 1964” e possíveis atividades consideradas subversivas.

Um ACE possui uma série de códigos que tentamos interpretar com base no trabalho de Ishaq; Franco; Sousa (2012).

[illegible]

Figura 18. Capa total de um ACE. Quadros e decodificações elaborados pelo autor.

Diagrama de uma etiqueta de arquivo com os seguintes campos:

- ARE
- ACE
- CNF
- 7304/86
- 1/1

Uma seta aponta de ARE para a explicação:

- ARE - Agência Recife
- ACE - Arquivo Cronológico de Entrada

Figura 19. Página inicial de um arquivo .pdf de um ACE. Quadro e decodificação elaborada pelo autor.

Após discutir os arquivos da repressão, o Fundo SNI – Agência Recife e suas características gerais, passaremos agora a analisar a presença de sindicatos urbanos e líderes sindicalistas documentação que examinamos.

3.3. Sindicatos vigiados

Durante o período da ditadura militar, o Serviço Nacional de Informações (SNI) tinha como seu objetivo primordial manter a manutenção do controle e a estabilidade política do país. Nesse contexto, os sindicatos eram considerados alvos de grande interesse pelos órgãos de inteligência devido ao seu potencial que tinham de mobilizar os trabalhadores. Os sindicatos eram encarados como possíveis focos de resistência ao regime e locais de organização de atividades que eram vistas como subversivas. Eles desempenhavam um papel crucial na defesa dos direitos dos trabalhadores e na busca por melhores condições de trabalho, o que poderia gerar insatisfação e questionamentos ao governo autoritário.

Ao vigiar os sindicatos, o SNI tinha o objetivo de monitorar e controlar as atividades e lideranças sindicais, identificar possíveis influências ideológicas que fossem contrárias aos interesses do regime e antecipar movimentos grevistas ou ações de protesto que pudessem surgir. Essa vigilância tinha como propósito prevenir ou neutralizar possíveis ameaças à estabilidade política e social, garantindo a manutenção do controle do Estado e evitando o fortalecimento de movimentos de resistência. Portanto, a importância de vigiar os sindicatos residia na necessidade do regime de monitorar e controlar qualquer forma de oposição, especialmente aquelas que poderiam mobilizar um grande número de trabalhadores e questionar a ordem estabelecida pelo governo militar.

3.3.1. O caso da Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB)

Iniciamos a Introdução desta pesquisa com o caso do Sr. Abval. Conforme a Informação nº: 104/79¹⁷⁵ que examinamos, Abval Vilar Ramos, que auxiliar administrativo na Companhia de Eletricidade da Borborema¹⁷⁶ (CELB) e também um ex-combatente da Força Expedicionária Brasileira (FEB), teria ameaçado a diretoria da CELB com a possibilidade de uma greve, a menos que fosse concedido um aumento

¹⁷⁵ ARE_ ACE_376_96. Fundo SNI – Agência Recife.

¹⁷⁶ Durante a gestão do prefeito William Arruda, foi estabelecida a Companhia de Eletricidade da Borborema (CELB) em 3 de setembro de 1966, absorvendo os ativos pertencentes ao Departamento Autônomo dos Serviços Elétricos (DASEC), criado também durante a administração de Arruda no início de seu mandato. No governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorreram as controversas privatizações, e a CELB acabou sendo vendida pelo então prefeito Cássio Cunha Lima em um evento realizado na sede da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Informações retiradas do site <http://cgretalhos.blogspot.com/2009/10/celb.html>. Acesso em junho de 2023.

salarial ou um abono de 15% para os funcionários da empresa e para os associados do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado da Paraíba¹⁷⁷, do qual ele era presidente. De acordo com o documento, o Sr. Abval Vilar Ramos, filho de Elias Travassos Ramos e Dalila Vilar Ramos, teria procurado pessoalmente o gabinete do diretor da CELB, Sr. Edvan Pereira Leite, para solicitar o aumento salarial. No entanto, o diretor argumentou que não seria possível conceder esse aumento. Abval mencionou, então, que convocaria uma assembleia, mas não obteve o apoio da classe. Além disso, o documento informa que o Sr. Abval passava a maior parte do tempo no Sindicato¹⁷⁸, onde criticava a política econômica do Governo Federal. O informante, quando esteve em Campina Grande, afirmou ter testemunhado essas críticas.

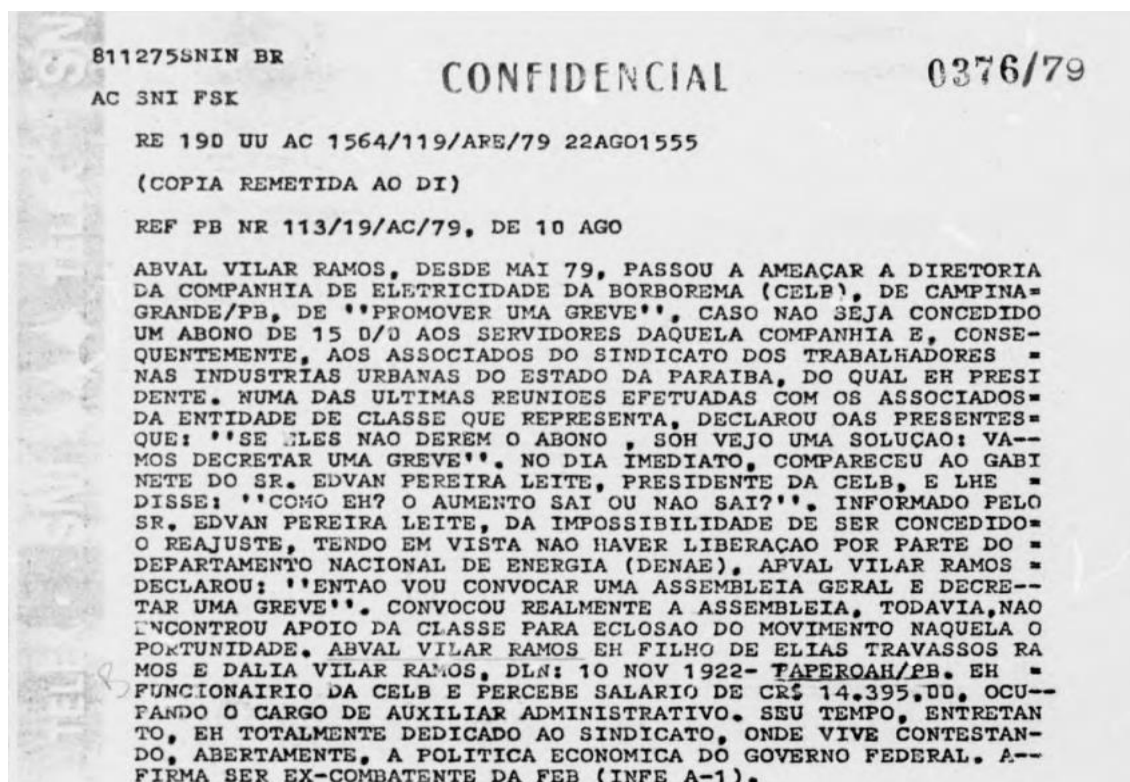


Figura 20. Ameaça de greve no setor energético. Fonte: ARE_ACE_379_96. Fundo SNI – Agência Recife.

¹⁷⁷ O Sindicato dos Urbanitários da Paraíba foi fundado em 1952. Até o momento, não conseguimos localizar pesquisas ou estudos acadêmicos que abordem especificamente a atuação do Sindicato dos Urbanitários da Paraíba durante o período da ditadura. No entanto, informações mais detalhadas sobre sua fundação e pautas podem ser obtidas no website oficial do Sindicato, disponível em https://www.stiupb.com.br/pagina_inicial.html. Recomenda-se consultar esse recurso para obter acesso a dados e registros atualizados. Acesso em junho de 2023.



Figura 21. A CELB em 1982. Disponível em: <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/09/nos-tempos-da-celb-1982.html>. Acesso em junho de 2023.

A situação na segunda metade da década de 1970 foi muito significativa na Paraíba, bem como em todo o Brasil. Em 1979, as oposições sindicais começaram a se manifestar de forma mais concreta, desafiando o sindicalismo estabelecido. A partir de 1975, militantes da Igreja Católica envolveram-se em um trabalho de base que se tornou mais intenso com a criação da Pastoral Operária no ano seguinte. Os primeiros lugares onde as oposições ligadas ao movimento chamado de *novo sindicalismo* ganharam posições de liderança foram a AMPEP e o Sindicato dos Têxteis, como explicamos no capítulo anterior.

No âmbito universitário, houve uma reorganização das entidades estudantis, resultando na recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1979, na cidade de Salvador. Na Paraíba, as comemorações dos 10 anos da morte do estudante Edson Luís tiveram um impacto significativo. No segmento docente, surgiu em 1978 a Associação Docente na UFPB, como também já abordamos no capítulo anterior. Nesse período, o Movimento Feminista pela Anistia (MFPA) emergiu na Paraíba como parte de uma articulação nacional em defesa dos presos e exilados políticos. Esse movimento, junto com a seção paraibana do jornal *O Trabalho*, teve um papel proeminente na luta pela libertação dos detentos de Itamaracá, onde alguns paraibanos estavam presos. Posteriormente, esse papel foi assumido pelo Comitê Brasileiro de Anistia, estabelecido na Paraíba no início de 1979. Ainda em 1979, também foi fundado o Centro da Mulher

em João Pessoa, no contexto da luta pelos direitos das mulheres, que posteriormente, em 1980, passou a ser chamado de Grupo Feminista Maria Mulher.

Conforme o Relatório Final da CEV-PB (2017), em maio de 1979, o jornal *Correio da Paraíba* informou que o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Paraíba (DCE-UFPB) expressou seu apoio à greve dos professores secundaristas, sendo o primeiro setor da sociedade civil a demonstrar apoio aos professores. Durante esse ano, os estudantes também se envolveram na luta pela Anistia e na reestruturação da União Nacional dos Estudantes. O movimento em prol da Anistia recebeu apoio por meio de um ato público realizado no pátio da Igreja de São Francisco, em João Pessoa, organizado pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Comitê Brasileiro pela Anistia, DCE-UFPB e Movimento Feminino pela Anistia.

Neste mesmo ano, Figueiredo assinou a Lei da Anistia¹⁷⁹. A Lei de Anistia representou uma conquista da sociedade civil e das oposições que se organizaram e uniram em todo o país. No entanto, como mencionado por Maria Paula Araújo Nascimento (2007, p.346), “a Lei de Anistia de 1979 pode ser vista como um dos pilares da solução negociada que, em 1985, encerrou o ciclo do regime militar”. Dessa forma, a maneira como a Lei de Anistia foi promulgada pelo governo militar é mais um exemplo das práticas de conciliação “pelo alto”, que caracterizaram a ditadura militar brasileira¹⁸⁰.

É nesse contexto, portanto, de abertura política¹⁸¹, que se localiza a informação sobre o Sr. Abval. Infelizmente, não encontramos nas fontes secundárias (os relatórios

¹⁷⁹ Lei Nº 6.683. “Entre presos, cassados, banidos, exilados ou simplesmente destituídos dos seus empregos, a Lei da Anistia beneficiou 4.650 pessoas. Havia então 52 presos políticos, dos quais 17 foram imediatamente libertados e 35 permaneceram à espera de uma análise de seus processos.”. (CNV, 2014, p.106-107, v.1). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm Acesso: dezembro de 2018.

¹⁸⁰ Por um lado, o governo estava respondendo às pressões de setores da sociedade civil e do campo político, especialmente, que ansiavam pelo retorno dos exilados políticos. Por outro lado, a anistia foi efetuada nos termos estabelecidos pelos militares, ou seja, tanto os torturados e perseguidos quanto seus algozes foram anistiados. Além disso, houve casos em que a anistia não foi permitida, especialmente nos chamados “crimes de sangue”, referentes a indivíduos presos por sua participação na luta armada.

¹⁸¹ O documento ARE_ ACE_557_79 informa sobre as principais pautas e reuniões do Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção de João Pessoa/PB (CBA/JP), realizadas na cidade. As informações referentes à sindicatos são que representantes do Sindicato Rural de Pedras de Fogo, na Paraíba, bem como o arcebispo D. José Maria Pires e o advogado Wanderley Caixe, participaram de debates sobre a “luta dos agricultores de Coqueiro e Cachorrinho” e do “Problema da terra paraibana”, realizados pela CBA/JP no dia 04 de abril de 1979 na sede do Diretório Central dos Estudantes da UFPB (DCE/UFPB). Também a Seção de Campina Grande foi vigiada, conforme o ARE_ ACE_609_79. O documento informa sobre as principais pautas e reuniões do Comitê Brasileiro pela Anistia – Seção de Campina Grande/PB (CBA/CG), realizadas na cidade. As informações referentes à sindicatos são que, no anexo do documento, há uma fotografia tirada na solenidade de lançamento do livro “A Sentença – Caso Herzog”, em que se fotografa 4 pessoas, dentre elas o Presidente do Sindicato de Professores Universitários de Campina Grande/PB, Antonio Augusto de Souza Brito. Sobre a campanha da anistia no estado da Paraíba e a vigilância do SNI, ver NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “A vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a Campanha da Anistia

das Comissões Estadual e Municipal da Verdade), nem mesmo em produções acadêmicas, quaisquer menções ao Abval. Por outro lado, a CELB, Companhia na qual o mesmo trabalhava, é mencionada em alguns momentos no Relatório Final da CEV-PB. De acordo com o Relatório, Jorge de Aguiar Leite e Hélio do Nascimento Melo, foram ambos demitidos da Companhia de Eletricidade da Borborema – CELB.

Conforme o Relatório, o anistiado político Jorge de Aguiar Leite, que compartilhou seu testemunho durante a audiência pública realizada em 7 de agosto de 2013, relatou a existência de “Granjas do Horror” em Campina Grande durante o período do regime militar¹⁸². Jorge, também conhecido como “Jorjão” no meio militante, esteve envolvido no movimento secundarista antes do golpe militar, ocupando inicialmente a secretaria e depois a vice-presidência do Centro Estudantil Campinense durante a gestão do presidente Derly Pereira. Em 1969, devido à sua participação nas manifestações estudantis de 1968, teve sua matrícula suspensa no curso de Economia na Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande. Em 12 de janeiro de 1973, portanto, cerca de seis anos antes do documento sobre Abval, numa sexta-feira, Jorjão foi detido. Ele estava em seu local de trabalho, na CELB, quando foi capturado por soldados do Exército e levado para uma propriedade e sujeito a intensas sessões de tortura física e psicológica na chamada “Granja do Terror”, que foi disponibilizada pelo empresário campinense Manuelito Bezerra, um comerciante de armas, localizada no Sítio Cuités, no município de Campina Grande. Além disso, outros militantes da região de Campina Grande também estavam detidos na Granja do Terror, onde foram submetidos a práticas de tortura. Entre esses militantes estavam José Peba Pereira dos Santos (o “Peba”), que anteriormente tinha sido um militante comunista campinense, Manoel Alves de Oliveira (trazido de João Pessoa), Ratis (um funcionário do Banco do Brasil em Campina Grande), Ailton José de Araújo (um estudante de economia da UFPB e funcionário do Sindicato dos Comerciantes de Campina Grande), e José Bernardo (um estudante da UFPB).

Durante o período do regime militar, Jorjão auxiliou na ocultação de militantes pertencentes a diversas organizações clandestinas, provenientes de estados vizinhos, que estavam sendo perseguidos pelos órgãos de repressão.

na Paraíba (1978-1979)”. In. TOSI, Giuseppe.; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra.; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (Orgs.). **40 anos da anistia no Brasil: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. p. 147-176.

¹⁸² O horror vivido e relatado por Jorge Leite pode ser lido no próprio Relatório. Ver PARAÍBA. Comissão Estadual Da Verdade E Preservação Da Memória Do Estado Da Paraíba. **Relatório final**/ Paraíba. Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do estado da Paraíba; Paulo Giovani Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017, pp. 312-313.

É vasta a produção historiográfica acerca da aliança empresarial-militar. Empresários, tomados pelo sentimento anticomunista e buscando maior enriquecimento a partir da tomada do Estado, uniram-se aos militares no incentivo, promoção e financiamento de perseguição, tortura e execução aos chamados “subversivos” durante a ditadura militar. Dois dos casos mais famosos que temos são o do empresário Boilesen, discutido no primeiro capítulo, e o da Volkswagen¹⁸³. Outro exemplo notável desse contexto é a Operação Bandeirantes (OBAN), fortemente conectada ao DOI-CODI de São Paulo e reconhecida como um dos principais locais de tortura do país naquela época¹⁸⁴.

Outro ponto de discussão suscitado pela leitura do documento que abordamos do SNI diz respeito ao projeto de modernização da ditadura, uma vez que a cidade de Campina Grande foi muito beneficiada pelo empreendimento. Segundo Motta (2014), ao analisar o panorama geral, é evidente que o objetivo modernizador estava centrado na esfera econômica e administrativa, buscando crescimento econômico, aprimoramento do funcionalismo estatal e aceleração da industrialização. Em contrapartida, o projeto autoritário-conservador tinha a intenção de manter os segmentos subalternos excluídos e combater qualquer ideia ou agente de esquerda. Conclui-se, portanto, que o termo mais apropriado para descrever uma das características centrais da ditadura é “modernização autoritário-conservadora”, conforme proposto por Rodrigo Patto Sá Motta, pois engloba tanto a dimensão da violência e repressão como a dimensão da manutenção do *status quo* social. Isso não anula o reconhecimento de que processos de modernização semelhantes já ocorreram em outros momentos da história do Brasil, mas ressalta que, durante a ditadura, esse processo estava inserido em uma estrutura mais ampla de aceitação e

¹⁸³ Para um trabalho recente sobre esse caso, consultar o Relatório Conjunto entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público do Estado de São Paulo. Ver BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Direitos Humanos, Empresas e Justiça de Transição: O Papel da Volkswagen do Brasil na Repressão Política Durante a Ditadura Militar**: relatório conjunto. São Paulo: S.I., 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/relatorio-direitos-humanos-empresas-e-justica-de-transicao-o-papel-da-volkswagen-na-repressao-politica-durante-a-ditadura-militar>. Acesso em junho de 2023.

¹⁸⁴ Para compreender historicamente as interações entre empreiteiras e o Estado brasileiro, ver CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014. Houve também casos de empreiteiros que foram perseguidos pela ditadura militar. Essas situações podem ser interpretadas em termos da rivalidade entre grupos empresariais, onde certas empresas foram perseguidas e punidas, enquanto outras, que faziam parte do Estado e do acordo político pós-1964, foram favorecidas por essas ações de coerção. Acerca disso, ver CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. Empresas e ditadura, o outro lado: Os grupos econômicos perseguidos pelo regime civil-militar brasileiro: O caso das empreiteiras. **Varia História**, 39(79), jan-abr. 2023. <https://doi.org/10.1590/0104-87752023000100006>.

legitimação do regime, através da chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

3.3.2. A vigilância sobre o Sindicato dos Bancários na Paraíba

Acerca da mobilização dos bancários no contexto do *novo sindicalismo*, em sua Tese de Doutorado intitulada *O sindicalismo novo dos bancários na reestruturação financeira dos anos noventa no brasil*¹⁸⁵, Junckes (2004) argumenta que os líderes e administradores dessas grandes instituições, no contexto 1964 a 1977, além de darem feições assistencialistas às instituições, tornaram-se habilidosos em manipular as regras eleitorais que os mantinham em seus cargos, o que os transformava em fervorosos defensores das políticas governamentais, na esperança de serem indicados para algum cargo no Ministério do Trabalho - MTb ou de realizar cursos financiados pela Agência Central de Inteligência Americana no American Institute for Free Labor Development (AIFLD), como revelado em uma extensa lista apresentada por Dreifuss (1981, p. 707). Além da indicação para o MTb ou para cursos no exterior, buscava-se especialmente uma nomeação prestigiosa para o cargo bem remunerado de juiz classista em algum tribunal trabalhista em suas várias instâncias. Essas esperanças muitas vezes eram confirmadas pelos líderes das federações e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito – CONTEC para o cargo de juiz classista no Tribunal Superior do Trabalho - TST.

Enquanto os grupos colaboracionistas eram favorecidos, várias categorias profissionais no país secretamente abrigavam tendências sindicais de resistência e contestação ao regime vigente. Os grupos de oposição intensificaram a reorganização sindical e a resistência à ditadura civil-militar após uma grande manifestação contra o regime, que ocorreu durante as significativas eleições parlamentares de 1974, quando o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) obteve uma votação expressiva. Entre os bancários, um movimento organizado pela oposição dos bancários de São Paulo propôs a autonomia do sindicato em relação aos empregadores e ao Estado, e fez esforços intensos para a formação de comissões sindicais de base. No meio de 1977, o lançamento

¹⁸⁵ JUNCKES, Ivan Jairo. **O sindicalismo novo dos bancários na reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

do Movimento Bancário de Transformação do Sindicato simbolicamente marcou o ressurgimento público da combatividade organizada dentro da categoria.

Conforme Rocha (2013), no segundo semestre de 1978, a Oposição Bancária de São Paulo assumiu a liderança da campanha salarial e conduziu uma greve exigindo um aumento salarial de 65% e a desvinculação do salário mínimo e do piso salarial da categoria. Durante essa greve, os líderes sindicais bancários, inspirados pelas táticas de mobilização dos trabalhadores metalúrgicos nas fábricas, orientaram os grevistas a permanecerem dentro das agências; no entanto, essa abordagem revelou-se inviável no setor financeiro. Devido à falta de recursos adequados de comunicação, a Oposição não conseguiu redirecionar os grevistas para saírem dos locais de trabalho, nem agregar aqueles que já haviam deixado as agências. Os primeiros grevistas tornaram-se alvos de várias formas de coerção por parte dos empregadores, enquanto aqueles que se dirigiram ao sindicato ou outros locais de concentração foram sujeitos a uma intensa repressão policial.

De acordo com Blass (1992), antes da fundação da CUT, cerca de 138 categorias profissionais no país, incluindo os bancários, estavam se preparando para uma greve geral em resposta a uma série de pacotes econômicos implementados pelo Governo Federal. Em resposta à mobilização dos trabalhadores, o Ministério do Trabalho (MTb) interveio no Sindicato dos Bancários de São Paulo um dia antes do início da greve, resultando na prisão de sete de seus líderes, que foram indiciados de acordo com a Lei de Greve¹⁸⁶. Essa intervenção, ainda conforme a autora, frustrou a participação dos bancários na greve, prejudicou as mobilizações subsequentes, e a campanha salarial de 1983 foi encerrada com o julgamento do dissídio coletivo sem a devida representação da categoria, embora com a presença dos líderes da Federação dos Bancários de São Paulo, ligada à CONTEC.

A necessidade da rearticulação nacional da categoria, a organização crescente das oposições sindicais bancárias e as conquistas das diretorias dos sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre proporcionaram o surgimento de um campo político que, em 1981, integrou a Comissão pró-CUT e firmou-se como oposição orgânica à CONTEC e suas federações de bancários. A reação da CONTEC à formação pró-CUT foi o apego

¹⁸⁶ Aprovada pelo Congresso e sancionada pelo general presidente Castelo Branco, a Lei nº 4.330, também conhecida como Lei Antigreve, estabeleceu uma série de requisitos que tornaram praticamente inviáveis as paralisações dos trabalhadores. Segundo o texto da lei, uma greve só poderia ser realizada após a aprovação por votação secreta de dois terços da categoria, em dois turnos, com um intervalo de um mês entre eles. Essas exigências tornaram extremamente difícil a realização de greves. A lei pode ser lida em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14330.htm. Acesso em junho de 2023.

à ordem corporativista, com o apelo às questões legalistas pontuais e a reprodução de argumentos superficiais contra o movimento emergente, estampados em diversos boletins dos sindicatos ligados à confederação.

Além do histórico I Encontro Nacional de Oposições Sindicais Bancárias, os bancários dos principais sindicatos do país, alguns como diretorias, outros como oposição, foram presença expressiva nos encontros da Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais – ANAMPOS e no Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical – ENTOES, ambos realizados em 1980. No ano seguinte realizou-se a primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), o maior e mais expressivo evento sindical desde os anos 60, com 5.036 delegados de 1.091 entidades de todo o país. Dois anos mais tarde, em agosto de 1983, foi fundada a Central Única dos Trabalhadores – CUT, com a decisiva participação em sua direção de alguns sindicatos e oposições sindicais bancárias, assim como nos eventos preparatórios da fundação.

Para Blass (1992), a campanha salarial de 1985 é amplamente considerada a mais desafiadora já realizada pelos bancários e ainda é lembrada pelos militantes da categoria até hoje, principalmente por marcar o retorno das grandes mobilizações e por reivindicar reajustes salariais trimestrais. Os preparativos para a greve foram impulsionados pelo crescimento das mobilizações nos anos anteriores, pelo fortalecimento de diversas oposições sindicais bancárias e por inúmeros protestos e greves em várias categorias profissionais. No entanto, as duas grandes greves ocorridas no primeiro semestre - dos correios e dos metalúrgicos - foram politicamente isoladas pelo governo da Nova República, resultando em desgaste considerável para as lideranças dessas categorias.

Com cautela, os bancários divulgaram dossiês contra os bancos, buscaram apoio dos candidatos a prefeito nas capitais e realizaram uma grande passeata em São Paulo, que contou com a participação de trinta mil bancários, motivando os setores mais relutantes da categoria. A partir de 11 de setembro de 1985, os bancários deflagraram a primeira greve nacional da categoria desde 1964, em doze capitais e várias outras cidades. As paralisações foram sustentadas pelas “comissões de esclarecimento”, que se reuniam em frente às agências bancárias com dezenas, e, às vezes, centenas de grevistas. Essas comissões conquistaram o apoio da população e dos clientes, além de impedirem a entrada de funcionários e o funcionamento normal das agências.

De acordo com Junckes (2004), aproveitando a onda de greves que ocorreram em várias categorias no início de 1987, os líderes bancários afiliados à CUT iniciaram uma

mobilização intensa, valendo-se do forte descontentamento dos funcionários do Banco do Brasil (BB). De forma progressiva e heterogênea, a reivindicação de um aumento salarial de 100% levou à paralisação dos bancários em todas as instituições financeiras. Durante nove dias tensos em março, foram realizadas grandes passeatas e manifestações públicas que interromperam o centro urbano e receberam amplo apoio popular. Esse apoio foi demonstrado por meio de chuvas de papel picado, faixas e cartazes de apoio, além da contribuição financeira na campanha de arrecadação de fundos, realizada para enfrentar as dificuldades financeiras decorrentes das greves anteriores.

É nessa conjuntura de reorganização do movimento sindical no contexto da década de 1980 que nossas fontes estão situadas. Dentro da documentação do Fundo SNI – Agência Recife, é muito comum encontrarmos “Prontuários”. Os prontuários eram arquivos que continham informações detalhadas e sigilosas sobre indivíduos considerados suspeitos, dissidentes políticos, ativistas, sindicalistas e outros indivíduos que eram alvo de vigilância e monitoramento por parte do SNI. Esses prontuários eram elaborados a partir de uma ampla coleta de informações, que incluíam dados pessoais, registros de atividades políticas, ideológicas e sociais, relatos de encontros, observações de comportamento e qualquer outra informação considerada relevante pelas autoridades de segurança. Esses documentos tinham como objetivo principal fornecer um histórico detalhado das atividades e associações dos indivíduos, com o intuito de facilitar o controle e a repressão por parte do regime. O documento ARE_ACE_843/80 é um “Prontuário” e contém dados de identificação sobre Luiz Hugo Guimarães.

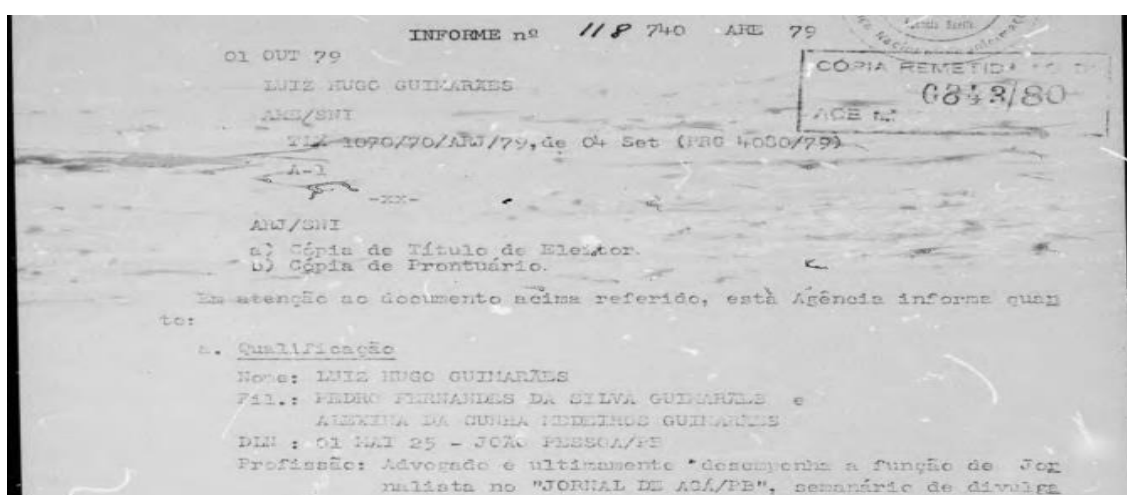


Figura 22. Prontuário de Luiz Hugo Guimarães. Fonte: ARE_ACE_843/80. Fundo SNI – Agência Recife.

Inicialmente, o documento aborda a sua “Qualificação”. Luiz Hugo Guimarães é filho de Pedro Fernandes da Silva Guimarães e Alexina da Cunha Medeiros Guimarães. Nascido em 1 de maio de 1925, em João Pessoa, é advogado e jornalista no Jornal do Agá, da Paraíba, semanário de divulgação dos acontecimentos sociais, políticos e empresariais. Em seguida, consta seus “Antecedentes”. Antes de 1964, Luiz foi presidente do CGT/PB e presidia reuniões para tratar de assunto subversivo. Como ex-presidente do Sindicato dos Bancários/PB foi considerado como um dos intérpretes mais atuantes da classe. Frequentou reunião da Frente de Mobilização Popular (FMP) planejando a execução de um comício que seria realizado em 05 de abril de 1964, em João Pessoa, com participação do ex-Governador Leonel de Moura Brizola. Luiz Guimarães foi denunciado por integrar o “Grupo dos Onze”, mas em nada resultou a denúncia. Vindo o AI-1, o mesmo foi demitido do cargo de Professor Catedrático Interino da Faculdade de Ciências Econômicas (UFPB), mas continuou como funcionário do Banco do Brasil, sendo apenas transferido para a Agência de Porto Velho, em Rondônia. Em 1979, com o AI-10, Luiz foi aposentado com os proventos proporcionais ao tempo de efetivo serviço no BB.

ATENÇÃO:
O original deste documento (com 6 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível a leitura completa no original nem na microficha.

Nome: PEDRO FERNANDES DA SILVA GUIMARÃES e ALEXINA DA CUNHA MEDEIROS GUIMARÃES
Qualificação: JORNALISTA
Endereço: JOÃO PESSOA/PB
Observações: 1-05-75 JOÃO PESSOA/PB

HABITOS
(atualização permanente)

EXTRATO DO PRONTUÁRIO

DATA	FONTE E CLASSIFICAÇÃO	REF. ARQ.	HISTÓRICO
1962	12ª R.1 OF. 011-72	PASTA Nº 06 Fl. 205	De uma relação de funcionários federais e estaduais envolvidos em agitação subversiva, consta: LUIZ HUGO GUIMARÃES, funcionário do Banco do Brasil e Presidente do Sindicato dos Bancários da Paraíba, jornalista de O NORDE. Esteve em CDE.
1962	12ª R.1 R.E.	PASTA Nº 06 Fl. 172 1-009/65 Fl. 051	No dia 29 Abr 62, em RIO TINTO/PB, teve início a concentração dos Sindicatos de Pernambuco. Participaram da concentração Dr. SÉLVIO FARIAS, Representante do Dep. JOSÉ JOFFLY, LUIZ HUGO GUIMARÃES, ASSIS LEAL, Presidente da Federação dos Bancários e outros. Durante os trabalhos foi votada uma moção para que fosse enviada ao Presidente da República, ao Ministro da Guerra e ao Supremo Tribunal, telegramas pedindo a intervenção feita pelo Exército na cidade de BARRA/PB, visando a fim de objetos de uso particular, revistas, jornais, etc. Foi tomada também a decisão de enviar as telegramas ao Presidente do Supremo Tribunal e ao Ministro da Guerra para que fossem encaminhados ao Presidente da República.

Figura 23. Prontuário de Luiz Hugo Guimarães. Fonte: ARE_ ACE_843/80. Fundo SNI – Agência Recife

O documento prossegue com “Anexos”, que incluem a cópia do título de eleitor e uma cópia/extrato deste Prontuário, bem como um “Histórico” (1965 – 1979) das principais denúncias feitas a ele, em sua maioria, envolvimento e/ou liderança em movimentos “subversivos”. Como já discutimos no segundo capítulo desta Dissertação, Luiz Hugo Guimarães foi um influente líder sindical no estado da Paraíba. Além de atuar no campo trabalhista, era também professor na Universidade Federal da Paraíba, sendo demitido por meio do decreto nº 53.897¹⁸⁷.



Figura 24. Luiz Hugo Guimarães tomou posse pela primeira vez como Presidente do Sindicato dos Bancários da Paraíba em uma cerimônia realizada no salão nobre do Clube Astréa. Durante a posse, ele foi saudado pelo tribuno Antônio Bôto de Menezes. Na mesa de honra estavam presentes o representante do Prefeito, o Delegado do Trabalho Luiz Medeiros, o Coronel Ramalho, representando o Governador José Américo de Almeida, Luiz Hugo, o vereador José Clementino e José Martiniano, delegado do IAPB. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Disponível em: https://www.ihgp.net/luizhugo/fotos_no_movimento_sindical.php. Acesso em junho de 2023.

¹⁸⁷ O Presidente Castelo Branco estabeleceu a Comissão Geral de Investigação (CGI) através do decreto 53.897, datado de 27 de abril de 1964. O objetivo da CGI era realizar investigações rápidas, conforme mencionado no artigo 7º do AI-1 (BRASIL, 1964). O mencionado decreto estabelecia tanto a CGI quanto as Comissões de Investigação Sumária nos estados. O artigo do AI- 1 tratava da revogação e suspensão das garantias constitucionais ou legais de funcionários públicos que tivessem cometido atos contra a segurança do país, o regime democrático e a integridade da Administração Pública (BRASIL, 1964, p.4). O decreto está disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53897-27-abril-1964-394234-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Regulamenta%20os%20artigos%207%C2%BA%20e,Art>. Acesso em junho de 2023.



Figura 25. Luiz Guimarães com o Presidente João Goulart, de quem foi Assessor Sindical. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP). Disponível em: https://www.ihgp.net/luizhugo/fotos_no_movimento_sindical.php. Acesso em junho de 2023.

Luiz Hugo Guimarães foi também presidente do CGT/PB e teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1) em 9 de abril de 1964. Ele foi destituído da presidência do Sindicato dos Bancários, preso e enviado para a Ilha de Fernando de Noronha em 29 de abril de 1964, sendo posteriormente solto em junho do mesmo ano. Após sua libertação, foi transferido de sua agência no Banco do Brasil para outra localizada em Rondônia, e em 1970, foi aposentado com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Além disso, Luiz Hugo foi demitido de seu emprego como professor catedrático interino na Universidade da Paraíba, conforme descrito no decreto assinado pelo Presidente da República, General Castelo Branco, publicado no Diário Oficial da União em 28 de setembro de 1964¹⁸⁸.

Não apenas o líder sindicalista Luiz Hugo, mas vários outros indivíduos foram fichados pelos agentes repressores. Como exemplo, podemos citar o caso do Francisco Derly Pereira. Conforme o relatório final da CEV-PB (2017), Derly Pereira, que fazia parte do Sindicato dos Bancários e trabalhava no Banco do Nordeste, foi alvo de

¹⁸⁸ Enquanto esteve preso no 15º Batalhão de Infantaria, Luiz Hugo Guimarães passou a fazer um diário resumido de tudo que vinha ocorrendo. Esse material, construído ao longo de todo o período ditatorial, foi reunido e publicado em livro. Ver GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Recordações da ilha maldita**. João Pessoa: FUNESC, 2002.

perseguição e detido após o golpe civil-militar. Em seu testemunho, ele explicou que, logo após sua prisão, foi demitido, porém, posteriormente, readmitido, uma vez que o banco aguardava orientações do comando militar. Além disso, ele ressaltou que, durante seu período de detenção, ficou completamente incomunicável, sem qualquer possibilidade de estabelecer contato com o mundo exterior.

No caso dos bancários mencionados acima, evidencia-se uma notável colaboração por parte dos bancos públicos e privados com o regime ditatorial. Eles tomaram ações, como transferir esses funcionários para locais distantes e até mesmo impor investigações internas, com o intuito de rotulá-los como subversivos e comunistas, a fim de justificar punições e demissões. Essas medidas revelam uma clara conivência e participação dessas instituições financeiras no apoio às práticas repressivas do regime autoritário.

Retomando o caso de Derly, de acordo com o relatório da Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa (2021), através da Informação N° 122/15/ARE/8469, datada de 29 de maio de 1984, o Serviço Nacional de Informações (SNI), através de sua Agência Recife, comunicou que o Partido dos Trabalhadores da Paraíba (PT/PB) realizou, em 20 de março de 1984, em João Pessoa/PB, sua Convenção Regional. Durante o evento, foram eleitos o novo Diretório Regional, a Comissão Executiva Estadual e os Delegados para a Convenção Nacional do Partido, juntamente com seus respectivos Suplentes. Anteriormente, o Diretório era composto por 45 membros, mas a partir desse momento passou a ter apenas 27 diretorianos e 09 suplentes. No documento do SNI, eram explicitamente apresentados os nomes de todos os líderes do Partido dos Trabalhadores (PT) da Paraíba naquela época. O diretório era liderado pelo presidente Francisco Derly Pereira, seguido pelos 1º e 2º vice-presidentes, respectivamente, Manoel Alves de Oliveira e José Calistrato Cardoso Filho.



Figura 26. PT faz homenagem a Derly Pereira, em reconhecimento pela construção do partido no estado da Paraíba. Fonte: BANCÁRIOSPB. Disponível em: <https://bancariospb.com.br/pt-faz-homenagem-a-derly-pereira-e-fuba-lanca-livro/>. Acesso em junho de 2023.

No documento ARE_ACE_44392_84, somos informados sobre o Ato Público em Alagoa Grande, na Paraíba, em agosto de 1984, que ocorreu pela passagem do 1º aniversário da morte da sindicalista Margarida Maria Alves. No evento, o então líder sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva esteve presente. Especificamente em relação a Derly, o documento informa que ele, na época, era presidente do Diretório Regional do PT/PB e membro do Conselho Fiscal da CUT/PB (ver Figura 10).

O relatório da Comissão Municipal prossegue e traz que, em 27 de fevereiro de 1985, a Agência Recife do SNI produziu um outro documento intitulado “Atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) e do clero no meio sindical e dos trabalhadores”, focado nos quatro estados da sua área de atuação. Em relação à Paraíba, o SNI informou que, na cidade de João Pessoa/PB, o presidente do PT/PB faz parte da Comissão Executiva do Diretório Regional do PT/PB, e na CUT/PB, o presidente do Diretório Regional do PT/PB faz parte do Conselho Fiscal. Na zona rural, o clero “progressista”, liderado pelo Arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, vinha orientando e incitando os trabalhadores rurais envolvidos em questões fundiárias, contribuindo para a intensificação dos conflitos entre proprietários e trabalhadores rurais. O presidente do Sindicato dos Têxteis mencionado no relatório era Edvan da Silva, enquanto o presidente do PT já mencionado era Francisco Derly Pereira.

Ambos foram mencionados em outro documento da Agência Recife do SNI, datado de 9 de maio de 1985, intitulado “Comemorações alusivas ao ‘Dia do Trabalho’, em 1º de maio de 1985, nos estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte”. O documento relata que, em 1 de março de 1985, foi realizado em Bayeux/PB um Ato Público em comemoração ao Dia Universal do Trabalho, promovido pela CUT, Pastoral Operária da Arquidiocese da Paraíba, Comunidades Eclesiais de Base e Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMPEP), com a participação de aproximadamente mil pessoas. Entre os principais oradores estavam: Edvan da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de João Pessoa/PB e presidente da CUT/PB; Agamenon Vieira Santos, presidente da AMPEP; e Francisco Derly Pereira, presidente do PT/PB. As principais reivindicações foram: melhoria salarial, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, reforma agrária e Assembleia Nacional Constituinte.

Outro documento do Fundo SNI – Agência Recife é o ARE_ACE_7714_87, que trata da realização do II Congresso Estadual da Central Única dos Trabalhadores da Paraíba (II CECUT), em João Pessoa, entre os dias 1 e 3 de maio de 1987. O documento relata que os assuntos debatidos durante o evento foram: a conjuntura nacional, a dívida externa, a Reforma Agrária, a implantação da CUT em todas as cidades do estado e a saúde dos trabalhadores. Ao final do Congresso, foi eleita a nova Diretoria da CUT/PB, composta pelo presidente, José Raimundo de Andrade, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Pirpirituba/PB; vice-presidente, Edvan da Silva, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de João Pessoa/PB e militante do PT; o secretário-geral, Luiz Silva, STR de São Sebastião do Umbuzeiro/PB, a secretária de Formação, Maria da Penha do Nascimento Silva, do STR de Alagoa Grande/PB; o secretário de Política Sindical, Agamenon Vieira dos Santos, da Associação do Magistério Público/PB e militante do PT; pelo secretário rural, Nivaldo Albino da Silva, do STR de Caaporã/PB; pela secretária da Mulher, Genise Benedito; pela secretária da Imprensa, Jandira Silva; e pelo 1º Tesoureiro, Antonio Alves, 2º Tesoureira, Maria do Socorro Barbosa; e, no Conselho Fiscal, Antonio Batista.

Derly aparece na relação das pessoas identificadas no Congresso.

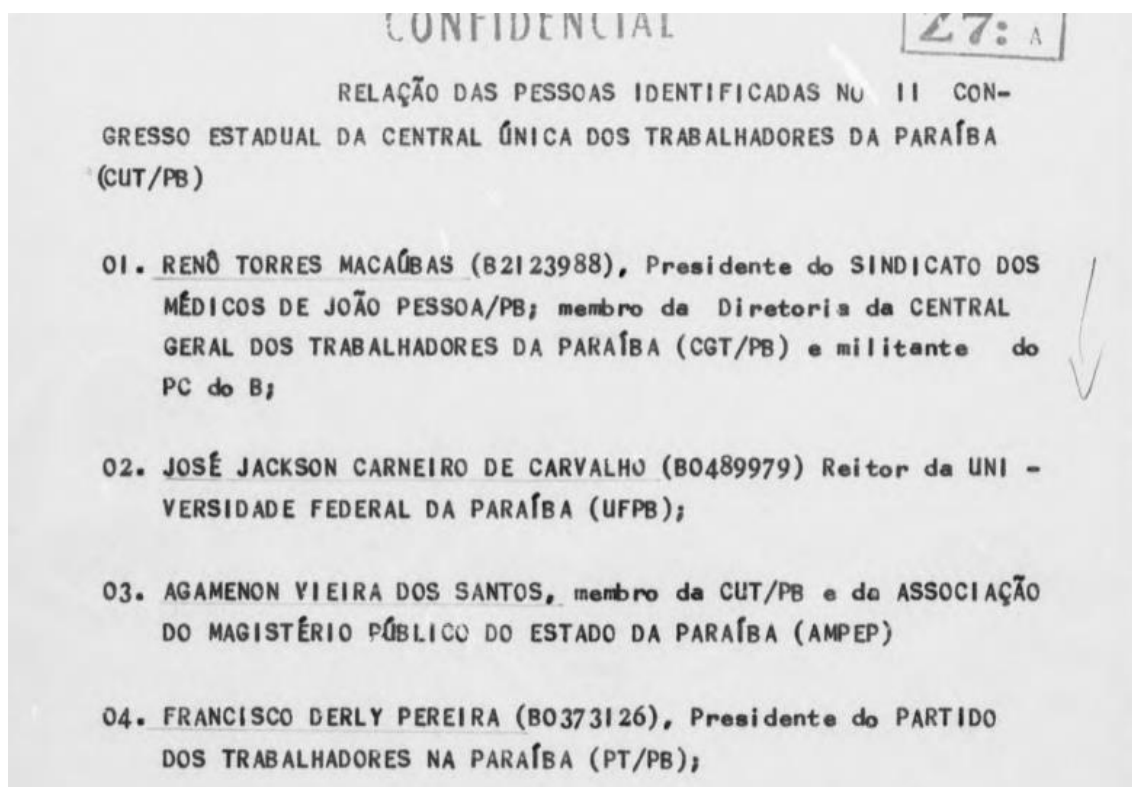


Figura 27. Relação das pessoas identificadas no II CECUT, na Paraíba. Fonte: ARE_ACE_7714_87. Fundo SNI – Agência Recife.

O Sindicato dos Bancários de João Pessoa foi excessivamente vigiado pelos agentes do Serviço. É o que parece comprovar tanta documentação (ou, pelo menos, as que chegou até nós) do Fundo SNI – Agência Recife, que não apenas revela que líderes eram fichados, como também mostra que diretorias compostas e encontros que as mesmas participavam eram vigiadas. De acordo com Oliveira (1994), o Sindicato dos Bancários da Paraíba possuía, na virada da década de 1970 para 1980, cerca de 5 mil membros.

O documento ARE_ACE_3386_82 trata da realização do I Encontro Interestadual de Bancários Anistiados do Nordeste. O encontro ocorreu em João Pessoa, na Paraíba, em 8 de maio de 1982, e foi realizado na sede do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba, também em João Pessoa. Segundo o documento, cerca de 20 pessoas participavam do evento, incluindo Fernando Vilar (presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba), Elísio Arimatéia Ribeiro (representante da classe bancária de Fortaleza, no Ceará) e Francisco Derly Pereira, mencionado como candidato a governador da Paraíba pelo PT.

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RECIFE



INFORMAÇÃO N.º 121,119 ARE 82

DATA: 28 MAI 82

ASSUNTO: I ENCONTRO INTERESTADUAL DE BANCÁRIOS ANISTIADOS DO NORDESTE - JOÃO PESSOA/PB

ORIGEM: ARE/SNI

REFERÊNCIA:

DIFUSÃO ANTERIOR:

DIFUSÃO: AC/SNI

ANEXO:

CÓPIA REMETIDA AO DI
ACE n.º 3336/82

1. No dia 08 MAI 82, realizou-se o I ENCONTRO INTERESTADUAL DE BANCÁRIOS ANISTIADOS DO NORDESTE, na sede do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DA PARAÍBA, em JOÃO PESSOA/PB.

2. Participaram do evento cerca de 20 (vinte) pessoas, dentre as quais foram identificadas as seguintes:

- FERNANDO VILAR, Presidente do SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DA PARAÍBA;
- ELÍSIO ARIMATEIA RIBEIRO, representante da classe bancária de FORTALEZA/CE; e
- FRANCISCO DERLY PEREIRA, candidato a Governador da PARAÍBA, pelo PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT).

Figura 28. I Encontro Interestadual de Bancários Anistiados do Nordeste – João Pessoa/PB. Fonte: ARE_ACE_3386_82. Fundo SNI – Agência Recife.

O documento também informa que o objetivo principal do Encontro foi elaborar um documento chamado “Carta de João Pessoa”, contendo as reivindicações da classe e o posicionamento destas nas questões daquela conjuntura política nacional. Uma delegação do Sindicato dos Bancários de Pernambuco e da Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte foi à Brasília em 26 de maio de 1982, onde participou, de 27 a 29 de maio de 1982, do Encontro Nacional dos Bancários Anistiados, promovido pela Confederação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTES). Por fim, o documento também apresenta as principais reivindicações dos representantes pernambucanos relacionadas à negação de créditos por parte do Banco do Brasil e do Nordeste aos funcionários beneficiados pela Lei da Anistia.

O documento ARE_ACE_6838_85, por sua vez, trata dos membros das diretorias de entidades sindicais de bancários nos estados da área. Além do nome da entidade, consta sua sede, o período de mandato da diretoria e a ligação com a subversão dos respectivos presidentes. No caso da Paraíba, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários (SEEB/PB) tinha sua sede na Avenida José Américo, 3100, João Pessoa, e sua

diretoria era composta por Fernando Vilar (presidente), Luiz Humberto de Azevedo Melo (secretário) e Lenir Real da Silva (tesoureiro). O mandato da diretoria teve início em 11 de novembro de 1982 e se encerrou em 11 de novembro de 1985¹⁸⁹.

O Sindicato de Campina Grande, na Paraíba, tinha sua sede na Rua Venâncio Neiva, 187, Campina Grande, e sua diretoria era composta por José Brandão Maracajá (presidente), Zulamar Ferreira da Silva (vice-presidente), José Neto Brasileiro (secretário) e Benedito Lia Fook (tesoureiro). O mandato teve início em 27 de janeiro e se encerrou em 27 de janeiro de 1986.

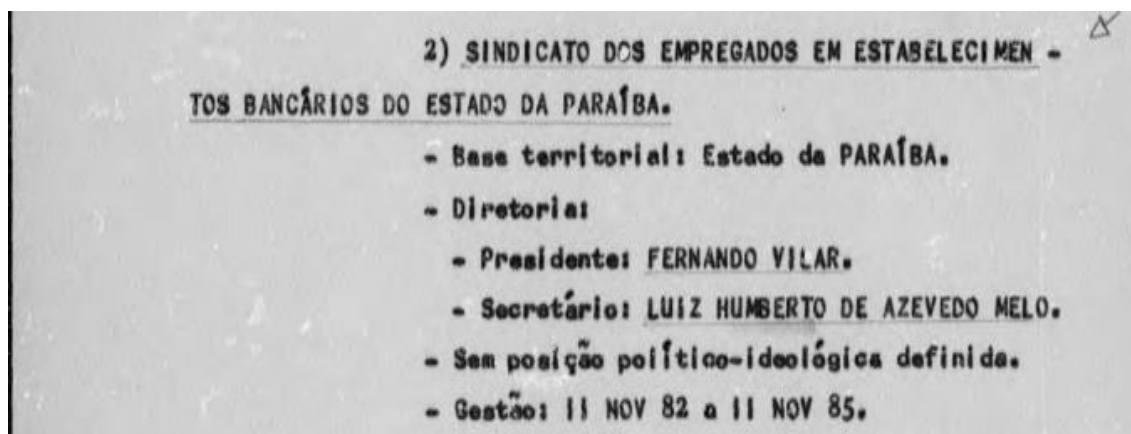


Figura 29. Diretoria do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado da Paraíba, sede João Pessoa/PB. Fonte: ARE_ACE_6838_85. Fundo SNI – Agência Recife.

Nas duas sedes, o agente informa que não havia uma posição político-ideológica definida. No entanto, no mesmo documento, o agente informa que as entidades eram filiadas à CUT. Acreditamos que esse aparente descompasso se deu por algumas razões, tais como: interesses específicos, ou seja, um sindicato poderia se filiar à CUT visando a defesa de interesses específicos de seus membros, como questões trabalhistas, salariais ou de condições de trabalho. Eles poderiam escolher se filiar para aproveitar os benefícios coletivos que a central oferecesse, como a negociação coletiva e a representação em instâncias governamentais; representatividade ampla, ou seja, um sindicato poderia ser composto por trabalhadores com diferentes posicionamentos políticos e ideológicos. Nesse caso, mesmo que a maioria dos membros do sindicato não se identificasse com a posição política da CUT, eles poderiam optar por manter a filiação para garantir representatividade em um âmbito mais amplo; ou até mesmo estratégia de negociação, ou

¹⁸⁹ O informe foi elaborado entre 3 e 4 de junho de 1985. Nesse sentido, o agente fez uma previsão do término da gestão baseada na própria dinâmica de eleição interna do sindicato em relação ao período de mandato.

seja, alguns sindicatos poderiam adotar uma estratégia de negociação que envolve a filiação a diferentes centrais sindicais, incluindo a CUT, para ampliar sua influência e poder de barganha. Essa abordagem visaria explorar as diferentes linhas de atuação e negociação de cada central em benefício dos trabalhadores que eles representam. De qualquer forma, embora um sindicato pudesse ter uma posição política-ideológica própria ou divergente da CUT, ao se filiar a uma central sindical, geralmente criaria uma expectativa de que ele participasse e apoiasse as ações coletivas e as campanhas promovidas pela central.

O documento ARE_ACE_7182_86 trata do V Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras, realizado em João Pessoa, na Paraíba, entre os dias 1 e 2 de março de 1986. O Encontro aconteceu na sede do Sindicato em Estabelecimentos Bancários da Paraíba e contou com cerca de 240 pessoas, representando 42 entidades. Neste encontro, Fernando Vilar, presidente do SEEB/PB estava presente.

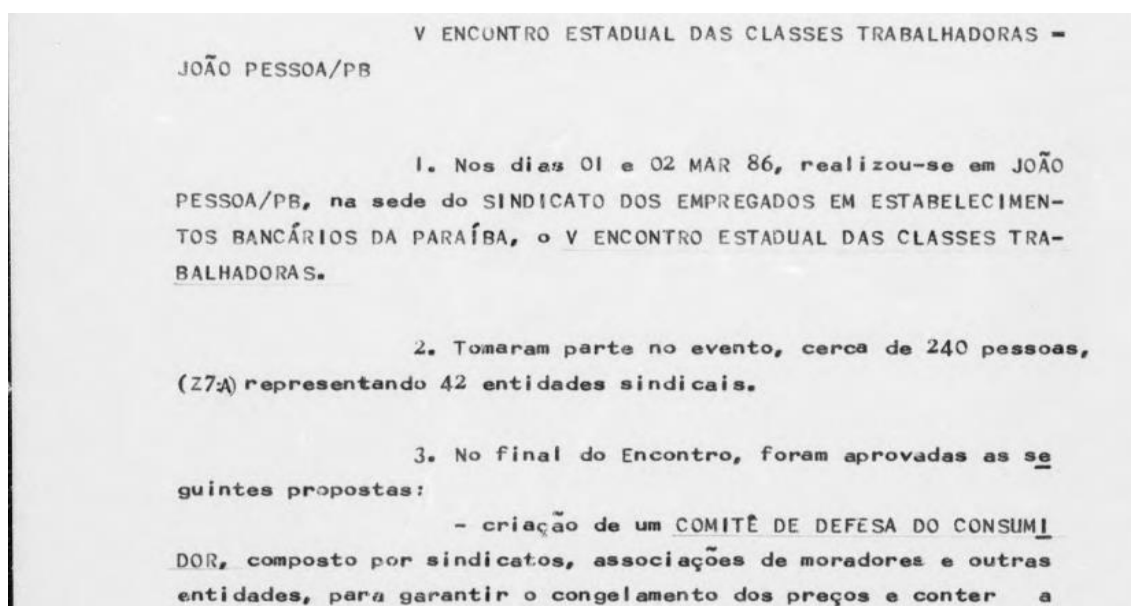


Figura 30. V Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras – João Pessoa/PB. Fonte: ARE_ACE_7182_86. Fundo SNI – Agência Recife.

O encontro representou uma oportunidade para que os representantes sindicais, os trabalhadores e outros membros das classes trabalhadoras pudessem se reunir, discutir questões relevantes e formular estratégias para a defesa de seus direitos. Durante o evento, foram abordados temas como a valorização do trabalho, a luta por melhores condições de trabalho, o fortalecimento dos sindicatos e a necessidade de ampliar a representatividade política dos trabalhadores. A Constituinte de 1987-1988 estava em andamento, e era

fundamental que as classes trabalhadoras estivessem presentes nesse processo para garantir que suas demandas fossem consideradas e incluídas no texto constitucional.

Um movimento grevista dos bancários também foi registrado pelo Serviço. É o que consta no ERE_ACE_7465_86. O documento informa sobre a greve dos bancários que ocorreu nos dias 11 e 12 de setembro de 1986 nos estados que abrangem a Agência. Segundo o documento, a greve foi de caráter nacional, paralisou quase toda a rede bancária e concentrou-se principalmente nas capitais dos estados. Ainda de acordo com o documento, o Banco Brasileiro de Descontos (BRADESCO) foi praticamente a única instituição bancária que conseguiu manter 95% de suas agências funcionando, embora algumas delas estivessem operando precariamente.

O documento também informa que, na Paraíba, as agências do Banco do Brasil funcionaram normalmente. As lideranças do movimento foram exercidas, segundo o relato, por membros dos sindicatos da classe e militantes da CUT, CGT, Convergência Socialista (CS), PCB, PCdoB e PT. Diferentes partidos políticos buscavam aproveitar a situação em benefício político, visando obter vantagens junto àquela categoria, segundo o agente.

Piquetes foram organizados, no entanto, sua abordagem foi passiva em relação aos bancários, não impedindo que eles entrassem para trabalhar. Isso ocorreu devido à presença ostensiva da polícia militar, que estava presente em todas as agências bancárias com ações preventivas, evitando tumultos e atos de vandalismo. Não houve nenhuma prisão de grevistas. A opinião pública se dividiu sobre o problema, com alguns considerando a greve injusta e prejudicial à população, enquanto outra parte da população apoiou a greve.

Além disso, a divergência entre a CUT e a CGT, que buscavam liderar o movimento, contribuiu para acalmar os ânimos. Segundo o documento, naquele momento, os bancários estavam mobilizados e estabeleceram o prazo de até 30 de setembro de 1986 para que suas reivindicações fossem atendidas ou um acordo fosse alcançado com os empregadores. Caso contrário, eles planejavam iniciar outra greve, possivelmente a partir de 1 de outubro de 1986. De acordo com o informe, a greve não alcançou seu objetivo principal, que era pressionar os empregadores para atender suas reivindicações em nível nacional. Segundo o agente, o movimento foi influenciado por indivíduos que buscavam obter vantagem política para si ou para seus respectivos partidos políticos.

Outro fator que contribuiu para o fracasso do movimento grevista foi o pronunciamento do Ministro da Justiça¹⁹⁰ em 10 de setembro de 1986, no qual ele afirmou firmemente que as forças policiais (Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Civil) seriam empregadas para proteger as instituições bancárias e garantir que os bancários que desejassem trabalhar pudessem fazê-lo. A decisão firme do Bradesco, a maior rede privada bancária, de operar normalmente e oferecer total apoio aos seus gerentes para esse fim, também contribuiu para o pouco sucesso do movimento.

Por fim, o documento apresenta a lista de lideranças identificadas no movimento grevista, que inclui da Paraíba Fernando Vilar, presidente do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado, e Adeilton Hilário, secretário do SEEB/PB.

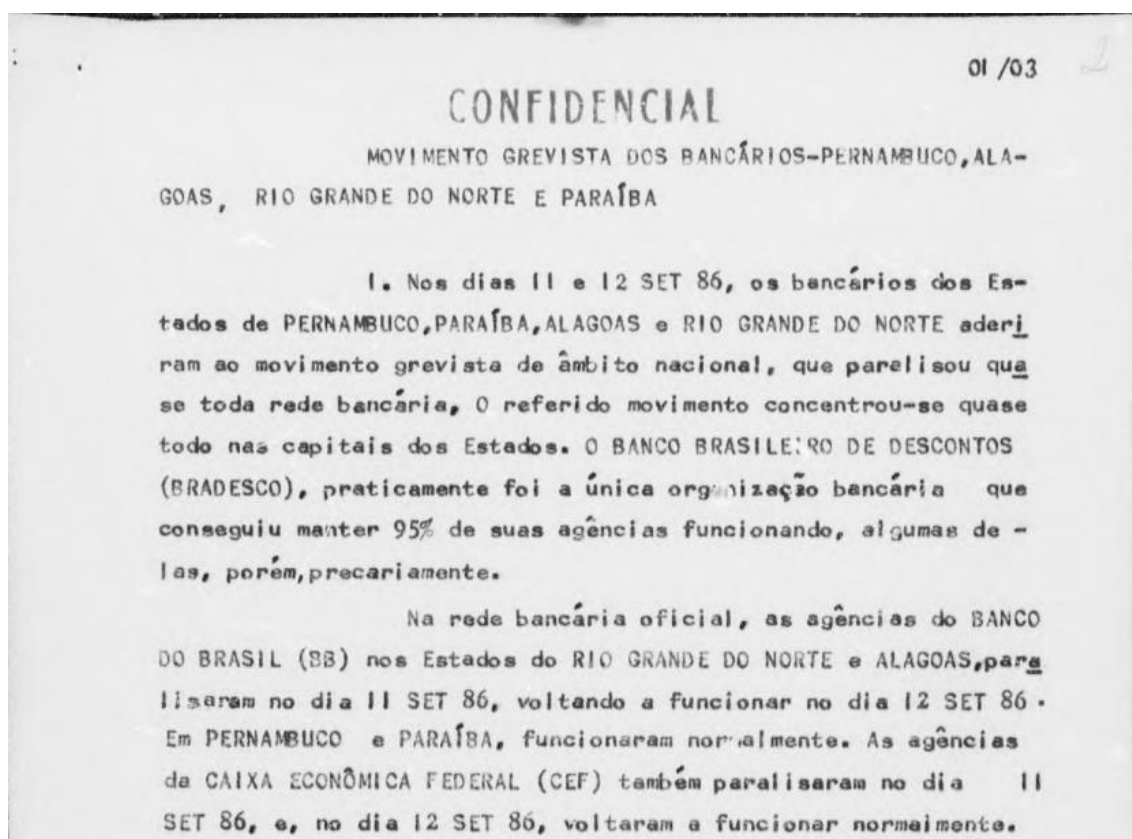


Figura 31. Movimento grevista dos bancários em 1986. Fonte: ERE_ACE_7465_86. Fundo SNI – Agência Recife.

Um último documento relacionado ao Sindicato dos Bancários na Paraíba é o ARE_ACE_7646_87, que trata da distribuição de um panfleto pregando a desobediência civil, em João Pessoa, na Paraíba. O documento relata que um grupo chamado “Alfa”,

¹⁹⁰ Na época, o Ministro da Justiça no governo Sarney era Paulo Brossard de Souza Pinto.

vinculado ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários da Paraíba, começou a distribuir um panfleto na Agência do Banco do Brasil em João Pessoa/PB a partir de 23 de fevereiro de 1987. O panfleto, intitulado “Classe média - um pacto de sobrevivência”, pregava a desobediência civil e convocava a classe média a não pagar impostos, não exigir notas fiscais em transações com descontos e incentivar a população a encontrar novas formas de reação e desobediência.

O documento também incluía uma cópia do mencionado panfleto como anexo. O panfleto é bastante interessante em termos de discussão histórica e, presumivelmente, expressa de forma bastante próxima a insatisfação da classe média com a política econômica do governo Sarney. Desde os anos 1980, as crises recessivas ou inflacionárias do país afetaram a classe média brasileira. A “ressaca” do milagre econômico e a inflação resultante da crise do petróleo de 1981 e 1983, juntamente com a indexação salarial pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), causaram um “achatamento da classe média”. No entanto, ares de esperança vieram quando, segundo dados do IBGE (1983), a PEA (População Economicamente Ativa) crescia a uma taxa de 3,5% ao ano. Também se esperava o fim da “estagflação”, a superação da inflação e a retomada do crescimento.

No entanto, já em 1985, a inflação atingia a casa dos 228,22%, o índice mais alto registrado até aquele momento. Em fevereiro de 1986, com o Plano Cruzado e o congelamento de preços, o aumento nas compras levou o país a enfrentar escassez em alguns produtos. O Plano recebeu críticas de diversos setores do empresariado brasileiro. De acordo com Averbug (2005, p.238),

A partir de dezembro de 1986, a rejeição empresarial adquiriu maior contundência, com aberta desobediência às regras em vigor. Exemplo significativo desse posicionamento é o documento entregue ao Presidente da República, em janeiro de 1987, por sete entidades representativas do empresariado, sendo seis de São Paulo: Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura; Associação Comercial; Sindicato dos Bancos; Bolsa de Valores e a Sociedade Rural Brasileira.

Posteriormente, faremos uma contextualização histórica mais abrangente desse documento, mas consideramos importante abordar essa questão econômica antes de apresentar o relatório, para que possamos compreender com maior clareza e contexto histórico a insatisfação da classe média no estado da Paraíba nesse período.

Figura 32. Panfleto “Classe Média – um pacto de sobrevivência”. Fonte: ARE_ACE_7646_87. Fundo SNI – Agência Recife.

Os últimos anos do período de governo militar, como já discutimos, foram caracterizados, além do processo de abertura política, por uma séria crise econômica. Durante os primeiros anos da década de 1980 - especificamente em 1981, 1982 e 1983 - o Brasil enfrentou uma recessão e uma significativa diminuição dos salários. Os avanços econômicos alcançados durante o chamado “Milagre Econômico”¹⁹¹ estavam sendo aniquilados pelos desastrosos eventos do início dos anos 80, e a legitimidade do regime militar estava sendo corroída à medida que o desemprego aumentava e a situação salarial dos trabalhadores se deteriorava.

Os efeitos práticos do “milagre” para a classe trabalhadora podem ser observados no trecho do Manifesto da Oposição Metalúrgica de São Paulo, de 1975, que expomos abaixo. Lemos que,

“Para nós, operários, o verdadeiro milagre é conseguir sobreviver com os salários baixos que recebemos. Para alcançar essa façanha, somos obrigados a trabalhar exaustivas 12 a 13 horas por dia, e muitos de nós são forçados a trabalhar aos domingos, o que representa, na prática, o fim de uma das maiores conquistas da classe trabalhadora: a jornada de trabalho de 8 horas e o descanso semanal.”

Trecho do Manifesto da Oposição Metalúrgica de São Paulo, datado de 1975.¹⁹²

Foi nesse contexto de abertura política, combinado com a crescente falta de apoio popular à ditadura, que milhões de brasileiros foram às ruas exigir o retorno de um direito que não haviam exercido desde 1960, quando Jânio Quadros foi eleito presidente. A campanha foi marcada pela participação massiva da população: milhões de pessoas ocuparam praças públicas para participar dos maiores comícios já testemunhados no Brasil. Grupos de 100 mil, 200 mil, 500 mil, até mesmo 1 milhão de pessoas se reuniram com um único lema: “Diretas Já!”, que já abordamos nesta dissertação.

¹⁹¹ De acordo com a explicação de Heloísa Mendonça e Beatriz Sanz (2017), o chamado “milagre econômico” foi uma ocorrência que trouxe benefícios significativos para os empresários, mas não pode ser considerado da mesma forma quando se trata dos trabalhadores. Isso se deve ao fato de que, para que o “milagre” pudesse acontecer, os militares decidiram conter os salários, alterando a fórmula que previa o ajuste dos salários de acordo com a inflação, o que resultou em perdas para os trabalhadores. Além disso, registrou-se cerca de 1,92 milhões de ocorrências de acidentes de trabalho, conforme Esperanza (2020), e a presença de um discurso do empresariado culpabilizando os trabalhadores, no sentido de que acidentes aconteciam e eram inevitáveis. Acerca da relação entre “milagre econômico”, superexploração e acidentes de trabalho, ver SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, prevencionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**. Recife: Tese de Doutorado em História - Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

¹⁹² Apud PAES, Maria Helena Simões. **Em nome da segurança nacional: do golpe de 64 ao início da abertura**. São Paulo: Atual, 1995.

Em março de 1985, o governo de Figueiredo chegou ao fim, marcando o término da ditadura militar no que diz respeito ao comando do Executivo nacional. No entanto, muitas estruturas repressivas estabelecidas pelos militares permaneceram mesmo após 1985, como o SNI, entre outros aspectos e práticas antidemocráticas. A influência da *cultura política* do regime militar se fez presente entre 1964 e 1985, e isso não foi diferente no desfecho do regime. A escolha por uma eleição presidencial indireta e a formação da “Aliança Democrática”, composta por Tancredo Neves do PMDB e José Sarney da Frente Liberal (FL), refletiram as práticas de conciliação “de cima para baixo” e o autoritarismo que marcaram a ditadura militar brasileira. Tancredo Neves sempre foi considerado pelos líderes da ditadura, inclusive por documentos do SNI, como um dos políticos da oposição com quem o regime podia “dialogar”, conforme Figueiredo (2005).

No ano de 1986, o Brasil realizou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, responsável por elaborar uma nova Constituição para o país. As eleições foram marcadas por uma ampla participação popular e pela diversidade de partidos políticos envolvidos¹⁹³. No ano seguinte, em 1987, o país enfrentou desafios políticos e sociais significativos. O governo de José Sarney enfrentou uma crise econômica e hiperinflação, que gerou insatisfação e protestos populares. Além disso, ocorreram escândalos de corrupção¹⁹⁴ que abalaram a imagem do governo e aumentaram as demandas por mudanças políticas e sociais.

3.3.3. A vigilância sobre o Sindicato dos Médicos da Paraíba

Outro sindicato bastante atuante no contexto do *novo sindicalismo* no estado da Paraíba foi o Sindicato dos Médicos. Uma breve contextualização, tanto a nível nacional como local, da concepção da associação da categoria se faz necessária, uma vez que nos

¹⁹³ A partir do vigor da Lei de Acesso à Informação, em novembro de 2011, vieram a público que a Assembleia Constituinte também foi vigiada pelos agentes. A Constituinte tinha a possibilidade de alterar a Lei da Anistia, o que eles temiam profundamente, acrescenta-se. Relatórios fornecem detalhes sobre a composição das comissões e a formação do grupo parlamentar conhecido como “Centrão”. Em alguns documentos, os agentes expressavam claramente a preocupação com a possibilidade de serem vistos de forma distorcida pelos constituintes e avaliavam os potenciais impactos disso para o SNI no texto final da Constituição. Acerca disso e sobre os debates em torno da Segurança Pública na Constituinte, ver REIS, Amanda Oliveira dos. **SEGURANÇA E MILITARIZAÇÃO NOS DEBATES DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE 1986-1988**. Brasília-DF: UnB, 2016.

¹⁹⁴ Um exemplo proeminente ocorreu durante a realização do projeto da Ferrovia Norte-Sul, a qual tinha o propósito de conectar o estado do Maranhão, terra natal do presidente, com Brasília. Em 1988, uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) foi estabelecida para investigar as acusações de corrupção, tendo inclusive responsabilizado o próprio Sarney pelo desvio de recursos públicos. Contudo, as alegações não foram devidamente perseguidas e o presidente conseguiu concluir o seu mandato, apesar das dificuldades e controvérsias envolvendo o seu governo.

permite compreender, principalmente no estado da Paraíba, que a fundação do Sindicato se deu no contexto dessa nova postura sindical.

Conforme Dias; Lima e Teixeira (2012), a origem do sindicalismo médico no Brasil pode ser rastreada até o Congresso Nacional dos Práticos, realizado em 1922 no Rio de Janeiro, onde os médicos brasileiros debateram e estabeleceram diretrizes para a defesa de sua categoria pela primeira vez. Como resultado direto desse congresso, o primeiro sindicato dos médicos foi criado em 1927, o Sindicato Brasileiro dos Médicos, com sede no Rio de Janeiro. Os primeiros Códigos de Ética, promulgados em 1931 e 1945, foram expressões da defesa dos interesses dos profissionais da época, condenando o assalariamento e defendendo um padrão liberal para preservar a liberdade do médico em determinar o valor e a duração das consultas.

À medida que o número de médicos crescia e se disseminava pelo país, novos sindicatos e fundações foram criados, incluindo a Federação Nacional dos Médicos (FENAM), estabelecida em 1973, durante o regime militar, com o objetivo de unir e articular os sindicatos médicos existentes e trabalhar para aumentar seu número. Em apenas uma década, o Brasil já tinha 24 sindicatos dos médicos. Como vimos, por volta de 1974, o modelo econômico implementado pelo regime militar enfrentou uma crise devido à diminuição do fluxo de capital internacional, levando o país a desacelerar drasticamente seu crescimento. A escassez de recursos para o sistema de saúde e o aumento dos custos operacionais levaram o setor a sua pior crise. Para combater as fraudes e reduzir os custos, o governo criou o Conselho Consultivo de Administração da Saúde e Previdência (CONASP), ligado ao extinto INAMPS.

No entanto, o CONASP enfrentou forte oposição da Federação Brasileira de Hospitais, que viu essa tentativa como uma interferência indevida no funcionamento dos hospitais e uma ameaça à sua hegemonia dentro do sistema de saúde.

No estado da Paraíba, em 17 de novembro de 1979, um grupo de médicos dedicados à luta pela democracia, mesmo em meio à ditadura, uniu-se para liderar diversas batalhas em prol da restauração da liberdade em nosso país. Nomes como Renô Macaúbas, Guilherme Sarinho e Onacir Gomes estiveram à frente dessas lutas e fundaram o Sindicato dos Médicos do Estado da Paraíba (SINDIMEDPB). Essa iniciativa demonstrou a determinação desses profissionais de saúde em defender os valores

democráticos e os direitos da classe médica, em um período de restrições e repressão política¹⁹⁵.

O documento ARE_ACE_1505_80 informa sobre a situação na área do trabalho. Os principais itens do documento são sobre “política trabalhista e salarial”, “relações capital-trabalho”, “problema de desemprego e mão-de-obra”, “programas de semiprofissionalização”, “valorização do sindicato como organização social”, “reivindicações dos Sindicatos patronais e de trabalhadores”, “deficiências na forma de prestação de serviços por entidades hospitalares e de assistência social” e “movimentos de massa”, nos estados que compõem a área. No que diz respeito à Paraíba, médicos do Hospital Universitário e do INAMPS (João Pessoa/PB) e do Hospital Alcides Carneiro (Campina Grande/PB) paralisaram suas atividades nos dias 23 e 24 de setembro de 1980, em consonância com a greve nacional da classe. Eles exigiram do governo federal a fixação dos direitos trabalhistas da classe. De acordo com Machado (1997), essa greve, que teve alcance nacional e mobilizou diversos sindicatos médicos, foi um momento crucial para a atuação dessas entidades no país, especialmente no estado do Rio de Janeiro.

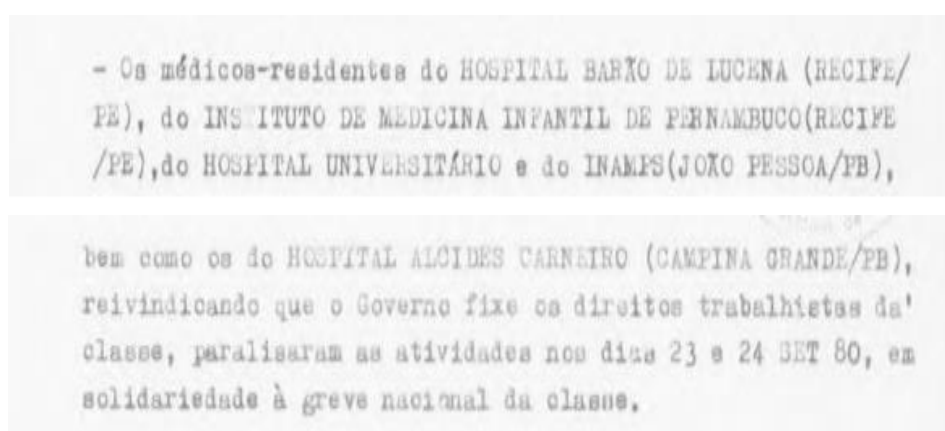


Figura 33. Situação na área do trabalho - 4.2. Fonte: ARE_ACE_1585_80. Fundo SNI - Agência Recife.

A greve da categoria não foi a primeira naquele ano, conforme podemos ler no recorte a seguir de uma manchete no Jornal *A União* de 14 de maio de 1980.

¹⁹⁵ A informação foi retirada do site do Sindicato dos Médicos da Paraíba (SIMED-PB). Disponível em: <https://simedpb.org.br/sobre-nos/>. Acesso em junho de 2023.



Figura 34. Manchete do Jornal A União sobre a greve dos médicos no estado da Paraíba em maio de 1980. Fonte: Jornal A União, ano LXXXVI, n. 84, 14 de maio de 1980.

Como podemos ver no documento, quem prestou tais informações ao jornal foi o presidente do Sindicato dos Médicos, Renô Torres Macaubas, que também foi intensamente vigiado pelo Serviço, como podemos ver nos documentos que se seguem.

Em 1981, “Renô” (essa é a forma como seu nome aparece na documentação do Fundo SNI – Agência Recife), liderou outra greve da categoria médica no estado. Conforme o documento ARE_ACE_1728_81, protestando contra índices salariais e as condições de trabalho, os médicos do estado iniciaram, no dia 18 de março de 1981, um movimento grevista de 24 horas, tendo como líder Renô Torres Macauba. Ainda conforme o documento, aproximadamente 50% da classe aderiu ao movimento.

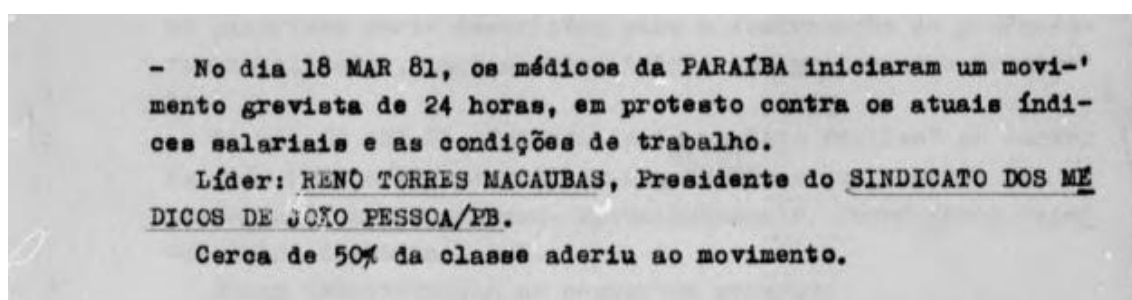


Figura 35. Situação na Área do Trabalho - 4.2. Fonte: ARE_ACE_1728_81. Fundo SNI - Agência Recife.

O documento prossegue e informa que no dia 28 de abril de 1981, os médicos do Estado da Paraíba, em solidariedade à greve nacional determinada pela Federação Nacional dos Médicos, iniciaram um movimento grevista de 24 horas. Seus líderes foram

Renô Torres Macaubas, Presidente do Sindicato dos Médicos de João Pessoa/PB, e Genival Veloso de França.

- No dia 28 ABR 81, os médicos da PARAÍBA iniciaram um movimento grevista de 24 horas, em solidariedade à greve nacional decretada pela FEDERAÇÃO NACIONAL DOS MÉDICOS.
Líderes: RENÔ TORRES MACAUBAS, Presidente do SINDICATO DOS MÉDICOS DE JOÃO PESSOA/PB, e GENIVAL VELOSO DE FRANÇA.

Figura 36. Movimento grevista de médicos em solidariedade à greve nacional. Fonte: ARE_ACE_1728_81. Fundo SNI - Agência Recife.

No dia seguinte, foi a vez de os médicos residentes em João Pessoa iniciarem um movimento grevista, que terminou no dia 12 de maio daquele ano, como podemos ver na figura abaixo. O trecho nos permite, ainda, identificar a estratégia financeira para deflagrar a greve: a medição de pressão das pessoas interessadas em troca de uma contribuição voluntária em dinheiro.

- No dia 29 ABR 81, os médicos residentes de JOÃO PESSOA/PB iniciaram um movimento grevista, reivindicando a regulamentação didática e trabalhista da Residência em todo o País.
Durante o dia 06 MAI 81, os médicos residentes fizeram uma campanha para angariar fundos, tendo em vista uma futura paralisação de toda a classe. A referida campanha consistiu na instalação de postos em vários pontos da cidade, onde os médicos tiravam a pressão de pessoas interessadas em troca de uma contribuição voluntária em dinheiro. A greve terminou em 12 MAI 81.

Figura 37. Movimento grevista dos médicos residentes em João Pessoa. Fonte: ARE_ACE_1728_81. Fundo SNI - Agência Recife.

Um outro documento em que Renor Macauba foi fichado é o ARE_ACE_7182_86, durante o V Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras – João Pessoa. Nele, somos informados que “Renô”, presidente do Sindicato dos Médicos de João Pessoa/PB pronunciou um discurso no sentido de não formar uma Diretoria Estadual da Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), haja vista que a constituição de uma Comissão Estadual Pró-CGT substituiria a CONCLAT, após o Encontro Nacional da mesma nos dias 21 e 22 de março de 1986. Macaubas, naquele momento, era coordenador da já referida Comissão.

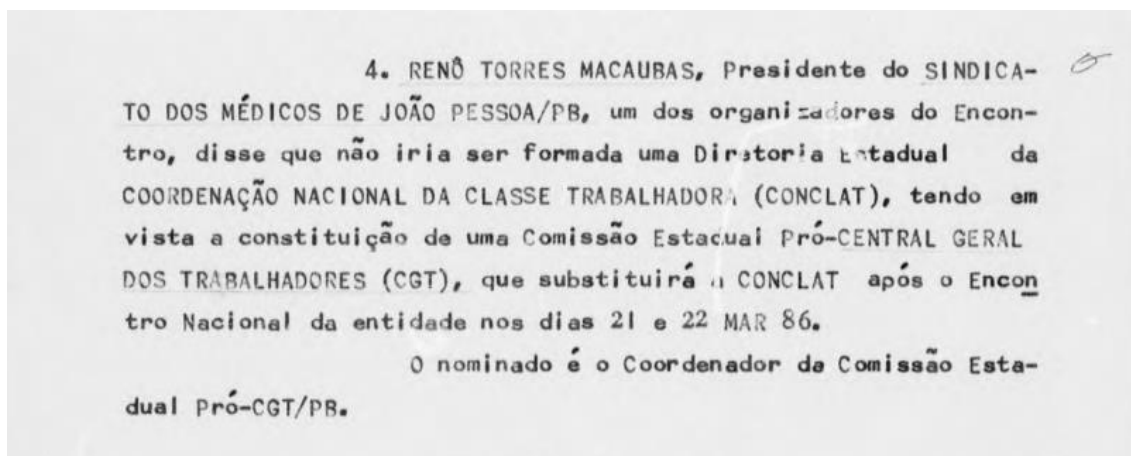


Figura 38. Trecho onde “Renô” é citado, durante o V Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras – João Pessoa. Fonte: ARE_ACE_7182_86. Fundo SNI – Agência Recife.

Nesse mesmo ano, ocorreu na Paraíba o movimento grevista do dia 12 de dezembro de 1986. Sabemos dele por meio do documento ARE_ACE_7580_86. Segundo consta, os movimentos de paralisação das classes trabalhadoras realizados no dia 12 de dezembro de 1986 nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas foram em adesão à greve geral programada pelas CUT e CGT. Em todos os estados, ocorreram passeatas e atos públicos, e na Paraíba e Alagoas efetuaram-se prisões de manifestantes. Na Paraíba, especificamente, houve depredações de ônibus, mas estas foram logo contidas pela polícia militar. Os movimentos, segundo o agente, de maneira geral, não obtiveram o êxito que suas lideranças sindicais esperavam, pois receberam pouco apoio da categoria profissional.

Acreditamos que o documento é riquíssimo em informações e nos serve como uma oportuna fonte para compreender os combates dos sindicatos no estado durante a década de 1980.

Segundo o documento, as categorias de trabalhadores que paralisaram suas atividades foram os transportes urbanos de João Pessoa (cerca de 80%) e de Campina Grande (100%), a maioria dos estabelecimentos comerciais, farmácias e padarias das duas cidades, a Empresa Brasileira de Telecomunicações – Paraíba (EMBRATEL/PB) e Telecomunicações da Paraíba (TELPA), liderados por Roberto Dourado de Andrade Domingues, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado da Paraíba (SINTTEL/PB), membro da CUT/PB e militante do PT/PB; a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA) e a Sociedade Anônima de Eletrificação (SAELPA) (funcionando apenas setores operacionais), repartições públicas estaduais e Correios (cerca de 90%); a UFPB (cerca de 90%). Em João Pessoa, apenas os

Bancos do Brasil e do Nordeste paralisaram suas atividades, e em Campina Grande toda a rede bancária paralisou.

Cerca de 20 ônibus foram apedrejados em João Pessoa, Bayeux e Santa Rita. Os envolvidos presos foram Américo Soares de Almeida e Eduardo Moraes Nogueira. Consta que o Ato Público se iniciou às 17h no centro de João Pessoa. A polícia militar foi acionada para coibir atos de vandalismo. Foram estendidas bandeiras da CUT, CGT e PC do B, além de cartazes e discursos proferidos contra o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Pacote Econômico. Às 17h30, o evento foi encerrado devido ao pequeno número de pessoas (cerca de 100 pessoas). Os órgãos de comunicação deram ampla cobertura aos eventos, porém não teve grandes repercussões.

Por fim, as pessoas identificadas no evento foram Agamenon Vieira dos Santos, presidente da CUT/PB; Edvan da Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de João Pessoa/PB e 1º Tesoureiro da CUT/PB; Cristiano Zenaide de Paiva, membro da Associação dos Servidores da UFPB, militante do PC do B e 3º vice-presidente da CGT/PB; Renô Torres Macaúbas, presidente do Sindicato dos Médicos de João Pessoa /PB, militante do PC do B e secretário-geral da CGT, Roberto Dourado de Andrade Domingues, vice-presidente do SINTELL/PB, membro da CUT/PB e militante do PT/PB, Netovitch Maia Duarte, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos de João Pessoa/PB.

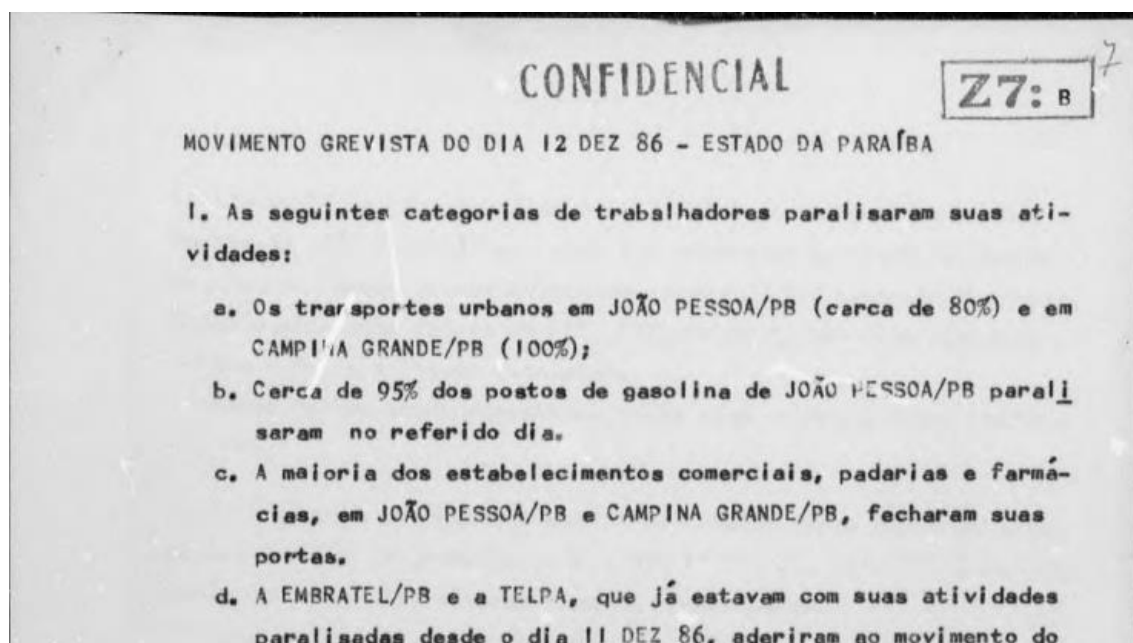


Figura 39. Movimento de paralisação das classes trabalhadoras realizados no dia 12 de dezembro de 1986 na Paraíba. Fonte: ARE_ACE_7580_86. Fundo SNI – Agência Recife

O ano de 1986 na Paraíba, como podemos ver, foi marcado por intensos acontecimentos. Uma análise breve do contexto nacional talvez nos possibilite compreender melhor essa situação.

Durante o governo Sarney (1985-1990), a sociedade brasileira foi marcada pelos lançamentos de planos econômicos. Em fevereiro de 1986, o Plano Cruzado foi implementado com o objetivo de combater a inflação, congelando preços e salários e desindexando a economia. Esse plano inicialmente fez a inflação cair drasticamente nos primeiros meses, porém gerou um aumento no consumo, levando ao desabastecimento de produtos essenciais, como a carne bovina. Para tentar lidar com os problemas econômicos decorrentes do Plano Cruzado, o governo Sarney lançou o Plano Cruzado II em novembro de 1986. Esse novo plano liberou os preços de produtos e serviços, no entanto, resultou em perdas salariais adicionais para os trabalhadores. Em resposta às consequências negativas desses pacotes econômicos para os trabalhadores, o movimento sindical realizou uma greve geral em 12 de dezembro de 1986.

Enfrentando ainda graves desafios econômicos, o governo Sarney lançou o Plano Bresser em junho de 1987, buscando conter a alta dos preços e manter o consumo dos brasileiros aquecido. No entanto, esse plano foi implementado à custa de um arrocho salarial ainda mais intenso. Novamente, o movimento sindical reagiu com uma greve geral em 20 de agosto de 1987.

É nesse mesmo ano que os servidores da área de saúde do município de João Pessoa, reivindicando um piso salarial de seis salários mínimos, paralisaram suas atividades em 26 de fevereiro de 1987. O movimento foi liderado pelo Sindicato dos Médicos de João Pessoa/PB, entidade presidida por Renô Torres Macaúbas (B2123988), militante do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

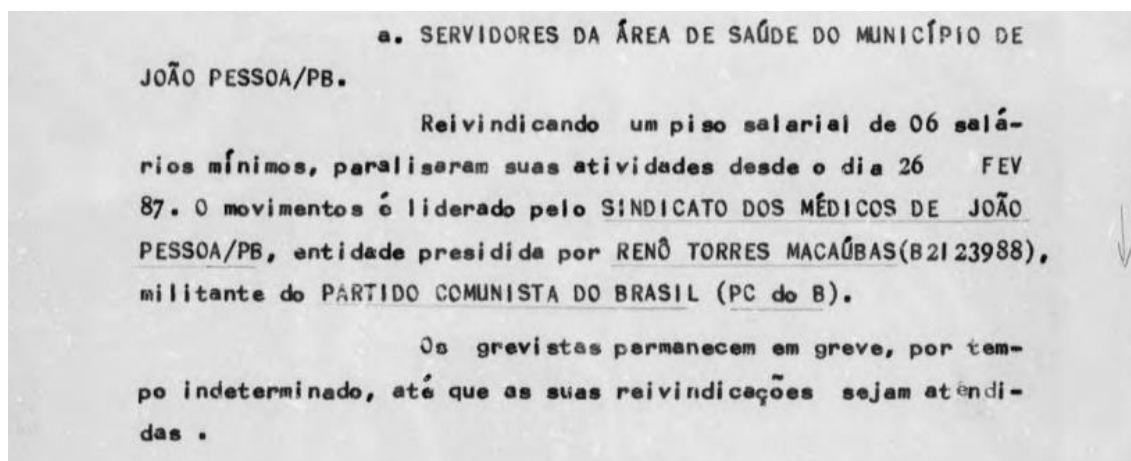


Figura 40. Servidores da área da saúde de João Pessoa em greve. Fonte: ARE_ACE_7664_87. Fundo SNI – Agência Recife.

3.3.4. A vigilância sobre reuniões, Encontros e Congressos

Como vimos no capítulo anterior, os encontros e eventos sindicais desempenharam um papel central na mobilização política e na defesa dos direitos dos trabalhadores. Esses eventos proporcionavam um espaço de articulação, debate e organização das demandas e reivindicações da classe trabalhadora. No entanto, também se tornaram alvos prioritários do SNI, que buscava neutralizar o crescimento e a influência dos movimentos sindicais.

O documento ARE_ACE_3250_82 informa a sobre a realização de reuniões dos sindicatos no estado da Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas, bem como seus principais líderes, pautas e atos públicos. Sobre a Paraíba, consta que foi realizada em João Pessoa, no dia 7 de fevereiro de 1982, na Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Paraíba (Fiesp), uma reunião na qual foi escolhida a delegação do estado para participar da reunião da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias (CNTI), que ocorreria nos dias 26 e 27 de março daquele ano, em Brasília/DF. Nessa reunião, seria discutida a possibilidade de deflagração de uma greve no mês de março do mesmo ano, caso o Congresso aprovasse o aumento do desconto da Previdência Social.

inal deste documento (com 05 folhas) foi apresentada para microfilmagem, não sendo possível sua original nem na microficha.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES		CONTROLE	
MENSAGEM EXPEDIDA		OPERADOR	Folha N.º 15/17
DIRETA ☐ VIA TELEX ☒ VIA RADIO ☐		Origem	Hora Taxação 1100
AC 0274/119/ARE/82 25 FEV		Destino	Hora Trans
GRAVADO POR 25/02/1982		Visto do Ch. AG. ou Sub.	

3250

RETEX Nº 044/19/AC/82, DE 16 FEV

- EM JOÃO PESSOA/PB, FOI REALIZADA UMA REUNIÃO NO DIA 07 FEV 82, NA FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA (FIESP), QUANDO FOI ESCOLHIDA A DELEGAÇÃO DAQUELE ESTADO, QUE IRÁ PARTICIPAR DA REUNIÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS (CNTI), MARCADA PARA OS DIAS 27 E 28 MAR 82, EM BRASÍLIA/DF, NA QUAL, ENTRE OUTROS ASSUNTOS, SERÁ DISCUTIDA A POSSIBILIDADE DA DEFLAGRAÇÃO DE UMA GREVE NO MÊS DE MAR 82, CASO O CONGRESSO NACIONAL APROVE O AUMENTO DO DESCONTO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. A DELEGAÇÃO ESCOLHIDA ESTÁ ASSIM COMPOSTA: ALUIÍSIO CLÁUDIO CESAR, PRES SIND TRAB NAS INDÚSTRIAS DE VESTUÁRIOS DE JOÃO PESSOA/PB; SEVERINO PEREIRA DE LIMA, PRES SIND DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE JOÃO PESSOA/PB; JOÃO AVELINO, SIND DOS TRAB NAS INDÚSTRIAS DE FIBRAS VEGETAIS DE JOÃO PESSOA/PB; FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA, SIND DOS TRAB NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE JOÃO PESSOA/PB.

Figura 41. Trecho do documento que trata sobre a reunião na FIESP/PB. Fonte: ARE_ACE_3250_82. Fonte: Fundo SNI – Agência Recife.

A delegação escolhida era composta por Aluísio Cláudio César (presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vestuários de João Pessoa/PB); Severino Pereira de Lima (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção e do Mobiliário de João Pessoa); João Avelino (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fibras Vegetais de João Pessoa); Francisco de Assis da Silva (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de João Pessoa); Antonio Firmo (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Calçados de Campina Grande/PB); Paulo Fausto Torres (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Campina Grande); Expedito Felix da Cruz (Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Paraíba (Fiesp)); Benedito Marques Silvestre (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de João Pessoa); Severino Martins da Silva (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Campina Grande); e Antônio Rocha de Oliveira (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cimento, Cal e Gesso de João Pessoa).

O mesmo documento ainda versa sobre a previsão da realização do Encontro Intersindical da Paraíba. Suas pautas seriam o desemprego, o Pacote da Previdência, a reforma agrária, a unificação do movimento sindical e a participação dos trabalhadores no processo político em andamento. Estaria prevista a participação de Hugo Perez, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de São Paulo; José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); e Raimundo Guerreiro, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza/CE, todos integrantes da Comissão Nacional Pró-CUT.

Esse documento é interessante em pelo menos dois sentidos. Primeiro, lança luz líderes e sindicatos que, até então, não foram contemplados pela historiografia paraibana. Isso evidencia que, mesmo tais documentos, produzidos na repressão e para reprimir, lançam luz sobre sujeitos que estão invisibilizados pela produção histórica. Em segundo lugar, o documento informa também a “essência” da nova postura sindical no estado: a integração entre as diversas entidades, as abordagens de estratégias reivindicatórias e as pautas do movimento que não eram mais aquelas tradicionais e focalizadas nas categorias específicas. Podemos presumir que a vigilância do SNI sobre reuniões como essa, visava obter informações sobre os planos e estratégias dos sindicatos e trabalhadores, permitindo que o governo adotasse medidas preventivas para evitar ou enfraquecer qualquer ação grevista. O objetivo, claro, era controlar a mobilização social e preservar a estabilidade

do regime, impedindo o avanço de movimentos que pudessem ameaçar o poder estabelecido.

O documento ARE_ACE_3371_82, informa sobre a realização do I Encontro Intersindical da Paraíba, realizado nos dias 6 e 7 de maio de 1982 na Federação dos Trabalhadores na Agricultura da Paraíba (FETAG/PB). O II Encontro das Classes Trabalhadoras da Paraíba (ENCLAT/PB) estaria previsto para junho do mesmo ano, mas sem data fixa, também na sede da FETAG/PB. Ainda conforme o agente, não foi possível obter os nomes dos componentes da Comissão Intersindical da Paraíba.

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA RECIFE

INFORMAÇÃO N.º 412, 119, ARE, 82

DATA: 21 MAI 82

ASSUNTO: ENCONTRO INTERSINDICAL DO ESTADO DA PARAÍBA

ORIGEM: ARE/SNI

REFERÊNCIA: PB Nº 074/19/AC/82, de 22 ABR

DIFUSÃO ANTERIOR: -

DIFUSÃO: AC/SNI

ANEXO: -

CÓPIA REMETIDA AO DI
 ACE n.º 3371/82

1. O I ENCONTRO INTERSINDICAL DA PARAÍBA foi realizado nos dias 06 e 07 MAR 82, na sede da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DA PARAÍBA (FETAG/PB).

2. O II ENCONTRO DAS CLASSES TRABALHADORAS DA PARAÍBA (II ENCLAT / PB) tem sua realização prevista para JUNHO/82, porém ainda sem data fixada, na sede da FETAG/PB.

3. Até o presente não foi possível obter os nomes dos componentes da COMISSÃO INTERSINDICAL DA PARAÍBA.

Figura 42. Encontro Intersindical do Estado da Paraíba. Fonte: ARE_ACE_3371_82. Fundo SNI – Agência Recife.

Não conseguimos localizar, no Fundo SNI – Agência Recife, algum informe acerca desse II Encontro. No entanto, buscando no Jornal *A União*¹⁹⁶, em notícia veiculada no dia 19 de agosto de 1982, lemos que estava prevista para esse dia uma reunião da Comissão Intersindical Única da Paraíba, às 19h, na sede da FETAG/PB. Uma

¹⁹⁶ O jornal *A União*, cuja criação ocorreu em 3 de fevereiro de 1893, durante o governo de Álvaro Lopes Machado, nasceu como uma poderosa ferramenta de conciliação política das principais lideranças paraibanas diante dos tumultuosos eventos que se seguiram ao golpe da Proclamação da República em 1889. Sob a batuta do seu primeiro redator, Tito Henriques da Silva, o jornal assumiu a função de porta-voz do Partido Republicano, adquirindo, posteriormente, uma posição de destaque inigualável na mídia paraibana ao estabelecer-se como o periódico oficial do Estado. Por desempenhar o papel de jornal oficial e espelhar as visões políticas do então governador Pedro Gondim, *A União* se estabeleceu como a voz privilegiada e eloquente do poder, capturando a essência das perspectivas políticas e orientações estratégicas do líder em questão.

das pautas da reunião era a avaliar do movimento sindical no estado da Paraíba, definir uma posição na próxima reunião da Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores, apontar estratégias de organização e luta dos trabalhadores no estado e a discutir sobre a organização do III Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras (III ENCLAT).



Figura 43. Jornal A União no dia 19 de agosto de 1982 noticia a realização do III Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras (III ENCLAT). Fonte: Jornal A União, ano XC, n. 160, 19 de agosto de 1982.

A edição deste ano do Jornal é um tanto interessante. Apenas nela, temos: a visita de João Figueiredo ao estado da Paraíba, sua recepção por um líder sindical e o anúncio da visita de Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT, a Campina Grande. Neste mesmo ano, o então Presidente da República, João Baptista Figueiredo, esteve visitando a capital do estado, João Pessoa, o que foi amplamente noticiado nos jornais paraibanos. Ainda nessa edição do Jornal *A União*, foi informado que Figueiredo se hospedaria no Hotel Tambaú e presidiria a inauguração da Estação Ferroviária de Santa Rita. Em seguida, retornaria para João Pessoa, onde haveria uma grande concentração de pessoas na Praça João Pessoa, às 17h30. Clóvis Bezerra, que ocupava a posição de vice-governador, assumiu o cargo de governador interino devido à renúncia de Tarcísio Burity, que deixou o cargo para concorrer a um mandato como deputado federal pelo PDS. Na eleição de 1982, o PDS também elegeu Wilson Braga como governador.



Figura 44. João Figueiredo abraçando um trabalhador na Paraíba. Fonte: Jornal A União, ano XC, n. 160, 19 de agosto de 1982.

Essa imagem do chefe da nação, no entanto, parece não condizer com a personalidade do general Figueiredo. Como sabemos, o general surpreendeu o país em várias oportunidades devido às suas opiniões polêmicas, causando impacto e espanto. Designado por Geisel como herdeiro da presidência pelo ARENA, ele era direto e incisivo em suas declarações. “*Eu daria um tiro na cabeça*”, foi a resposta que ele deu a um jovem que o questionou em 1979 sobre o que faria se seu pai recebesse apenas um salário mínimo. Como adepto do hipismo, em uma entrevista sobre cavalos, ele foi questionado sobre o “cheiro do povo”. Sem hesitar, ele afirmou: “*Eu prefiro o cheiro do cavalo*”. Quando indagado sobre a abertura política, ele simplesmente exclamou em voz alta: “*É para abrir mesmo. Quem quiser que não abra, eu prendo e arrebento.*”¹⁹⁷.

Segundo o jornal, a visita de Figueiredo foi considerada como uma reafirmação do compromisso de restabelecer a democracia no país. Além disso, de acordo a manchete “Gratidão ao Presidente”, Severino Freire das Neves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca e da Extração do Óleo de Baleia de Lucena, expressou gratidão ao presidente pelo apoio contínuo à atividade de caça de baleias no estado. Ele enfatizou que essa medida garantia a manutenção dos empregos no município

¹⁹⁷ O último presidente da ditadura militar, saiu do Planalto sem repassar a faixa presidencial para seu sucessor, encerrando sua carreira de forma incisiva: “*Me esqueçam!*”, disse. Acerca da sua biografia, recomendamos a leitura de PASQUALETTE, Bernardo Braga. **Me esqueçam** – Figueiredo: a biografia de uma presidência. Rio de Janeiro: Record, 2020.

de Lucena e trazia tranquilidade aos filiados que enfrentavam ameaças de desemprego, fome e condições precárias¹⁹⁸.

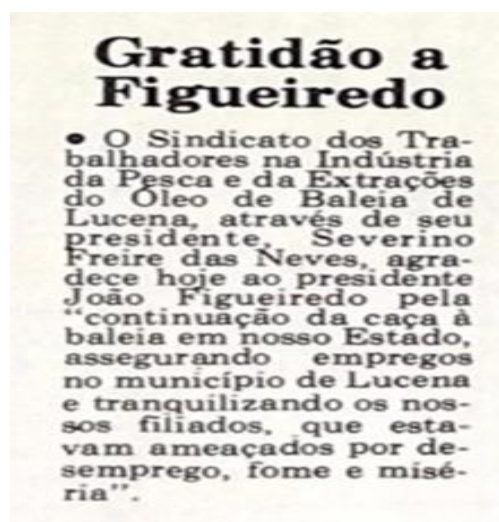


Figura 45. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Pesca e da Extrações do Óleo de Baleia de Lucena agradece ao presidente João Figueiredo. Fonte: Jornal A União, ano XC, n. 160, 19 de agosto de 1982.



Figura 46. Anúncio da visita de Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT, à Campina Grande. Fonte: Jornal A União, ano XC, n. 160, 19 de agosto de 1982.

¹⁹⁸ As palavras do presidente do Sindicato da Pesca e da Extração do Óleo da Baleia de Lucena transmitem uma ideia de que a preservação dos empregos dos trabalhadores envolvidos na caça às baleias deveria ser priorizada em detrimento dos interesses daqueles que lutam pelo equilíbrio ecológico e pela proteção das espécies ameaçadas de extinção. Esse discurso, aparentemente focado nas questões sociais, revela também concepções orientadas pelo economicismo e antropocentrismo, refletindo uma formação humana fragmentada e simplista. Acerca disso, ver DUARTE FILHO, Francisco Henrique; AGUIAR, José Otávio. “Direito dos animais e opinião pública: as campanhas em defesa do fim da caça às baleias no Estado da Paraíba (1980-1990)”. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 2013, Natal. “Conhecimento Histórico e diálogo social”, 2013.

O agradecimento do presidente do Sindicato da Pesca e da Extração do Óleo da Baleia de Lucena pode ser visto por várias perspectivas. Nesse contexto, alguns setores da sociedade, incluindo sindicatos, enxergaram a abertura política como uma oportunidade de avançar em suas reivindicações e de obter melhores condições de trabalho e benefícios para seus membros. No caso específico que estamos abordando, é possível que ele tenha expressado gratidão a Figueiredo por algum motivo específico relacionado à sua categoria profissional. Pode ter havido conquistas, benefícios ou avanços para os trabalhadores da pesca durante o governo de Figueiredo que levaram o presidente do sindicato a expressar seu reconhecimento.

Além disso, é importante considerar que a visita de um presidente da República a determinada região geralmente é um evento de destaque e pode gerar expectativas de melhorias, investimentos e atenção por parte do governo federal. O presidente do sindicato, ao expressar gratidão a Figueiredo, talvez estivesse demonstrando apoio ao governo e buscando fortalecer o diálogo e possíveis benefícios para os trabalhadores da pesca naquela região.

Isso evidencia a necessidade de ter cautela ao discutir a emergência do *novo sindicalismo* no Brasil. Esses cuidados envolvem, principalmente, considerar a diversidade de perspectivas, que incluem diferentes correntes, tendências, visões e estratégias, condicionadas por limitações e desafios dentro do campo sindical, os quais variavam conforme a interação com outros atores sociais, como o Estado, o empresariado e outros movimentos sociais. Em suma, devemos evitar generalizações simplistas e considerar a pluralidade de abordagens e estratégias dentro desse movimento¹⁹⁹.

Quanto à visita de Lula, o jornal informa que tinha como objetivo fortalecer a campanha pela vitória de Derly Pereira à eleição como governador do estado e do professor Edgard Malagódi, que disputava a eleição para prefeito de Campina Grande. Lula também passaria pelas cidades de João Pessoa, Cajazeiras, Patos, Pombal e Catolé do Rocha, com o propósito reforçar o partido no estado da Paraíba. Conforme já mencionamos, Lula estivera na Paraíba em 1980 para o lançamento do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado e foi vigiado por agentes do Serviço.

¹⁹⁹ Além de concordamos com o entendimento de que houve, por parte da comunidade historiadora, uma preocupação maior com a produção de trabalhos abordando o *novo sindicalismo*, em detrimento às abordagens sobre as lutas sindicais no período 1964-1979, estamos de acordo com a compreensão de que o *novo sindicalismo* também foi perpassado por mudanças e permanências. Nesse sentido, reforçamos que não estamos, aqui, generalizando tal fenômeno. Sobre essa discussão, ver SANTANA, Marco Aurelio. O “novo” e o “velho” sindicalismo: Análise de um debate. Dossiê sindicalismo e corporativismo. Universidade federal de ouro preto. In: **Revista de Sociologia e Política**. pp.19-35: Curitiba, 1998.

O documento ARE_ACE_7182_86 aborda o V Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras, que teve lugar em João Pessoa, Paraíba, nos dias 1 e 2 de março de 1986. Este encontro foi realizado nas instalações do Sindicato em Estabelecimentos Bancários da Paraíba e reuniu aproximadamente 240 participantes representando 42 entidades. Sendo um documento que já discutimos quando tratamos da vigilância sobre os sindicatos, há ainda um ponto interessante expresso no informe do agente: a integração entre a luta dos sindicatos com outras lutas, como a criação de um Comitê de Defesa do Consumidor²⁰⁰, um Comitê de Defesa da Reforma Agrária Anti-Latifundiária²⁰¹, a suspensão do pagamento da dívida externa por 10 anos²⁰², questões relacionadas ao voto e à Constituinte, questões relacionadas à participação da mulher nos sindicatos, a Lei de Creches e, por fim, a organização de uma Comissão Estadual Pró-CGT que, na época, era presidida por Renô Torres Macaubas, presidente do Sindicato dos Médicos de João Pessoa/PB e coordenador da Comissão Estadual Pró-CGT/PB.

Neste encontro, podemos perceber uma das principais características dessa nova postura sindical na década de 1980, que ia além das demandas tradicionais e buscava se engajar em temas mais amplos relacionados à sociedade como um todo: a menção à criação de comitês de defesa do consumidor e da Reforma Agrária Anti-Latifundiária mostra a preocupação dos sindicatos em se envolver em causas que afetam diretamente os trabalhadores e a população em geral. A suspensão do pagamento da dívida externa por 10 anos revela uma postura mais combativa em relação às questões econômicas e à dependência financeira do país, buscando aliviar o fardo da dívida e redirecionar os recursos para investimentos internos. A referência à participação das mulheres nos

²⁰⁰ Instituído através da Lei Nº 8.078 no ano de 1990, ele se configura como a peça fundamental para salvaguardar os direitos dos consumidores. O Código de Defesa do Consumidor emergiu como um resultado direto do processo de redemocratização do Brasil e da promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual estabelecia a necessidade de uma legislação dedicada a regulamentar as relações de consumo de forma específica.

²⁰¹ Ainda durante os anos 80, mais precisamente em 1985, o então presidente José Sarney concebeu um plano conforme estabelecido no Estatuto da Terra, denominado Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Para implementá-lo, foi criado o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (MIRAD). Entretanto, as metas traçadas revelaram-se inatingíveis e, conseqüentemente, o plano fracassou. Em 1987, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi extinto, e dois anos depois, tanto o MIRAD quanto a responsabilidade pela reforma agrária foram transferidos para o Ministério da Agricultura.

²⁰² O ano de 1986 marcou um momento crucial no aspecto institucional da gestão da dívida pública brasileira, com a implementação de medidas profundas para um maior controle fiscal. Uma dessas medidas foi a extinção da Conta Movimento, que era utilizada para equilibrar os fundos do Banco do Brasil por meio do Banco Central. Além disso, foi decidida a criação da Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do Decreto nº 92.452, em 10 de agosto de 1986, com o objetivo de centralizar o controle dos gastos públicos e, especialmente, garantir um controle mais efetivo sobre eles. Sobre esse tema, ver PEDRAS, Guilherme Binato Villela. **A evolução da administração da dívida pública e risco de repúdio no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003.

sindicatos e à Lei de Creches evidencia a busca por equidade de gênero e por melhores condições de trabalho e suporte para as trabalhadoras. Por fim, a organização de uma Comissão Estadual Pró-CGT (Central Geral dos Trabalhadores) mostra a articulação e o esforço para fortalecer e expandir a atuação sindical, buscando a união de diferentes sindicatos em prol de objetivos comuns.

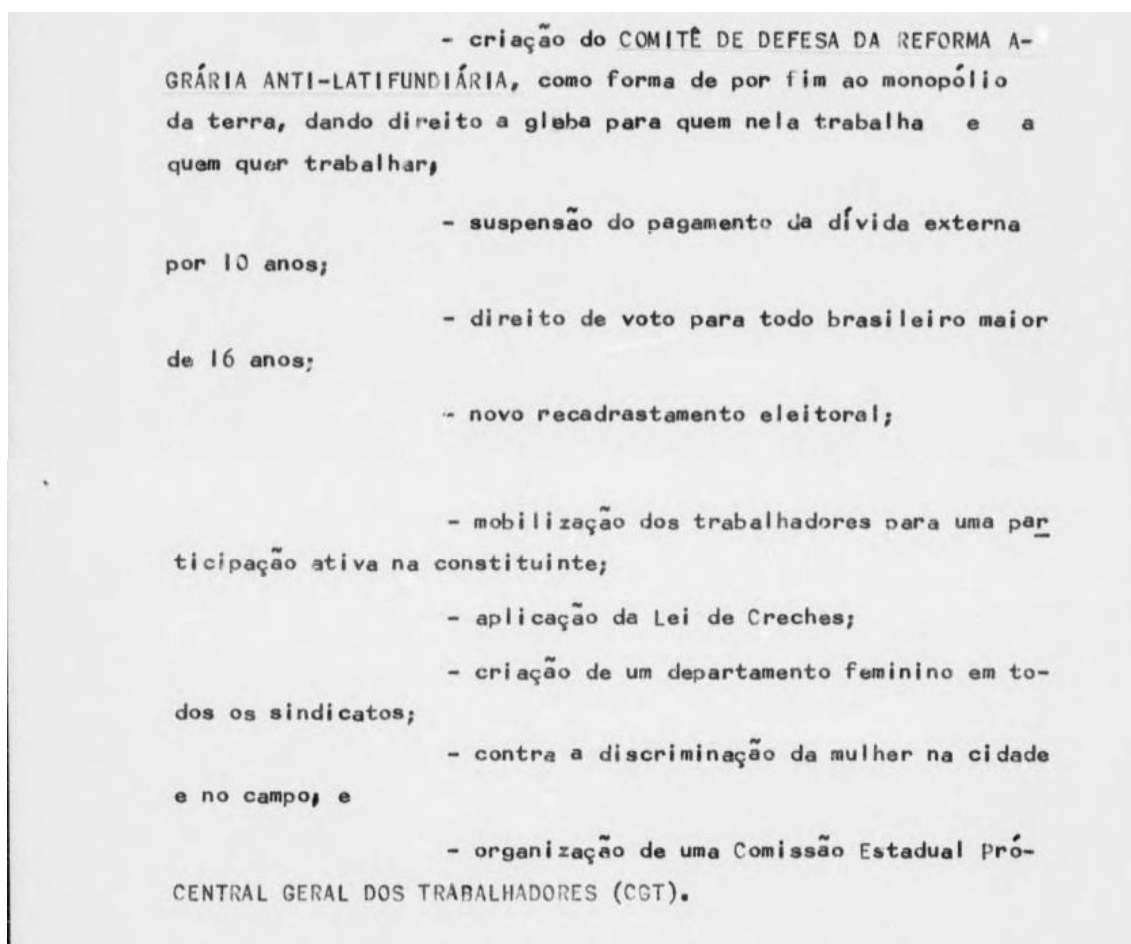


Figura 47. Pautas discutidas no V Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras, realizado em João Pessoa, em 1982. Fonte: ARE_ACE_7182_86. Fundo SNI – Agência Recife.

Já o documento ARE_ACE_7338_86 aborda a realização do I Congresso Estadual da Central Geral dos Trabalhadores – Campina Grande/ PB, a identificação das pessoas presentes no Congresso e a estruturação da CGT nos estados abrangidos pela Agência Recife. Especificamente sobre a Paraíba, o documento menciona a realização do I Congresso Estadual da CGT – CG/PB, que ocorreu nos dias 21 e 22 de junho de 1986, em Campina Grande, com a participação de cerca de 200 pessoas. As principais pautas abordadas no Congresso foram a Reforma Agrária, a união dos sindicatos e a criação da CGT/PB. Algumas moções foram aprovadas, como o apoio ao projeto de Lei de

estabilidade no emprego, o apoio à greve dos professores da rede estadual de ensino da Paraíba e da rede municipal de ensino de Campina Grande, bem como repúdio à criação da União Democrática Ruralista (UDR)²⁰³.

Também foi eleita a primeira diretoria da CGT/PB, constituída por Ivan Freire da Silva, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Campina Grande/PB (presidente); Waldemar Freire da Silva, 1º secretário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG/PB) (vice-presidente); Gilvan Monteiro da Silva, membro da Diretoria da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias/PB (2º vice-presidente); Cristiano Zenaide de Paiva, Secretário da Associação dos Servidores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em João Pessoa/PB (ASUFEP/ JP) (3º vice-presidente); Renô Torres Macaubas, Presidente do Sindicato dos Médicos de João Pessoa/PB e militante do PC do B (secretário-geral); Carlos Nunes Guimarães, diretor executivo da Associação dos Funcionários da UFPB – Campus II – Campina Grande/PB e militante do PC do B (1º secretário); João Batista de Lima (2º secretário); Francisco de Assis de Araújo Neto (tesoureiro-geral); José Martins de Lima, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mari/PB (1º tesoureiro); O Conselho Fiscal era composto por Antônio Rocha de Oliveira, José Ivanil e José Bezerra (efetivos); José Vasconcelos de Castro, José Brandão Maracajá, membro da Diretoria do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Campina Grande/PB, e José Francisco (suplentes); Maria Gorete de Araújo Melo, Diretora Assistente Social do Sindicato dos Empregados do Comércio de Campina Grande/PB (coordenadora do Departamento da Mulher); José Euflávio Horácio, membro da Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais/PB e militante do PC do B (coordenador do Departamento de Imprensa); Netovich Maia Duarte, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e Serviço de Esgotos de João Pessoa/PB (coordenador do Departamento de Formação Sindical); Cícero Silva (coordenador do Departamento do Trabalhador Rural); e Maria Lúcia Barbosa (coordenadora do Departamento do Serviço Público).

²⁰³ A União Democrática Ruralista (UDR), criada em 1985, encerrou oficialmente suas atividades nos primeiros anos da década de 1990. No entanto, ela frequentemente ressurgiu na esfera política nacional, sendo conhecida por adotar uma postura agressiva e recorrer à violência contra os trabalhadores rurais e os sem-terra. Além disso, a UDR é considerada um símbolo de mobilização dos proprietários rurais, do corporativismo e da defesa incondicional do controle absoluto das terras. Apesar de não existir oficialmente, a UDR ainda é reconhecida e representa aqueles que participaram da organização como sua entidade representativa. Acerca da trajetória da UDR, ver FERNANDES, Marcionila. **Donos de terra**. Trajetórias da União Democrática Ruralista - UDR. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

Consta, também, uma relação das pessoas identificadas no Congresso, especificamente, com vínculos com sindicatos, incluindo: José Francisco da Silva (presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), Luiz Almeida (Sindicato dos Engenheiros da Paraíba), Álvaro Diniz (presidente da FETAG/PB), Sanny Ribeiro Japiassu Leal (advogada da FETAG/PB) e Simão de Almeida Castro Neto, membro da Associação dos Docentes/UFPB de Campina Grande/PB.

Por fim, também consta a “Ficha de Acompanhamento da Entidade”, que é um quadro contendo a função na diretoria, o nome, a entidade à qual pertencia e sua militância.

A vigilância sobre o evento em questão, presumimos, deve ter sido considerada importante pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) devido ao seu potencial impacto político e social. Vale ressaltar que esse é um dos documentos mais extensos, com 29 páginas.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ENTIDADE

Entidade: CGT/PB

Base Territorial: Estado da PARAÍBA

Endereço da Sede: Não tem

Vinculação: -

Diretoria: Eleição: 22 JUN 86 Gestão: 22 / JUN / 86 a 22 / JUN 88

CONFIDENCIAL

Z7: A

FUNÇÃO NA DIRETORIA	NOME	ENTIDADE A QUE PERTENCE	MILITÂNCIA
Presidente	IVAN FREIRE DA SILVA	Presidente do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE CAMPINA GRANDE/PB	
1º Vice-Pres	VALDEMAR FREIRE DA SILVA (B0572317)	1º Secretário da FETAG/PB	
2º Vice-Pres	GILVAN MONTEIRO DA SILVA	Membro da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS/PB	
3º Vice-Pres	CRISTIANO ZENAIDE DE PAIVA (B0261609)	Secretário da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UFPB DE JOÃO PESSOA/PB	
Secretário-Geral	RENÔ TORRES MACAUBAS (B2123988)	Presidente do SINDICATO DOS MÉDICOS DE JOÃO PESSOA/PB	PC do B
1º Secretário	CARLOS NUNES GUIMARÃES	Diretor Executivo da ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DA UFPB DE CAMPINA GRANDE/PB	
2º Secretário	JOÃO BATISTA LIMA		

CONFIDENCIAL

Figura 48. Parte da ficha de acompanhamento de entidade – CGT/PB. Fonte: ARE_ACE_7338_86. Fundo SNI – Agência Recife.

O Congresso abordou, como discutimos, questões como a Reforma Agrária, união dos sindicatos e criação da CGT/PB. As moções aprovadas demonstraram apoio a projetos de lei de estabilidade do emprego, greves dos professores e repúdio à criação da

União Democrática Ruralista (UDR). A eleição da primeira diretoria da CGT/PB e a presença de líderes sindicais e advogados identificados foram pontos de interesse para o SNI. A “Ficha de Acompanhamento da Entidade” mencionada fornecia informações sobre os participantes, suas funções na diretoria, afiliação a sindicatos e atividades militantes, o que possibilitava ao SNI rastrear e monitorar o envolvimento dessas pessoas em movimentos sindicais e políticos.

A análise da vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) nos permite entender como o Estado, por meio do serviço de informações, buscou exercer controle sobre os movimentos sindicais e suas lideranças, visando manter o *status quo* e preservar os interesses das elites dominantes. Além disso, por meio da descrição dos documentos, podemos observar a agência dos atores sociais. É enfatizado que as pessoas não eram meras vítimas passivas das estruturas de poder, mas também podiam resistir e lutar por mudanças sociais. Ao analisar a vigilância do SNI sobre os sindicalistas, consideramos como esses líderes e os sindicatos como um todo buscavam resistir às práticas de vigilância e manter sua atuação política e reivindicativa. Também observamos como as lideranças sindicais articulavam suas reivindicações e pautas com base na cultura política democrática e trabalhista, mesmo conflituando com o autoritarismo presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o regime militar, foi estabelecida uma extensa máquina repressiva que impactou toda a sociedade, com base em três pilares: vigilância, censura e repressão. Ao longo dos anos 1960, esses pilares foram integrados de forma mais eficaz, respaldados por leis repressivas, como a Lei de Segurança Nacional, leis de censura, Atos Institucionais e Complementares, e a própria Constituição de 1967. Embora o regime de 1964 não tenha criado esse sistema repressivo, ele o reestruturou e estabeleceu novas agências e funções para seu funcionamento. A base teórica para o estabelecimento dessa máquina repressiva foi o conceito de guerra interna ou guerra revolucionária, que foi inspirado nos franceses. Essa abordagem pressupunha a coordenação de todos os recursos - militares, políticos e de informação - para combater um inimigo invisível e oculto, rotulado de “subversivo”, que se infiltrava na população como um cidadão comum. De acordo com essa lógica, todos eram considerados suspeitos até que se provasse o contrário.

A luta era abstrata, pois o inimigo era invisível, mas, na prática, não foi tão abstrata quanto se pretendia, como mostram os acontecimentos históricos. A base fundamental da vigilância era formada pelos “informes”, que consistiam em todas as informações recebidas de agentes e informantes *ad hoc*. Essas informações não passavam por um processo de verificação ou confirmação pelos serviços de inteligência. Em outras palavras, os informes eram dados brutos e não haviam sido devidamente analisados ou validados antes de serem utilizados. No primeiro capítulo, abordamos a construção dos serviços secretos do Brasil, destacando a estrutura e organização Serviço Nacional de Informações (SNI), principal órgão de inteligência do regime militar, na “teia” da *comunidade de informações*.

No âmbito econômico, bolha da dívida externa brasileira estava prestes a estourar quando o segundo choque do petróleo ocorreu em 1979, seguido pela crise financeira internacional de 1982. Esses eventos resultaram em um período de recessão, desemprego e inflação extremamente alta nos anos finais do regime. Os impactos desses processos econômicos foram amenizados em parte por mecanismos como a indexação de preços, gatilhos de reajuste salarial e alta rotatividade no mercado financeiro, que permitiram aos poupadores e investidores evitar perdas significativas. No entanto, esses mecanismos também impediram a superação efetiva da crise, criando um cenário de instabilidade econômica e social.

O movimento operário conhecido como *novo sindicalismo*, que surgiu no ABC paulista, entrou em confronto direto com a estrutura sindical brasileira tradicional e hierárquica, que remontava aos tempos de Getúlio Vargas e do Estado Novo. Em julho de 1978, durante a Conferência Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, à qual os metalúrgicos do ABC estavam filiados, um grupo de sindicatos ousou questionar a estrutura sindical oficial, estabelecendo as bases para um sindicalismo que se via como “combativo e independente”. A plataforma de reivindicações do *novo sindicalismo* incluía a busca por liberdade de organização, desvinculada da rigidez imposta pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), autonomia em relação aos patrões e ao Ministério do Trabalho, além da criação de comissões de fábrica. Essas reivindicações foram somadas às lutas tradicionais por melhores salários, condições de trabalho e segurança laboral, bem como pela estabilidade no emprego. No estado da Paraíba, o *novo sindicalismo* vai ser expresso em diversas categorias combativas, como a AMPEP, a ADUF/PB, o Sindicato dos Têxteis, o Sindicato dos Bancários e o Sindicato dos Médicos, que mesmo debaixo de intensa vigilância, não deixaram de se reunir, defender e publicizar suas mais variadas pautas.

A Doutrina de Segurança Nacional, reforçada durante a ditadura militar, fundamentou ações de repressão, censura e violação dos direitos humanos, com o objetivo de manter o controle do Estado sobre a sociedade. Essa doutrina perpetuou a ideia de que era necessário proteger o país de ameaças internas e externas, muitas vezes utilizando métodos ilegais e violentos, resultando em abusos e sofrimento para muitos cidadãos brasileiros. O Estado de Terror instaurado durante o regime militar foi caracterizado pela repressão, pela perseguição política e pela violência sistemática contra opositores do regime. Esse estado de terror deixou um legado de trauma e injustiça para muitas pessoas e famílias que foram vítimas de tortura, desaparecimentos e violações dos direitos humanos.

A herança da ditadura militar, incluindo o legado do SNI, deixou marcas profundas na sociedade brasileira. A cultura política autoritária, alimentada por décadas de regime militar, ainda se manifesta em alguns setores, resultando em práticas autoritárias, intolerância e desrespeito à democracia e aos direitos humanos. O pensamento anticomunista, que foi promovido e incentivado durante a ditadura militar, persiste em algumas parcelas da sociedade brasileira. Esse pensamento cria estigmas e preconceitos em relação a movimentos sociais, organizações de esquerda e ideias progressistas, dificultando um diálogo construtivo e um debate político saudável.

Para avançar como sociedade, é necessário reconhecer e confrontar essa herança da ditadura militar, promovendo a justiça de transição, fortalecendo a democracia, garantindo o respeito aos direitos humanos e promovendo uma cultura política baseada no diálogo, na tolerância e no respeito à diversidade de opiniões. Isso é fundamental para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e democrática, superando os traumas e as práticas autoritárias do passado.

Acerca da atual situação dos sindicatos, muitos argumentam que a questão da estrutura sindical é algo do passado. Acreditam que as reformas implementadas por Almir Pazzianotto durante seu mandato como Ministro do Trabalho no governo Sarney, juntamente com a Constituição de 1988, estabeleceram a liberdade e a autonomia sindical no Brasil, superando a antiga estrutura sindical corporativista que vinculava os sindicatos ao Estado.

No entanto, nossa visão difere dessa interpretação. Acreditamos que essas reformas tenham de fato modificado a estrutura sindical, mas não a eliminaram por completo. É necessário abandonar uma visão superficial da estrutura sindical brasileira, que considera apenas os efeitos dessa estrutura em si mesma, e compreender que a dependência dos sindicatos em relação ao Estado, que é uma característica essencial da estrutura sindical brasileira, ainda persiste. As intervenções autoritárias do governo nos sindicatos oficiais são apenas o reflexo dessa estrutura em uma situação de ditadura. Existia um modelo ditatorial de controle governamental sobre os sindicatos oficiais, e esse modelo foi superado. No entanto, a estrutura que sustentava esse modelo permaneceu intacta.

Por fim, acreditamos que estudar o Serviço Nacional de Informações (SNI) se faz necessário por, também, contribuir no debate historiográfico sobre a ditadura militar brasileira. Algumas considerações nos levam a isso. Primeiro, o estudo do SNI nos permite romper com algumas demarcações temporais. Isto é, ainda no primeiro governo civil pós-ditadura, o Serviço estava atuando eficientemente. Nesse sentido, a “desmilitarização” do Estado brasileiro foi – e é – um caminho muito longo. Em segundo lugar, a análise da documentação do Fundo SNI – Agência Recife, especialmente aquela sobre políticos e militantes, nos permite entender a abrangência da repressão e vigilância também sobre dissidentes do golpe, ou seja, sobre aqueles indivíduos que, inicialmente apoiaram o golpe, mas, por razões diversas, passaram a ir contra o regime. Em terceiro lugar, nos permite compreender, de forma mais clara, a ideia de uma transição lenta, segura e gradual.

Mas, toda luz traz, em si, sombras. Por exemplo, acreditamos ser de importância crucial o estudo sobre a vigilância o movimento negro, o movimento indígena, o movimento feminista, sobre o setor evangélico, enfim, para outros grupos da sociedade civil. Há, por fim, uma contribuição significativa no que diz respeito ao entendimento das experiências e vivências das pessoas comuns. No caso da vigilância do SNI sobre os sindicatos, há que se indagar, ainda, como a vigilância afetava o cotidiano dos líderes sindicais e dos trabalhadores, bem como as estratégias que eram desenvolvidas para lidar com esse contexto.

REFERÊNCIAS

Fontes:

Documentos do Fundo SNI – Agência Recife. Disponível em Acervo do Memorial da Democracia da Paraíba - Fundação Casa de José Américo.

Depoimentos concedidos a Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba (CEVPM-PB).

Depoimentos concedidos a Comissão Municipal da Verdade de João Pessoa

Bibliografia:

AARÃO REIS, Daniel. “O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas.” In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (orgs.). **As Esquerdas no Brasil**. Revolução e Democracia (1964...), vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 507.

ALMEIDA, Maria H. T. de. Além do corporativismo: interesses organizados e democratização. In: SOLA, Lourdes; PAULANI, Leda M. (Org.). **Lições da década de 80**. São Paulo: Edusp; Genebra: UNRISD, 1995. p. 171-192.

ALMEIDA, Maria Herminia T. de. “O sindicato no Brasil: novos problemas, velhas estruturas”, In: **Debate & Crítica**, no 06, São Paulo, jul. 1975, pags. 49-74.

ALVES, Giovanni. Do “Novo Sindicalismo” à “Concertação Social” Ascensão (e Crise) do Sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Revolução Sociológica Política**, v. 15, s.n., p. 111- 124, 2000.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

AMADO, Vanderley A. **Engajamento nos Movimentos Sociais**: A Origem do “Zé Pião”, Movimento de Oposição Sindical dos Trabalhadores da Construção Civil de João Pessoa. Dissertação de Mestrado em Psicologia - UFPB, João Pessoa, 1988.

ANDRADE, Fabiana de Oliveira. **A Escola Nacional de Informações**: a formação dos agentes para a inteligência brasileira durante o regime militar. Dissertação (Mestrado) – UNESP/FCHS, Franca - SP, 2014.

ANTUNES, Priscila C. B. **SNI & ABIN**: Uma Leitura da Atuação dos Serviços Secretos Brasileiros ao longo do Século XX. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 2001.

ANTUNES, Ricardo. **O Novo Sindicalismo**, São Paulo, Ed. Brasil Urgente, 1991.

ARAUJO, Maria Celina. **Militares, democracia e desenvolvimento**, Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

AVERBUG, Marcello. Plano Cruzado: Crônica de uma Experiência. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24, p.211-240, dez. 2005.

BAFFA, Ayrton. **Nos porões do SNI**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1989.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Brasília: Editora da UNB, 1982.

BALZ, Christiano Celmer. **O Tribunal de Segurança Nacional: Aspectos legais e doutrinários de um tribunal da Era Vargas (1936-1945)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2009.

BANDEIRA, Lourdes. (Coord.), **A Formação Histórica do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de João Pessoa**, João Pessoa, NDHIR-UFPb (Relatório de Pesquisa), 1991.

BAUER, Caroline Silveira.; GERTZ, René E. “Fontes sensíveis na história recente”. In. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. (Orga.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015.

BERNSTEIN, Serge. “Cultura Política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

BLASS, Leila M. da S. **Estamos em greve!:** imagens, gestos e palavras do movimento dos bancários, 1985. São Paulo: Ed. HUCITEC / Sindicato dos Bancários de São Paulo, 1992.

BOITO Jr., Armando. **O Sindicalismo de Estado no Brasil**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1990.

BOITO Jr., Armando. Reforma e Persistência da Estrutura Sindical”. In: BOITO Jr., (org) **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Paz e Terra, 1991.

BRASIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Direitos Humanos, Empresas e Justiça de Transição: O Papel da Volkswagen do Brasil na Repressão Política Durante a Ditadura Militar**: relatório conjunto. São Paulo: S.I, 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/sp/sala-de-imprensa/docs/relatorio-direitos-humanos-empresas-ejustica-de-transicao-o-papel-da-volkswagen-na-repressao-politica-durante-a-ditadura-militar>. Acesso em junho de 2023.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Ditadura, interesses empresariais e desenvolvimentismo: a obra da usina hidrelétrica de Tucuruí. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 255-286, jan./abr. 2019.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.

CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. Empresas e ditadura, o outro lado: Os grupos econômicos perseguidos pelo regime civil-militar brasileiro: O caso das empreiteiras. **Varia História**, 39(79), jan-abr. 2023. <https://doi.org/10.1590/0104-87752023000100006>.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2012.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. História Política. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, **Revista Estudos Históricos**, nº 17, 1996/1.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de aço no tecido social**: a revista “A Defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1985.

CARDOSO, A. M. O. Sindicalismo no Brasil: Breve excuro sobre mudanças e permanências. In A. M. O. Cardoso (Org.). **Sindicalismo e relações trabalhistas**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2002, pp. 11-34.

CARDOSO, Ciro Flamarion. A história política e a tentação culturalista. **Revista História Agora**. Março de 2007, vol. 1.

CARONE, Edgard. **A República Velha** (Evolução política). São Paulo: Difusão Europeia do livro. 1971, p. 352-357.

CARONE, Edgard. **Revoluções no Brasil contemporâneo (1922 - 1938)**. Ed. Ática: São Paulo, 1989.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **A ameaça vermelha**: o imaginário anticomunista na Paraíba (1917-1937). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco. 2013.

CEPIK, Marco Aurélio Chaves. **Serviços de Inteligência**: Agilidade e Transparência como Dilemas de Institucionalização. Tese (Doutorado). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ, 2001.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COELHO, Edmundo Campos. **Em busca de identidade**. O Exército e a política na sociedade brasileira Rio de Janeiro: Record, 2000.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional**: o poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014, V. 1, 976p. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php> Acesso em junho de 2023.

CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo R. Ribeiro. As falas de Jerônimo: Trabalhadores, sindicatos e a historiografia da ditadura militar brasileira. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, jul. 2016.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (Orgs.). **A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DALLARI, Pedro Bohomoletz de Abreu. **Documento prova que política de extermínio teve aval de Geisel: pesquisador da FGV, Matias Spektor, descobre documento da CIA americana e redimensiona o papel dos militares na ditadura**. [Entrevista a Francisco Costa]. Globalização e Cidadania. São Paulo, SP: Rádio USP (93,7 MHz). Disponível em: <https://jornal.usp.br/wp-content/uploads/GLOBALIZA%C3%87%C3%83O-E-CIDADANIA-16-MAIO-PEDRO-DALARI-1.mp3>. Acesso em junho de 2023.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEL ROIO, M. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Diretas-Já: vozes da cidade. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Arão. **Revolução e democracia**. (1964...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil; v.3), p. 409-427.

DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a Abertura (1974-1985). In: STEPAN, Alfred, **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

DIAS, Elissandra Maria Costa. **Vigilância e controle: atuação do SNI sobre a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba (1964–1985)**. Dissertação (Mestrado em História) - PPGH-UEPB, João Pessoa, 2021.

DIAS, H. S., Lima, L. D. de., & Teixeira, M.. (2022). Origem, trajetória e atuação política conjunta das entidades médicas nacionais brasileiras de 1999 a 2015. **Physis: Revista De Saúde Coletiva**, 32(1), e320109.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Ernesto Geisel: o general da “abertura”? **Revista Ágora**, Vitória, n. 28, p. 104-115, 2018.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Movimento Tenentista: um debate historiográfico. **Revista Espaço Acadêmico (UEM)**, v. 108, p. 127-133, 2010.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os arquivos da repressão no Brasil e no Cone Sul: uma análise historiográfica. **Dimensões** - Revista de História da UFES, v. 01, p. 230-251, 2018.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930: história e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FERNANDES, Letícia Wickert. “Arquivos repressivos da ditadura de segurança nacional brasileira e acesso à informação: reflexões metodológicas para pesquisas no Fundo do SNI pelo SIAN.” **Revista Sillogés**, vol. 4, pp. 530-553, 2021.

FERNANDES, Marcionila. **Donos de terra**. Trajetórias da União Democrática Ruralista - UDR. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Souza. **A trajetória político-educativa de Margarida Maria Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Olga Larissa Veiga. “**Onde termina a justiça social e começa a subversão?**” Igreja Católica progressista e movimentos sociais no campo sob a vigilância do SNI na Paraíba (1975-1985). Dissertação (Mestrado em História) - PPGH-UFPB, João Pessoa, 2020.

FICO, Carlos. **Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017. p. 52.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L.; **Brasil Republicano - O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar **Revista Brasileira de História**, vol. 24, núm. 47, julho, 2004, pp. 29-60 Associação Nacional de História São Paulo, Brasil.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FLORINDO, Marcos Tarcisio. O DEOPS/SP na Era Vargas: crescimento institucional, administração burocrática e práticas tradicionais de atuação policial. **Revista Aurora**, Marília, ano V, n. 7, p. 124-139, jan. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 42.ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2014.

GARCIA, Marco Aurélio. “São Bernardo: A (auto) construção de um movimento operário: Notas para discussão, **Desvios**, nº 01, São Paulo, nov. 1982.

GAUDÊNCIO, Bruno Rafael de Albuquerque. **A política da memória na construção biográfica de Luiz Carlos Prestes (1945-2015)**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2021.

GODOY, M. **A casa da vovó**: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991), o centro de sequestro, tortura e morte da ditadura militar. 2. ed. São Paulo: Alameda, 2015.

GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: Algumas Reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva (Orgs.) **Culturas Políticas: Ensaios de História Cultural, História Política e Ensino de História**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2005.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3: Maquiavel: notas sobre o Estado e a Política. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **Recordações da ilha maldita**. João Pessoa: FUNESC, 2002.

HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.p. 49-72, 74-75.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre”. In: GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia Barros de; HERMANN, Jennifer. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.p. 49-72, 74-75.

HUGGINS, Martha Knisely. **Polícia e Política**: Relações Estados Unidos/América Latina. 1. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1998.

ISHAQ, Viven; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. de. **A escrita da repressão e da subversão, 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

ISHAQ, Vivien. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. *Acervo* (Rio de Janeiro), v. 21, p. 29-42, 2010.

JÁCOME, Iram. **Trabalhadores, Sindicalismo e Democracia**: A Trajetória da CUT, São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1993.

JUNCKES, Ivan Jairo. **O sindicalismo novo dos bancários na reestruturação financeira dos anos noventa no Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.

KECK, Margaret. “O ‘Novo Sindicalismo’ na Transição Brasileira”, in. STEPAN, Alfred (Org) **Democratizando o Brasil**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988. pags. 381-440.
KECK, ME. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KONRAD, G. V. R. A REDEMOCRATIZAÇÃO AO FINAL DO ESTADO NOVO: O MOVIMENTO UNIFICADO DOS TRABALHADORES. In: XIV Encontro Estadual de História, 2018, Porto Alegre. **Anais Eletrônicos XIV Encontro Estadual de História - Democracia, Liberdades e Utopias**. Porto Alegre - RS: ANPUH-RS/ PUCRS, 2018. v. 1. p. 1-15.

LAGOA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo Brasiliense, 1983.

LAMOUNIER, Bolívar. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LENTZ, Rodrigo. **Pensamento político dos militares no Brasil: mudanças e permanências na doutrina da ESG (1974-2016)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

Lentz, Rodrigo. **República de segurança nacional – militares e política no Brasil / Rodrigo Lentz**. — São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

LIMA, Jacob Carlos & FERREIRA, B. Carlos. “Trabalhadores Urbanos no Nordeste: Trajetórias profissionais, mobilidade espacial e organização operária”, in. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, no 30, São Paulo, fev. 1996.

MACHADO, MH., coord. **Os médicos no Brasil: um retrato da realidade**. [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1997.

MADEIRA, Maria T. C. **O Novo Sindicalismo e o Movimento de Professores de 1º e 2º Graus da Paraíba**, João Pessoa, Dissertação de Mestrado, MSS-UEPB, 1986.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969)**. São Carlos-SP: Editora da UFSCar, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Boitempo, 2007.

MATTOS, M. B. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). **Revista Brasileira de História**, n. 47, 2004.

MATTOS, Marcelo Badaró. A formação da classe operária inglesa: história e intervenção. **Trabalho necessário**, ano 12, n. 18, 2014, p. 18-41.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes Sociais e Luta de Classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **E. P. Thompson e a crítica ativa do materialismo histórico**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2012.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Os trabalhadores e o golpe de 1964**: um balanço da historiografia. *História & Luta de classes*, ano 1, n.1, abr. 2005, p. 7-18.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO, Jorge José. **Boilesen, um empresário da ditadura**: a questão do apoio do empresariado paulista à Oban/Operação Bandeirantes, 1969-1971. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, 2012.

MOISÉS, José Álvaro. “Qual é a Estratégia do Novo Sindicalismo?”. In MOISÉS, J.A. (Org.) **Alternativas Populares de Democracia**: Brasil Anos 80, São Paulo, Vozes/CEDEC, 1982.

MORONI, Amnéris, **A Estratégia da Recusa (Análise das Greves de Maio de 78)**, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. “Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia”. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.) **Cultura Política na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre, FGV/Edipurcs, 2013, p. 9-33.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 195-216, 2018.

NAGASAVA, Heliene Chaves. **“O sindicato que a ditadura queria”**: o Ministério do Trabalho no governo Castelo Branco (1964-1967). Dissertação (Mestrado), CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2015.

NAGASAVA, Heliene Chaves. **O Ministério do Trabalho e as políticas públicas na ditadura militar: sindicatos, assistencialismo e repressão (1964-1974)**. Tese (Doutorado), CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2021.

NASCIMENTO, Talita Hanna Cabral. **Do fragmento à reorganização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979)**. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2015.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano** – v. 3: O tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “Golpe civil-militar e repressão ao movimento sindical no imediato pós-golpe no estado da Paraíba”. In: Tiago Bernardon de Oliveira. (Org.). **Trabalho e trabalhadores no Nordeste: análises e perspectivas de pesquisas históricas em Alagoas, Pernambuco e Paraíba**. 1ed. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), 2015, v. 1, p. 179-214.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Paraíba: a vigilância aos políticos”. In: BEZERRA, Josineide da Silva.; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos.; NUNES, Paulo Giovanni Antonino Nunes. (Orgs.). **História Política: rupturas institucionais e revoluções**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2018.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. A atuação do Serviço Nacional de Informação (SNI) na Universidade Federal da Paraíba (UFPB): Vigilância sobre os dirigentes universitários (1976-1985). In: **Saeculum: Revista de História**. N. 39, jul.dez. 2018, João Pessoa: Universitária, 2018 p. 19.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. “A vigilância do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre a Campanha da Anistia na Paraíba (1978-1979)”. In. TOSI, Giuseppe.; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra.; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. (Orgs.). **40 anos da anistia no Brasil: lições de tempos de lutas e resistências: homenagem a Lelio Basso e Linda Bimbi**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. **A Questão Democrática no Sindicalismo Cutista do Estado da Paraíba**. João Pessoa: Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, 1996.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. As experiências da luta armada na Paraíba, In: AVELINO, Nildo; FERNANDES, Telma Dias; MONTAIA, Ana (Orgs.). **Ditaduras: A desmesura do poder**. São Paulo: Intermeios; Brasília: Capes, 2015. (Coleção Contrassensos), pp. 29-50.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Estado versus sociedade civil: o processo de transição para a democracia na Paraíba (1975-1979). **Prima Facie**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB. João Pessoa, jan. /jun. 2009. p. 57-84.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo (org.). **Militares: pensamento e ação política**. Campinas, Papirus Editora, 1987. (Coleção Forças Armadas e Sociedade v.1).

OLIVEIRA, Nilo Dias de. **A Configuração do Sistema Nacional de Repressão no Governo JK (1956 a 1961)**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Nilo Dias de. O Conselho de Segurança Nacional no governo JK e a defesa do continente Latino Americano: conexões internacionais no combate ao comunismo. **Opsis**, v. 14, p. 287-304, 2014.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. “**A CUT somos nós...**”: a experiência da CUT e a questão da participação e o imaginário dos militantes que atuam na Paraíba. Dissertação de mestrado, PPG, João Pessoa, 1994.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura brasileira e o tempo presente: a história entre a tragédia e a farsa. In: REIS, Tiago Siqueira; et. al. (Orgs.) **Coleção história do tempo presente**. Volume 3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História & Luta de Classes**, ano 3, n.4, 2007.

PAES, Maria Helena Simões. **Em nome da segurança nacional**: do golpe de 64 ao início da abertura. São Paulo: Atual, 1995.

PASQUALETTE, Bernardo Braga. **Me esqueçam** – Figueiredo: a biografia de uma presidência. Rio de Janeiro: Record, 2020.

PEDRAS, Guilherme Binato Villela. **A evolução da administração da dívida pública e risco de repúdio no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PETIT, Pere. **A Esperança Equilibrista**: a trajetória do PT no Pará. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

QUADRAT, Samantha Viz (Org.). **Não foi tempo perdido**: os anos 80 em debate. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

QUARTIM DE MORAES, João. **A esquerda militar no Brasil**: da Coluna à Comuna. São Paulo: Siciliano, 1991.

RAMOS, Érica Lins. **Da convivência ao despertar militante**: O movimento universitário na cidade de Campina Grande - PB (1964 - 1968). Dissertação. (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

RECH, D. O genocídio no meio de nós. In: CPT. CEPAC. IBASE. **O genocídio do Nordeste (1979-1983)**. São Paulo: Mandacaru, p. 20-29, 1989.

REGO, José M.; MARQUES, Rosa M. (Org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2000.

RIDENTI, Marcelo. “1968: rebeliões e utopias”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (Orgs.). **O século XX: o tempo das dúvidas: do declínio das utopias à globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.

RIDENTI, Marcelo. “Esquerdas revolucionárias armadas nos anos 1960-1970” In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia** (1964 ...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, (As esquerdas no Brasil, Vol. 3).

ROCHA, Danielle Franco da. **Bancários e Oligopolização: avanços e limites nas lutas contra a superexploração do trabalho na ditadura no Brasil (1964-1980)**. Tese de Doutorado em História. Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2013.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais”, in. BOITO Jr., A. (Org) **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, São Paulo, Ed. Paz e Terra, 1991.

RODRIGUES, Vicente A. C. **Documentos (in)visíveis**. Arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil. Aracaju: Edise, 2017.

ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **O golpe de 1964 e o regime militar**. São Carlos: Ed. UFSCar, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e a luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. (O Brasil Republicano, vol. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiência e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**, Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.

SALOMÃO, I. C. As origens do desenvolvimentismo brasileiro e suas controvérsias: notas sobre o debate historiográfico. **Nova Economia**, Universidade Federal de Minas Gerais, v. 27, p. 421-442, 2017.

SANTANA, Marco Aurelio. O “novo” e o “velho” sindicalismo: Análise de um debate. Dossiê sindicalismo e corporativismo. Universidade federal de ouro preto. In: **Revista de Sociologia e Política**. pp.19-35: Curitiba, 1998.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Nos domínios da política estatal: O poder desterritorializado e as bases de sustentação política de Getúlio Vargas (1930-1934)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Os Domínios do Estado:** a interventoria de Anthenor Navarro e o poder na Paraíba (1930-1932). Dissertação (Mestrado em História). João Pessoa: PPGH/UFPB, 2007.

SANZ, Beatriz; Mendonça, Heloísa. O lado obscuro do ‘milagre econômico’ da ditadura: o boom da desigualdade. *El País*, 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html. Acesso em 23 de junho de 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1ª Ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SETEMY, Adriana. **Sentinelas das fronteiras:** o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital:** acidentes de trabalho, precarionismo e reabilitação profissional durante a ditadura militar brasileira (1964-1985). Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

SILVA, Fernando Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo da ditadura:** regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Francisco Teixeira da. Brasil, em direção ao século XXI. In: LINHARES, Maria Y. (Org.). **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990b. p. 335-380.

SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura Política Nacional:** O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957.

SILVA, Golbery do Couto e. **Planejamento Estratégico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

SILVA, Hélio. **1922:** Sangue na areia de Copacabana. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 51-62.

SILVA, Paula Tamyres Veríssimo da. **Movimento Sindical Urbano na Paraíba:** Organização, Lutas por Direitos e Repressão aos Trabalhadores (1958-1964). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, 2021.

SINGER, Paul. O processo econômico. In: AARÃO REIS, Daniel (coord.). **Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 183-231.

SOARES Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994.

SOARES Gláucio Ary Dillon, D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1995.

SOARES, José A. "Pernambuco e Paraíba: Tendências Atuais do Sindicalismo no Nordeste: Modernização Conservadora ou Mobilização Social", In. SILVA, Roque Aparecido da. (Org). **Sindicatos em uma Época de Crise**, Petrópolis, Ed. Vozes/CEDEC, 1984, pags. 89-109.

SOARES, Maria Tereza Dantas B. **A política paraibana vigiada**: políticos e militantes sob os olhos do SNI. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UFPB, João Pessoa, 2020.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SPERANZA, Clarice Gontarski. Como culpar os trabalhadores por suas próprias mortes: uma análise das políticas públicas para os acidentes de trabalho durante a ditadura militar. **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, 2020, p. 1-4.

STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A.; RODRIGUES, Vicente. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In: THIESEN, Icléia (Org.) **Documentos sensíveis**: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

STEPAN, Alfred. **Os militares**: da abertura à nova república. Trad. de Adriana Lopes e Ana Luíza Amendola. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. As mudanças de padrões na vida brasileira. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

THIESEN, Icléia. Informação, Verdade E Conhecimento: Memórias Em Litígio. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013). GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação, 2013, 12p. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4015/3138> Acesso em junho de 2023.

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, n.19, 2004, p. 44-45.

TREVISAN, Leonardo. **O pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Global Editora, 1985.

TRONCA, Ítalo. **Revolução de 1930**: a dominação oculta. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história:** A atuação operária na cidade fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2008.

VARGAS, J. D. **História das Políticas Públicas de Saúde no Brasil:** revisão da literatura. 2008. 32 p. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Escola de Saúde do Exército, Programa de Pós-Graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares. Rio de Janeiro, 2008.

VIANA, Marly de Almeida G. “O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935”. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) **O tempo do nacional-estatismo:** do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, vol. 2), p. 63-105.

VIANNA FILHO, Luiz (org.) **Castello Branco:** testemunhos de uma época. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

VIEIRA, Agamenon. **Caminhos da Construção: Movimento Sindical e Organização Política dos Trabalhadores na Paraíba,** João Pessoa: Colina da Primavera Editora, 1986.

VIEIRA, Ricardo Zortéa. **Lembraí-vos da guerra.** Ameaça Geopolítica, Organização do Estado e Desenvolvimento Econômico no Pensamento Militar Brasileiro (1913-1964). Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

WEFFORT, Francisco. **Participação e Conflito Industrial:** Contagem e Osasco, 1968. Cadernos do Cebrap, nº5, São Paulo, 1972.